A TEORIA MARXISTA DA TRANSIÇÃO E A PRÁTICA SOCIALISTA

VANIA BAMBIRRA

Edunb
Editora Universidade de Brasília

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: João Cláudio Todorov
Vice-Reitor: Sérgio Barroso de Assis Fonseca

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Editorial

Cristovam Buarque
Elliot Watanabe Kitajima
Emanuel Araújo (Presidente)
Everardo de Almeida Maciel
José de Lima Acioli
Odilon Pereira da Silva
Orlando Ayrton de Toledo
Roberto Boccacio Piscitelli
Roque de Barros Laraia
Venício Arthur de Lima

A Editora Universidade de Brasília, instituída pela Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, tem como objetivo "editar obras científicas, técnicas e culturais, de nível universitário".

A TEORIA MARXISTA DA TRANSIÇÃO E A PRÁTICA SOCIALISTA

Vania Bambirra

Tradução: Ivo Martinazzo

Edunb
Editora Universidade de Brasília

© 1993 by Vania Bambirra
Os direitos desta edição foram adquiridos pela Editora Universidade de Brasília

Editora Universidade de Brasília
Caixa Postal 04551
70919-900 Brasília, DF

Editoração: Thelma Rosane Pereira de Souza

Revisão: Joelita de Freitas Araújo, Patrícia Maria Silva de Assis e Zeniceia Silva de Assis

Supervisão gráfica: Antonio Batista Filho e Elmano Rodrigues Pinheiro

Capa: Ana Paula Diniz

Composição: Anesio B. Oliveira

Arte-final: Valperino Andrade

ISBN: 85-230-0330-4

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

B199t

Bambirra, Vania
A teoria marxista da transição e a prática socialista / Vania Bambirra; tradução por Ivo Martinazzo. – Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.
309 p.

Tradução de: La teoria marxista del socialismo en los clasicos K. Marx, F. Engels y W. I. Lenin.

1. Marxismo 2. Socialismo real I. Martinazzo, Ivo II. Título

CDU 330.85

SUMÁRIO

PREFÁCIO 9

NOTA À EDIÇÃO BRASILEIRA 13

I PARTE – AS BASES DA TEORIA DO SOCIALISMO EM K. MARX E F. ENGELS

INTRODUÇÃO 19
1. AS CONDIÇÕES MATERIAIS DO SOCIALISMO 23
Os germes do socialismo 23
O socialismo como uma necessidade histórica 29

2. O NECESSÁRIO PERÍODO DE TRANSIÇÃO 33
Característica essencial do socialismo 33
Solução socialista de alguns problemas e questões táticas . . 37

3. O CONCEITO DE DITADURA DO PROLETARIADO . . 43
Primeira intuição 43
Conceito submetido à prática 44
Acerca da democracia ditatorial 47

4. SOCIEDADE COMUNISTA 51
Da extinção do Estado 51
Leis de movimento da nova sociedade 52

5. A NOVA SOCIEDADE E A CULTURA 55
As primeiras intuições sobre o comunismo 55
a) Da educação 57
b) Da família, do sexo e da mulher 59
c) Da defesa 63
d) O reino da liberdade 64

NOTAS DA I PARTE 66

II PARTE – A CONSOLIDAÇÃO DA TEORIA DO SOCIALISMO EM VLADIMIR ILITCH LENIN

1. ECONOMIA POLÍTICA DA TRANSIÇÃO SOCIALISTA. Características, dificuldades, contradições: construções e destruições, retrocessos e avanços, atrasos e saltos... 73

2. O ESTADO E AS CLASSES SOCIAIS NA TRANSIÇÃO SOCIALISTA 97
Necessidade de destruição do aparelho do Estado pré-revolucionário; conservação do seu aparelho técnico e da burocracia 97
Uma melhor compreensão da burocracia 105
O novo tipo de Estado: A ditadura do proletariado 115
O conceito de ditadura do proletariado: primeiro aprofundamento analítico 122
A democracia ditatorial: segundo aprofundamento 137

3. A ECONOMIA SOCIALISTA 147
O primeiro passo: reorganização da economia 147
a) O trabalho obrigatório, as estatizações e o taylorismo .. 150
b) O capitalismo de Estado na transição socialista 155
c) Rumo a uma nova cultura econômica: a disciplina do trabalho, a utilização da imprensa e a emulação como passos preliminares 158
A política econômica socialista no período de restauração. A resistência camponesa 162
A planificação socialista 183
O controle e a direção operária na economia socialista 189
A economia socialista e o internacionalismo, o nacionalismo, a coexistência pacífica e as relações com os países coloniais e dependentes 195

NOTAS DA II PARTE 209

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA 225

ANEXO – Principais interpretações sobre a teoria do socialismo nos clássicos: Marx, Engels e Lenin

1. OS BOLCHEVIQUES 235
A interpretação de E. Preobrazhenski e N. Bujarin em relação à contribuição de Marx, Engels e Lenin à teoria do socialismo 235
a) E. Preobrazhenski 235
b) N. Bujarin 248
O leninismo na visão de J. Stalin 254
L. Trotsky e o trotskysmo 260

2. OS DIRIGENTES COMUNISTAS OCIDENTAIS: ROSA LUXEMBURGO, ANTONIO GRAMSCI E PALMIRO TOGLIATTI 277
a) Rosa Luxemburgo e o luxemburguismo 277
b) Antonio Gramsci e o gramscismo 283
c) Palmiro Togliatti: transição socialista pela via democrática 292

3. O EUROCOMUNISMO: NEO-REVISIONISMO 297

PREFÁCIO

A contribuição de Karl Marx e Friedrich Engels para a toria do socialismo – cujas bases ambos estabeleceram – tem sido objeto de análise de numerosos cientistas sociais, de dirigentes de partidos polfticos marxistas, bem como de instituições cientffficas. Seria exaustivo enumerar aqui uma ampla relação de estudos empreendidos durante várias décadas e que trataram de sistematizar essa teoria, em vários casos de maneira mais ampla, como foi por exemplo o esforço de Lenin expresso em sua obra *O estado e a revolução*, ou o de Preobrazhenski, realizado no seu livro *Por uma alternativa socialista*, no qual o autor restringe o seu objeto de pesquisa à contribuição econômica dos clássicos. É preciso ressaltar, todavia, que nem Lenin nem Preobrazhenski tiveram acesso ao conjunto da obra de Marx e Engels, tendo em vista que estudos tão fundamentais como os *Grundisse* e a *Ideologia alemã* não haviam sido divulgados no seu tempo.

Acompanhando o esforço dos bolcheviques, vários dirigentes de processos revolucionários da transição socialista, como por exemplo Mao Tse Tung, Kin II Sung, Che Guevara e muitos outros, empreenderam notáveis esforços parciais de sistematização da mesma fonte clássica, com objetivos práticos.

Diversos teóricos marxistas, como G. Lucaks, E. Mandel, C. Bettenheim, também intentaram interpretar esse marco teórico, buscando discernir a problemática do socialismo contemporâneo.

A Academia de Ciências da URSS, entre outras instituições similares dos países socialistas, produziu uma série de obras com o propósito de expor o pensamento marxista no que diz respeito ao socialismo, sendo que muitos deles circulam em manuais didáticos que refletem a preocupação de difusão em massa.

São conhecidos também outros esforços, como o que foi realizado pela Academia de Ciências da Tchecoslováquia, indo muito além da mera divulgação do pensamento clássico. Tal é o caso da obra magistral dirigida por Radovan Richta, que parte das fontes clássicas

como base científica fundamental para vislumbrar as perspectivas do desenvolvimento socialista em direção ao comunismo, e assenta as bases da compreensão de um dos fenômenos mais notáveis da nossa época: a revolução científico-técnica. Essa obra inaugura toda uma linha de interpretação que frutificará numa literatura muito significativa sobre o tema, particularmente na própria União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)*.

No que diz respeito à contribuição leninista, ainda está pendente uma discussão sistemática, rigorosa e exaustiva do seu aporte à teoria do socialismo. Tinha razão N. Bujarin quando dizia, na sua época, que "o Lenin marxista ainda está à espera do seu sistematizador". Passadas tantas décadas dessa observação, a tarefa ainda aguarda a sua hora.

A pesquisa sobre o seu pensamento, à qual dedicamos um esforço concentrado durante mais de seis anos, leva-nos a confirmar a hipótese de que é justamente a contribuição de Lenin que fundamenta em definitivo a teoria da transição socialista. Esses subsídios estão dispersos num conjunto de ensaios, artigos, discursos, conferências e comunicações, tornando bastante complexo o trabalho do pesquisador, no sentido de articular o seu pensamento, interpretá-lo, extrair dele toda a sua coerência e riqueza analítica. Essa tarefa de exposição e sistematização de sua obra nem o próprio autor pôde realizá-la, devido às suas responsabilidades práticas como dirigente estatal do primeiro processo de construção socialista. Todavia, a sua lucidez teórica só pôde ser plenamente alcançada em virtude dessa mesma prática: é ela que permite submeter os fundamentos teóricos, lógicos e ao mesmo tempo intuitivos de Marx e Engels ao critério da verdade concreta.

Ao empreender essa pesquisa, tão ambiciosa quanto necessária, fizemo-lo com a intenção de oferecer de nossa parte uma contribuição válida para a compreensão do fenômeno do socialismo contemporâneo, pois, ao sistematizar o pensamento marxista-leninista, está-se proporcionando um acréscimo relevante à ciência, vez que essa tarefa permitirá seu avanço. Estamos persuadidos de que somente a partir das bases teóricas do marxismo-leninismo é possível visualizar em dimensão ampla as características que vão assumindo os problemas, as dificuldades, os êxitos, as limitações e os fracassos das experiências reais do socialismo, até a fase atual do seu desenvolvimento, bem como as perspectivas dos seus avanços futuros.

* Extinta em novembro de 1991. (N. do E.)

Lenin é um marxista ortodoxo, embora não no sentido da ortodoxia dos epígonos da II Internacional, como os Kautsky, os Bernstein, os Vandervelde e tantos outros, mas no sentido de que no seu pensamento encontra-se o mais estrito rigor teórico-metodológio com respeito à obra de Marx e Engels. É exatamente por isso que a sua ampla capacidade criativa enriquece esse patrimônio e, partindo estritamente dele, supera-o. Daí que não se pode compreender Lenin sem uma compreensão cabal da contribuição dos seus mestres. Lenin resgata, na obra destes, as bases da teoria do socialismo lançadas pelo materialismo histórico e por suas tentativas bem-sucedidas da aplicação do mesmo no campo específico do estudo teórico dos processos de transição socialista. É nesse sentido que Lenin entende que *as bases da teoria do socialismo* – como uma teoria específica – foram fundadas por Marx e Engels. Sem embargo, é óbvio que o objeto específico da investigação dos clássicos não foi primordialmente o estudo da formação econômico-social socialista e sua evolução para o modo de produção comunista; eles concentraram muito mais o seu esforço no discernimento das leis de movimento do modo de produção capitalista, por duas razões interligadas: captar as suas características essenciais e poder, dessa maneira, vislumbrar o processo da sua superação, abrindo caminho para as revoluções sociais e para a criação de uma sociedade superior. Por esse motivo Preobrazhenski tem toda razão ao considerar que *O capital* somente podia ter sido escrito a partir da perspectiva de um comunista.

Insistimos, portanto, que seria um vão esforço a tentativa de seccionar a contribuição de Lenin daquela de Marx e Engels, no que diz respeito à teoria do socialismo. Marx e Engels lançam cimentos para a fundação dessa teoria, enquanto Lenin, retomando e enriquecendo essa base à luz da prática, confere-lhe sistema e consolidação. O embasamento teórico marxista e o processo revolucionário russo são, portanto, elementos cruciais de uma análise para a compreensão plena da teoria marxista-leninista da transição para o socialismo.

Ora bem, após a contribuição leninista, essa teoria seguiu avançando. Contudo, nossa hipótese é no sentido de que todo avanço posterior efetivo não pôde, nem poderá no futuro – caso se trate de avanço realmente válido, científico, que explique de fato as novas

manifestações e produções do fenômeno do socialismo – prescindir do seu ponto de partida, isto é, do legado teórico-metodológico clássico.

Dividimos por isso a exposição do presente estudo em três partes principais: a primeira focaliza e interpreta o pensamento de Marx e Engels; a segunda, que é a mais alentada, se concentra na evolução posterior do mesmo por obra de Lenin; trata-se aqui de pôr em relevo como em Lenin se confirmam ou se retificam várias intuições hipotéticas que Marx e Engels não tiveram condições de verificar em sua época, por não terem vivido um processo concreto de revolução social vitoriosa, que na prática criaria um novo tipo de Estado; a terceira, na realidade um anexo, tem como objeto uma revisão das principais interpretações da teoria do socialismo.

Por própria imposição do tema, não foi possível evitar, em muitas ocasiões, a utilização de citações mais ou menos extensas dos autores consultados, tendo em vista que muitos aspectos são ainda objeto de controvérsias apaixonadas. Preferimos por isso sacrificar a elegância expositiva à fundamentação das linhas da nossa interpretação. De qualquer maneira, confiamos que o estilo vivo e apaixonado das citações dos clássicos, ao invés de tornar tedioso o nosso texto, ajude o leitor a percorrer conosco o caminho dessa ciência que modificou a face da humanidade.

NOTA À EDIÇÃO BRASILEIRA

Este livro foi escrito entre 1980 e 1981. A concepção revisionista eurocomunista havia chegado ao auge e era notória a sua influência na América Latina. O marxismo e o leninismo, em particular, passaram a ser abjurados, dessa vez por partidos e intelectuais comunistas.

A minha preocupação, portanto, naquela época, além da motivação estritamente acadêmica, era, através da análise sistemática dos autores, entregar elementos que ajudassem a superar essa visão equivocada. A conseqüência prática de tal visão, que descambava para o oportunismo, logo ficou patente: todos os partidos comunistas europeus, que adotaram essa orientação, foram perdendo, paulatinamente, sua base eleitoral. A receita requentada de Bernstein mostrou de novo sua ineficácia.

Com o advento da *Perestroika/Glasnost* a utilidade da divulgação deste trabalho era ainda maior, pois, a meu modo de ver, ao contrário da interpretação predominante mundialmente, tanto na direita como na esquerda, a política proposta inicialmente por Gorbachev era inspirada ortodoxamente no leninismo. Nos cursos que dei para a pós-graduação na Universidade de Brasília desenvolvi a tese que sustentava ser a *Perestroika* a NEP II (Nova Política Econômica II) e não tive nenhuma contestação. Hoje, após o fracasso do socialismo na ex-URSS, tal interpretação pode parecer absurda para aqueles que buscam uma explicação fácil ao atribuir exclusivamente a Gorbachev a culpa do desastre; ou até alvissareira para os antileninistas... Creio que a *Perestroika* foi uma proposta necessária de revolução na revolução, porém tal proposta não foi implementada plenamente, pois como veio de cima não conseguiu mobilizar a maioria do povo e fracassou. Mas a *Glasnost*, que surge como proposta gêmea da *Perestroika*, se independentizou dela e seguiu um curso próprio empolgada pelos liberais disfarçados de comunistas tipo Yeltsin. Na verdade, tal proposta grandiosa de Gorbachev e sua equipe de reestruturar a URSS para torná-la a grande potência do

terceiro milênio através de 'mais socialismo' transformou-se em um feitiço que o próprio mago não pôde controlar. Adveio, em substituição à 'ditadura do proletariado' a 'ditadura dos liberais', os comunistas e seu partido passaram a ser perseguidos e discriminados sem nenhuma condescendência pluralista e democrática. Só que essa última ditadura não se exerce em função da satisfação das necessidades básicas da maioria.

Lenin sempre contemplou a possibilidade do fracasso de uma experiência histórica de socialismo. Nem poderia deixar de fazê-lo, pois o seu país esteve à beira disso durante a guerra civil e às vésperas da NEP. A realidade comprovou seus temores. Contudo, que procedência têm as afirmações absurdas e tão corriqueiras na imprensa de nossos dias sobre 'o fim do comunismo', 'o mundo pós-socialista', 'a morte do marxismo', etc.? Nenhuma, exceto para aqueles que crêem que o capitalismo é o fim da história! Exceto para os pessimistas que pensam que a humanidade não tem alternativa melhor para a maioria, senão a miséria e seus subprodutos tais como a marginalidade, a enfermidade e a violência! Ou para os ingênuos que crêem que esse sistema pode evoluir para uma distribuição mais eqüitativa da renda e da riqueza gerando níveis progressivos de bem-estar. Todas essas percepções são estranhas à história e à ciência. São historicamente infundadas porque os oprimidos, sobretudo quando adquirem consciência de sua condição objetiva, descobrem formas de questionamento da situação existente; são cientificamente infundadas porque o capitalismo atravessa uma crise estrutural insuperável que advém do processamento da revolução científico-tecnológica. Essa revolução situa a ciência como a principal força produtiva e tende, pela automação, a retirar a força de trabalho do homem do processo produtivo direto, supondo portanto o seu deslocamento para outras esferas sociais, tais como as de ciência pura, desbravamento do cosmos, atividades culturais, lazer, etc. Tudo isso já era percebido nas 'utopias' de Marx e Engels. Como processar tudo isso sem *planificação?* Mas esse conceito hoje não é tão abjurado? Como fazê-lo sem *intervenção estatal?* Mas essa idéia não está tão 'fora de moda'? Paradoxo da história: quanto mais o mundo de hoje necessita planejar e estatizar mais florescem as múmias do liberalismo. O fato é que o capitalismo é congenitamente incompatível com a revolução científico-tecnológica e tende, pois, a transformar-se em reacionário ao desenvolvimento da sociedade. Não é aleatório que suas crises

cíclicas sejam cada vez mais constantes e profundas e suas recuperações curtas e medíocres.

Por tudo isso penso que a proposta socialista, tal como foi concebida pelos clássicos marxistas, mantém inalterada a sua validez. Tal convicção provém não apenas de uma visão humanista mas, sobretudo, de um aprendizado científico que obteve com os autores estudados. Que eu saiba, ainda não foi feita uma análise da derrota do socialismo na URSS e da crise atual do marxismo dela decorrente. Em todo caso, penso que só através do marxismo será possível explicar a ambas.

Brasília, fevereiro de 1992

I PARTE
AS BASES DA TEORIA DO SOCIALISMO EM K. MARX E F. ENGELS

INTRODUÇÃO

A obra de Marx e Engels está dedicada em sua maior parte à análise do capitalismo. Para os fundadores do marxismo, a temática da transição socialista não chegou a ser objeto específico de investigação. Contudo, em suas obras podem-se encontrar múltiplas reflexões sobre as características da nova sociedade e das linhas gerais da sua evolução. Apesar de que suas reflexões são muitas vezes intuitivas e estão dispersas em vários livros e artigos, no seu conjunto elas contêm um certo apelo à sistematização que configura *as linhas básicas de uma concepção coerente sobre a sociedade em transição socialista – a ditadura do proletariado – bem como a sociedade comunista propriamente dita. Essa concepção é meridianamente distinta das concepções socialistas utópicas*. Comentando, nesse sentido, a concepção marxista, Engels dizia:

> Ademais, o que confere à nossa obra uma importância especialíssima é a circunstância que ela se proclama pela vez primeira a fórmula em que unanimemente os partidos operários de todos os países do mundo condensam a sua reivindicação de uma transformação econômica: a apropriação dos meios de produção pela sociedade (...)

e Marx escreve:

> *Por detrás do direito ao trabalho está o poder sobre o capital, e por detrás do poder sobre o capital está a apropriação dos meios de produção,* sua submissão à classe trabalhadora unida e, por conseguinte, a abolição tanto do trabalho assalariado como do capital, e de suas relações mútuas. Aqui se formula, pois, pela primeira vez, a tese pela qual o socialismo obreiro moderno se distingue taxativamente de todos os matizes do socialismo feudal, burguês, pequeno-burguês, etc., da mesma forma como da confusa comunidade de bens do comunismo utópico e do comunismo obreirista espontâneo.[1]

Mas a contribuição de Marx e Engels não se detém na apropriação dos meios de produção pela sociedade. Eles descobrem também

a única fórmula política por meio da qual ela poderá realizar-se: "o proletariado organizado como classe dominante", quer dizer, a ditadura do proletariado.

Fazendo referência às suas contribuições teóricas, em uma carta a Weidemayer, de 5 de março de 1852, Marx diz o seguinte:

> No que a mim diz respeito, não me cabe o mérito de ter descoberto a existência das classes sociais na sociedade moderna, nem a luta entre elas. Muito antes de mim, alguns historiadores burgueses já haviam exposto o desenvolvimento histórico dessa luta de classes e alguns economistas burgueses haviam evidenciado a sua anatomia econômica. O que eu trouxe de novo tem sido demonstrar: 1) que a existência das classes está ligada apenas a determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção (*historische Entwicklungsphasen der Production*); 2) que a luta de classes conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado; 3) que essa mesma ditadura, de per si, não é mais do que o trânsito para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes...[2]

Essas palavras de Marx revelam, como acentuou Lenin, "a essência da sua teoria do Estado".[3]

Lenin, analisando o pensamento marxista sobre a transição, ressalta que:

> Em Marx não há nem rasto de utopismo, pois não inventa uma 'nova' sociedade. Não, Marx estuda o processo natural de como *nasce* a nova sociedade a partir da velha, estuda as formas de transição da segunda à primeira. Toma a experiência real do movimento proletário de massas e se esforça por extrair dela os ensinamentos práticos. 'Aprende'da comuna, da forma como não recearam aprender todos os grandes pensadores revolucionários da experiência dos grandes movimentos da classe oprimida, e não lhes dirigiram nunca sermões pedantes...[4]

Lenin considera que "essa parte da sua doutrina (...) é, inquestionavelmente, a mais importante".[5]

Ora, é sumamente relevante refletir sobre essa consideração de Lenin a respeito da contribuição mais mportante da teoria marxista. Sem dúvida alguma, é certo que Marx e Engels dedicaram grande parte de suas vidas e de suas obras ao estudo do capitalismo. Contudo, é importante destacar que, se assim o faziam, era porque entendiam a necessidade de compreender as leis do funcionamento da sociedade de classes para conseguir explicar sua forma de superação.

Buscavam na análise daquela não um mero exercício acadêmico, mas a identificação rigorosa e científica do processo de transição da sociedade 'velha' para a sociedade do futuro. Analisaram o capitalismo a partir da perspectiva da sociedade superior comunista.

Por esse motivo, as características básicas da sociedade do período de transição ao socialismo emergem da sua análise do capitalismo como uma resultante lógica e histórica. A evolução dos seus estudos acerca da teoria do capitalismo vai engendrando ao mesmo tempo o esclarecimento e a sistematização das bases da teoria da revolução e do socialismo. E, ao mesmo tempo, é de suas reflexões sobre a prática da luta de classes, "sobre a experiência real do movimento proletário de massas", que eles extraem ensinamentos valiosos; e é a vivência política direta das mesmas que permite a Marx e Engels precisarem com todo rigor os seus conceitos e fundamentar a nova teoria da transição.

Lenin soube captar muito bem esse aspecto essencial da contribuição marxista:

> Toda a teoria de Marx é a aplicação da teoria do desenvolvimento – na sua forma mais conseqüente, mais completa, mais meditada e mais rica de conteúdo – ao capitalismo moderno. Era natural, portanto, que se apresentasse a Marx a questão de aplicar essa teoria também à *iminente* bancarrota do capitalismo e ao desenvolvimento *futuro* do comunismo *futuro*. Pois bem, mas em base a que dados pode armar-se a questão do desenvolvimento futuro do comunismo futuro?
> É em base ao fato de que o comunismo *procede* do capitalismo, é o resultado da ação de uma força social *engendrada* pelo capitalismo. Em Marx não encontramos a mais leve intenção de fabricar utopias, de fazer conjecturas vãs sobre coisas que não é possível conhecer. Marx coloca a questão do comunismo como o naturalista colocaria, por exemplo, a do desenvolvimento de uma nova espécie biológica, sabendo que surgiu de tal e tal modo e que se modifica em tal e tal direção determinada.[6]

O objetivo desta parte é destacar os aspectos teóricos essenciais do pensamento de Marx e Engels em relação ao período de transição ao socialismo e ao comunismo, acrescendo-os de alguns comentários e interpretações no intuito de facilitar uma compreensão mais ampla de alguns dos seus aspectos. Para isso, importa destacar as principais categorias marxistas sobre o tema, tomando em consideração uma certa ordem lógica de exposição.

1. AS CONDIÇÕES MATERIAIS DO SOCIALISMO

Os germes do socialismo

Nos *Elementos fundamentais para a crítica da economia política*, Marx, embora não analise especificamente a transição para a nova sociedade, faz algumas referências importantes a essa temática. Essas referências, além de representarem indicações que desembocam na teoria do socialismo, são revelações de que é a perspectiva da sociedade superior que ilumina e orienta a análise por ele realizada sobre o modo de produção capitalista. Da mesma forma, a análise do caráter social da produção do capitalismo vai revelando ao mesmo tempo os elementos essenciais do seu caráter contraditório – a propriedade privada dos meios de produção e a resultante apropriação privada dos resultados do trabalho – os quais geram em seu seio as condições e as formas de superação.

Ele expõe isso do seguinte modo:

> O caráter coletivo da produção converteria o produto desde o princípio em um produto coletivo universal. A mudança que se realiza originariamente na produção – mudança não de valores de troca, mas de atividades determinadas por necessidades coletivas, por fins coletivos – incluiria desde o princípio a participação do indivíduo no mundo coletivo dos produtos. Sobre a base dos valores de troca, o trabalho é *colocado* como trabalho em geral apenas através do seu aspecto de permuta. Mas sobre esta nova base, o trabalho *seria colocado* como tal anteriormente à permuta; ou seja, a troca dos produtos deixaria de ser o *medium* comum que medeia a participação do indivíduo na produção geral. Claro está que em qualquer caso deve existir uma mediação. No primeiro caso, que deriva da produção autônoma dos indivíduos – mesmo que tais produções autônomas se determinem e se modifiquem *post festum** através de suas relações recíprocas –, a mediação acontece através da troca de mercadorias,

---

* No original: "...entre ambos problemas" (N.T.).

através do valor de permuta, do dinheiro, que são todas expressões de uma única e mesmo relação. No segundo caso, o *próprio suposto* é o mediante; ou seja, está pressuposta uma produção coletiva, ou o caráter coletivo como base da produção. O trabalho do indivíduo é colocado desde o princípio como trabalho social. Qualquer que seja a forma material do produto que ele cria ou que ajuda a criar, o que ele adquiriu com o seu trabalho não é um produto particular e determinado, mas uma determinada parcela da produção coletiva. Dessa forma, ele não possui nenhum produto particular para intercambiar. O seu produto não é um *valor de troca*. O produto assim não deve ser convertido antes de tudo em uma forma particular para receber um caráter geral para o indivíduo. Em lugar de uma divisão do trabalho, que se origina necessariamente da troca de valores de troca, ter-se-á uma organização de trabalho que tem como resultado a porção que corresponde ao indivíduo no consumo coletivo. No primeiro caso, o caráter social da produção é *estabelecido* apenas através da elevação dos produtos a valores de comércio, sendo a mudança desses valores de troca estabelecida *post festum*. No segundo caso, o caráter social da produção é pressuposto, e a participação no universo dos produtos, no consumo, não é mediada pelo intercâmbio de produtos do trabalho ou de trabalhos reciprocamente independentes. Ele é mediado pelas condições sociais da produção dentro das quais age o indivíduo. Querer transformar o trabalho do indivíduo (ou seja também o seu produto) imediatamente em *dinheiro*, em valor de troca realizado, significa determiná-lo *imediatamente* como trabalho geral, quer dizer, negar precisamente as condições sob as quais deve ser transformado em dinheiro e em valor de troca, e sob as quais depende do câmbio privado. A exigência pode ser satisfeita somente em condições em que já não pode ser colocada. O trabalho, sobre a base dos valores de troca, supõe precisamente que nem o trabalho do indivíduo nem o seu produto sejam *imediatamente* universais, e que este último apenas obtenha a sua forma universal através de um *dinheiro* distinto dele.[7]

Faz pleno sentido mencionar aqui esses passos de Marx, pois como ele mesmo dizia,

nosso método põe em evidência os pontos nos quais deve introduzir-se a análise histórica, ou nos quais a economia burguesa, como mera forma histórica do processo de produção, aponta para além de si mesma, para os modos procedentes de produção históricos. Para analisar as leis da economia burguesa não é, pois, necessário escrever *a história real das relações* – que apontam para um passado que se localiza por trás desse sistema. Tais indícios, conjuntamente com a concepção correta do presente, forçam *de produção*. Mas a correta concepção e dedução das mesmas, enquanto relações originadas historicamente, conduz sempre a primeiras equações – como por exemplo os números empíricos nas ciências naturais necem também a chave da compreensão do passado (um trabalho à parte que confiamos poder abordar em outra oportunidade). Esta análise correta leva de qualquer maneira a pontos nos quais, *foreshadowing* (prefigurando) o movimento nascente do futuro se insinua a abolição da presente forma das relações de produção. Se por um lado as fases pré-burguesas se apresentam como pressupostos *puramente históricos*, ou seja, abolidos, por outro as condições atuais da produção se apresentam como *abolindo-se a si mesmas* e, portanto, como estabelecendo os *pressupostos históricos* para um novo ordenamento da sociedade.[8]

A seguir, nos permitiremos reproduzir outra ampla citação de Marx, que se reveste de importância muito especial como síntese da sua concepção sobre "a contradição entre a base da produção burguesa e o seu próprio desenvolvimento". Nessa análise ele demonstra como o progresso da ciência e da tecnologia entra em conflito com o sistema de relações burguesas de produção, criando as condições para que "se desaprume a produção fundada no valor de troca", ou seja, a base natural, para que na nova sociedade seja superada completamente a lei do valor. Adquire sentido a seguinte transcrição de Marx, não propriamente para revelar as contradições do modo de produção capitalista, o que não é o objetivo do presente trabalho, mas porque essa sua análise revela, ao mesmo tempo, características do desenvolvimento das forças produtivas que são a base material em que se fundará a nova sociedade. Assim escreve Marx:

O intercâmbio de trabalho vivo objetivado, isto é, a submissão do trabalho social à forma de antítese entre o capital e o trabalho, é o derradeiro desenvolvimento da *relação de valor* e da produção fundada no valor. O pressuposto dessa relação é, e continua sendo, a magnitude de tempo imediato de trabalho, o quanto de trabalho empregado como fator decisivo na produção da riqueza. Sem embargo, na medida em que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva torna-se menos dependente do tempo de trabalho e do quanto de trabalho empregados do que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder esse que por sua vez – sua *powerful effectiveness* (poderosa

eficácia) – não guarda relação alguma com o tempo de trabalho imediato que custa a sua produção, mas que depende bem mais do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção. (O desenvolvimento dessa ciência, essencialmente da ciência natural e, com ela, de todas as demais, está por sua vez em relação com o desenvolvimento da produção material). A agricultura, por exemplo, transforma-se em mera aplicação da ciência que se ocupa do intercâmbio material de gêneros, de como regular o mesmo da maneira mais vantajosa para o inteiro corpo social. A riqueza efetiva manifesta-se melhor – e isso é revelado pela grande indústria – na enorme desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, bem como na desproporção qualitativa entre o trabalho, reduzido a uma pura abstração, e o poderio do processo de produção vigiado por aquele. O trabalho já não aparece tanto como incluído no processo de produção, mas o homem se comporta muito mais como supervisor e regulador com respeito ao próprio processo produtivo. (O que é dito sobre a maquinaria é válido também para a combinação das atividades humanas e o desenvolvimento do comércio humano). O trabalhador já não introduz o objeto natural modificado como elo intermediário entre a coisa e ele mesmo, mas insere-se no processo natural, transformando-o em industrial como meio entre si mesmo e a natureza inorgânica que domina. Ele aparece ao lado do processo de produção, em vez de ser o seu agente principal. Nessa transformação, o que aparece como pilastra fundamental da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato executado pelo homem, nem o tempo que este trabalha, mas sim a apropriação da sua própria força produtiva geral, sua compreensão da natureza e seu domínio da mesma, graças à sua existência como corpo social; numa palavra, o desenvolvimento do indivíduo social. *O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual se funda a riqueza atual,* aparece como uma base miserável em comparação com esse fundamento recém-desenvolvido, criado pela indústria grande mesma. Tão logo como o trabalho em sua forma imediata deixou de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa – e tem que deixar – de ser a sua medida, e portanto o valor de câmbio deixa de ser a medida do valor de uso. *O plustrabalho* da massa* deixou de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o *não-trabalho de uns poucos* deixou de sê-lo para o desenvolvimento dos poderes gerais do intelecto humano.

Com isso desapruma-se a produção fundada no valor de troca, e tira-se ao processo de produção material a forma de necessidade premente e o

* De acordo com o original traduzido do espanhol. Na época, o autor não havia desenvolvido o conceito de mais-valia tal como existe hoje. (N. do A.)

antagonismo. Desenvolvimento livre das individualidades, e por conseguinte não redução do tempo de trabalho necessário ao estabelecimento de plustrabalho, mas redução em geral do trabalho necessário da sociedade a um mínimo, ao qual corresponde então a formação artística, científica, etc., dos indivíduos, graças ao tempo que se tornou livre e aos meios criados por todos.[9]

E mais adiante Marx conclui:

(...) O crescimento das forças produtivas já não pode estar ligado à produção de *surplus labour* alheio, mas a massa trabalhadora deve apropriar-se do seu plustrabalho. Uma vez feito isso – e com isso deixando o *disposable time* de ter uma existência antiética – de uma parte o tempo de trabalho necessário encontrará a sua medida nas necessidades do indivíduo social, e de outra, o desenvolvimento da força produtiva social será tão rápido que, embora presentemente se calcule a produção em função da riqueza comum, crescerá o *disposable time* de todos. A riqueza real passa a ser a força produtiva desenvolvida por todos os indivíduos. Então já não é de forma alguma o tempo de trabalho a medida da riqueza, mas sim o *disposable time*.[10]

O pensamento de Marx exposto nas transcrições anteriores é tão claro que dispensa maiores comentários. Todavia, é importante salientar como, através de um raciocínio lógico-dialético, Marx demonstra que o desenvolvimento das forças produtivas alcançando um estágio superior, o da automação, cria as condições materiais indispensáveis para uma organização radicalmente nova e superior do aparelho produtivo (onde não mais impera a lei do valor), e da vida social em geral, para o comunismo. Obviamente, a automação não é por si mesma uma condição suficiente – pois nesse caso o passo ao comunismo seria mecânico – mas sim absolutamente necessária.

É interessante destacar também como Marx zomba da incapacidade dos economistas burgueses de compreender a evolução histórica para o socialismo:

Os economistas burgueses estão de tal maneira enclausurados nas representações de determinada etapa histórica do desenvolvimento da sociedade, que a necessidade de se *objetivar* os poderes sociais do trabalho que lhes aparece como inseparável da necessidade de que os mesmos se *alienem* em relação ao trabalho vivo. No entanto, com a abolição do caráter *imediato* do trabalho vivo como trabalho meramente *individual,* ou ape-

nas intrinsecamente geral, com o poder da atividade dos objetivos da produção, suprime-se-lhes essa forma de alienação; com isso eles são colocados como propriedade, como o corpo social orgânico no qual os indivíduos se reproduzem como indivíduos, porém como indivíduos sociais. As condições para serem tais indivíduos sociais na reprodução da sua vida, no seu processo vital produtivo, são postas unicamente pelo próprio processo econômico histórico; tanto as condições objetivas como as subjetivas, que nada mais são do que duas formas diferentes das mesmas condições.[11]

Em *O capital*, Marx, analisando a correlação entre o aumento da intensidade e a força produtiva do trabalho com a diminuição da jornada, desenvolve de maneira mais completa esse mesmo raciocínio. A citação que destacamos a seguir também é longa, mas, devido à sua relevância na presente temática, permitimo-nos transcrevê-la:

O aumento da força produtiva do trabalho e sua crescente intensidade atuam uniformemente no mesmo sentido. Ambos os fatores incrementam a massa de produtos elaborada num determinado período de tempo. Ambos diminuem, portanto, a parte da jornada em que o operário tem que trabalhar para produzir os seus meios de subsistência ou o seu equivalente. O *limite mínimo absoluto* da jornada de trabalho é o que traça essa sua *parte necessária*, porém com restrições. Se toda a jornada de trabalho se reduzisse a isso, desapareceria o trabalho excedente, coisa inconcebível sob o regime do capital. A supressão da forma capitalista de produção permitiria reduzir a *jornada de trabalho ao trabalho necessário*. Este, todavia, na suposição de que todas as demais circunstâncias permanecessem inalteráveis, dilataria os seus limites. Por duas razões: Primeiro, porque as condições de vida do trabalhador seriam mais prósperas e as suas exigências maiores; segundo, porque ao trabalho necessário incorporar-se-ia uma parte daquilo que atualmente é trabalho excedente, a saber: a quantidade de trabalho necessária para a criação de um fundo social de reserva e acumulação. Quanto mais cresce a força produtiva do trabalho, mais pode encurtar-se a jornada, e quanto mais se encurta esta, mais pode crescer a intensidade do trabalho. Socialmente considerada, a produtividade do trabalho cresce também com sua economia. Esta não inclui apenas a economia dos meios de produção, mas também a supressão de tudo quanto seja trabalho inútil.

Em seguida Marx enfatiza como essa economia dos meios de produção, embora no regime capitalista ela aconteça no interior de cada empresa particular, gera todavia, ao nível do sistema como um

todo, devido a suas características essencialmente anárquicas, o desperdício dos meios de produção e da força de trabalho, e dá sustentação a uma série de atividades absolutamente supérfluas.

Da análise anterior Marx tira a seguinte conclusão:

Dadas a intensidade e a força produtiva do trabalho, *a parte da jornada social de trabalho necessária para a produção material* será tanto mais curta, e por isso tanto mais longa a parte de tempo dedicada à livre atividade espiritual e social dos indivíduos, quanto mais *equitativamente* seja distribuído o trabalho entre todos os membros úteis da sociedade, e quanto mais se reduzam os setores sociais que se subtraem à necessidade natural do trabalho para lançá-la sobre os ombros dos outros. Nesse sentido, o limite absoluto em que esbarra a jornada de trabalho é o *caráter geral do mesmo*. Na sociedade capitalista, se uma classe goza de tempo livre, é à custa da conversão da vida toda das massas em tempo de trabalho.[12]

Em outros termos, Marx estabelece uma conexão estreita entre o "desperdício mais desenfreado dos meios sociais de produção e força de trabalho" (o que significa de resto uma limitação do progresso social em geral) e maior extensão da parte da jornada social de trabalho necessária à produção material, com a distribuição desproporcional do trabalho. Isso não pode deixar de ocorrer na sociedade capitalista, e representa portanto um limite intrínseco que o sistema de exploração impõe ao desenvolvimento social amplo. A distribuição equitativa do trabalho, e portanto uma parte maior de tempo "dedicada à livre atividade espiritual e social dos indivíduos" somente pode ser o resultado de uma sociedade regida pelo princípio do planejamento social, onde o trabalho possa adquirir um sentido qualitativamente diverso daquele que o orienta sob o regime capitalista.

Não se trata, segundo a visão marxista, meramente de 'adocicar' os efeitos mais ostensivos do sistema de exploração do trabalho, trata-se de superá-lo completa e radicalmente. Pois, "mesmo que alguma forma de trabalho assalariado possa eliminar os efeitos de outra, nenhuma delas pode eliminar os inconvenientes do próprio trabalho assalariado".[13]

O socialismo como uma necessidade histórica

A análise histórica geral realizada por Marx em *O capital*, sobre a tendência histórica da acumulação capitalista, oferece novos ele-

mentos que, combinados com a sua análise essencialmente abstrata exposta nas citações anteriores, vão dando forma ao arcabouço da sua teoria do socialismo. Tivemos oportunidade de salientar como Marx considera, em nível elevado de abstração, que uma condição necessária para a sociedade comunista é um estado superior de desenvolvimento das forças comunistas, ou seja, a automação. Ora, no texto que em seguida vamos citar, situado sem dúvida em nível mais concreto de análise, o capitalismo é enfocado como responsável pelas bases materiais da sua própria extinção, gerando portanto a necessidade histórica do socialismo.

Marx faz uma síntese dos momentos da evolução histórica da acumulação capitalista desde os seus começos, a pequena indústria até a sua forma mais avançada, a centralização monopólica, que cria as condições últimas para sua superação. Tendo em vista a sua elevada importância analítica, permitimo-nos uma transcrição bastante longa. Assim Marx se exprime:

> A propriedade privada do trabalhador sobre os seus meios de produção é a base da pequena indústria, e esta é uma condição necessária para o desenvolvimento da produção social e da individualidade livre do próprio trabalhador.
> (...) Esse regime supõe a *compartimentação* da terra e dos demais meios de produção. Exclui a concentração dos mesmos, e exclui também a cooperação, a divisão do trabalho dentro dos mesmos processos de produção, a conquista e regulamentação social da natureza, a livre expansão das forças *sociais* produtivas. (...) Ao chegar a um certo grau de progresso, ele mesmo revela os meios materiais da sua destruição. A partir desse momento, no seio da sociedade agitam-se forças e paixões que por ele se sentem coibidas. Faz-se necessário destruí-lo, e ele é destruído. A sua destruição, a *transformação dos meios de produção individuais e dispersos em meios sociais e concentrados de produção*, portanto da propriedade raquítica de muitos em propriedade gigantesca de poucos, ou o que dá no mesmo, *a expropriação que priva a grande massa do povo da terra e dos meios de vida e instrumentos de trabalho*, essa espantosa e difícil *expropriação das massas do povo*, forma a pré-história do capital.
> (...) Uma vez que esse *processo de transformação corrói suficientemente, em extensão e em profundidade, a sociedade antiga: uma vez que os trabalhadores se convertem em proletários e suas condições de trabalho* em capital; uma vez que o regime capitalista de produção já se move por meios próprios, o rumo ulterior da socialização do trabalho e da transformação da terra e demais meios de produção explorados socialmente, quer dizer, *coletivos*, e portanto o andamento ulterior da *expropriação dos proprietários privados, adquire uma nova forma*. Já não se trata mais de expropriar o capitalista explorador de numerosos trabalhadores.
> Essa *expropriação* é levada a cabo pelo jogo das leis imanentes da *própria produção capitalista, a centralização dos capitais*. Cada capitalista desaloja muitos outros. Paralelamente a essa centralização do capital, ou *expropriação de muitos capitalistas por uns poucos*, desenvolvem-se em escala cada vez maior a forma cooperativa do processo de trabalho, a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração sistemática e organizada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho utilizáveis apenas coletivamente, a economia de todos os meios de produção a serem empregados como meios de produção de um trabalho combinado, social, a absorção de todos os países pela rede do mercado mundial, e, como conseqüência disso, o caráter internacional do regime capitalista. À medida que diminui progressivamente o número de magnatas capitalistas que usurpam e monopolizam esse processo de transformação, cresce o volume da miséria, da opressão, da escravização, da degeneração, da exploração; em contrapartida, cresce também a rebeldia da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa e mais disciplinada, mais unida e mais organizada, em virtude do próprio mecanismo do processo capitalista de produção.
> *O monopólio do capital converte-se em grilhão do regime produtivo* que com ele e sob ele cresceu. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho chegam a um ponto em que se tornam incompatíveis com o seu envoltório capitalista. Este explode em frangalhos. *Soou a hora final da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados.*
> O sistema de apropriação capitalista que brota do regime capitalista de produção, e portanto a *propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual baseada no próprio trabalho*. A produção capitalista engendra a sua primeira negação, com a força inexorável de um processo natural. Esta contudo não restaura a *propriedade privada* já destruída, mas sim uma *propriedade individual* que recolhe os progressos da era capitalista; uma propriedade individual baseada na *cooperação* e na *posse coletiva da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho*.
> A transformação da propriedade privada dispersa e baseada no trabalho pessoal do indivíduo em propriedade privada *capitalista* foi naturalmente um processo muitíssimo mais lento, mais duro e mais difícil do que o será a transformação da propriedade capitalista, que na realidade já repousa sobre métodos sociais de produção, em propriedade *social*. *Lá*, tratava-se da expropriação da massa do povo por uns quantos usurpadores; aqui, da expropriação de uns quantos usurpadores pela massa do povo.[14]

2. O NECESSÁRIO PERÍODO DE TRANSIÇÃO

Característica essencial do socialismo

Acompanhando o raciocínio lógico-dialético de Marx e Engels, aproximamo-nos agora da sua concepção sobre algumas características do período de transição entre o capitalismo e o comunismo, ou seja, a sociedade socialista, primeira fase da sociedade comunista.

A característica mais geral desse período, e que como tal o define, é a existência de dois princípios essencialmente distintos de ordenação das relações de produção: princípio da planificação *versus* princípio do mercado. Essa coexistência revela a sobrevivência dos vestígios do modo de produção capitalista, que todavia tende a ser progressivamente eliminado a par do desenvolvimento cada vez mais dominante do novo sistema econômico-social, que já contém no seu bojo os germes do novo modo de produção, qualitativamente diverso e superior, o comunista.

Muito embora, pelo fato da manutenção do mercado, ainda funcione de certa forma a lei do valor na economia socialista, bem como certos princípios gerais do direito burguês, tais características essenciais do capitalismo já não são os elementos fundamentais da ordenação da vida econômica e social.

A lei do valor está subordinada ao princípio ordenador da planificação, e o seu caráter restringe-se, pois, predominantemente, a mero instrumento de contabilidade e controle, utilizado pelo aparelho produtivo, centralizado e planificado sob controle estatal.[15] Quanto mais se desenvolve o processo de planificação central da vida social, e quanto mais evoluem as forças produtivas, menor tende a ser a necessidade de manifestação desses elementos herdados da velha sociedade, e mais intensamente tenderão a evoluir os embriões do novo modo de produção e de organização das relações econômicas e sociais da nova sociedade e, portanto, a tornarem-se completamente dispensáveis os ranços do capitalismo. Os vestígios da lei do valor não serão abolidos por decretos, mas desaparecerão por si mesmos, como efeito natural do desenvolvimento do novo sistema de vida.

Esse processo representa, portanto, o prenúncio da etapa superior, a sociedade comunista propriamente dita. Contudo, as bases preliminares dessa etapa superior são geradas no seio da sociedade de transição socialista (da mesma forma como o capitalismo teve sua gestação no seio da sociedade feudal). Durante a etapa do socialismo, da mesma forma como a economia planificada já começa a subjugar a economia de mercado, assim também o direito de igualdade passa a ser o princípio ordenador. Esse princípio não supera ainda completamente o direito burguês. Mas à medida que o submete à regulação do poder político proletário, e o transforma de fato em um direito universal – a par da marcha irreversível em direção à superação geral dos vestígios das formas de dominação econômica, política e social – tende a gerar as condições de superação dos caracteres de desigualdade inerentes ao direito da igualdade, que é ainda ressaibo do capitalismo, e a desenvolver o embrião do direito comunista, que não se correlaciona com a capacidade de trabalho, mas sim com a satisfação das necessidades do homem.

Mas vejamos como o próprio Marx enfrenta essa temática:

> Imaginemos, para variar, uma associação de homens livres que trabalham com meios coletivos de produção e que utilizam as suas numerosas forças individuais de trabalho com plena consciência do que fazem, como *uma* grande força de trabalho social. Nessa sociedade repetir-se-ão todas as normas que presidem o trabalho de um Robinson, mas com caráter *social* e não *individual*. Os produtos de Robinson eram todos produto pessoal e exclusivamente seu, objetos portanto diretamente destinados ao *seu* uso. O produto coletivo da associação a que nos referimos é um produto *social*. Uma parte desse produto reverte à prestação de serviço sob a forma de meios de produção. Continua sendo social. Outra parte é consumida pelos indivíduos associados, sob forma de meios de vida. Deve, portanto, ser *distribuída*. O *caráter* dessa distribuição variará segundo o caráter especial do próprio organismo social de produção e de acordo com o nível histórico dos produtores. Partamos, todavia, mesmo que seja a título de paralelo com o regime de produção de mercadorias, do pressuposto de que a participação consignada a cada produtor nos meios de vida depende do seu *tempo de trabalho*. Nessas condições, o tempo de trabalho representaria, como se vê, uma dupla função. Sua distribuição, com respeito a um plano social, servirá para regular a proporção adequada entre as diversas funções do trabalho e as diferentes necessidades. De outra parte e simultaneamente, o tempo de trabalho servirá para graduar a parte individual do produtor no trabalho coletivo, e portanto, na parte do produto, também coletivo, destinada ao consumo. Como se vê, aqui as relações sociais dos homens com o seu trabalho e com os produtos do seu trabalho são perfeitamente claras e simples, tanto no que toca à produção como no que se refere à distribuição.[16]

Mas é sem dúvida na 'Crítica do programa de Gotha' que se encontram mais desenvolvidas e apresentadas sistematicamente as suas idéias sobre o período de transição e sobre a sociedade comunista. Devido à extraordinária importância de que se reveste o texto, vale a pena citá-lo amplamente:

> No seio de uma sociedade coletivista, baseada na propriedade comum dos meios de produção, os produtores não comercializam os seus produtos; o trabalho investido nos produtos tampouco aqui se apresenta *como valor* desses produtos, como uma qualidade material a eles inerente, pois aqui, em oposição ao que sucede na sociedade capitalista, os trabalhos individuais já não constituem parte integrante do trabalho comum mediante um circuito, mas sim diretamente. A expressão 'o fruto do trabalho', já hoje recusável por sua ambigüidade, perde assim todo o seu sentido.
> Trata-se aqui não de uma sociedade comunista que *se desenvolve* sobre a sua própria base, mas sim de uma que acaba de *emergir* precisamente da sociedade capitalista e que, portanto, revela ainda em todos os seus aspectos, econômicos, morais e intelectuais, o cunho da velha sociedade de cujas entranhas procede. Congruentemente, nela o produtor individual obtém da sociedade – após feitas as deduções obrigatórias – exatamente o que lhe deu.[17]

Desse raciocínio de Marx procede o lema da sociedade socialista (entendida esta como a etapa preliminar da sociedade comunista) 'a cada qual segundo o seu trabalho'.

Marx neste ponto trata de pôr em relevo algumas das características específicas dessa etapa preliminar e suas limitações provenientes dos resíduos do capitalismo. Marx prossegue:

> Aqui reina evidentemente o mesmo princípio que regula o intercâmbio de mercadorias, enquanto este é intercâmbio de equivalentes. Variaram a forma e o conteúdo, porque sob as novas condições ninguém pode dar nada além do seu trabalho e porque, por outro lado, agora nada pode passar a ser propriedade do indivíduo, afora os meios individuais de consumo. Porém, no que se refere à distribuição dos mesmos entre os diversos produtos, vigora o mesmo princípio do intercâmbio de mercadorias equivalentes; troca-se uma quantidade de trabalho, sob uma forma, por outra igual quantidade de trabalho sob outra diferente forma.

Por isso, o *direito igual* continua sendo aqui, em princípio, o *direito burguês,* mesmo que agora o princípio e a prática já não se prendam mais aos detalhes, porquanto nesse regime de intercâmbio de mercadorias o intercâmbio de equivalentes não se verifica mais do que como *termo* médio, não se verificando nos casos individuais.
Apesar desse progresso, o dito *direito igual* continua envolvendo implicitamente uma limitação burguesa. O direito dos produtores é *proporcional* ao trabalho que renderam; a igualdade aqui consiste no fato de ser rigorosamente medida pela *mesma pauta:* o trabalho.
Porém, alguns indivíduos são superiores a outros, tanto física como intelectualmente, e rendem portanto, no mesmo tempo, mais trabalho ou podem trabalhar mais tempo; e o trabalho, para servir de medida, deve ser determinado quanto à duração e intensidade; de outro modo, deixa de ser medida. Esse direito *igual* é um direito desigual para trabalho desigual. Ele não reconhece nenhuma distinção de classe, porque aqui cada indivíduo não passa de um trabalhador como os demais; mas reconhece, tacitamente, como outros tantos privilégios naturais, a desigual capacidade de rendimento. No fundo é portanto, como todo direito, o direito da desigualdade.[18]

Marx visualiza plenamente, "apesar desse progresso", as limitações intrínsecas da primeira fase, onde aquilo que corresponde a cada um é o equivalente de sua capacidade de trabalho.

Pode-se deduzir claramente que, para ele, a sociedade socialista, como primeira etapa de libertação do homem, representa ainda um avanço muito preliminar, apenas um 'progresso' na perspectiva de uma sociedade plenamente comunista.

Marx acrescenta:

Todavia, esses defeitos são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como ela brota da sociedade capitalista após um grande e doloroso aclaramento. O direito não pode nunca ser superior à estrutura econômica nem ao desenvolvimento cultural da sociedade por ela condicionado.
Na fase superior da sociedade comunista, quando tenha desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho, e com ela a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, quando o trabalho não seja apenas um meio de vida, mas a primeira necessidade vital, quando com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos crescerem também as forças produtivas e fluírem com todo seu caudal os mananciais da riqueza coletiva, só então poderá ser transposto completamente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá escrever na sua bandeira: De cada qual segundo sua capacidade; a cada qual segundo suas necessidades!
Mais adiante Marx acrescenta ainda:
Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista medeia o período de transformação revolucionária da primeira para a segunda. A esse período corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser outro do que a *ditadura revolucionária* do proletariado.[20]

Pode-se daí inferir claramente que, para Marx, o socialismo representava uma etapa de transição do capitalismo para o comunismo, e que a ditadura do proletariado é a expressão política dessa fase de transição. A superação completa do modo de produção e de vida capitalista inaugura o novo sistema social comunista. Nesse sentido, o socialismo, por seu caráter transitório, por manter ainda a coexistência de modos de produção díspares e contraditórios, representa muito mais uma *formação econômico-social* onde sobrevivem contradições antagônicas, expressas, por exemplo, na persistência das classes, e cuja resolução conduz à sua negação, através da superação dialética das mesmas pelo *modo de produção* e de vida comunista.[21]

Solução socialista de alguns problemas e questões táticas

Engels, no seu *Anti-Dühring,* insiste na idéia da planificação do desenvolvimento e da abolição do antagonismo entre campo e cidade, prognosticando a eliminação futura das grandes cidades. Contudo, analisando o problema de moradia, que já então se apresentava como um dos problemas cruciais da classe operária, trata de apontar algumas soluções intermediárias que deveriam ser adotadas imediatamente após a tomada do poder:

Tendo em vista que nós não nos dedicamos à construção de nenhum sistema utópico para a organização da sociedade do futuro, seria mais do que ocioso determo-nos nesse ponto. É certo, porém, que já existem hoje nas grandes cidades edifícios suficientes para dar solução imediata, se a eles fosse dada utilização racional, a toda verdadeira 'carência de moradias'. Isso naturalmente apenas poderá ser conseguido mediante a expropriação dos atuais donos e alojando em suas casas os trabalhadores que carecem de moradia ou que vivem amontoados na sua. E tão logo o proletariado conquistar o poder político, essa medida, imposta pelos interesses do bem público, será de tão fácil execução como o são hoje as de-

mais expropriações e requisições de moradias levadas a efeito pelo Estado atual.

E mais adiante continua:

Querer resolver a questão de moradia mantendo as grandes cidades modernas, é um contra-senso. Essas grandes cidades modernas só poderão ser suprimidas pela abolição do modo de produção capitalista, e quando essa abolição estiver em curso, *já não se tratará de proporcionar a cada operário uma casinha que lhe pertença como propriedade, mas sim de coisa bem diferente*.

E ele assinala que a medida proposta acima visa apenas "remediar de imediato a penúria de moradia", utilizando para isso, no início, 'os meios existentes'.[22]

Com referência ao mesmo tema, Engels diz também:

Dou-me por satisfeito se consigo demonstrar que a produção de nossa sociedade moderna é suficiente para dar de comer a todos os seus membros e que há casas bastantes para oferecer às massas trabalhadoras uma habitação espaçosa e sadia. De que maneira a sociedade futura regulará a distribuição de alimentos e de moradia? Especular sobre esse tema conduz diretamente à *utopia*. Podemos, em todo caso, partindo do estudo das condições fundamentais dos modos de produção até agora conhecidos, estabelecer que, com o colapso da produção capitalista, tornar-se-ão impossíveis certas formas de apropriação da velha sociedade. As próprias medidas de transição terão de adaptar-se, em todo lugar, às relações existentes em tal momento. Serão essencialmente diferentes em países de pequena propriedade e em países de grande propriedade territorial, etc.[23]

A importância da planificação da produção e da distribuição, bem como da grande produção coletiva, tornará a aparecer em várias das suas obras, artigos e cartas. Ele também tornará a insistir sobre a necessidade do período de transição, embora o considerasse como 'breve'. Na sua introdução à obra *Trabalho assalariado e capital*, de Marx, escrita em 1891, Engels assinala ademais que nesse período talvez haverá 'certas privações'. O seu texto diz assim:

É possível uma nova ordem social em que desaparecerão as atuais diferenças de classe e na qual – talvez um breve período de transição, acompanhado de certas privações, mas em todo caso muito proveitoso moralmente – mediante o aproveitamento e o desenvolvimento harmônico e

proporcional das imensas forças produtivas já existentes de todos os indivíduos da sociedade, com o dever geral de trabalhar, serão disponíveis igualmente para todos, em proporções cada vez maiores, os meios necessários para viver, para desfrutar da vida e para educar e exercer todas as faculdades físicas e espirituais.[24]

No prefácio do seu livro *Situação da classe operária na Inglaterra*, datado de 1892, Engels precisa um aspecto importante contido nessa obra. Diz ele:

Ao final do livro, vem enfatizado que o comunismo não é meramente uma doutrina do partido da classe trabalhadora, mas muito mais uma teoria cujo objetivo final é conseguir que toda a sociedade, inclusive os capitalistas, possa libertar-se do modelo estreito das condições atuais. Em abstrado – comenta Engels – essa afirmação é acertada, porém na prática ela é totalmente inútil e mesmo algo pior. Tendo em conta que as classes possuidoras, longe de experimentar a mínima necessidade de emancipação, e opondo-se além disso por todos os meios a que a classe operária se liberte a si mesma, a revolução social deverá ser preparada e realizada pela classe operária sozinha.[25]

É importante assinalar que essa posição de Engels se refere às relações dos operários com os capitalistas, e seria absurdo interpretá-lo de maneira rígida, no sentido de excluir a necessidade de alianças da classe operária com os demais setores e classes exploradas da sociedade, condição *sine qua non* da possibilidade de êxito de qualquer revolução.

Sem dúvida alguma, para Marx e Engels são essenciais as alianças, em particular com os camponeses pobres e com os assalariados agrícolas, bem como os setores radicalizados da pequena burguesia e das classes médias. É por meio dessas alianças que o proletariado consegue opor, sob sua hegemonia, a maioria do povo ao sistema de dominação, tanto durante o período da luta pela conquista do poder, como durante o período da transição socialista. Vale a pena citar uma passagem da análise de Engels sobre *O problema camponês na França e Alemanha*, com o objetivo de esclarecer a concepção marxista em relação à tática de como conduzir as relações com os camponeses, procurando primeiro neutralizá-los, para em seguida atraí-los à causa da construção socialista. Assim diz Engels:

É por si mesmo evidente que quando estivermos de posse do poder do Estado, não poderemos pensar em desapropriar violentamente os pequenos proprietários rurais (seja com indenização ou sem ela) da forma como nos veremos obrigados a fazê-lo com os grandes latifundiários. Nossa missão com respeito aos pequenos camponeses consistirá antes de tudo em orientar a sua produção individual e sua propriedade privada para um regime cooperativo, não pela força, mas pelo exemplo, e oferecendo a ajuda social para esse fim. E aqui teremos certamente meios de sobra para apresentar ao pequeno camponês a perspectiva de vantagens que já hoje devem parecer-lhe evidentes. (...) O mesmo acontece com os camponeses grandes e médios. Seus peões e seus jornadeiros nos interessam, naturalmente, mais do que eles mesmos. Se esses camponeses quiserem que se lhes garanta a continuidade das suas fazendas, estarão a pedir-nos algo que não podemos, em absoluto, conceder-lhes. (...) Nós temos a certeza econômica de que também os grandes e médios proprietários rurais deverão sucumbir infalivelmente em face da concorrência das fazendas capitalistas e da produção barata de cereais de ultramar. (...) Contra essa decadência, a única coisa que podemos fazer é recomendar também aqui a união de pequenas herdades em fazendas cooperativas, nas quais se possa ir descartando cada vez mais a exploração do trabalho assalariado, para poder convertê-las aos poucos em componentes iguais em direitos e deveres da grande cooperativa nacional de produção. (...) Caso contrário, teremos que abandoná-los à sua sorte e dirigirmo-nos aos seus empregados assalariados, pelos quais conseguiremos fazer-nos ouvir. É provável que também aqui deveremos prescindir de uma desapropriação violenta, contando de resto que a evolução econômica se encarregue de fazer com que essas cabeças obstinadas caiam em si.[26]

Engels prossegue, tentando identificar os principais inimigos:

Tão logo o nosso partido venha a tomar posse do poder do Estado, passará sem rodeios a expropriar os grandes latifundiários, exatamente do mesmo modo como fará com os fabricantes industriais.

A seguir, Engels faz referência aos critérios de expropriação, acentuando contudo o seu caráter meramente especulativo, sem a pretensão de fornecer 'receitas':

Quanto ao que essa expropriação seja levada a cabo com indenização ou sem ela, não dependerá em grande parte de nós, mas das circunstâncias em que subamos ao poder, e sobretudo da atitude que venham a adotar os grandes senhores latifundiários. A indenização não vem por nós considerada, muito menos como inadmissível, em todas as circunstâncias; Marx, antes de mim, muitas vezes assinalou a sua opinião de que o mais barato para nós seria poder desfazer-nos de toda essa quadrilha mediante dinheiro. Porém isso não interessa aqui. As grandes propriedades dessa forma restituídas à coletividade serão por nós entregues para serem desfrutadas pelos trabalhadores agrícolas que já presentemente as cultivam, e que deverão *organizar-se em cooperativas sob o controle da coletividade*. (...) Portanto, nesse ponto podemos abrir aos proletários agrícolas uma perspectiva tão brilhante como a que aguarda os operários industriais.[27]

O que Engels põe em destaque é que o critério da indenização não é uma questão de princípio, mas deve ser submetido às necessidades táticas de cada situação concreta, "das circunstâncias em que subamos ao poder" e, em especial, da "atitude que venham a adotar os senhores latifundiários". E como no marxismo não há dogmas, "isso não interessa aqui". O que importa sublinhar, como uma das características imprescindíveis do socialismo, é a organização cooperativa "sob o controle da coletividade".

É importante, pois, insistir no fato de que, embora o período de transição socialista se caracteriza pela destruição da base política, econômica e social sobre a qual se assenta a dominação das classes exploradoras, esta se realiza mediante um complexo sistema de alianças que o proletariado contrai com as outras classes e setores de classes dominadas. Nessa aliança de classes, o proletariado detém a hegemonia do poder, e essa é a condição do avanço irreversível do processo de transformações revolucionárias socialistas em direção à sociedade comunista. Sem embargo, durante o período de transição, sobrevive ainda a economia privada no interior da socialista. Essa presença tende a ser cada vez mais limitada, à medida que a marcha inexorável do progresso social vai superando os vestígios das diferenciações entre as antigas classes dominadas, 'proletarizando' os camponeses, a pequena burguesia e as classes médias, de tal modo que essas diferenças decadentes de classe sejam superadas definitivamente. Isso, por suposição, é um processo longo...

3. O CONCEITO DE DITADURA DO PROLETARIADO

Primeira intuição

Marx e Engels denominaram o período de transição como a ditadura do proletariado. Esse conceito essencial da teoria do socialismo já fora esboçado no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848. Nesse texto surge a idéia da ditadura do proletariado, embora ainda de forma embrionária e intuitiva. Falam Marx e Engels:

> O proletariado valer-se-á da sua dominação política para ir arrancando *gradualmente* todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção em mãos do Estado, i. é., do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar com a maior rapidez possível a soma das forças produtivas.
> Isso, naturalmente, *não poderá acontecer senão através da violação despótica do direito de propriedade e das relações burguesas de produção*, quer dizer, pela adoção de medidas que do ponto de vista econômico parecerão insuficientes e insustentáveis, mas que *no curso do movimento* se ultrapassarão a si mesmas e serão indispensáveis como meios para transformar radicalmente todo o modo de produção.
> Essas medidas naturalmente serão diferentes nos diversos países.[28]

"A violação despótica do direito de propriedade e das relações burguesas de produção", nisso consiste a definição da ditadura do proletariado, período no qual esse irá "arrancando gradualmente" todo o capital da burguesia. Nessas duas frases se condensa toda a concepção marxista da primeira etapa da nova sociedade ou, em outros termos, o período de transição ao comunismo propriamente dito. A burguesia e o seu modo de produção não desaparecem por decreto, mas sim "no decurso do movimento", caracterizado por medidas aparentemente 'insuficientes e insustentáveis', mas mantidas de maneira 'despótica', que transformam 'radicalmente' toda a sociedade. Vale assinalar a observação que estas "serão diferentes nos diversos países", o que significa que eles compreendiam que a ditadura do proletariado poderia assumir formas diferentes de funcionamento.

Mas não se detém aqui a contribuição do manifesto. Após sugerir uma série de medidas práticas para os 'países mais avançados' – que os autores encaram como tendo maior viabilidade e maturidade para a instauração da nova sociedade – Marx e Engels fazem projeções de suma relevância sobre o sentido que adquirirá o processo de desenvolvimento da sociedade comunista.

> Uma vez que no curso do desenvolvimento tenham desaparecido as diferenças de classe e toda a produção se haja concentrado nas mãos dos indivíduos associados, *o poder público perderá o seu caráter político*. O poder político, propriamente falando, é a violência organizada de uma classe para a opressão de outra. Se na luta contra a burguesia o proletariado se constitui indefectivelmente em classe; se mediante a revolução se converte em classe dominante e, enquanto classe dominante, *suprime pela força as velhas relações de produção, suprime*, juntamente com essas relações de produção, *as condições para a existência dos antagonismos de classes em geral, e portanto, sua própria dominação como classe*.
> Em substituição à antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classe, surgirá uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um será a condição do livre desenvolvimento de todos.[29]

Embora Marx e Engels não tenham explicitado completamente, nesse texto, a distinção das etapas de desenvolvimento da nova sociedade, essa diferenciação qualitativa entre o período da ditadura do proletariado e do comunismo propriamente dito bem como as condições de superação da primeira pela segunda configuram já nessa obra as bases da concepção marxista relativa à transição e à construção da sociedade comunista.

O conceito submetido à prática

Todavia, foi a experiência histórica da Comuna de Paris, em 1871, que na sua prática forneceu os elementos para uma sistematização teórica definitiva do caráter do novo Estado, da necessidade da ditadura do proletariado.

Engels, em 1891, analisando as medidas tomadas pela comuna, diz assim:

> Precisamente o poder opressor do antigo governo centralizado – o exército, a polícia política e a burocracia –, criado por Napoleão em 1798, e

> que desde então havia sido herdado por todos os novos governos como um instrumento bem-vindo, empregando-o contra os seus inimigos, precisamente esse devia ser derrubado em toda a França, como já havia sido derrubado em Paris. A comuna devia reconhecer desde o primeiro momento que a classe operária, ao chegar ao poder, não podia continuar governando com a velha máquina do Estado; que, para não perder de novo a sua dominação recém-conquistada, a classe operária devia, de uma parte, varrer toda a velha máquina repressiva utilizada até então contra ela e, de outra parte, precaver-se contra os seus próprios deputados e funcionários, a todos declarando, sem exceção, revogáveis a qualquer momento.[30]

Mais adiante Engels prossegue:

> Contra essa transformação do Estado e dos órgãos do Estado de servidores da sociedade em senhores dela, transformação inevitável em todos os Estados anteriores, a comuna empregou remédios infalíveis. Em primeiro lugar, cobriu todos os cargos administrativos, judiciários e de ensino por eleição, mediante sufrágio universal, concedendo aos eleitores o direito de destituir a qualquer momento os seus eleitos. Em segundo lugar, todos os funcionários, altos e baixos, eram remunerados como os demais trabalhadores. Com esse sistema opunha-se uma barreira eficaz ao arrivismo e à caça aos cargos, e isso sem contar com os mandatos imperativos que, por acréscimo, a comuna introduziu para os deputados dos corpos representativos.[31]

Ao final da sua análise Engels conclui:

> Na realidade, o Estado nada mais é do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, tanto na república democrática como na monarquia; e na melhor das hipóteses, um mal que se transmite hereditariamente ao proletariado triunfante na sua luta pela dominação de classe. O proletariado vitorioso, da forma como tem feito a comuna, não poderá fazer, a menos que ampute imediatamente *os lados piores desse mal, enquanto uma geração futura, educada em condições sociais novas e livres, possa vir a desfazer-se de todo esse entulho do Estado velho*.
> Ultimamente, as palavras 'ditadura do proletariado' têm provocado um arrepio de sacrossanto horror ao filisteu social-democrata. Pois bem, senhores, quereis saber que face apresenta essa ditadura? Olhai a Comuna de Paris: eis aí a ditadura do proletariado![32]

É importante expender algumas considerações acerca do sentido daquilo que a comuna representa para Engels como modelo de dita-

dura do proletariado. Ele destaca as medidas de construção de uma nova ordem social e política que revelavam algumas das características de uma democracia proletária. Porém, a contribuição da Comuna de Paris à teoria da transição não decorre apenas das medidas concretas que por ela foram implementadas. Sua contribuição maior consistiu em revelar, sobretudo, uma série de requisitos indispensáveis para a instalação do poder proletário. São esses, principalmente, a necessidade da tomada de posse imediata dos *centros vitais* da economia e da destruição completa do aparelho repressivo das classes dominantes. Como o próprio Engels destacou:

> A comuna deixou de fazer, no terreno econômico, muitas coisas que, de nosso ponto de vista, devia levar a efeito. O mais difícil de compreender é sem dúvida o santo temor com que aqueles homens se detiveram respeitosamente ante os umbrais do Banco da França. Esse foi, no mais, um erro político muito grave. O Banco da França em mãos da comuna teria valido mais do que dez mil reféns. Teria significado a pressão de toda a burguesia francesa sobre o governo de Versalhes para a negociação da paz com a comuna.[33]

Marx também assinala outro 'erro decisivo' da comuna:

> Na sua repugnância em aceitar a guerra civil iniciada com o assalto noturno que Thiers realizou contra Montmartre, o Comitê Central tornou-se responsável desta vez por um erro decisivo: não marchar imediatamente sobre Versalhes, à ocasião completamente indefeso, acabando assim com as manobras conspiratórias de Thiers e dos seus camponeses. E Marx qualifica os comandantes populares como 'demasiadamente generosos'.[34]

Da mesma forma, numa carta a Kugelmann, Marx reafirma que,

> se foram vencidos, a culpa cabe exclusivamente ao seu 'bom coração'. Devia ter sido empreendida sem tardança a ofensiva contra Versalhes, enquanto Vinoy, e atrás dele a facção reacionária da Guarda Nacional, fugiu de Paris. Por escrúpulo de consciência deixou-se escapar a ocasião. Não queriam iniciar a guerra civil, como se o *mischievous avorton* (embrião abortado) de Thiers já não a tivesse começado quando tentou desarmar Paris![35]

Foram essas as razões pelas quais a contra-revolução pôde triunfar. A Comuna de Paris, tanto pelo que chegou a realizar como pelas suas omissões, fornece assim elementos definitivos para a definição das tarefas de destruição da velha ordem, que o proletariado e seus aliados devem cumprir para garantir a sua dominação, bem como para a explicitação das características da democracia revolucionária. É nesse sentido que deve ser entendido o enunciado de Engels que "o proletariado vitorioso, da forma como o fez a comuna, não poderá deixar de amputar imediatamente os lados piores desse mal" que é o Estado burguês, conquanto tenha de manter, por período indefinido, "esse entulho do Estado velho".

Acerca da democracia ditatorial

Foi também da primeira experiência histórica do poder proletário que Marx tirou vários ensinamentos para a organização da sociedade futura. Nas suas análises da comuna, Marx sublinha com admiração que:

> Todas as instituições de ensino foram abertas gratuitamente ao povo e emancipadas ao mesmo tempo de toda intromissão da Igreja e do Estado. Dessa forma, não apenas o ensino era colocado ao alcance de todos, mas a própria ciência se redimia dos entraves que a mantinham sujeita aos preconceitos de classe e ao poder do governo.[36]

Múltiplos são os aspectos de organização superestrutural da nova sociedade que Marx distingue na comuna. Quanto à organização política, ele põe em relevo que:

> A comuna teria de ser a forma política a ser adotada até pela mais reduzida aldeia do país, e nos distritos rurais o exército permanente deveria ser substituído por uma milícia popular, com um prazo de serviço extraordinariamente curto. As comunas rurais de cada distrito administrariam seus assuntos coletivos por meio de uma assembléia de delegados na correspondente capital distrital, e essas assembléias, por sua vez, enviariam deputados à Assembléia Nacional de delegados em Paris, entendendo-se que todos os delegados seriam revogáveis a qualquer momento, e ficariam obrigados ao mandato imperativo (instruções) dos seus eleitores.[37]

Marx não insinuava que o exemplo do que a comuna pretendia criar era um modelo rígido da democracia proletária; sem a menor dúvida, em suas linhas gerais, ela representou para ele o essencial da

sociedade do futuro.[38] Verdade é que a comuna cometeu os seus erros. Mas, como ele sublinha, ela "não pretendia possuir o dom da infalibilidade, que sem exceção atribuíam a si próprios todos os governos do velho tipo. Ela publicava os seus feitos e os seus enunciados e dava a conhecer ao público todas as suas imperfeições".[39] Essa é também uma característica da democracia proletária.

Há outro aspecto apontado por Marx que, se não tivesse sido fato histórico, poderia parecer à época uma utopia, sobretudo levando em consideração o curto lapso de tempo que durou a comuna:

> Foi deveras maravilhosa a mudança que a comuna operou em Paris. Daquela Paris prostituída do Segundo Império não sobrava rasto. Paris já não era o ponto de encontro de latifundiários ingleses, absenteístas irlandeses, escravagistas e otários norte-americanos, russos ex-proprietários de servos e feudatários da Valaquia. Já não havia cadáveres no depósito, nem assaltos noturnos, nem apenas furtos. Pela primeira vez, desde os dias de fevereiro de 1848, podia-se transitar em segurança pelas ruas de Paris, e isso sem haver polícia de espécie alguma.[40]

A comuna foi sem dúvida, em que pese a sua curta duração e a situação de guerra iminente em que viveu, uma amostra muito eloqüente da superioridade da organização social proletária e de sua capacidade de superar de modo rápido e radical as podridões do capitalismo.

Outro aspecto relacionado com o tema da democracia ditatorial do proletariado, que merece destaque importante, é a opinião de Engels sobre a questão da autoridade na nova sociedade. Ele pergunta o que aconteceria quando a terra e os seus instrumentos de trabalho tivessem se convertido em propriedade coletiva dos trabalhadores que os utilizam. Teria desaparecido a autoridade, ou fez ela nada mais que mudar de forma?

Sua resposta é a segunda alternativa, e mais adiante acrescenta:

> Querer abolir a autoridade na própria grande indústria equivale a querer destruir as fábricas de tecidos a vapor para voltar à roca (...) A autoridade e a autonomia são coisas relativas, cujas esferas variam nas diferentes fases do desenvolvimento social. Se os autonomistas se limitassem a dizer que a organização social do futuro restringirá a autoridade até o limite estrito de não comprometer as condições da produção, poderíamos entender-nos (...). Todos os socialistas estão de acordo em que o Estado político, e com ele a autoridade política, desaparecerá como conseqüência da próxima revolução social, quer dizer, as funções públicas perderão o seu caráter político, sendo substituídas por simples funções administrativas, incumbidas de velar pelos verdadeiros interesses sociais (...). Uma revolução é, indubitavelmente, a coisa mais autoritária que existe, é o ato por meio do qual uma parte da população impõe a sua vontade sobre a outra por meio de fuzis, baionetas e canhões, meios tremendamente autoritários; e o partido vitorioso, se não quiser ter lutado em vão, deverá manter esse domínio pelo terror que suas armas inspiram aos reacionários. Teria a Comuna de Paris acaso durado um dia sequer, se não houvesse exercido essa autoridade do povo armado frente aos burgueses? Não poderíamos, ao contrário, censurá-la por não se haver utilizado o bastante dela?
>
> Assim, pois, de duas uma: ou os antiautoritários não sabem o que dizem, e nesse caso nada mais fazem do que semear a confusão, ou sabem, e nesse caso traem o movimento do proletariado. Num e noutro caso, servem à reação.[41]

4. A SOCIEDADE COMUNISTA

Da extinção do Estado

Partindo da concepção exposta por Marx na 'Crítica do programa de Gotha', onde define claramente uma etapa de transição entre o modo de produção capitalista e o comunista, pode-se compreender plenamente a concepção exposta por Engels, em 1878, na sua obra *Anti-Dühring* sobre a extinção do Estado. Diz Engels:

> O proletariado tem em suas mãos o poder do Estado e converte, como primeiro passo, os meios de produção em propriedade do Estado. Porém, com esse mesmo ato de destruir-se a si mesmo como proletariado, destrói toda diferença e todo antagonismo de classes e, com isso, o Estado como tal (...). Quando o Estado se converte finalmente em representante efetivo de toda a sociedade, será por si mesmo supérfluo. (...) O primeiro ato em que o Estado se manifesta efetivamente como representante de toda a sociedade: a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade é *pari passu* o seu último ato independente como Estado. A intervenção da autoridade do Estado nas relações sociais se tornará supérflua num campo após o outro da vida social e se apagará por si mesma. O governo sobre as pessoas é substituído pelas administrações das coisas e pela direção dos processos de produção. O Estado não será abolido; ele se extingue.[42]

Esse texto de Engels é particularmente importante por várias razões: nele se insiste de maneira categórica sobre a concepção marxista do Estado. Põe em destaque o seu caráter de classe, a impossibilidade de que um Estado seja "representante efetivo de toda a sociedade", pois este então seria supérfluo.[43] Reafirma o caráter transitório do Estado proletário, e fornece, no mais, uma contribuição importante para definir o seu desaparecimento como uma *extinção*, um adormecimento, uma evolução gradual. A ditadura do proletariado, para Engels, eleva ao máximo as funções do Estado, a ponto de identificá-lo com a sociedade, fazendo com que a ela se integre de tal maneira que desapareça como uma entidade à parte. É como se, para Engels, essa mudança tão radical de qualidade de uma para ou-

tra fase do desenvolvimento social ocorresse quase imperceptivelmente, como uma evolução natural.

Engels aqui não menciona que todo esse processo é lento e demorado, como se quisesse olvidar as etapas históricas intermediárias para fixar-se apenas nas grandes linhas da evolução social. E por isso diz:

> Para que esse progresso, como todos os progressos sociais, seja viável, não basta compreender que a existência das classes é incompatível com os ditados da justiça, da igualdade, etc., não pela mera vontade de abolir essas classes, mas sim como necessários em virtude de determinadas condições econômicas novas. A divisão da sociedade em uma classe exploradora e outra explorada, uma classe dominante e outra oprimida, era uma conseqüência necessária do anterior e insignificante desenvolvimento da produção.

Reafirma desse modo a concepção de que o socialismo e o comunismo não são meramente o resultado do triunfo de uma concepção moral superior, mas o produto do progresso do domínio do homem sobre a natureza e sobre si mesmo. Insiste que "a abolição das classes sociais pressupõe um grau de desenvolvimento histórico de tal ordem, que a permanência já não dessa ou daquela classe dominante concreta, mas de uma classe dominante qualquer que seja, e portanto das próprias diferenciações de classes, representa um anacronismo".

Leis de movimento da nova sociedade

Uma análise detida do *Anti-Dühring* permite apreender o sentido da projeção que seu autor faz da nova sociedade:

> Ao assenhorar-se a sociedade dos meios de produção, cessa a produção de mercadorias e com ela o império do produto sobre os produtores. A anarquia reinante no seio da produção social dá lugar a uma organização harmônica e viável. Cessa a luta pela sobrevivência individual e com isso, em certo sentido, o homem sai definitivamente do reino animal, a ele se sobrepõe, sai das condições animais de existência para submeter-se a condições de vida verdadeiramente humanas. As condições de vida que rodeiam o homem, e que até agora o dominavam, colocam-se, *a partir deste instante, sob seu domínio e comando, e o homem ao converter-se em dono e senhor de suas próprias relações sociais converte-se pela primeira vez em senhor consciente e efetivo da natureza*. As leis da sua própria atividade social, que até agora se erguiam diante do homem como leis naturais, como poderes estranhos que o submetiam ao seu império, *são aplicadas agora por ele, com pleno conhecimento de causa, e portanto submetidas ao seu poderio*. A própria existência social dos homens que até aqui se lhes apresentava como algo imposto pela natureza e pela história *é a partir de agora obra livre dele mesmo*. Os poderes objetivos e estranhos que até agora vinham imperando na história colocam-se sob o domínio do próprio homem. *Somente a partir de então, este começa a traçar a sua história com plena consciência do que faz. E somente então as causas sociais, por ele postas em movimento, começam a produzir predominantemente e cada vez em maior medida os efeitos desejados. É o salto da humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade.*[44]

Esse raciocínio de Engels merece uma interpretação mais detida. Que significado se pode inferior, além do que ele expõe, daquilo que ele chama o 'reino da liberdade'? Que lei fundamental de movimento regula uma sociedade onde o homem é o "dono e senhor de suas próprias relações sociais" e onde é "senhor consciente e efetivo da natureza"?

Na teoria do materialismo histórico encontra-se a explicação de como as condições materiais de existência condicionaram as formas de organização social.[45] Dessa maneira, o marxismo entende que nas sociedades de classe a infra-estrutura econômica condiciona a superestrutura jurídica, política, moral, etc., que se apóia sobre os seus fundamentos. Ora bem, na sociedade comunista o homem é "dono e senhor de suas próprias relações sociais"; o desenvolvimento das forças produtivas é controlado racionalmente por um plano social; não existe mais o 'o reino da necessidade', mas o da liberdade. Tais características acentuadas por Engels, absolutamente inéditas na história da humanidade, definem por certo a lei de movimento fundamental da nova sociedade, que não pode ser outra do que a lei da dominação da superestrutura sobre o organismo social, que se converte, pois, na base de um gigantesco desenvolvimento das ciências sociais, naturais e da tecnologia, no fator condicionante do modo de produção, de vida e do desenvolvimento da nova sociedade. Esse raciocínio lógico-dialético pode ser inferido do texto de Engels, embora, até hoje, aguarde a sua comprovação através do desenvolvimento prático da nova sociedade.

Já na introdução da sua obra *A dialética da natureza*, Engels havia esboçado essas idéias fundamentais:

> À medida que (os homens) mais se afastem dos animais no sentido estrito da palavra, em maior grau eles mesmos fazem a sua história, conscientemente, e tanto menor será a influência das circunstâncias imprevistas e das forças incontroladas sobre essa história, e tanto mais exatamente o resultado histórico corresponderá aos fins estabelecidos de antemão. (...) Unicamente uma *organização consciente da produção social, em que a produção e a distribuição obedeçam a um plano*, pode elevar socialmente os homens sobre o resto do mundo animal, da mesma forma como a produção em geral os elevou como espécie. A evolução histórica torna essa organização mais necessária e mais possível a cada dia. A partir dela terá início a nova época histórica, na qual *os próprios homens e com eles todos os ramos de atividade*, especialmente nas ciências naturais, alcançarão êxitos que haverão de eclipsar tudo o que foi conseguido até então.[46]

Tornando ao *Anti-Dühring*, Engels estabelece que:

> a realização desse feito, que emancipará o mundo, é a missão histórica do proletariado moderno. Investigar suas condições históricas e, com isso, sua própria natureza – e dessa maneira levar à consciência da classe chamada à ação, a classe hoje oprimida, as condições e a natureza da sua própria ação – é a tarefa do socialismo científico, expressão teórica do movimento proletário.

Passaremos portanto a enfocar, no próximo capítulo, a contribuição de Marx e Engels à compreensão de alguns aspectos fundamentais da natureza da organização superestrutural da nova sociedade.

5. A NOVA SOCIEDADE E A CULTURA

As primeiras intuições sobre o comunismo

Datam da década de 1840 as primeiras intuições de Marx e Engels sobre a sociedade futura.

Em 1847, nos *Discursos em Elberfeld*, Engels afirma que

> na sociedade comunista, em que os interesses dos indivíduos não se contrapõem, mas ao contrário se unem, desaparecerá a concorrência. Em decorrência disso, *não existirá a ruína de algumas classes, e das classes em geral*, como as que hoje constituem os ricos e os pobres. Na produção e na distribuição dos *bens necessários à vida, desaparecerão também por si mesmas as crises comerciais*. Na sociedade comunista será *fácil realizar a contabilidade tanto da produção como do consumo*. Tendo em conta que será conhecido *quanto necessita* cada indivíduo em média, será muito simples calcular quanto necessitará um número determinado de pessoas, e *considerando que a produção não se encontrará então em mãos de proprietários privados*, mas em mãos da comunidade e de sua direção, não será difícil *regular* a produção de conformidade com as necessidades.[47]

Nesse texto de Engels já se encontram esboçados alguns dos aspectos básicos da concepção marxista da sociedade comunista; sobreleva a idéia do desaparecimento das classes, a idéia da produção segundo as necessidades sociais, da superação das crises típicas da anarquia do sistema de proprietários privados, bem como a idéia da regulação dos produtos, ou seja, da planificação.

Em outros escritos, a concepção marxista em relação à sociedade comunista se apresentará de forma bem mais desenvolvida. O artigo de Engels, 'Princípios do comunismo', também escrito em 1847, acrescenta elementos importantes à sua definição básica da nova sociedade. Nele é enfatizada a idéia de que a "grande indústria, liberada dos entraves da propriedade privada, desenvolver-se-á em tais proporções que, comparado com elas, o seu estado atual parecerá tão mesquinho como a manufatura ao lado da grande indústria moderna".[48] Mas o que mais importa destacar nesse texto é não apenas a

reafirmação de algumas idéias básicas, como a da 'supressão completa das classes' na sociedade comunista, mas além disso a asserção de que nessa sociedade ocorrerá 'a eliminação da anterior divisão do trabalho' e a 'fusão da cidade como o campo', elementos-chave na configuração da concepção marxista do comunismo.

Contudo, é importante destacar uma característica que será comum nas reflexões dos clássicos sobre a organização superestrutural da sociedade comunista: nesse particular, tanto Engels como Marx esclarecem muito mais os aspectos daquilo que não existirá no comunismo, do que as características positivas que hão de configurar a nova superestrutura. Por suposição, essa era uma tarefa prática para o futuro, que a teoria por si só não poderia resolver a não ser em nível de generalidade.

Sem embargo, a contribuição de Marx e Engels em relação aos aspectos culturais da nova sociedade não deixa de ser sumamente importante, embora os seus subsídios se encontrem fragmentados e apareçam na maioria das vezes sob forma de pequenas digressões isoladas em obras que tratam de outros temas. Isso significa que, na medida em que é possível sistematizá-los, eles revelam toda uma concepção própria e de vanguarda sobre aspectos múltiplos da organização sócio-cultural do futuro. É necessário, de qualquer maneira, assinalar que seria obviamente inútil querer encontrar nos clássicos um 'modelo' completamente acabado da nova ordem superestrutural. Eles mesmos insistiram muitas vezes na idéia de que o socialismo cientffico não é uma utopia e que, portanto, as suas previsões nunca foram sonhos arbitrários, mas circunscritos ao limite de um conhecimento rigoroso e sistemático das leis de movimento do processo de evolução histórica da sociedade. Engels, criticando duramente as 'receitas milagrosas' da concepção proudhoniana, insiste em dizer que "ninguém se encontra mais próximo das relações concretas e determinadas da sociedade" do que Marx em *O capital*. Dedicou 25 anos ao seu estudo, sob todos os seus ângulos, e o resultado da sua crítica contém sempre os germes das chamadas soluções, *na medida em que sejam possíveis*. (...) O desenvolvimento do proletariado desembaraçou-o rapidamente desses cueiros e ensinou à própria classe operária que não há nada de menos prático do que essas cavilosas 'soluções práticas', inventadas de antemão e aplicáveis em todos os casos, e que, ao contrário, o socialismo prático reside no conhecimento exato do modo capitalista de produção em seus diversos aspectos. Uma classe operária preparada para essa ordem de coisas não terá jamais dificuldades em saber, em cada caso, de que modo e contra quais instituições sociais deve dirigir os seus principais ataques.[49]

Marx e Engels, partindo da análise do funcionamento da sociedade capitalista, advertiram que com a mudança das bases materiais do sistema de dominação desmoronaria toda a superestrutura correspondente ao mesmo. Dessa maneira, todo o sistema de valores culturais, com suas múltiplas expressões morais, filosóficas, religiosas, educacionais, etc., seria radicalmente substituído. "Ao mudar a base econômica, revoluciona-se mais ou menos rapidamente toda a imensa superestrutura erigida sobre ela".[50]

Já no ano de 1850, em *As lutas de classes na França de 1848 a 1850,* Marx advertia que:

> Esse socialismo é a declaração da revolução permanente, da ditadura de classe do proletariado como ponto necessário de transição para a *supressão das diferenças de classe em geral,* para a supressão de todas as relações de produção em que essas repousam, para a supressão de todas as relações sociais que correspondem a essas relações de produção, para a subvenção de todas as idéias que brotam dessas relações sociais.[51]

Convém colocar em relevo os passos mais relevantes de ambos os autores, onde se manifesta em que sentido eles acreditavam haveria de processar-se 'a subversão de todas as idéias'.

a) *Da educação*

Sobre a educação, já no *Manifesto do partido comunista,* Marx e Engels diziam que:

> "os comunistas não inventaram essa ingerência da sociedade na educação, não fazem mais do que mudar o seu caráter e arrancar a educação da influência da classe dominante."

Em seguida, eles sintetizam o que seria o critério socialista sobre a mesma:

> Educação pública e gratuita para todas as crianças; abolição do trabalho destas nas fábricas tal como se pratica hoje, regime de educação combinado com a produção material, etc., etc.[52]

Os dois primeiros aspectos não definem o caráter qualitativamente diverso da educação socialista (eles são alcançados parcialmente sob o capitalismo), mas o último sim, o qual criará em definitivo as condições para o desenvolvimento do novo homem socialista; Marx, em outras oportunidades, tornará a insistir nessa idéia:

> Do sistema fabril, que podemos acompanhar em detalhe lendo Robert Owen, brota o germe da educação do futuro, em que se combinará para todos os meninos a partir de certa idade o *trabalho produtivo* com o *ensino* e a *ginástica*, não apenas como método para intensificar a produção social, mas também como o método único que permite produzir homens plenamente desenvolvidos.[53]

A supressão da cisão entre o trabalho material e o trabalho intelectual, preconizada por Marx e Engels, deve ser entendida nesse sentido, ou seja, que todos os homens terão oportunidade de acesso a múltiplas e diversificadas formas de conhecimento, eliminando dessa forma as experiências vitais limitadas, que são condicionadas pela sociedade de classes. Desta maneira, o desenvolvimento do indivíduo poderá romper as barreiras de uma 'especialização', que outra coisa não é senão sinônimo de restrição. Isso não significa propriamente uma posição contrária ao conhecimento especializado, pois, no seu sentido mais amplo, este pressupõe um domínio muito mais vasto do conhecimento, de formas diversificadas de criação, a partir das quais o indivíduo então pode especializar-se em algum tipo de atividade. Os marxista, muito mais, voltam-se contra a 'especialização' compulsiva que o sistema de dominação de modo geral impõe à grande maioria dos homens. Sem preconizar que todo homem chegue a adquirir um domínio sobre todos os ramos do saber e da produção, o que Marx sugere é que cada pessoa deve ter o direito de desenvolver sua compreensão mais ampla possível da sociedade, através do acesso aberto ao ensino científico, tecnológico e cultural da sua época. Dessa forma, o homem do futuro poderá contribuir para a coletividade com uma dimensão muito mais plena do significado da sua participação e da sua obra.

Engels, em seu artigo 'Karl Marx', de 1877, dizia que

> o desenvolvimento das forças produtivas apenas está esperando que o proletariado unido delas tome posse para criar um estado de coisas que permita a cada membro da sociedade participar não somente na produção, mas também na distribuição e na administração das riquezas sociais, e que, mediante a direção planejada de toda a produção, acresça de tal modo as forças produtivas da sociedade e seu rendimento, que a cada qual se assegure, em proporções cada vez maiores, a satisfação de todas as suas necessidades razoáveis.[54]

Ora, entre as 'necessidades razoáveis' do homem, destaca-se a do conhecimento, compreensão e participação mais amplos possíveis da natureza, da sociedade e da sua função na mesma, o que em definitivo só é possível alcançar através de um sistema de ensino multidisciplinar, complexo e diversificado, no qual o indivíduo não participa na qualidade de receptor passivo, mas sim por meio de uma participação ativa e integral.

b) *Da família, do sexo e da mulher*

Entre as contribuições dos clássicos para a definição das características básicas da organização superestrutural do futuro destaca-se, de maneira particularmente brilhante, a análise de Engels sobre a família, as relações sexuais e o papel da mulher na nova sociedade. Na sua obra *A origem da família, a propriedade privada e o Estado*, de 1884, Engels faz várias referências sobre as razões e as formas do porquê e do como será superado todo o sistema de exploração familiar e de relação entre os dois sexos. Citemo-lo amplamente:

> Caminhamos nesta hora na direção de uma revolução social em que as bases econômicas atuais da monogamia desaparecerão tão seguramente como as da prostituição, complemento daquela. A monogamia nasceu da concentração de grandes riquezas em umas únicas mãos – as de um homem – e do desejo de transmitir essas riquezas por herança aos filhos desse homem, excluindo os de qualquer outro. Para isso era necessária a monogamia da mulher, mas não a do homem. (...) Porém a revolução social iminente, transformando pelo menos a imensa maioria das riquezas duradouras hereditárias – os meios de produção – em propriedade social, reduzirá ao mínimo todas essas preocupações; tendo a monogamia nascido de causas econômicas, desaparecerá ela quando desaparecerem essas causas?
>
> A essa pergunta poder-se-á responder com bastante fundamento; longe de desaparecer, ela se realizará muito mais e plenamente a partir desse momento. Porque, com a transformação em propriedade social, desaparecem também o trabalho assalariado, o proletariado e, por conseguinte, a necessidade de que se prostitua certo número de mulheres que a esta-

tística pode calcular. A postituição desaparece e a monogamia, ao invés de decair, chega por fim a ser uma realidade, até para os homens.
Em todo caso, se modificará muito a postura dos homens. Mas também a das mulheres sofrerá uma mudança profunda, de *todas* elas. Na medida em que os meios de produção passarem a ser propriedade comum, a família individual deixará de ser a unidade econômica da sociedade. A economia doméstica converter-se-á em um assunto social; o cuidado e a educação dos filhos, também. A sociedade cuidará com o mesmo esmero de todos os filhos, sejam legítimos ou naturais. Assim, desaparecerá o temor das 'conseqüências', que é hoje o motivo social mais importante – tanto do ponto de vista moral, como do ponto de vista econômico – que impede a uma jovem solteira de entregar-se livremente ao homem que ama. Não será isso bastante para que se desenvolvam progressivamente relações sexuais livres e também para tornar a opinião pública menos rigorosa com respeito à honra das virgens e à desonra das mulheres? E, por último, não temos visto que no mundo moderno a prostituição e a monogamia, embora antagônicas, são inseparáveis, como pólos de uma mesma ordem social? Poderá desaparecer a prostituição sem que arraste consigo ao abismo a monogamia?
Intervém agora um elemento novo, elemento que na época em que nasceu a monogamia existia no máximo em germe: o amor sexual é exclusivista – mesmo quando em nossos dias esse exclusivismo não se realize nunca plenamente a não ser na mulher – e o matrimônio, fundado no amor sexual, é, por sua própria natureza, monogâmico. (...) Quando chegarem a desaparecer as considerações econômicas em virtude das quais as mulheres tiveram que aceitar essa infidelidade habitual dos homens – a preocupação por sua própria existência, e mais ainda, pelo futuro dos filhos –, a igualdade alcançada pela mulher, a julgar por toda nossa experiência anterior, influirá muito mais no sentido de tornar monógamos os homens do que poliandras as mulheres.

Porém, o que sem dúvida alguma desaparecerá da monogamia são todos os caracteres que lhe foram imprimidos pelas relações de propriedade, às quais deve sua origem. Esses caracteres são, em primeira instância, a preponderância do homem e, logo, a indissolubilidade do matrimônio. A preponderância do homem no matrimônio é conseqüência, simplesmente, da sua preponderância econômica, e desaparecerá por si mesma com esta. A indissolubilidade do matrimônio é, em parte, conseqüência das condições econômicas que engendraram a monogamia, e em parte uma tradição da época em que, ainda mal compreendida, a vinculação dessas condições econômicas com a monogamia foi exagerada pela religião. Atualmente ela já está desbastada por mil ângulos. Se unicamente o matrimônio fundado no amor é moral, só pode ser moral o matrimônio onde o

amor persiste. Todavia, a duração do acesso ao amor sexual é muito variável segundo os indivíduos, particularmente entre os homens; em virtude disso, quando o afeto desaparece ou é substituído por um novo amor apaixonado, o divórcio será um benefício, tanto para ambas as partes como para a sociedade. Resta apenas que as pessoas devem ser desembaraçadas da obrigação de passar pelo vexame inútil de uma ação de divórcio.
Assim pois, *o que hoje podemos conjeturar acerca da regularização das relações sexuais após a iminente supressão da produção capitalista é antes de mais nada de ordem negativa, e cinge-se principalmente ao que deve desaparecer. Mas o que então irá permanecer? Isso se verá quando haja crescido uma nova geração.* Uma geração de homens que nunca se tenham encontrado no caso de comprar a custo de dinheiro, nem com a ajuda de nenhuma outra força social, a entrega de uma mulher; e uma geração de mulheres que nunca se tenham visto no caso de entregar-se a um homem em virtude de outras considerações a não ser de um amor real, nem de recusar entregar-se ao seu amante por medo das conseqüências econômicas que isso possa trazer-lhes. E quando essas gerações chegarem, mandarão ao inferno tudo quanto nós pensamos que deveriam fazer. Ditarão a si mesmas a sua própria conduta e, em conseqüência, criarão uma opinião pública para julgar a conduta de cada um. E tudo estará consumado![55]

Em um discurso pronunciado sobre a sociedade comunista, Engels também faz afirmações sobre as características da família comunista:

> As relações entre os sexos terão um caráter puramente privado, pertencente apenas às pessoas que delas tomam parte, sem o menor motivo para ingerência da sociedade, liquidando assim a "dependência da mulher com respeito ao homem". Refere-se também ao fim da "dependência dos filhos com respeito aos pais", pelo caráter de responsabilidade social que adquirirá a educação.[56]

Também Marx, em *O capital*, estabelece que:

> por mais espantosa e repugnante que nos pareça a dissolução da antiga família dentro do sistema capitalista, não é menos certo que a grande indústria, ao assinalar à mulher, ao jovem e às crianças de ambos os sexos um papel decisivo nos processos socialmente organizados da produção, arrancando-os com isso da órbita doméstica, cria as bases econômicas para uma forma superior de família e de relação entre os dois sexos. É tão néscio, naturalmente, considerar absoluta a forma cristã-germânica

da família, como o seria atribuir esse caráter à forma antiga, à antiga forma grega ou à forma oriental, entre as quais medeia, de resto, um laço de continuidade histórica. E não é menos evidente que a existência de uma população trabalhadora conjugada, onde entram indivíduos de ambos os sexos e das mais diversas idades – ainda que hoje, em sua forma primitiva e brutal, em que o trabalhador existe para o processo de produção, não este para o trabalhador –, seja fonte empestada de corrupção e escravatura; sob as condições que correspondem a esse regime ela se transformará necessariamente em fonte de progresso humano.[57]

Muito embora o próprio desenvolvimento capitalista tenha se encarregado de 'modernizar' as relações entre os dois sexos, instituindo, por exemplo, em vários países, o divórcio, no essencial as idéias de Engels acima expostas, se bem que, como ele mesmo o reconhece, foram traçadas em nível de conjeturas, têm uma importância definitiva no sentido de configurar as linhas gerais das transformações que orientam a nova organização social quanto à família, às relações sexuais e ao papel da mulher.

Engels insiste na idéia de que é mais fácil ver com clareza o que deve ser destruído do que aquilo que será construído. Todavia, nesse texto ele já insinua claramente alguns aspectos do que em definitivo fará mudar radicalmente a base histórico-social que foi por milênios o núcleo fundamental da organização da convivência entre os homens, isto é, a família. A industrialização da economia doméstica, com todas as suas conseqüências – a educação social dos filhos, a liberação da mulher das 'tarefas da casa' e sua incorporação ao processo produtivo, a superação de todo um sistema de valores provenientes da vigência da instituição familiar, etc. – fará com que as relações sociais nesse nível mais elementar e básico mudem radicalmente, elevando o *status* da mulher ao de um ser realmente livre, criando as condições de desenvolvimento de um ser humano completamente novo, superior.

Por isso as mulheres, as operárias e camponeses em particular, têm uma dupla razão para serem revolucionárias, pois sob o sistema de exploração, além de estarem submetidas à exploração como trabalhadoras, são também exploradas como categoria social mulher; e o marxismo demonstra que somente a nova sociedade conseguirá libertar *definitivamente* a mulher, através da industrialização da economia doméstica que é uma conseqüência do progresso material, mas sobretudo da organização planificada do progresso.

A profundidade dessas transformações que Engels já intuía com tanta clarividência evidenciar-se-á na primeira revolução vitoriosa; então será aberta toda uma fecunda discussão que procurará orientar uma prática já concreta. Exporemos e discutiremos posteriormente a contribuição leninista sobre esse tema, que toma como ponto de partida esses alinhavos gerais, expostos por Engels.

c) *Da defesa*

Em *Discursos de Elberfeld* encontram-se claramente configuradas algumas idéias sobre a organização superestrutural da nova sociedade:

Abolimos o antagonismo entre cada indivíduo e todos os demais, opomos à guerra social a paz social, tornamos supérflua a maior parte, uma parte consideravelmente maior, da atividade a que se dedicam atualmente as instituições administrativas e judiciais (...) Na sociedade comunista, ninguém pensará sequer no exército permanente. Para que serve ele?[58]

Sobre o sistema de defesa que será utilizado pela nova sociedade contra os seus inimigos externos, Engels diz o seguinte:

A sociedade comunista não necessitará para isso (para uma guerra defensiva) de um exército permanente, uma vez que será fácil ensinar a cada membro da sociedade apto para a guerra, além de outras ocupações, o manejo das armas na medida em que o requeira a defesa do país, e não a participação em desfiles. E tenha-se em conta, a esse respeito, que o membro dessa sociedade, em caso de guerra – que, como é natural, poderá fazer-se *unicamente contra* as nações anticomunistas – deverá defender a *verdadeira* pátria, o *verdadeiro lar;* que, por conseguinte, lutará com um entusiasmo, com uma firmeza e uma valentia ante as quais se dispensará como lixo o treinamento mecânico do exército moderno.[59]

Sobre essa posição de Engels vale a pena fazer algumas considerações. O comunismo plenamente desenvolvido supõe, sem dúvida, um sistema mundial. Ora, a coexistência com 'nações anticomunistas' indica um estado ainda pouco desenvolvido do comunismo em nível internacional, e portanto implica necessariamente a existência de um exército permanente para defender a nação proletária. A experiência histórica tem demonstrado que, enquanto existam 'nações anticomunistas', enquanto se esteja nas etapas preliminares da

construção do comunismo, não se pode dispensar a existência de exércitos permanentes. Mas, uma vez que deixarem de existir 'nações anticomunistas', não deixará de existir também a necessidade de defesa? Sem dúvida, esse será o resultado final do desenvolvimento comunista da sociedade. Sem embargo, a análise de Engels adquire sentido quando se supõe uma etapa intermediária de desenvolvimento, na qual é possível conceber a coexistência temporária de um mundo majoritariamente comunista com algumas sobrevivências marginais de países que ainda não o são.

d) *O reino da liberdade*

Os capítulos precedentes ocuparam-se da exposição das concepções de Marx e Engels sobre a sociedade do porvir. É de fundamental importância insistir no fato de que essas previsões dos clássicos não podem ser entendidas a não ser em relação às categorias de valores vigentes na sociedade burguesa. É preciso ter presente o caráter radicalmente novo da sociedade comunista e do homem comunista. Tão novo e tão diferente que não se pode ainda imaginá-lo a não ser em seus contornos mais genéricos. Porque, como dizia Engels, a propósito do problema de moradia, "não se tratará de arranjar para cada trabalhador uma casinha que lhe pertença como propriedade, *mas de coisas bem diferentes*". Atualmente, muito embora grande parte da humanidade já viva na etapa preliminar da nova sociedade, o socialismo, é preciso ter a imaginação muito solta e aberta para imaginar a nova sociedade propriamente dita, a sociedade comunista. Em síntese, uma sociedade cujas características mais relevantes são:

– A não-existência das classes sociais, de exploradores e oprimidos, conseqüentemente, o desaparecimento de interesses antagônicos, exclusivistas, e da luta por sua imposição; o desaparecimento do Estado, que será substituído pela administração planificada sobre as coisas.
– A não-existência de exércitos permanentes e de todos os aparatos especiais de repressão e coerção sobre as pessoas, por seu caráter supérfluo, isso como resultado de um alto nível de desenvolvimento dos indivíduos sociais, produto da organização comunitária da existência humana.
– A não-existência da diferenciação entre campo e cidade, resultado não apenas do desaparecimento das categorias de trabalhadores 'rurais' e 'urbanos', mas sobretudo de um profundo redimensionamento da base morfológica e ecológica da sociedade, produto por sua vez de um novo estágio do desenvolvimento das forças produtivas e da inauguração de uma fase superior de domínio do homem sobre a natureza (pós-industrial, etapa muito elevada da automação).
– A não-existência da diferenciação entre o trabalhador manual e intelectual, derivada do processo de automação, a supressão da 'jornada de trabalho, hoje habitual', e da extensão do tempo do lazer e do tempo disponível, o que permitirá a cada homem adquirir um razoável conhecimento de vários ramos do saber.
– A não-existência de medidas de valor de troca da força de trabalho, e da lei do valor, a não-existência do trabalho assalariado, resultado da imposição do princípio "dê a cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade", possibilitado pela abundância dos bens de consumo.
– A existência de indivíduos realmente livres e senhores do seu próprio destino.

Partindo dessa caracterização geral da sociedade do futuro é que se pode considerar que nela haverá uma nova lei geral de movimento, que a superestrutura será o fator condicionante básico que, em última instância, determinará o sentido e a orientação da atividade dos homens.

O novo princípio ordenador da vida social será, pois, a liberdade, ou seja, o direito de todo homem de participar do progresso, de desfrutar dos bens que esse engendra, e decidir conscientemente a maneira de como satisfazer as suas necessidades básicas, materiais e espirituais, e como e em que sentido, e mediante que tipo de atividade, oferecerá à sociedade os seus conhecimentos e sua capacidade de trabalho.

Uma sociedade de homens realmente livres não pode ser uma sociedade regida pelo império da escassez. A liberdade supõe o domínio mais amplo possível da natureza, supõe a abundância. Enquanto o homem é prisioneiro da necessidade de satisfazer as suas precisões materiais primárias mais elementares, não pode ser livre. Foi por isso que Marx e Engels chamaram a essa vastíssima etapa da vida da humanidade precedente ao comunismo, a sua pré-história. A história do homem, em seu sentido pleno, começará com a libertação das suas carências, das suas lutas, da sua submissão.

Todavia, se o progresso em uma dimensão inédita, quer dizer, a capacidade do homem de subjugar a natureza, submetendo-a aos

objetivos de toda a coletividade, é uma condição da sociedade comunista, é também correto entender, em certo sentido, que o comunismo o pressupõe. Por isso Marx e Engels o concebiam como o resultado de uma evolução gradual. Gradual, por ser o produto final de um *processo* revolucionário que *começa* com a tomada do poder pelo proletariado, que mediante um sistema de alianças impõe a sua dominação temporal ao conjunto da sociedade, e prepara dessa forma o trânsito para a sociedade do futuro. O comunismo pressupõe essa etapa preliminar, longa, conhecida hoje como socialismo.

NOTAS DA PARTE I

1. Introducción a las lutas de clases en Francia de 1848 a 1850 , de K. Marx, *Obras escogidas*. Tomo I, Moscú, Progreso, p. 106. (Grifos do autor.)
2. *Obras escogidas*. Tomo II, p. 453.
3. Lenin, El Estado y la Revolución . *Obras escogidas*. Tomo II, p. 320.
4. Op. cit., p. 331. (Grifos de Lenin.)
5. Op. cit., p. 310.
6. Op. cit., p. 359-360. (Grifos de Lenin.)
7. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador 1857-1858)*, México, Siglo XXI, 1971. Tomo I, p. 100. (Grifos do autor.)
8. Op. cit., tomo I, p. 422. (Grifos do autor.)
9. Op. cit., tomo II, p. 227-229. (Grifos do autor.)
10. Op. cit., tomo II, p. 232. (Grifos do autor.)
11. Op. cit., tomo II, p. 395. (Grifos do autor.)
12. *El capital*. Tomo I, cap. XV, IV, 2., p. 443. México, Fondo Cultura Económica, 1973. (Grifos do autor.)
13. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*. Op. cit. Tomo I, p. 46.
14. Op. cit. Tomo I, cap. XXIV, p. 647-649. (Grifos do autor.) Analisando o pensamento de Marx relativo à transição socialista, Lenin, em seu artigo intitulado Karl Marx , conclui que "Marx chega à conclusão de que é inevitável a transformação da sociedade capitalista em socialista, apoiando-se única e exclusivamente na lei de movimento da sociedade moderna. A socialização do trabalho, que sob mil formas avança cada vez mais depressa, e que no meio século transcorrido desde a morte de Marx se manifesta de um modo muito tangível no incremento da grande produção, dos cartéis, dos sindicatos e dos trustes capitalistas, e no gigantesco crescimento do volume e da potência do capital financeiro, é a base material mais importante do inelutável advento do socialismo. O motor intelectual e moral, o agente físico dessa transformação, é o proletariado, educado pelo próprio capitalismo (...). A socialização da produção não pode fazer a menos que conduzir à conversão dos meios de produção em propriedade social, à 'expropriação dos expropriadores'. A evolução gigantesca da produtividade do trabalho, a redução da jornada de trabalho e a substituição dos vestígios, das ruínas da pequena exploração primitiva e disseminada, pelo trabalho coletivo aperfeiçoado, são as conseqüências diretas dessa conversão. O capitalismo rompe definitivamente os vínculos da agricultura com a indústria, porém, ao mesmo tempo, com o apogeu do seu desenvolvimento, prepara novos elementos para esses vínculos, da união da indústria com a agricultura, sobre a base da aplicação consciente da ciência e da combinação do trabalho coletivo e de uma nova distribuição territorial da população.
15. "... na sociedade socialista, a produção mercantil é uma produção de bens sem capitalistas e que, como conseqüência da lei do valor, não opera cegamente como na sociedade capitalista, mas no interior de um campo limitado, no qual o Estado a utiliza, de maneira planificada, como alavanca econômica para uma gestão eficaz da economia.
    Na sociedade socialista os meios de produção estatais, que passaram de uma empresa a outra, não são mercadorias no sentido próprio, mas apenas revestem simplesmente a forma de mercadorias, e por conseqüência, o que aqui serve não é a aplicação da lei do valor no seu sentido próprio, mas a forma da lei do valor; e no caso da produção e do intercâmbio dos meios de produção, a forma da lei do valor não é utilizada senão como um simples instrumento de contabilidade econômica e não representa o valor em si mesmo."
    Kim Il Sung. Sobre algunos problemas teóricos de la economía socialista , *Obras escogidas*. Ed. de Cultura Popular, México, D.F., p. 202-205.
16. *El capital*. Tomo I, p. 43. (Grifos do autor.)
17. *Obras escogidas*. Tomo II, Ed. Progreso, Moscú, 1973, p. 340-341. (Grifos do autor.)
18. Op. cit., p. 341. (Grifos do autor). Aqui vale a pena recordar uma anotação de Engels sobre a questão da igualdade. "De um país a outro, de uma região a outra, inclusive de um lugar a outro, existirá sempre uma certa desigualdade quanto às condições de vida, que poderá reduzir-se ao mínimo, porém jamais desaparecer por completo.
    Os habitantes dos Alpes viverão sempre em condições diferentes dos habitantes das planuras. A concepção da sociedade socialista como o reino da *igualdade* é uma idéia unilateral francesa, apoiada no velho lema de 'liberdade, igualdade, fraternidade'; uma concepção que teve sua razão de ser como *fase de desenvolvimento* em seu tempo e em seu lugar, mas que hoje deve ser superada, como tudo o que há de unilateral nas escolas socialistas anteriores, e porque além disso descobriram-se fórmulas mais precisas para apresentar o problema". Carta a Bebel. Tomo II, *Obras escogidas*, p. 35.
19. Op. cit., p. 342.
20. Op. cit., p. 349. (Grifos do autor.)
21. Engels, numa carta a Otto von Boenigk Breslau, em 1890, diz que "a chamada 'sociedade socialista', segundo acredito, não é uma coisa feita de uma vez por todas, mas cabe considerá-la, como todos os demais regimes sociais, na qualidade de uma sociedade em constante movimento e transformação. Sua diferença crítica com respeito ao regime atual consiste, naturalmente, na organização da produção sobre a base da propriedade comum, inicialmente por uma única nação, de todos os meios de produção".
22. Contribuición al problema de la vivienda. *Obras escogidas*. Tomo I, p. 551. (Grifos nossos.)
23. Op. cit., p. 611. (Grifos do autor.)
24. *Obras escogidas*. Tomo II, p. 63-64.
25. *Obras escogidas*. Tomo II, p. 419.
26. A concepção tática de Engels inspirou profundamente a política agrária de Lenin, que se encarregou além disso de desenvolver em vários dos seus escritos a concepção marxista da questão agrária.
    A aplicação leninista do marxismo será discutida na Segunda Parte do presente trabalho. Vale a pena, todavia, citar algumas das suas múltiplas considerações sobre a questão. Na sua comunicação ao III Congresso dos Sovietes de Deputados, Operários, Soldados e Camponeses de toda a Rússia, em janeiro de 1918, Lenin diz:
    "Não há um único socialista, camaradas, que não reconheça a verdade evidente de que entre o socialismo e o capitalismo estende-se um longo período, mais ou menos diff-

cil, de transição, de ditadura do proletariado, e que as formas desse período dependerão em muito da questão se predomina a pequena propriedade ou a grande, a pequena cultura ou a grande.

(...) Todo socialista consciente diz que é impossível impor o socialismo aos camponeses por meio da violência, e que se deve confiar unicamente na força do exemplo e da assimilação da experiência da vida pela massa campesina." (*Obras escogidas*. Tomo II, p. 568).

Na *Resolução acerca da atitude ante o camponês médio*, em março de 1919, Lenin acentua que:

"Confundir os camponeses médios com os *kulaks*, fazer extensivas àqueles, em maior ou menor grau, as medidas dirigidas contra os *kulaks*, significa infringir do modo mais grave não apenas todos os decretos do poder soviético e toda a sua política, mas além disso todos os princípios fundamentais do comunismo que assinalam o acordo do proletariado com os camponeses médios durante o período da luta decisiva do proletariado pela derrocada da burguesia como uma das condições para o trânsito indolor para a supressão de toda exploração.

(...) Estimulando toda sorte de cooperação, inclusive das comunas agrícolas de camponeses médios, os representantes do poder soviético não devem permitir-se nem a mínima coação na criação dessas fazendas". (Tomo III, p. 206-207.)

É importante sublinhar que Lenin considerava camponeses médios aqueles que "não pertencem aos exploradores porquanto não obtêm benefícios à custa do trabalho alheio". Na sua exposição *A economia e a política na época da ditadura do proletariado*, também do ano 1919, ele estabelece como linha fundamental da política proletária frente aos camponeses: "distinguir, diferenciar os camponeses trabalhadores dos camponeses proprietários, o camponês trabalhador do camponês mercador, o camponês laborioso do camponês especulador". "Nessa delimitação reside *toda a essência* do sociaismo". (Tomo III, p. 29. Grifos de Lenin.)

Um traço distintivo da tática leninista implementada na Revolução Russa foi a orientação de que o proletariado toma o poder, neutralizando os setores vacilantes (pequena burguesia), e só a partir daí trata de conquistá-los através de medidas práticas que os beneficiem. E a pergunta: Como conquistar o camponês médio? Lenin contestava "melhorar as suas condições materiais, organizar a sua vida, não dar ordens".

27. Lenin, comentando essa opinião, observa: "Tratava-se da Inglaterra da década de 1870, do período culminante do capitaismo pré-monopolista, do país em que então havia menos militarismo e burocracia, do país em que existiam à época maiores probabilidades de vitória 'pacífica' do socialismo, no sentido de que os trabalhadores 'indenizem' a burguesia. E Marx dizia: "em determinadas condições, os trabalhadores não se negarão de forma alguma a indenizar a burguesia. Marx não se atava as mãos – nem as atava aos futuros dirigentes da revolução socialista – quanto às formas, métodos e procedimeatos da revolução, compreendendo muito bem quão grande seria o número de problemas que se apresentariam, como toda a situação mudaria no curso da revolução, com que *freqüência* e com que força haveria de alterar-se essa situação." ('O infantilismo *esquerdista* e o espírito pequeno-burguês', *Obras escogidas*. Tomo II, p. 731-732. Grifos de Lenin).
28. K. Marx y F. Engels, *Obras escogidas*, Ed. Progreso, Moscú, 1969, p. 52. (Grifos nossos.)
29. Op. cit., p. 53. (Grifos nossos).
30. Introdução ao texto de K. Marx, *La guerra civil en Francia, Obras escogidas*. Tomo I, Ed. Progreso, Moscú, 1969, p. 459-460. Marx disse que "se Paris pôde resistir foi unicamente porque, em conseqüência do assédio, havia-se dissolvido o exército, substituindo-o por uma guarda nacional, cujo contingente principal era formado por operários. Tratava-se agora de converter esse fato em uma instituição duradoura. Por isso, o primeiro decreto da comuna foi no sentido de suprimir o exército permanente e substituí-lo pelo povo 'armado'". (*La guerra civil en Francia*, p. 499.)
31. Op. cit., p. 464.
32. Op. cit., p. 465. (Grifos nossos.)
33. Op. cit., p. 401-402.
34. *La guerra civil en Francia*, op. cit., p. 494.
35. *Obras escogidas*. Tomo II, p. 465.
36. *La guerra civil en Francia*, op. cit., p. 499-500.
37. Op. cit., p. 500.
38. Na comuna a democracia revolucionária seria exercida através das organizações comunais locais, onde todos os cidadãos teriam direito de eleger os representantes da comunidade. Todavia, na Revolução Russa a democracia revolucionária, que se exerce através dos sovietes, restringe o direito de voto àqueles que não exploravam o trabalho alheio.
39. Op. cit., p. 508.
40. Op. cit., p. 509.
41. De la autoridad , *Obras escogidas*. Tomo I, p. 616-617.
42. *Anti-Dühring*, várias edições.
42. Já em 1875, em carta dirigida a Bebel, Engels ponderava que "sendo o Estado uma instituição meramente transitória, que se utiliza da luta e da revolução para submeter pela violência aos adversários, é um absurdo falar de Estado popular livre; enquanto o proletariado *necessite* ainda do Estado, dele não necessitará no interesse da liberdade, mas para subjugar os seus adversários, e tão logo for possível falar de liberdade, o Estado como tal deixará de existir". *Obras escogidas*. Tomo I, p. 34-35.
44. Op. cit. (Grifos nossos.)
45. Veja-se Marx e Engels, *La ideología alemana*.
46. *Obras escogidas*. Tomo II, p. 69. (Grifos do autor).
46. *La sociedad comunista*, Ed. Progreso, Moscú, 1973, p. 8. (Grifos nossos.)
48. *La sociedad comunista*, Ed. Progreso, Moscú, 1973, p. 17. No capítulo 'Maquinaria e grande indústria', de *O capital*, Marx faz uma exposição sobre o caráter diferente da utilização da maquinaria na sociedade comunista: "Considerada exclusivamente como *meio de baratear o produto*, o limite da aplicação da maquinaria reside no ponto onde sua própria produção custa menos trabalho do que o trabalho que o seu emprego vem a suprir." Sem embargo, acrecenta Marx: "para o capital, esse limite é mais restrito. Tendo em vista que o *capital* não paga o *trabalho investido*, mas sim o valor da força de trabalho aplicada, para ele o emprego da maquinaria tem seu limite na *diferença entre o valor da máquina e o valor da força de trabalho suprida por ela*".

Com base nessa linha de pensamento, e tendo em conta que na nova sociedade o objetivo da produção não é o lucro, Marx anotará que "na sociedade comunista a maquinaria teria, portanto, uma margem de ação muito diferente do que tem na sociedade burguesa", pois naquela não haverá os limites impostos pelo capital. Op. cit. Tomo I, p. 322. (Grifos do autor.)
49. Contribuición al problema de la vivienda , *Obras escogidas*. Tomo I, p. 612-613. (Grifos nossos.)
50. K. Marx, Prólogo de la contribución a la crítica de la economía política, *Obras escogidas*. Tomo I, p. 343.
51. *Obras escogidas*. Tomo I, p. 206.
52. Op. cit., p. 35-39. Marx, em *O capital*, demonstra como a grande indústria capitalista provoca "constantes mudanças de trabalho, substituições de funções, uma completa mobilidade do operário". Essas mudanças, porém, segundo Marx, "convertem em questão de vida ou morte essa substituição monstruosa, que supõe uma mísera população trabalhadora disponível, mantida em reserva para as variáveis necessidades de ex-

ploração do capital, pela disponibilidade absoluta do homem para as variáveis exigências do trabalho; substituir o indivíduo parcial, simples instrumento de uma função social de detalhe, pelo indivíduo desenvolvido em sua totalidade, para quem as diversas funções sociais não são mais do que outras tantas manifestações de atividades que se alternam e se revezam". E Marx prossegue: "Se a legislação fabril, como primeira concessão arrancada a duras penas ao capital, se limita a combinar o ensino elementar com o trabalho fabril, não cabe dúvida que a conquista inevitável do poder político pela classe trabalhadora conquistará também para o ensino tecnológico o lugar teórico e prático que lhe corresponde nas escolas de trabalho." E assinala como meta "a abolição da antiga divisão do trabalho". Tomo I, p. 408-409.

53. *El capital*, tomo I, p. 405. (Grifos do autor.)
54. Op. cit., p. 162.
55. *Obras escogidas*. Tomo II, p. 230-232-233.
56. *La sociedad comunista*, Ed. Progreso, Moscú, 1973, p. 19.
57. *El capital*. Tomo I, p. 410.
58. Op. cit., p. 11-12.
59. Op. cit., p. 12-13. (Grifos do autor.)

II PARTE

A CONSOLIDAÇÃO DA TEORIA DO SOCIALISMO EM VLADIMIR ILITCH LENIN

1. ECONOMIA – POLÍTICA DA TRANSIÇÃO SOCIALISTA

Características, dificuldades, contradições: construções e destruições, retrocessos e avanços, atrasos e saltos...

> "Os melhores não chegaram a compreender que os mestres do socialismo não falaram em vão de todo um período de transição do capitalismo ao socialismo e sublinharam as grandes dores de parto da nova sociedade."
> Lenin, V. I., *Obras completas*. Tomo XXXV, p. 208-209.

A transição socialista começa com o triunfo da revolução proletária, quer dizer, pela tomada do poder por parte do proletariado e seus aliados, sob a hegemonia daquele. Esse é seu pré-requisito essencial e uma das suas diferenças substanciais, enquanto processo revolucionário, das revoluções democrático-burguesas*. Com respeito a esse ponto de partida analítico crucial, vejamos como Lenin é absolutamente explícito quanto às suas distinções:

> Uma das diferenças fundamentais entre a revolução burguesa e a revolução socialista é que para a primeira, que surge do feudalismo, criam-se gradualmente, no seio do velho regime, novas organizações econômicas que modificam gradualmente todos os aspectos da sociedade feudal. A revolução burguesa tinha uma única missão: eliminar, arrasar, romper todas as cadeias da sociedade anterior. Ao cumprir essa missão, toda revolução burguesa cumpre o que dela se exige: intensificar o desenvolvimento do capitalismo.

---

* Não tem importância, portanto, pelo menos na ótica leninista, a tentativa de estabelecer uma distinção entre 'a tomada do poder' e 'a chegada ao poder', se tal distinção se refere à revolução socialista. Naturalmente, a segunda expressão, na medida em que é formulada como antecedente à primeira, revela uma concepção gradualista da evolução ao socialismo, na qual Lenin nunca acreditou, a não ser como possibilidade extremamente rara e especial. (A tentativa de transição ao socialismo, empreendida pelo governo de Salvador Allende, no Chile, colocou, efemeramente, tal questão na ordem do dia.)

E prossegue:

> A revolução socialista está em uma situação completamente diferente. Quanto mais atrasado for o país que, devido aos vaivém da sua história, tem sido o que começou a revolução socialista, mais difícil é para ele passar das velhas relações capitalistas às relações socialistas. Nesse caso, às tarefas destrutivas acrescentam-se outras novas, de inaudita dificuldade, as da organização.[1]

Com esse raciocínio, Lenin deseja acentuar dois aspectos fundamentais: primeiro, que as relações socialistas de produção não podem desenvolver-se – como as capitalistas – anteriormente à tomada do poder e, segundo, que elas coexistem ainda durante um longo período com as relações de produção burguesas que procuram resistir com teimosia, e que uma característica essencial do começo da transição socialista é o cumprimento das 'tarefas destrutivas' que se realizam ao mesmo tempo em que já se inicia a organização da nova vida política, econômica e social. As tarefas construtivas da nova organização são as mais complexas e difíceis, seja por falta de experiência de governo das novas classes dominantes – que antes foram dominadas durante séculos –, seja pela resistência obstinada das antigas classes dominantes em abdicar dos seus antigos instrumentos de poder, resistência essa que assume a forma de contra-revolução ativa ou passiva, vale dizer, de guerra civil ou de boicote e resistência encoberta às mudanças revolucionárias. Por isso, para ele, o processo de transição "descarta toda idéia de limitar-nos a uma marcha triunfal com as bandeiras desfraldadas",[2] mas caracteriza-se muito mais como um avanço gradual, embora firme e constante,[3] que se inaugura com as tarefas de destruição da velha ordem, que são os primeiros passos, mas que não introduz nenhuma relação substancialmente nova, por mero decreto, mas que ao contrário será como um progresso qualitativo do nível de organização da vida do povo.[4]

Convém explicitar ainda um pouco mais o seu pensamento sobre a dialética da destruição–construção. Cada medida concreta que ponha em questão, golpeie ou destrua os elementos que constituíam o antigo regime, aplaina o caminho para a transição socialista, porém o seu resultado imediato não é automaticamente uma mudança qualitativa, superior, das relações entre os homens. A transição tem, pois, para Lenin, a conotação de um processo que, embora seja um avanço sem interrupção, registra etapas diferenciadas, que se auto-

superam, elevando o seu nível e aprofundando as suas características específicas. A seu juízo, a grande arte da condução de um processo revolucionário revela-se em saber discernir quais são as tarefas primordiais que caracterizam cada etapa da transição, vale dizer, quais são os elos cruciais que é preciso prender para sujeitar e arrastar toda a cadeia de transformações sociais. Por exemplo, a ação por excelência mais destrutiva da velha ordem é a tomada do poder; a ação mais construtiva é erigir um novo Estado e saber governá-lo. Mas é na passagem de uma tarefa para a outra, sendo simultâneas, que reside toda a dificuldade da primeira etapa de transição.[5]

Naturalmente, Lenin detectava essa dificuldade básica e característica da primeira etapa de transição, porque ele não acreditava na existência de um processo de construção socialista que não provocasse diversas formas de resistência por parte das antigas classes dominantes. Esse é, a seu ver, um elemento característico e inevitável do primeiro período que sucede ao triunfo da revolução proletária, entendida ainda como ato preliminar da tomada do poder e das medidas iniciais de construção de um aparelho estatal. Como se vê, a definição das tarefas destrutivas–construtivas erige-se em conceito básico e primordial da teoria leninista da transição, em seu ponto de partida, inclusive se for feita abstração do grau de violência–resistência contra-revolucionária e da resposta engendrada pela revolução, ou do ritmo mais ou menos intenso das tarefas construtivas–positivas, que foi específico no caso histórico particular da Revolução Russa.

É nessa linha de pensamento que o presente esforço procura extrair das idéias de Lenin a sua universalidade, permitindo-lhe fundamentar a teoria do socialismo, com a intenção de abstrair sua contribuição teórica, de validade explicativa geral, da sua ação prática, imediata e concreta. Temos plena consciência de que a abstração é uma abstração da realidade concreta. Por certo que a Revolução Russa é o pano de fundo da teoria leninista. Teoria científica nenhuma surge do vazio. Abstrair da prática não significa ignorá-la, ou não levá-la em consideração: muito pelo contrário. Significa sobretudo utilizá-la como fundamento da teoria. Marx, em *O capital*, analisa um modo de produção capitalista puro; todavia, o seu laboratório é concreto e se trata do capitalismo inglês. Sem a análise empírica da sociedade inglesa, *O capital* não poderia ter sido produzido. Da mesma forma, sem a prática soviética do socialismo, a teoria socialista da transição não poderia ter sido formulada.

É interessante aprofundar um pouco mais a pesquisa do pensamento leninista em relação a esse aspecto fundamental, que é o início da construção de uma nova sociedade.

Como é usual nas exposições de Lenin, ele trata de fazer uma comparação histórica entre revolução burguesa e revolução proletária, para bem definir suas grandes diferenciações.[6] Essas residem especialmente no caráter anárquico e explorador da organização da sociedade capitalista, através da formação do mercado nacional e internacional, contrastando com a sociedade socialista, que deve ser planificada e socializada. Por certo que o processo de desenvolvimento (que procura ser racional e harmônico) das forças produtivas socialistas é possibilitado pela criação de um novo tipo de Estado; porém, Lenin reconhece que "a dificuldade principal está no terreno econômico", especialmente quando se consideram os casos de países atrasados, cuja infra-estrutura além disso foi abalada por vários anos de guerra civil;[7] especialmente também se for levada em consideração uma dificuldade enorme, que consiste no fato de que o povo ainda não tem tradição e experiência de registro e controle, estritos e gerais, da produção e da distribuição, quer dizer, tem ainda que aprender a participar do processo de planificação e de socialização na sua prática. Essa gigantesca tarefa de construir planificadamente uma sociedade radicalmente nova só pode ser levada a efeito pela motivação consciente da maioria do povo, como agente ativo da criação da história.

A maioria do povo apóia primeiro a revolução, e depois participa da sua defesa.

Qual é o móvel dessa militância revolucionária das grandes massas? Em outras palavras, por que luta o povo?

A resposta é simples: para melhorar imediatamente as suas condições materiais de existência. E esse é o pré-requisito essencial para o desenvolvimento de uma cultura superior. Por isso, o fator econômico, uma vez vencida a resistência militar das classes dominantes, adquire um aspecto sumamente prioritário. Certo é que Lenin pensava no caso da transição num país atrasado e destroçado, mas mesmo que tal situação fosse projetada num país bastante desenvolvido, o elo da cadeia que deve ser agarrado e que tudo arrasta é a economia. Essa é uma concepção clara que podemos extrair do pensamento leninista, porque a organização socialista da produção e distribuição de bens, as relações de produção e a própria orientação

que tenderá a assumir o desenvolvimento das forças produtivas são radicalmente diversas das do capitalismo. Portanto, é preciso sacudir toda a economia a partir das suas próprias bases, e essa é uma tarefa profundamente complexa e audaz. Um raciocínio de Lenin como o que adiante vamos citar pode, inclusive, parecer ingênuo, mas na realidade é profundamente agudo e adequado a qualquer situação de transição; a diferença que naturalmente existirá entre esse processo num país desenvolvido em relação a um país atrasado deve ser localizada no maior esforço e sacrifício que esse último deve empregar.

Veja-se como Lenin formula a questão para o caso de um país pouco desenvolvido como a União Soviética de 1918:

> Administre com regularidade e escrupulosamente o dinheiro, administre economicamente, não sejas preguiçoso, não roubes, observe a mais estrita disciplina no trabalho; são essas precisamente as ordens que, ridicularizadas com razão pelo proletariado revolucionário quando a burguesia encobria com elas a sua dominação como classe exploradora, transformam-se hoje, após a derrocada da burguesia, nas ordens principais e imediatas do momento.

Esta é, a seu juízo, "a única condição para salvar o país",[8] ou seja, garantir que a revolução não se frustre e que possa avançar na instauração do socialismo. Segundo o seu pensamento, um processo revolucionário não pode estancar: tem que avançar e deve consolidar-se – posto que para isso muitas vezes são necessários retrocessos momentâneos – para acumular forças, experiências, mas não pode deter-se o processo de avançar, sem correr o risco do fracasso da causa revolucionária. Lenin admite, portanto, a possibilidade de que uma revolução degenere e não alcance a sua meta: a construção do socialismo.

Ele arma a questão da seguinte forma:

> Vencemos a burguesia, mas contudo não logramos ainda arrancá-la pela raiz, ainda não está aniquilada, nem sequer está desbaratada. Por isso, enfrentamos uma nova forma de luta contra a burguesia, uma forma superior: a passagem da tarefa muito elementar da expropriação sucessiva dos capitalistas para uma tarefa muito mais complexa e difícil, a tarefa de criar condições que impossibilitem a existência da burguesia ou o surgimento de uma nova burguesia. É evidente que essa é uma tarefa incomparavelmente mais significativa do que a anterior (as medidas jurídicas de desapropriação), e até que ela não se cumpra não haverá socialismo.[9]

Quer dizer que, para Lenin, as medidas jurídicas contra o poder burguês são o primeiro passo, mas em definitivo, a dominação burguesa só será liquidada para sempre quando o seu modo de produção e de vida ceda lugar, na prática, a algo de novo que o supere efetivamente como organização econômico-social. Ele reconhece que no começo da transição socialista a batalha econômica ainda não está ganha, e que na medida em que as 'coisas decisivas' – como a socialização – não estejam implantadas, a transição não está garantida. Outra das 'coisas decisivas' é o "aumento da produtividade do trabalho em escala nacional."[10]

O seu pensamento a esse respeito é muito claro na sua polêmica contra os 'comunistas de esquerda', em 1918, que preconizavam "a mais decidida política de socialização". Assim ele argumenta, desmoronando toda a base do 'esquerdismo', que se apóia sobre o voluntarismo, sem prestar atenção aos limites das possibilidades objetivas e reais:

> Podemos ser ou não decididos quando se trata de estatizar ou de confiscar. Mas toda a questão reside justamente em que nem sequer a maior 'decisão' do mundo é suficiente para passar *da* estatização e do confisco *para* a socialização. (...) A diferença entre a socialização e o simples confisco está em que é possível confiscar apenas com 'decisão', sem a capacidade de calcular e distribuir corretamente, *quando sem essa capacidade não se pode socializar*.[11]

Lenin percebia com muita clareza que sem essa capacidade de planificação o processo de socialização não podia ser realizado. Essa questão crucial colocou-se de maneira dramática no caso da primeira revolução socialista, posto que na realidade foi necessária toda uma década para que finalmente, em 1928, houvesse condições de elaborar o primeiro grande plano quinqüenal, no curso do qual teve que ser promovida a 'socialização forçada'. Não cabe aqui proceder à análise das vicissitudes e das tentativas de planificação e socialização da União Soviética de então (falta de experiência, resistência dos camponeses, destruições causadas pelos longos anos de guerra, bloqueio imperialista, etc., etc.), mas essa questão tornará a aparecer como um problema agudo em todas as experiências posteriores da transição socialista.

Não se pode por isso acusar Lenin de economismo. Como veremos mais adiante, ele está preocupado ao mesmo tempo com os aspectos sociais, políticos e culturais da transição. Exatamente por isso ele trata de definir as prioridades que tornem possível um desenvolvimento integral da nova sociedade. Tais prioridades não podem ser definidas mecanicamente. Para estabelecê-las, é necessário ter em conta a situação econômico-social global do momento e a correlação de forças entre as classes existentes. E é na busca das mesmas que Lenin dará outra grande contribuição para a compreensão do período de transição, consistindo na sua tese sobre o retrocesso, a interrupção da marcha ascendente e ofensiva, para que se possam *consolidar* posições-chave já conquistadas. Dialeticamente, para ele, o retrocesso também é uma forma de avanço. (Por isso, se não tivesse ocorrido a guerra civil, a Nova Política Econômica (NEP) teria sido implementada desde 1918, como consta em sua tese dessa data 'As tarefas atuais do poder soviético'). Desde o início da revolução ele havia chamado a atenção sobre o fato de que não se poderia seguir com a mera fórmula "continuar a ofensiva contra o capital".[12]

> Apesar de ser indubitável o fato de que não acabamos com o capital, e apesar de que seja inquestionavelmente necessário continuar a ofensiva contra esse inimigo dos trabalhadores, tal fórmula todavia seria inexata, não seria concreta, pois nela não se levaria em conta a *peculiaridade* da situação atual, em que, para avançar com êxito *no futuro*, devemos interromper nossa ofensiva *agora*.[13]

Desnecessário entrar aqui na discussão das 'peculiaridades' da situação russa, pois o que importa colocar em relevo é como Lenin concebe e justifica a necessidade da 'interrupção' das tarefas destrutivas em função de dificuldades concretas. Estas se apresentam em formas diversas como: necessidade de cooperação dos 'especialistas' burgueses, necessidade de aprofundar a 'neutralização' dos setores pequeno-burgueses; em suma, necessidade de 'concessões' nos momentos em que as energias do povo estão em nível de esgotamento e em que urge reativar a economia, pelo menos nos seus setores cruciais. Aqui, como se vê, a teoria nos remete uma vez mais à análise concreta de uma situação concreta.

Essa compreensão aguda dos momentos mais complexos da transição conduz a uma concepção teórica de fundo, com respeito à questão que Lenin formula através de uma imagem militar:

> Precisamente para conquistar o resto do território inimigo, quer dizer, para alcançar a vitória completa, a interrupção da ofensiva de um exército vitorioso, em tais condições, é necessária.

E ele reconhece que: "O que estamos debatendo é o deslocamento do *centro de gravidade* de nosso trabalho econômico e político."[14]

Para Lenin, portanto, a guerra e a repressão, necessárias enquanto atua a contra-revolução, são ganhas com a 'cavalaria ligeira', mas é necessário sobretudo ter 'artilharia pesada' para poder governar e enfrentar os problemas econômicos cruciais nos momentos em que a repressão da subversão contra o regime passa a segundo plano, por ter sido fundamentalmente liquidada. Não existe para ele um aspecto da luta – seja militar, seja econômico – que tenha prioridade absoluta no período da transição. A prioridade é dada pelas circunstâncias concretas.

São essas circunstâncias concretas que põem em relevo a contradição fundamental entre o atraso dos países que fizeram a revolução socialista – como é o caso da Rússia bolchevique – "e o seu 'salto' *por sobre* a democracia burguesa". A seu juízo, não vai nisso nada de surpreendente. Surpreendente seria, para ele, a possibilidade da "implantação de uma *nova* forma de democracia *sem uma* série de contradições".[15]

Porém, essas contradições, detectadas por Lenin no caso da transição socialista num país atrasado como a Rússia, não o impedem de generalizar, no sentido de que em todos os processos de construção socialista florescerão contradições que, apesar das suas particularidades, não poderão ser evitadas. Da mesma forma, o desenvolvimento do capitalismo pôs em evidência, em cada caso concreto, contradições e formas específicas de enfrentá-las.[16]

Uma das dificuldades maiores para o cumprimento das tarefas construtivas reside, para Lenin, na questão agrária. Essa questão é especialmente substantiva para países pouco desenvolvidos, como a Rússia na época da revolução, onde a agricultura, como anteriormente assinalado, ainda compunha o setor absolutamente majoritário no conjunto da produção, e os agricultores eram a mais expressiva das classses sociais. Embora posteriormente volvamos a esse tema, é importante reproduzir aqui uma passagem extensa de Lenin, em que ele acentua as dificuldades cruciais que se encontram na resolução do problema agrário:

> Para abolir as classes é necessário, antes de tudo, derrotar os latifundiários e os capitalistas. Essa parte da nossa tarefa já foi realizada, mas é apenas uma parte, e além disso *não* a mais difícil. Para abolir as classes, é preciso, em segundo lugar, suprimir a diferença entre obreiros industriais e camponeses, e transformá-los *todos em trabalhadores*. E isso não poderá ser feito de repente. É uma tarefa muitíssimo mais difícil e levará necessariamente muito tempo. É um problema que não se pode resolver com a derrocada de uma classe. Só poderá resolver-se mediante a reorganização de toda a economia social, mediante o passo da pequena produção mercantil individual e isolada para a grande produção social. Essa transição será, por força, extraordinariamente lenta. E, com medidas administrativas e legislativas precipitadas e imprudentes, apenas se conseguiria prolongá-la e complicá-la. Só poderá ser acelerada proporcionando ajuda aos camponeses, de modo que esses possam melhorar muitíssimo e transformar de modo radical toda a técnica agrícola.
>
> Para resolver essa segunda parte da tarefa, que é a mais difícil, deve o proletariado, após vencer a burguesia, manter de modo inquebrantável a seguinte linha fundamental da sua política em relação aos camponeses: o proletariado deve separar e diferenciar o camponês trabalhador do camponês proprietário, o camponês lavrador do camponês comerciante, o camponês que labuta do camponês que especula.
>
> Nessa diferenciação consiste *a essência* do capitaismo.
>
> (...) A diferenciação a que fazemos referência aqui é sumamente difícil, porque na vida real todas as características do 'camponês', por muito diferentes que sejam, fundem-se num todo único. Sem embargo, a diferenciação é possível, e não apenas é possível, mas depreende-se inevitavelmente das condições da agricultura do trabalhador do campo e da vida campesina. O camponês trabalhador foi oprimido durante séculos pelos latifundiários, os capitalistas, os comerciantes e especuladores, e pelo *seu* Estado, incluindo as repúblicas burguesas mais democráticas. Através de séculos o camponês trabalhador foi aprendendo a odiar e aborrecer esses opressores e exploradores, e esse 'aprendizado', inculcado pelas condições de vida, *obriga-o* a buscar uma aliança com o operário, contra o capitalista e contra o especulador e o comerciante. Porém, ao mesmo tempo, as condições da economia de mercado convertem inevitavelmente o camponês (não sempre, mas na imensa maioria dos casos) em comerciante e especulador.[17]

Como se depreende do texto, Lenin sublinha as dificuldades da transição da produção individual fragmentada para a grande produção social. A seu juízo, esse processo em países como o seu é necessariamente lento, tendo em vista que supõe a criação das condições materiais e técnicas para converter os camponeses em trabalhadores solidários. Para isso, é necessário também que o proletariado – na sua qualidade de vanguarda revolucionária – saiba proceder corre-

tamente na diferenciação das classes rurais, e nisso reside precisamente 'a essência do socialismo'. É importante insistir que Lenin tinha em mente a situação de países predominantemente agrícolas, onde a estrutura agrária ostentava uma multiplicidade considerável de classes sociais, que iam desde o camponês pobre (minifúndio), passando pelo assalariado, o médio, o latifundiário tradicional, até o empresário agrícola. É óbvio, portanto, que essa é 'a essência do socialismo' somente em países atrasados.

Lenin era por excelência um estratego político. Exatamente por isso, por ter que pensar na prática de um caminho de transformações revolucionárias até então inédito, acentua muitas vezes as nuances das orientações específicas para a situação soviética, muito embora, como veremos paulatinamente, a sua ênfase nas condições peculiares da Rússia não obscurece suas inumeráveis contribuições à teoria da transição socialista em geral.

Como foi enfatizado no início da presente investigação, o esforço aqui despendido concentra-se na sistematização do pensamento de Lenin, nele distinguindo o que é próprio dos processos de transição em países pouco desenvolvidos capitalisticamente do que será próprio da transição daqueles que alcançaram um nível muito mais adiantado de desenvolvimento do modo de produção capitalista, na época do imperialismo; em outras palavras, trata-se de resgatar o que é comum a toda e qualquer experiência de socialismo.

Sem embargo, Lenin tinha plena consciência de que as dificuldades para a construção do socialismo, num país onde predominam os pequenos agricultores, são muito maiores. "... é preciso lembrar – dizia ele – que é mais fácil construir um Estado proletário num país com produção em grande escala, do que num país em que predomina a pequena produção". E chama a atenção sobre o fato de que "o proletariado é uma coisa, o pequeno produtor é outra".[18]

Por isso ele enfatizava:

> A transição do capitalismo para o comunismo é toda uma época histórica. Porque nela prossegue a luta de classes, e aquelas que perderam o poder de dominação não perdem facilmente a esperança de uma restauração contra-revolucionária. Enquanto essa época histórica não termina, os exploradores inevitavelmente mantêm a esperança de restauração, e essa *esperança* manifesta-se em *tentativas* de restauração. (...) E por trás dos capitalistas exploradores encontram-se os vastos setores da pequena burguesia, sobre a qual, décadas de experiência histórica em todos os países dão testemunho de que ela titubeia e vacila, que hoje segue o proletariado e amanhã assusta-se ante as dificuldades da revolução, que é presa de pânico ante a primeira derrota ou semiderrota dos trabalhadores, fica nervosa, perambula sem rumo, choraminga e corre de um campo a outro...[19]

Enquanto não se chegar a uma etapa em que a produtividade social tenha sido plenamente incrementada através do planejamento dos recursos econômico-sociais, a pequena burguesia não se dissolverá e continuará conservando uma atitude ambígua, muitas vezes de resistência, com respeito ao processo de transformação revolucionária. Porém, apesar da resistência dos setores da pequena burguesia, o Estado operário tem que desenvolver os seus instrumentos de controle sobre a produção e a distribuição, com o objetivo de "repartilos equitativamente entre os trabalhadores",[20] quer dizer, administrar a escassez da maneira mais justa.

Tal compreensão das limitações existentes em toda uma etapa histórica da construção socialista é que conduz Lenin a formular de maneira precisa e ortodoxa a definição do período de transição:

> Teoricamente, não há dúvida que entre o capitalismo e o comunismo medeia um determinado período de transição, que deve combinar os traços e as propriedades dessas duas formas de economia social. Esse período de transição será, por força, um período de luta entre o capitalismo agonizante e o comunismo incipiente, em outras palavras, entre o capitalismo que foi derrotado mas não destruído, e o comunismo recém-nascido mas que ainda é frágil.[21]

Como vemos, para Lenin, durante o período de transição ainda coexistem em luta os dois modos de produção. Em texto anterior, Lenin havia salientado que, no caso russo, coexistiam ainda diversas estruturas sócio-econômicas: "1) a patriarcal, isto é, em grau considerável uma economia camponesa natural; 2) a pequena produção mercantil (figurando aqui a maioria dos camponeses que vendem o cereal); 3) o capitalismo privado; 4) o capitalismo de Estado; 5) o socialismo".[22]

Portanto, podemos inferir claramente do seu texto que ele entendia que, nos seus começos, o período de transição ainda não configurava um novo modo de produção, mas pela coexistência de várias formas de produção social, uma 'formação econômico-social'. Para fundamentar plenamente essa assertiva, vale citar outro passo de Lenin:

> ... a fonte mais profunda de forças para triunfar sobre a burguesia, e a garantia única de estabilidade e segurança desse triunfo, só poderá ser um modo de produção social novo e superior, a substituição da produção capitalista e pequeno-burguesa pela grande produção socialista.[23]

Vimos que, ao pôr em relevo as características universais da transição, Lenin ao mesmo tempo adverte que esse processo guarda suas especificidades em função de cada situação histórica particular. Por isso ele chama a atenção sobre o fato de que "a tarefa mais difícil nas passagens e mudanças bruscas da vida social é ter em conta as características peculiares de cada transição".

E ele insiste:

> A tarefa mais difícil de todas é como realizar, na prática, a transição do capitalismo velho, habitual, bem conhecido, para o novo, que ainda não nasceu e que não conta com bases firmes, o socialismo. Essa transição – prossegue Lenin –, na melhor das hipóteses, levará muitos anos, durante os quais nossa política se dividirá numa série de etapas ainda menores. E toda a dificuldade da tarefa que nos cabe em sorte, toda a dificuldade da política e da arte da política residem na capacidade de saber levar em conta as tarefas específicas de cada uma dessas transições.[24]

A seguir, Lenin exemplifica com o caso específico russo: Ao final da guerra civil foi necessário "mudar a orientação de toda a máquina estatal soviética, concentrada na guerra, canalizando-a para o desenvolvimento econômico pacífico..."[25] Nesse caso, havia sido superada a especificidade de uma etapa de transição e abria-se uma nova que, a seu juízo, era mais complexa e difícil. Todas essas etapas eram consideradas por Lenin como "período de transição dentro de um período de transição", uma vez que: "Toda ditadura do proletariado é um período de transição"...[26]

Segundo viemos demonstrando, Lenin conjuga em seu raciocínio dialético as tarefas destrutivas e as tarefas construtivas, embora acentue que em alguns momentos particulares umas devem ter prioridae sobre as outras. Transcrevemos mais uma passagem de Lenin, com o objetivo de explicitar completamente o seu ponto de vista a esse respeito:

> Para derrotar o capitalismo em geral, é necessário em primeiro lugar derrotar os exploradores e defender o poder dos explorados; ou seja, cumprir a tarefa de aniquilar os exploradores com as forças revolucionárias; em segundo lugar, cumprir a tarefa construtiva de instaurar novas relações econômicas e mostrar com o exemplo como isso pode ser feito. *Esses dois aspectos da tarefa de realizar uma revolução socialista estão indissoluvelmente vinculados entre si, e distinguem a nossa revolução de todas as anteriores, aquelas que nunca avançaram além da destruição.*

E Lenin prossegue, tratando de tirar a conclusão lógica dessa afirmação:

> Se não cumprirmos essa tarefa, nada resultará de nossos êxitos, de nossas vitórias no arrasamento dos exploradores e de nossa resistência militar aos imperialistas internacionais, e *será inevitável o retorno ao velho sistema.* A esse respeito, em sentido teórico, não pode haver dois critérios. Nesse momento a etapa da transição é brusca e mais difícil, *exige outros métodos,* outra distribuição e utilização de forças, uma atenção e uma psicologia diferentes, etc.[27]

Como se vê, para Lenin a possibilidade real de involução ao velho sistema só pode ser suprimida mediante a ação positiva de construção da nova ordem social. Por esse motivo, para ele, *socialismo é igual a poder soviético mais eletrificação,* entendida esta como desenvolvimento amplo e planificado das modernas forças produtivas.[28] Para que isso aconteça, é necessária uma intensa mobilização das massas para a *construção,* nessa etapa de transição socialista. Isso porque, de acordo com o seu pensamento.

> Enquanto estejamos vivendo em um país de pequenos agricultores, haverá na Rússia uma base econômica mais sólida para o capitalismo do que para o comunismo. (...) Aquele mantém-se apoiado na pequena produção, e para destruí-lo há um só meio: *colocar a economia do país, inclusive a agricultura, sobre uma base técnica nova, a base técnica da grande produção moderna.* Essa base não pode ser outra do que a eletrificação.[29]

Essa diretriz de Lenin é sumamente importante, pois oferece a base teórica para a compreensão das limitações típicas de um socialismo que se constrói em um país pouco desenvolvido científica e tecnologicamente, e onde predomina, em sua economia, a produção do pequeno agricultor. Em todos os casos em que essa predominância não é prontamente superada, estão sempre latentes as possibilidades de um retrocesso contra-revolucionário. Mais adiante se há de ver como Lenin, tendo presente a possibilidade de uma degeneração

para o capitalismo, enfatizará a necessidade de que o proletariado preserve a sua hegemonia do poder.

Todavia, é preciso salientar que Lenin, em determinadas fases da transição, considera necessário um retrocesso promovido sob o controle do Estado operário, sendo diferente daquele que representa um retorno ao velho sistema. No caso russo, esse processo foi *promovido* pela NEP, a partir de 1921. A NEP correspondeu às circunstâncias particulares do seu país, e foi resultado da guerra e da política econômica do 'comunismo de guerra'. Contudo essa, por sua vez, foi implementada devido a uma situação de desespero, para a qual não existia nenhuma outra alternativa. Como frisamos anteriormente, em 1918, no seu famoso texto As tarefas atuais do poder soviético, Lenin já preconizava as teses que foram aprovadas em 1921, com a adoção da NEP. Sem embargo, o atraso para pô-las em prática deveu-se à agressão imperialista por parte de 14 países e à ação da contra-revolução interna, associada àquela que desencadeou um período de guerra que se estendeu até 1920.[30]

Por isso, dificilmente poderíamos concordar com autores, como Yuri Poliakov, da Academia de Ciências da URSS, quando assevera que: "as tarefas gerais e as linhas básicas da NEP têm, sem dúvida, um vasto alcance universal". Verdade, que ele mesmo trata de observar em seguida as suas 'peculiaridades únicas'.[31] Esse estudioso sublinhou que: "A experiência histórica da URSS fornece duas *formas* fundamentais de construção socialista, a saber: o *método* do comunismo de guerra, como procedimento de transição direta ao socialismo (...) e o da NEP". A diferença fundamental entre eles foi esclarecida sob diversos ângulos por Lenin, e na atualidade tem sido objeto de exame atento em publicações historiográficas. O método de 'comunismo de guerra' é a linha de ataque frontal contra o capitalismo, a aplicação do método de demolição por assalto das posições do capital, quer dizer, a tentativa de chegar às bases socialistas de produção e distribuição pela maneira mais breve, rápida e direta.

O método da NEP – prossegue Poliakov – "é de um assédio abrangente, da aplicação de injunções intermediárias, do avanço mais paulatino, porém mais fundamental, firme e seguro".[32]

Nossa discordância do mencionado autor reside nos seguintes aspectos:

Em primeiro lugar, é certo que Lenin admitia a possibilidade da "construção direta do socialismo", porém – como ele acentua – isso só seria viável hipoteticamente nos casos de transição em países altamente desenvolvidos. Como vimos, no caso russo esse 'método', nas palavras de Lenin, "nos foi imposto pela guerra e pela ruína". Isso significa que para Lenin o trânsito direto ao socialismo não pode ser confundido com a etapa específica vivida pela Rússia, chamada 'comunismo de guerra'.[33]

Em segundo lugar, não fora pela necessidade imperiosa e circunstancial, provocada pela 'guerra e ruína', a política econômica preconizada pela NEP em 1921 (utilização das relações monetário-mercantis; manutenção de elementos tipicamente capitalistas na economia; emprego de elementos do capitalismo de Estado; ênfase nos estímulos materiais, etc., porém sob controle e regulação do Estado operário) teria sido implementada normalmente – como Lenin o preconizava desde o primeiro semestre de 1918 – e tal política não teria representado, portanto, um retrocesso.

Dessa maneira, embora tenhamos destacado que Lenin preconizava a adoção de política de retrocessos – quando fossem necessários –, a política da NEP, no caso russo, acabou sendo um retrocesso por circunstâncias particularíssimas. Por isso, não nos parece exato considerá-la como uma política de 'alcance universal'. Ao final das contas, o retrocesso que significou a NEP acabou sendo demasiadamente profundo, e condicionou a experiência muito particular, única, radical, dolorosa e nada universal da 'coletivização forçada', tal que não foi prevista por Lenin, uma vez que ele confiava na possibilidade de primeiro neutralizar o camponês médio – o *kulak* – e em seguida conquistá-lo através da sua incorporação à economia social.

Sabemos muito bem que Lenin punha uma ênfase muito profunda na necessidade da aliança operário-camponesa, e naturalmente considerava tal aliança como uma 'tarefa mundial'.

Ele formulava a questão da seguinte maneira:

> A tarefa em que estamos empenhados agora, transitoriamente sós, parece ser uma tarefa puramente russa, mas na *realidade é uma tarefa que todos os socialistas deverão enfrentar*. O capitalismo está moribundo; antes de morrer pode ainda causar padecimentos incríveis a dezenas e centenas de milhões de seres humanos, mas não há força capaz de impedir o seu desmoronamento. A nova sociedade, que está baseada na aliança dos operários e camponeses, é inevitável. Cedo ou tarde, vinte anos antes ou vinte anos depois, chegará; *e quando trabalhamos na aplicação de nossa nova política econômica, estamos ajudando a elaborar, para essa sociedade, as formas da aliança dos operários e camponeses.*[34]

É óbvio, todavia, que a generalização feita por Lenin nesse texto deve ser compreendida na dimensão devida. Não se trata de exportar uma *forma* especificamente russa da transição, mas sim de "ajudar a elaborar (para a nova sociedade socialista) as formas de alianças entre operários e camponeses". Quanto ao mais, o que Lenin enfatizava em tal 'aliança' era a necessidade de entender que na transição é imprescindível a utilização, por um período mais ou menos longo, da lei do valor, e a manutenção de setores mais ou menos amplos de pequenas economias privadas.

Naturalmente, Lenin sabia muito bem que para tornar possível a aliança operário-camponesa, a classe operária tinha de assumir a maior quota de sacrifício, mediante concessões maiores aos camponeses.

> A ditadura do proletariado na Rússia impôs à classe dominante, o proletariado, sacrifícios, necessidades e privações como jamais se têm visto na história, e é muito provável que em qualquer outro país se repetirá o mesmo processo. E prossegue dizendo: Como distribuiremos essas privações? Somos o poder estatal. Até certo ponto podemos repartir essas privações, impô-las a várias classes, e assim aliviar relativamente a situação de algumas camadas da população. De acordo com que princípio devemos proceder? Segundo o princípio da justiça ou da maioria? Não, devemos proceder praticamente. Devemos fazer a distribuição de modo a manter o poder do proletariado. Esse é nosso único princípio – e em seguida Lenin reconhece que – é inegável que a revolução o campesinato na Rússia saiu ganhando mais do que a classe operária.[35]

Como se vê, é impossível buscar no pensamento de Lenin receitas mágicas ou pré-fabricadas. As soluções dos problemas da transição são concretas e não principiais. O seu método de análise e de intervenção na realidade destaca-se por isso em toda sua universalidade, e sua teorização sobre o socialismo tem esse método como base, como seu pressuposto fundamental. A Nova Política Econômica não foi uma fórmula, um modelo geral inventado por ele. Foi uma resposta prática a uma problemática particular.[36]

Por isso ele chama a atenção sobre o fato de que a maioria do povo que apóia um processo revolucionário não tem ainda plena consciência de até que ponto esse será conduzido. É necessário "um longo período de assimilação", por parte das massas, do significado das mudanças. Porém, só a elevação da sua consciência política através dessa assimilação cria as condições "para chegar a um nível diferente de eficiência econômica. Esse é o *quid*".[37] Por essa razão, Lenin destaca a importância do trabalho da vanguarda – o partido – junto aos apartidários, tendo em conta que estes compõem a maioria dos trabalhadores. Se a vanguarda não tem condições de promover a elevação do nível de consciência da massa, esta corre o risco de adiantar-se demais em relação àquela, provocando assim o afastamento do povo e a perda da capacidade de condução do mesmo. Esse risco deve ser sanado praticamente.[38] É nesse sentido que Lenin destacará a importância das 'correias de transmissão' da vanguarda à massa da classe mais avançada.[39]

Por tudo isso, Lenin ressalta a importância de saber retroceder, junto às massas, quando tal retrocesso é imperioso. Ele aponta como exemplo que o acontecimento central em 1917 era o desfecho da guerra. "O povo inteiro o exigia, e isso eclipsava tudo o mais". Essa era a condição para manter-se no poder. Em 1919 e 1920, o prioritário era a resistência popular, e o apoio camponês à condição do triunfo.

> Em 1921, o essencial era um retrocesso ordenado. Para isso necessitava-se de disciplina. (...) Quem provocasse o pânico ou a insubordinação faria fracassar a revolução, *porque não há nada mais difícil do que retroceder com gente acostumada à vitória, que está imbuída de concepções e ideais revolucionários e que, no fundo, vê cada retrocesso como uma infâmia. O maior perigo era a alteração da ordem e a maior tarefa, manter a ordem.*[40]

O retrocesso que se expressa em uma política 'reformista' é tão necessário em determinados momentos quanto o é, em outros, a política radical, 'revolucionária'. E é por isso que Lenin insistia, repetidas vezes, na relação dialética entre reforma e revolução.

Entender essa dialética é o ponto crucial de qualquer transformação revolucionária. As reformas, a seu juízo, são um complemento da luta de classes. É necessário saber usar esse complemento no período de transição. Diz ele que Marx e Engels não tiveram condições de analisar essa relação, tendo em vista que jamais viveram um processo desse tipo. Lenin pretende, assim, contribuir para o esclarecimento de tal questão, utilizando o fértil laboratório soviético. Ele acentua que a política de reformas, no período de transição, tem um conteúdo diferente daquele que elas assumem no período

anterior à tomada do poder. Na transição, o recuo para políticas reformistas tem como objetivo e conteúdo consolidar o poder operário através de uma trégua na luta de classes. Referindo-se novamente à NEP, ele diz: "Analisada com serenidade, a conclusão política que se deve extrair da presente situação é que avançamos tão longe, que não podemos conservar todas as posições, e não necessitamos conservá-las todas."[41] Quer dizer, o recuo é concebido como um reagrupamento de forças por parte das classes que se encontravam numa grande ofensiva vitoriosa, e é a preparação para retomá-la posteriormente, de maneira ainda mais definitiva.

Mais uma vez podemos constatar que todas essas contribuições relevantes de Lenin à teoria da transição socialista baseiam-se na abstração da experiência prática, tendo em vista que esta ofereceu os elementos concretos para a sua precisão e, em muitos casos, para a sua redefinição.

Já no IV Congresso dos Sovietes, Lenin ressalta a importância do 'teste' da prática, da seguinte maneira:

> Já passou o tempo – e para a Rússia, estou seguro, não retornará – em que discutíamos o programa socialista em base a conhecimentos livrescos. Hoje podemos falar de socialismo somente em base à experiência.

Logo em seguida, enfatiza a intensidade profunda de um processo de transição, no sentido da elevação da consciência e da preparação do povo para erigir a nova sociedade: "Cada mês desse trabalho e dessa experiência vale por dez anos, senão por vinte anos de nossa história." Mas, ao mesmo tempo, observa como a experiência prática é ainda precária nos começos da transição, e como é necessária a disposição para refazê-la a todo momento, na busca de fórmulas mais adequadas e mais procedentes:

> Sim, não temos receio de confessar o que surge do conhecimento dos nossos decretos, isto é, que constantemente devemos revê-los, pois *ainda não criamos nada de acabado e completo, não conhecemos ainda um socialismo que possa ser enquadrado em cláusulas e parágrafos*. Se hoje podemos propor a este congresso a Constituição soviética, é tão-somente porque os sovietes foram constituídos e experimentados em toda a extensão do país, porque vocês criaram e experimentaram essa Constituição até os últimos confins do país. Depois de apenas meio ano da Revolução de Outubro, e a quase um ano do I Congresso de Sovietes de toda a Rússia, pudemos pôr-nos a escrever o que já existe na prática.[42]

A intenção de Lenin aqui é acentuar, junto com o teste da prática, a capacidade criadora das massas, a importância pedagógica – e política – da experimentação.

Sabemos que em muitas revoluções posteriores esse *método* será utilizado para definir as bases de todo um processo de institucionalização dos poderes revolucionários: nas comunas populares na China; no sistema de autogestão na Iugoslávia; no poder popular em Cuba.

Lenin, ultrapassando o terreno da prática da institucionalização, em nível jurídico-político, projeta as suas reflexões no terreno da economia. Tendo em vista a suma importância da sua contribuição metodológica nesse particular, que é crucial, permitimo-nos citá-lo ainda alentadamente.

> Na esfera econômica, onde o socialismo apenas começa a se constituir, onde uma nova disciplina deve ser instaurada, *aí não temos tal experiência; estamos a adquiri-la à força de modificações e reconstruções. É essa nossa principal tarefa; dizíamos que toda ordem social nova exige novas relações entre as pessoas e uma nova disciplina*. Tempo houve em que era impossível dirigir a economia sem a disciplina escrava, onde havia uma só disciplina: a disciplina do garrote. E houve um tempo, no domínio dos capitalistas, em que a força da disciplina era a fome. Mas agora, com a revolução soviética, desde que começou a revolução socialista, a disciplina deve ser assentada sobre bases completamente novas; *deve ser a disciplina da confiança na capacidade de organização dos operários e camponeses pobres, a disciplina da camaradagem, do maior respeito mútuo, da independência e da iniciativa na luta*.[43]

Como se pode depreender dessas reflexões, Lenin, ao enfatizar a importância da disciplina nas novas relações econômico-sociais entre os indivíduos, para assim poder construir algo de novo com base nas "modificações e reconstruções" do que foi realizado erradamente, retoma a sua antiga concepção já divulgada em 1902-1903 no seu livro *O que fazer?*, onde preconizava uma 'disciplina de camaradagem'.

Porém, mais importante do que isso é o seu reconhecimento da relevância "da independência e da iniciativa" das massas, na luta pela reconstrução econômica.

Abramos um parêntese, por momentos, para identificar, na história das experiências concretas e posteriores de transição, o pano de fundo da aplicação do método leninista.

Durante o período stalinista, essa concepção foi eclipsada de maneira muito significativa em relação às novas sociedades em processo de transição. A política econômica, aplicada com êxito na URSS durante os primeiros planos quinqüenais, foi transformada no modelo geral de toda transição, e passou-se a preconizar a prioridade da indústria pesada, como regra universal. Esse intento de universalização da experiência particular da URSS encontrou no famoso texto de Stalin, Problemas econômicos do socialismo na URSS, o seu exemplo mais elaborado de teorização.

Contudo, a Iugoslávia resistiu a tais ingerências teórico-práticas, típicas do stalinismo. Posteriormente, sobrevieram as discrepâncias chinesas, cujas diferenças com a URSS iam bastante além da adoção de 'modelos', porquanto nessas divergências os chineses chegavam a resgatar o período stalinista; e, finalmente, houve a experiência cubana, na qual não foi aceita, durante toda a década de 1960, a orientação sobre política econômica e planificação traçada pelos especialistas da área socialista, dos soviéticos em particular.[44] A partir da década de 1960, e em função de uma aguda autocrítica, confirmada no I Congresso do PCC, principia a análise dos erros cometidos na década anterior, devidos à falta de experiência e à obstinada resistência em adotar o método do 'cálculo econômico'.

Todavia, apesar de muitos e grandes erros de política econômica, cometidos por vários povos no período de suas respectivas transições, o fato que podemos constatar é que, no fundo, estava presente e vigente a tese leninista, isto é, cada povo aprende por sua própria experiência prática a encontrar o caminho mais adequado – seja no plano institucional, seja no plano econômico – para solucionar os seus problemas concretos, muito embora já exista hoje em dia – seja por seus acertos ou por seus equívocos – uma experiência muito mais ampla de construção socialista.

Mas tentemos penetrar mais a fundo na definição de Lenin sobre o que é o socialismo, tendo em vista que muitos – mal ou bem intencionadamente – acreditam que o socialismo deve ser uma forma de vida e de organização social que surge por decreto, após a tomada do poder, e lançam portanto os seus dardos envenenados em face dos erros e equívocos mais ou menos graves que são cometidos em todas as experiências de transição, sem entender que esses são não apenas inevitáveis, mas sobretudo necessários, para que cada povo e sua vanguarda encontrem finalmente o caminho mais plano e direto

para uma sociedade mais digna e mais justa. No período de transição – reconhece Lenin – deverão existir críticas, reclamações e retificações, pois:

> Assim como devemos procurar a maneira de satisfazer as reclamações justas, devemos refazer decretos e reorganizar o sistema de administração. *E, a par dos fracassos e desacertos – que a imprensa burguesa põe em relevo e que, desde logo, são numerosos –, alcançamos êxitos, pois aprendemos com esses fracassos e erros parciais, aprendemos da experiência como construir o edifício do socialismo. E quando de todas as partes nos chegam novas exigências, respondemos que assim deve ser, pois quando cada um deseja melhorar a sua situação, quando todos querem gozar dos bens da vida, isso é socialismo.*

Em seguida acrescenta:

> Mas quem pensar que o socialismo pode ser construído num tempo de paz e tranqüilidade, labora em erro profundo; o socialismo, por toda parte, terá que ser construído em tempos de desorganização, em tempos de fome, e assim deve ser (...)[45]

Já tivemos oportunidade de discutir em outras passagens como, para os marxistas, não existe nenhuma questão de princípios quanto aos caminhos da tomada e consolidação do poder.[46] Contudo, Lenin é absolutamente cético com respeito à possibilidade de que o socialismo possa ser construído sem um período de caos relativo; não apenas porque a sua edificação supõe ao mesmo tempo destruição, derrubada da estrutura política, econômica e social, mas além disso porque não acredita na passividade das classes até então dominantes que, de resto, sempre contarão com a ajuda externa imperialista, enquanto o imperialismo existir. Essa temática de suma importância e atualidade será discutida adiante, mais detidamente. Não obstante, desde logo vale a pena destacar que todas as experiências que a história tem registrado, até os nossos dias, não puderam livrar-se, antes, durante ou depois da tomada do poder, da resistência burguesa e imperialista. A guerra civil e a intervenção estrangeira são fatores inevitáveis de desorganização, de fome e dificuldades inauditas, como registram as palavras de Lenin, acima citadas. Quanto ao mais, muitas das tarefas construtivas, segundo ele, são provisórias, porque são precárias e ainda não refletem um nível mais profundo de matu-

ração da experiência prática e política das massas. É necessário, pois, superar as suas formas mais embrionárias e recriá-las de maneira superior. Daí a importância geral da seguinte observação de Lenin relativa ao caso particular russo:

> Devemos reformar o Conselho Superior de Economia Nacional, pois as leis anteriores, promulgadas no princípio do ano, já envelheceram; o movimento operário avança, o antigo controle operário já é antiquado e os sindicatos dos trabalhadores estão se transformando em embriões dos órgãos administrativos em toda a indústria.

E prossegue salientando as dificuldades da implantação da nova postura:

> Os hábitos do regime capitalista são muito fortes; reeducar um povo, educado durante séculos nos ditos hábitos, é assunto complicado e exige muito tempo. Mas nós afirmamos: *nosso método de luta é a organização*. Devemos tudo organizar em nossas mãos, controlar cada passo dos *kulaks* e especuladores, declarar-lhes uma guerra implacável, não deixá-los respirar livremente e vigiar cada um dos seus movimentos.[47]

Essa postura radical de Lenin, em um momento crucial da transição, explica-se pela situação da guerra civil, da escassez de cereais e da especulação, e é aplicável a todas as situações semelhantes. Por isso, quando a transição socialista começa a ocorrer em países muito pobres, torna-se óbvia a consideração leninista de que:

> Distribuir o pão justa e equitativamente: eis aí o que constitui hoje o fundamento do socialismo, (...). A guerra nos legou calamidades de tal ordem que agora a própria essência de todo o sistema socialista reside no problema dos cereais, e devemos tomar em nossas mãos a referida questão e encontrar-lhe uma solução prática.[48]

Não obstante, Lenin tem plena consciência das dificuldades para encontrar as soluções práticas. Isso devido a que:

> O essencial é que não temos os homens certos para os lugares certos, que aos comunistas responsáveis, que tiveram um desempenho admirável durante toda a revolução, foram consignadas funções comerciais e industriais, sobre as quais eles não sabem nada; e eles nos impedem de ver a verdade, porque atrás dos seus ombros ocultam-se muito bem os vadios e os velhacos.[49]

Essa dificuldade de falta de quadros técnicos qualificados tem sido enfrentada por todas as revoluções. O fato teve a sua explicação histórica por várias razões: a realidade de que a revolução triunfou em países atrasados; a fuga para o exterior de importantes contingentes de especialistas, etc. Tais contingências fizeram com que revolucionários despreparados para o desempenho de funções técnicas e administrativas muitas vezes tivessem de assumir essas responsabilidades, agravando em muitos casos os problemas existentes.

De que maneira Lenin vislumbrava a forma de sanar tais carências com os precários recursos disponíveis? Mostrando ao povo com fatos, na prática, pela experiência, que estamos aprendendo e que aprenderemos a ajudá-lo, a conduzi-lo em frente. (...) Esse problema só pode ser resolvido com vagar e com cautela, de maneira concreta, comprovado mil vezes de forma prática cada um de nossos passos.[50]

Por isso, Lenin insiste em que o socialismo não é um ícone, mas sim uma prática da vida diária que deve ser constantemente vigiada e revisada.[51]

2. O ESTADO E AS CLASSES SOCIAIS NA TRANSIÇÃO SOCIALISTA

Necessidade de destruição do aparelho do Estado pré-revolucionário; conservação do seu aparelho técnico e a burocracia

> Agora porém, em consciência, devemos admitir o contrário: o aparelho que denominamos nosso ainda é, de fato, totalmente estranho; é uma miscelânia burguesa e czarista, que não foi possível alterar no curso de cinco anos sem a ajuda de outros países, e porque a maior parte do tempo estivemos ocupados com ações militares e na luta contra a fome.
> Lenin, V. I. *Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 485.

Como já tivemos ocasião de referir anteriormente, o primeiro esforço de sistematização da teoria do socialismo, efetuado por Lenin, foi a sua obra *O estado e a revolução*, escrita durante o seu efêmero exílio na Finlândia, nos meses de agosto e setembro de 1917. Nesse ensaio, na parte que conseguiu concluir, Lenin empenha-se na exposição da contribuição de Marx e Engels ao tema, enriquecendo-o de alguns valiosos acréscimos de sua autoria, sobretudo no que diz respeito às deformações da concepção marxista por obra de teóricos da II Internacional, como é o caso dos revisionistas, Kautsky em particular.

Todavia, como já anteriormente por nós salientado, é sobretudo a partir da experiência prática do exercício do poder proletário que Lenin desenvolverá sua própria concepção da transição socialista, muito embora já tivesse escrito importantes obras sobre a transição, como *O programa agrário da social-democracia na Rússia*. Não

obstante, ainda antes da tomada do poder, no mês de setembro, ele apresenta uma série de formulações próprias e altamente criativas, referentes em especial à questão do Estado no socialismo.

É certo que Lenin resgata, ortodoxamente, a concepção de Marx e Engels relativa à necessidade da destruição do aparelho do Estado pré-revolucionário, quer dizer, da estrutura burocrática repressiva, repesentada pelo exército, pela polícia e pela administração. Não obstante, sem pôr em questão esse aspecto essencial da teoria marxista, Lenin enriquece-a de novo matiz, ao preconizar a conservação do aparelho técnico do Estado burguês. O seu texto, *Sustentar-se-ão os bolcheviques no poder?*, é bem conhecido, porém, devido à sua especial importância, permitimo-nos citar algumas passagens:

> Além do aparelho de 'opressão' por excelência, composto pelo exército permanente, pela polícia e pelo funcionalismo, o Estado moderno possui um aparelho intimamente ligado aos bancos e aos consórcios, um aparelho que efetua, se assim é possível dizer, um vasto trabalho de cálculo e registro. Esse aparelho não pode nem deve ser destruído. O que deve ser feito é arrancá-lo ao comando dos capitalistas, *cortar, romper, desmontar* todos os fios por meio dos quais os capitalistas influem nele, subordiná-lo aos sovietes proletários e dar-lhe um caráter mais vasto, mais universal e mais popular. Isso pode ser feito com apoio nas conquistas já realizadas pelo grande capitalismo (...).
> O capitalismo criou *aparelhos* de cálculo em forma de bancos, consórcios, correio, cooperativas de consumo e sindicatos de funcionários. *Sem os grandes bancos, o socialismo seria inexeqüível.*
>
> Os grandes bancos constituem o 'aparelho de Estado' de que *necessitamos* para realizar o socialismo, e que *tomamos já formados do capitalismo;* aqui nossa tarefa consiste em *extirpar* tudo aquilo que, nesse magnífico aparato, é *desfigurado pelo modo capitalista,* tornando-o *ainda maior,* ainda mais democrático, ainda mais universal. A quantidade será trocada pela qualidade. Um banco único do Estado, o maior dos grandes, com agências em cada distrito, em cada fábrica, já supõe nove décimos do aparelho *socialista,* supõe uma *contabilidade* nacional, um *cálculo* nacional da produção e distribuição dos produtos; é, por assim dizer, o *arcabouço* da sociedade socialista.
>
> Desse 'aparelho de Estado' – prossegue Lenin – (que sob o capitalismo não é totalmente do Estado, mas que em nossas mãos, sob o socialismo, será integralmente do Estado), podemos 'apoderar-nos' e 'pô-lo em marcha' de um só golpe, com um único decreto, pois o trabalho efetivo da contabilidade, de controle, de registro, de estatística e de cálculo ficará a cargo de *empregados,* a maioria dos quais são, por suas condições de vida, proletários e semiproletários.
> Com um só decreto do poder proletário é possível e é necessário fazer de todos esses empregados, funcionários do Estado, (...). Nós precisamos e *poderemos* manter semelhantes funcionários do Estado, em número muito mais considerável, pois o capitalismo simplificou as funções de cálculo e controle, reduzindo-as a *assentos* relativamente simples, ao alcance de qualquer pessoa que saiba ler e escrever.
> Na condição de que isso seja feito sob o controle e inspeção dos *sovietes,* será perfeitamente factível, tanto tecnicamente (graças ao trabalho prévio para nós realizado pelo capitalismo e pelo capitalismo financeiro) como politicamente, converter em funcionários do Estado a massa dos empregados do banco, o pessoal dos consórcios, empregados do comércio, etc., etc.[1]

Por certo que Lenin exagera as tintas ao pintar o monopólio do aparelho financeiro por parte do Estado proletário, como sendo nove décimas partes do aparelho socialista. Porém, o que ele tencionava, ao acentuar a importância e a viabilidade do 'controle e inspeção dos sovietes' sobre esse aparelho técnico, era demonstrar que as condições materiais para o socialismo são gestadas no interior do próprio capitalismo. O seu texto tem pois apenas uma aparência voluntarista, que no fundo encobre sua profunda convicção de que, dado um certo grau de desenvolvimento das forças produtivas de uma nação, e com a ajuda do proletariado mundial, a criação da nova sociedade é viável. Porque, de resto, o setor financeiro desenvolvido supõe o desenvolvimento *pari passu* do comércio e, por suposição, da produção de mercadorias. No caso especificamente russo, a existência dessas condições materiais foi um dos fatores que possibilitaram a tomada do poder e sua manutenção, apesar da guerra que destruiu parte substancial da indústria e da infra-estrutura do país, e do bloqueio econômico a que foi submetido pelas potências imperialistas, como já em outras ocasiões pudemos acentuar.[2] Isso foi possível, embora não se tenha cumprido a suposição de Lenin com respeito ao triunfo certo da revolução socialista na Europa, particularmente na Alemanha, o que teria possibilitado à Rússia bolchevique a captação muito mais intensa da ciência e da tecnologia mais desenvolvida, na época, nos países europeus, poupando assim enormes sofrimentos ao povo soviético.

Antes da revolução (como o demonstra o texto acima citado), Lenin não percebia as limitações e dificuldades que se apresentam a

um novo poder em meio ao isolamento internacional, em face do seu atraso na utilização do velho aparelho técnico estatal, em cujo seio desponta o boicote por parte dos especialistas e da burocracia ineficaz.

É certo que essa problemática se apresentou no primeiro país socialista de maneira muito aguda, mas ela voltou a apresentar-se nas demais experiências posteriores do socialismo, tendo em vista que, apesar da existência de um campo socialista, elas tiveram que defrontar-se também, em maior ou menor grau, com as heranças de atraso, com o isolamento e o burocratismo. Julgamos por isso que é muito importante resgatar as reflexões de Lenin a esse respeito; elas constituem um ponto de referência fecundo para compreender os problemas e as distorções passíveis de ocorrer no período de transição, devido à necessidade de utilizar uma aparelhagem criada na situação pré-revolucionária, porque, embora essa utilização seja a condição das transformações socialistas, conserva em si mesma o ranço de velho que impregna o ambiente novo. Sobre esse tema Lenin dizia:

> Eu desejaria referir-me a vários pontos de *pouca importância*. É indubitável que cometemos e ainda cometeremos muitas tolices. Ninguém pode julgar e ver isso melhor do que eu (risos). Por que é que fazemos bobagens? A razão é clara: primeiro porque somos um país atrasado; segundo, porque a instrução em nosso país está num nível baixo; terceiro, porque não recebemos ajuda alguma do exterior. Não nos ajuda um só dos países civilizados. Ao contrário, todos atuam contra nós. *Em quarto lugar, a culpa cabe ao nosso aparelho estatal. Nós recebemos o velho aparelho estatal, e essa foi a nossa desgraça. Depois que tomamos o poder em 1917, os funcionários do Estado começaram a sabotar-nos. Assustamo-nos muito e suplicamos: 'Por favor, voltem.' Todos voltaram, mas isso foi uma desgraça. Hoje temos um enorme exército de funcionários, porém não dispomos de forças bastante instruídas para poder exercer um efetivo controle sobre eles*. Sucede com freqüência, na prática, que nas esferas superiores, isto é, onde exercemos o poder político, o aparelho mais ou menos funciona; mas abaixo, onde decidem eles, fazem-no de tal maneira que amiúde contradizem nossas medidas. Nas esferas superiores nós temos, não sei exatamente quantos, mas creio que vários milhares, no máximo uma dezena de milhares, de homens nossos. Porém abaixo, são centenas de milhares de antigos funcionários que recebemos do czar e da sociedade burguesa, os quais, algumas vezes de maneira deliberada e outras vezes inconscientemente, trabalham contra nós. *Claro está que nada se poderá fazer a curto prazo. Muitos anos de trabalho árduo serão necessários para aperfeiçoar o aparelho, modificar sua composição, atrair novas forças*. Havemos de fazê-lo com bastante celeridade, quiçá com demasiada celeridade. Foram fundadas escolas soviéticas e faculdades laborais; várias centenas de milhares de jovens estudam; é possível que estudem depressa demais, porém, de toda maneira, o trabalho começou e creio que nos proporcionará frutos. *Se não trabalharmos com demasiado açodamento, dentro de alguns anos teremos uma massa de jovens capazes de mudar de maneira radical o nosso aparelho estatal.*[3]

Desse texto, que no começo é muito irônico, não se pode depreender nenhum arrependimento de Lenin por haver conservado, e, mais que utilizado, incorporado à nova sociedade 'a desgraça' do velho aparelho técnico do Estado czarista-burguês, pois não havia outra opção. O socialismo, necessariamente, deve começar a ser construído não apenas sobre os escombros da velha sociedade, mas também sobre sua herança viva. É certo que as antigas classes dominantes são removidas do poder do Estado, são derrotadas, muito embora, durante um período mais ou menos longo, não são destruídas como tais; porém a burocracia revela uma vocação muito maior de sobrevivência, de auto-reprodução. Talvez, por isso mesmo, quer dizer, por seu caráter necessário ao funcionamento – embora assaz problemático – da sociedade, no grande período da transição, ela representa o receptáculo mais definido em que se conservam as heranças do antigo sistema. Lenin confiava que as novas gerações, criadas sob o regime socialista, estariam capacitadas a "mudar de maneira radical" o aparelho do Estado. Porém ao mesmo tempo isso não poderia ocorrer de maneira açodada, quer dizer, descuidando do estudo e da formação integral dos indivíduos. Portanto, o diagnóstico leninista relativo ao fenômeno da burocracia era no sentido de entender o problema: 1) Como um mal inevitável e necessário; 2) Como durável por um longo período histórico; 3) Como uma herança do feudalismo e do capitalismo; 4) Como uma conseqüência do atraso cultural e social; 5) Como uma expressão das fragilidades do novo poder proletário, incapaz de "exercer um efetivo controle" sobre ela; 6) Como conseqüência do número relativamente restrito de quadros verdadeiramente socialistas; 7) Como um grande problema 'de pouca importância'.

Todos esses fatores acentuam a capacidade de auto-reprodução e, mais ainda, geram as condições para a criação de uma burocracia

nova, típica do período de transição socialista. Lenin entendeu plenamente o problema ao identificá-lo no seu perfil mais nítido especialmente no final de sua vida: a burocracia não apenas é herdada e se reproduz, mas ao mesmo tempo cria-se e se recria. Às camadas burocráticas herdadas do *ancien régime* vão se superpondo novas e novas camadas de burocratas, engendradas pelo novo... E esse fenômeno não se restringe ao aparelho do Estado, este o transmite, permeando os diversos níveis da vida social, como o partido, os sindicatos, as empresas de todo tipo, os órgãos administrativos, as associações populares, as instituições culturais, a educação, etc.

Ora bem, como poderia Lenin considerar esse grande problema como de 'pouca importância', se nos últimos dias de sua vida estava angustiado com ele (o texto citado é o seu penúltimo discurso público)? A explicação é simples: o marxista Lenin entendia muito bem a dimensão daquilo que estava ajudando a construir; sabia e reaprendia a cada momento prático o que é o socialismo. Não se fazia ilusões de estar criando o paraíso terrestre. Estava seguro de que algo muito superior vinha sendo construído, que a humanidade, através do seu país, havia começado uma etapa que culminaria numa realidade radicalmente nova em sua história, que seria o comunismo. Porém, até chegar lá, teria que desbravar um longo caminho, cheio de lutas, sacrifícios, 'tolices', deformações, reajustes, fracassos e vitórias, até que os rebentos do novo florescessem plenamente e ocorresse a grande mudança de qualidade da vida do homem e de sua sociedade. É nesse sentido que se encontra em Lenin uma certa complacência com o fenômeno da burocracia, apesar de o angustiar. Diagnostica-o sem dúvida como um grande problema, mas não o colocava entre os problemas de maior importância. E isso simplesmente porque havia problemas maiores que giravam ao redor do problema principal, da grande questão de princípios: *a manutenção do poder operário*. O que Lenin entendia, isto sim, era que a burocracia deveria estar subordinada ao poder operário, que era necessário exercer um efetivo controle sobre ela, sanar os seus aspectos piores, e por isso ele propôs, como uma das medidas a serem tomadas, a Inspeção Operário-Campesina.[4] Porém, jamais teve ilusões – o que seria de resto um disparate – de que seria possível extirpá-la e dela prescindir. Essa postura teórica e prática fundamenta-se na sua concepção do fenômeno burocrático e das possibilidades histórico-concretas de sua superação. Lenin compreendia que esse fenômeno era intrínseco às etapas menos desenvolvidas da sociedade de classes, incluindo o período de transição socialista. Ele sabia que a burocracia somente poderia ser superada pela superação das classes sociais, de seu instrumento de dominação que é o Estado, e quando as massas fossem capazes, elas mesmas, de administrar a sua vida social. Tal etapa de desenvolvimento inauguraria a história propriamente dita do homem, o comunismo.

Apesar da sua lucidez quanto às limitações das conquistas imediatas, consideradas do ponto de vista de um processo histórico de desenvolvimento, Lenin tinha plena consciência da superioridade de um aparelho estatal como o soviético, exatamente porque criava as condições para que as massas aprendessem a mandar, a exercer as funções de governo e de administração de sua vida econômico-social.

Em muitas oportunidades e em várias polêmicas que sustentou com os reformistas, ele aborda essa questão de tão grande relevância. Mas, a transcrição que fazemos em seguida é uma síntese do seu pensamento sobre o tema:

> A organização soviética desenvolveu de modo incomparavelmente mais extenso e mais profundo o *aspecto da democracia burguesa que historicamente representa o grande progresso da mesma em relação ao sistema medieval, isto é, a participação do povo na eleição dos altos funcionários.* Em nenhum dos Estados burgueses mais democráticos as massas trabalhadoras puderam jamais gozar dos direitos eleitorais que a burguesia formalmente lhes outorgava, mas sim dos que em realidade as privava: o direito de eleger os seus representantes em medida tão ampla, tão freqüente, tão geral, fácil e simples como sob o poder soviético. *Mas ao mesmo tempo o poder soviético acabou com os aspectos negativos da democracia burguesa,* uma supressão que já havia sido começada pela Comuna de Paris, *a saber, o parlamentarismo, ou a separação entre o poder legislativo e o executivo, cuja natureza estreita e limitada o marxismo vinha assinalando desde muito tempo. Ao fundir ambos os poderes, os sovietes aproximam o aparelho do Estado das massas trabalhadoras e eliminam a barreira do parlamento burguês* que engana as massas com rótulos hipócritas e encobre as manobras financeiras e bolsistas dos homens de negócios do parlamento, garantindo a intangibilidade do aparelho burguês da administração do Estado.
>
> Somente graças à organização soviética do Estado, a revolução proletária pôde aplastar de um só golpe, e destruir até seus fundamentos, o velho aparelho estatal burguês sem o que, teria sido impossível empreender a construção do socialismo.

Não obstante esse reconhecimento incisivo por parte de Lenin, de que a revolução havia arrasado "o velho aparelho estatal burguês", ele faz uma ressalva substancial em relação à continuidade burocrática:

> Porém, na realidade, a luta contra a burocracia não terminou em nosso país. A burocracia empenha-se em reconquistar algumas de suas posições, aproveitando-se, por um lado, do insuficiente nível cultural das massas da população e, por outro, dos esforços impostos pela guerra, tremendos e quase sobre-humanos, ao setor mais avançado dos operários da cidade.

E ele enfatiza a seguir uma necessidade que cada vez mais assomava ao seu espírito: "Continuar lutando contra a burocracia é, por conseguinte, absolutamente necessário e urgente para assegurar o êxito da futura construção socialista."[5]

Oportuno ilustrar, nesta altura, utilizando as próprias palavras de Lenin, como ele concebia o fato de que a eliminação da burocracia só na sociedade comunista seria cabalmente cumprida – tendo em vista que sua origem procede da separação entre as tarefas administrativas e produtivas, na divisão entre o trabalho intelectual e material –, muito embora tal concepção não eliminasse a importância crucial da necessidade de começar a luta imediata contra ela porque:

> O trabalho nesse terreno está indissoluvelmente unido ao cumprimento da principal tarefa histórica do poder soviético, que é o avanço no objetivo da supressão total do Estado, e deve consistir no seguinte: primeiro, cada membro de um soviete deve realizar, sem falta, certo trabalho em relação à administração do Estado; em segundo lugar, esse trabalho deve variar permanentemente de modo a abranger todas as atividades do governo, todos os seus setores; e em terceiro lugar, por meio de uma série de medidas graduais, cuidadosamente selecionadas, mas postas em prática de modo indefectível; toda a população trabalhadora, sem exceção, deve ser atraída para participar por iniciativa própria na administração do Estado.[6]

Essa citação de Lenin, extraída do seu Projeto de programa do PC(b)R , deve ser entendida no contexto de toda a complexidade do seu raciocínio dialético. O que Lenin quer dizer é que a sociedade sem Estado, a sociedade comunista, é a condição do desaparecimento da burocracia, mas ao mesmo tempo o seu surgimento a pressupõe. Isso ocorrerá como resultado de um demorado desenvolvimento social; mas esse desenvolvimento deve ser preparado sem interrupção, tecido em todos os seus detalhes, pois não é algo que evolui de maneira plenamente espontânea. Daí, a sua preocupação minuciosa em preparar, em treinar as massas e "cada membro de um soviete", para a participação ativa e criativa na gestão do Estado. Dessa maneira, todos vão aprendendo a ser 'burocratas', de tal forma que ninguém necessite sê-lo; diluam-se as tarefas burocráticas entre as atividades das massas, para que, ao final, ninguém precise especializar-se nelas e transformar-se em burocrata profissional. E nesse sentido convida a evitar a rotina por meio da variedade permanente de funções. É por isso também que ele distingue a diferença essencial entre a democracia proletária e a democracia burguesa, porque a primeira "transfere o centro de gravidade da proclamação dos direitos e liberdades de todo o povo à participação real das massas trabalhadoras, (...) na administração do Estado"...[7]

Uma melhor compreensão da burocracia

> E se nessa administração existem deformações burocráticas, não ocultamos esse mal, mas ao contrário o colocamos a descoberto e lutamos contra ele. Aqueles que permitem que a luta contra as deformações do novo sistema ocultem o seu conteúdo, fazendo-os esquecer que a classe operária criou e está dirigindo um Estado de tipo soviético, são incapazes de pensar e estão simplesmente lançando palavras ao vento.
> Lenin, V. I. *Obras completas*. Tomo XXXV, p. 446.

O que acima foi exposto sintetiza o pensamento de Lenin em relação ao tema da burocracia, desde as suas origens até sua forma de superação. Contudo, tendo em vista a importância que o fenômeno e sua temática adquiriram na era pós-leninista, pensamos que é necessário resgatar todos os matizes do seu pensamento sobre essa questão, que se tornou uma das mais cruciais para os analistas con-

temporâneos do socialismo. Por isso, a presente seção assume caráter imprescindível. Assim, empenhamo-nos no esforço de uma exposição mais rigorosa até o ponto de esgotar as teses de Lenin, de tal sorte que se dissipem quaisquer dúvidas sobre a linha da nossa interpretação.

Tivemos oportunidade de sublinhar a importância que Lenin outorgava à participação das massas na execução das tarefas estatais. Sem embargo, convém frisar que essa, a seu juízo, não devia revestir-se de nenhuma forma anárquica, mas que era necessário assumisse uma forma controlada, sob a direção de autoridades hierarquicamente definidas. Essa era, de resto, a garantia do "princípio democrático de organização" da vida social. Lenin, portanto, chamava a atenção contra as tendências anárquicas e antiautoritárias que tendem a manifestar-se e a crescer em todo processo revolucionário. Nesse sentido, a sua posição guarda plena semelhança com a de Engels em sua crítica ao anarquismo.[8] Lenin continua dizendo que:

> ...todo representante das massas, todo cidadão, deve ser colocado em condições tais que possa intervir na discussão das leis do Estado, na eleição dos seus representantes e na aplicação das leis do Estado. Porém, em absoluto isto significa que permitiremos um mínimo de caos e desordem com respeito a quem é responsável, em cada caso individual, por funções executivas determinadas, pela execução de determinadas ordens e pelo controle de determinado processo de trabalho conjunto em um prazo de tempo prefixado. *As massas devem ter o direito de substituí-los; o direito de conhecer e controlar cada mínimo passo da sua atividade. Devem ter o direito de promover às funções de direção qualquer trabalhador comum, sem exceção. Mas isto em absoluto não significa que o processo do trabalho coletivo possa ficar sem uma direção definida, sem estabelecer com toda precisão a responsabilidade da pessoa encarregada, sem a estrita ordem estabelecida pela vontade única dessa pessoa.*[9]

Como é possível constatar, Lenin insiste no princípio máximo da democracia socialista: o direito do povo não apenas de eleger os seus representantes, mas de controlar o desempenho de suas funções públicas e, além disso, de destituí-los, se sua atuação não corresponde aos ditames do seu mandato. Essa é a forma pela qual as massas adquirem o preparo, em primeira instância, para participar *ativamente* do exercício do poder. A revogabilidade dos representantes populares prescrita pela Comuna de Paris transforma-se em uma das características típicas da democracia socialista, a partir da Revolução Russa.

Mas vejamos como Lenin dá continuidade no mesmo texto – "Primeira variante do ensaio As tarefas atuais do poder soviético" – ao seu raciocínio ortodoxamente engeliano:

> O socialismo foi engendrado pela grande indústria mecanizada. E se as massas trabalhadoras, ao implantarem o socialismo, mostrarem-se incapazes de adaptar suas instituições ao modo como deve funcionar a grande indústria mecanizada, então nem sequer se poder falar de socialismo[10]

Com essa tese Lenin está justamente reafirmando, como norma prática, a sua concepção do centralismo democrático, quer dizer, preconizando a mais ampla liberdade na participação coletiva da elaboração dos projetos a serem implementados, ressaltando porém ao mesmo tempo que, uma vez definidas as regras do jogo, é necessária uma disciplina rígida com respeito ao seu cumprimento, uma vontade unívoca e sobretudo sincronizada, sob um comando direto e único.[11] A sociedade socialista, para poder vencer as elevadas barreiras do atraso econômico, social, psicológico, cultural, científico e tecnológico, deve disciplinar-se em esforço autoconsciente, mas rigidamente organizado. Trata-se finalmente de alcançar uma *planificação* global da vida social, de superar a improvisação e a anarquia típicas do modo de produção burguês; fazer com que "realmente milhões de pessoas (...) trabalhem com a precisão de um mecanismo de relojoaria". Apesar disso, ele reconhece que "essa transformação não pode efetuar-se mediante um decreto ou uma ordem",[12] e insiste obstinadamente na necessidade de que se empreenda "pela primeira vez a obra de conseguir que toda a população aprenda a arte de governar e comece a governar". Nisso reside, a seu ver, a distinção fundamental entre a democracia socialista e a democracia burguesa; ruptura da primeira em relação à segunda, e fazendo com que aquela seja uma democracia de tipo superior.[13]

Um dos aspectos mais relevantes do governo do povo consiste, na sua maneira de ver, no exercício da faculdade do mesmo povo de "anulação de mandatos e de outros meios de controle, a partir de baixo". E menciona como exemplo, no caso soviético, "os Conselhos de Instrução Pública representados pelas conferências periódicas entre os eleitores e seus delegados, para discutir e controlar as atividades das autoridades soviéticas". Embora ele mesmo seja um

defensor da autoridade unipessoal, como fator decisivo para lograr a eficiência, a disciplina e a coordenação de esforços, admite que essa deve ser submetida a um permanente controle da base para frustrar a tendência à proliferação burocrática.

> Não há nada mais tolo do que transformar os sovietes em algo fossilizado e que se baste a si mesmo. Quanto mais decidida deva ser nesses momentos nossa atitude em prol de um poder firme e implacável, em favor da ditadura unipessoal *para determinados processos de trabalho*, em determinados aspectos das funções *puramente executivas*, tanto mais variados devem ser os métodos e as formas de controle a partir de baixo, com o fim de neutralizar toda sombra de possível deformação dos princípios do poder soviético, e para arrancar repetida e infatigavelmente a erva daninha da burocracia.[14]

Lenin tem consciência de que o melhor caldo de cultura da burocracia são os órgãos unicamente administrativos. Para tornar explícita ao máximo a sua concepção, é preciso salientar a sua convicção de que os administradores profissionais devem ser substituídos pelos próprios produtores:

> Uma vez rompida de forma definitiva a resistência dos exploradores, uma vez que os trabalhadores tenham aprendido a organizar a produção socialista, esse aparelho de administração, no sentido próprio, literal e estrito da palavra, esse aparelho enfim do velho estado, está condenado a morrer.[15]

Naturalmente, esse novo processo de aprendizagem por parte dos trabalhadores é lento, e supõe o desenvolvimento de uma nova disciplina do trabalho, tão difícil de ser alcançada como o foi "a transição da velha disciplina feudal para a nova disciplina burguesa, capitalista". A implantação dessa nova disciplina supõe uma progressiva tomada de consciência das massas

> de que devem ser elas que vão substituir a disciplina fundada na exploração e escravidão dos trabalhadores – substituí-la, não obedecendo a ordens de cima, mas a ordens da própria experiência vital – por uma nova disciplina do trabalho conjunto, a disciplina dos trabalhadores unidos e organizados...

Na medida em que esse passo qualitativo seja dado, criam-se as condições para a superação da autoridade unipessoal, que ainda é

necessária durante o longo período da transição. "É uma tarefa de enormes dificuldades, mas também gratificante, porque quando a tivermos resolvido na prática, teremos cravado o último prego no ataúde da sociedade capitalista que estamos enterrando."[16] "É muito mais fácil" – Lenin reconhece – "designar funcionários especializados", ou especializar outros tantos, mas isso significaria perpetuar a herança burocrática burguesa. Como se vê, a burocracia não é, no seu conceito, um fenômeno típico do socialismo; ela é uma herança do capitalismo, que é preciso expurgar.

Detenhamo-nos por um momento nas razões que levam Lenin a preconizar – ainda que com muitas restrições – a direção unipessoal "para determinarmos processos de trabalho" e em "determinados aspectos das funções puramente executivas".[17] Ele tinha suas razões de ordem prática, as quais não podem ser consideradas apenas especificamente russas, mas suscetíveis de se apresentarem em diferentes processos de transformação socialista. Vejamos:

> A direção coletiva, com a participação dos sindicatos, é fundamental. Os corpos colegiados são necessários, mas não se pode permitir que a direção coletiva se converta em entrave das tarefas práticas.

E em seguida acrescenta a observação de que "o aspecto executivo do nosso trabalho, na forma em que se liga à discussão coletiva, entorpece por vezes a realização das tarefas". Por isso ele insiste que "a passagem da execução coletiva para a responsabilidade pessoal é o problema do dia".[18]

O que leva Lenin a diagnosticar a inoperância usual da direção coletiva é, sem dúvida, a falta de tradição e de experiência nesse tipo de trabalho por parte da sociedade soviética, recém-adentrada na construção do socialismo. Essa falta de habilidade no manejo das coisas da direção, por parte das massas, obstruía a eficiência na execução das tarefas, sendo a necessidade de eficácia particularmente aguda em uma situação de guerra e de ruína econômica. A direção coletiva, muitas vezes, como ele assinala nesse mesmo texto, reduzia-se a "discussões inúteis, à escritura de resoluções, à elaboração de planos e de favoritismos regionais", à diluição no coletivo da responsabilidade, pela negligência e inoperância pessoais. Daí que faz pleno sentido estabelecer que a prestação de contas seja individual.[19] Por esse motivo, ele exige a passagem para a responsabilidade pessoal, enquanto as massas não estiverem preparadas para assu-

mir as responsabilidades da administração. É nesse sentido que, nas primeiras etapas da transição, a ênfase deve recair no *controle coletivo* e não propriamente na *direção* coletiva. Lenin, por suposição, já havia intuído, nas suas Teses de abril, a necessidade de que essa última etapa fosse elcançada como resultado de uma evolução gradual.[20]

Tampouco é de maneira arbitrária, ou por uma eventual deformação obreirista, que Lenin considerava, em relação à burocracia, que não apenas é preciso "lutar energicamente contra ela, mas também designar mais trabalhadores para cargos de direção". Tal postura é coerente com a solução que ele dava ao problema, vale dizer, com o seu entendimento de que as funções administrativas, tendencialmente, não deveriam ser exercidas por profissionais, mas pelos próprios produtores. Os trabalhadores são a expressão mais plena dos produtores e, portanto, os menos susceptíveis de burocratizarem-se. Não obstante, Lenin chamava a atenção para o perigo que representava uma orientação equivocada na luta contra a burocracia e empenhava-se em preservar nela os especialistas: "Andamos mal, não porque tenhamos muitos especialistas, mas porque não temos uma centralização estrita."[21] Como haveremos de ver posteriormente, com mais demora, é na centralização do processo produtivo e da organização político-social em geral que Lenin encontrará um dos caminhos mais seguros para enfrentar o problema da burocracia. Com respeito ainda à questão dos especialistas, ele acreditava que a sua colaboração era um requisito indispensável para o desenvolvimento das forças produtivas e que, embora "a maior parte desses especialistas está totalmente imbuída da mentalidade burguesa", era necessário, por isso mesmo, "cercá-los de uma atmosfera de colaboração amistosa, de comissários trabalhadores, de células comunistas", para neutralizar a sua potencial hostilidade para com o socialismo, ao mesmo tempo em que se extrairiam deles os conhecimentos necessários. Claro que Lenin sabia muito bem que a "falta de cultura rebaixa o significado do poder soviético e restabelece a burocracia",[22] porque de uma ou de outra maneira deixa as massas dependentes do aprendizado com os especialistas burgueses; contudo ele sabia também que o processo de transição, empreendido a partir de uma sociedade atrasada, não tem outra opção. "Não podemos prescindir desse aparelho; todos os setores do governo exigem tal aparelho. Nesse particular, pesa sobre nós o fato de que a Rússia não era um país capitalista suficientemente desenvolvido".[23]

Consideremos agora ainda um pouco mais de perto a análise concreta de Lenin. O triunfo da revolução socialista colocou em xeque a sobrevivência da burocracia enquanto ressaibo da velha sociedade. Esse fato explica a sua afirmação: "Mas o nível cultural não se elevou, e a isso deve-se o fato de que os burocratas ocupam as suas antigas posições";[24] quer dizer, estavam criadas as possibilidades tendenciais para a superação do fenômeno burocrático, mas, não obstante, as condições materiais objetivas eram um obstáculo a que a sociedade funcionasse, de repente, de uma maneira radicalmente diversa e criasse de pronto as bases de um novo tipo de aparelho orgânico, apesar dos enormes avanços obtidos em relação à participação popular.

Toda revolução – assevera Lenin – deve purgar 'pecados do passado', e entre eles os mais graves são a papelama, a ineficácia e a incompetência, em suma a burocracia.[25]

Parecem de repente um pouco paradoxais e mais ainda, contraditórias, as afirmações de Lenin sobre o fenômeno da burocracia, à medida que vamos auscultando paulatinamente, linha por linha, as suas referências sobre o tema. É necessário, portanto, desnudar, na trama intrincada do seu raciocínio voltado para a solução prática dos problemas, o núcleo lógico e coerente do seu pensamento dialético.

Como entender, por exemplo, afirmações como esta: "Necessitamos de pessoas que em todos os casos aprendam a administrar com *independência*. Se isso alcançarmos, venceremos o mal da melhor maneira."[26] A contradição entre independência administrativa e o controle que devem exercer sobre ela os produtores (por exemplo, a Inspeção Operária e Camponesa) é, pelo menos do ponto de vista teórico, meramente aparente. O que Lenin procurava preservar, em relação a essa independência, era a eficácia de uma direção unívoca, que não se diluísse numa direção coletiva, e ao mesmo tempo a definição individual de responsabilidades de trabalho. Mas essa solução transitória, até que os próprios produtores aprendam a administrar, exige o controle operário de maneira peremptória e, por essa razão

> ...devemos colocar ao lado dos especialistas burgueses grupos de trabalhadores, para que *observem, para que aprendam e para que tomem em suas mãos esse trabalho*. Os trabalhadores devem entrar em todas as instalações estatais, para controlar todo o aparelho de Estado, e isso devem fazê-lo os trabalhadores do partido, aos quais incumbe a eleição dos seus representantes nas convenções partidárias de operários e camponeses.[27]

Tal posição revela o caráter profundo da concepção leninista da democracia socialista e é uma de suas contribuições ao enriquecimento do conceito de ditadura do proletariado. Para Lenin – e aprofundaremos esse tema mais adiante – uma das características dessa ditadura é a seguinte: o aprendizado, pelas massas, da ciência, da tecnologia, enfim da cultura, junto aos especialistas burgueses, um aprendizado, além disso, do exercício do poder. E por que preconiza ele que a Inspeção Operário-Camponesa (IOC) seja composta de trabalhadores do partido e por eles eleitos? Exatamente para que os membros do partido também sejam submetidos ao controle operário-camponês, quer dizer, ao controle por parte dos representantes da maioria do povo que não compõe a vanguarda, e está ao nível médio do cidadão comum. E isso exatamente por deter a sensibilidade e a objetividade da grande massa. Todavia, esse controle e essa aprendizagem não devem criar obstáculos à marcha do processo produtivo e do desenvolvimento, não podem pôr um freio à iniciativa e à capacidade criadora que necessitam de liberdade de ação. Aí exatamente reside toda a complexidade do problema, isto é, saber combinar essa independência com o controle, demarcando limites à livre iniciativa de ação.

Mas ora bem, pode-se perguntar: seria a proposição de Lenin relativa à IOC um mero paliativo para minorar as arestas mais agudas do fenômeno burocrático, e expressaria ela uma convicção de que tais medidas desbravariam o caminho para uma forma radicalmente nova de funcionamento social? Não pairam dúvidas de que se tratava de uma profunda convicção, muito embora na experiência histórica específica da União Soviética esse caminho leninista tenha sido em grande medida perdido na era stalinista. Porém, a explicação para um resultado diverso do previsto, na prática concreta, deve ser encontrada não no questionamento da visão teórica de Lenin, mas numa série de fatores concretos, como a luta pelo controle do poder, a constante ameaça externa, as peripécias da luta de classes em um país bloqueado, isolado e arrasado. A prática divorciou-se, é certo, da teoria, e a burocracia desafiou o leninismo, porém, exatamente por isso, afirmou a vigência e dimensão do seu legado.[28]

Vejamos agora como Lenin focaliza a questão da proliferação burocrática no seio do partido. Seu ponto de partida é a constatação de "...que ainda não existem as bases econômicas para a verdadeira sociedade socialista". Quer isso dizer que o modo típico de funcionamento desta sociedade supõe "uma instrução elementar, a alfabetização e, em geral, uma cultura mais elevada (que falta) à massa de operários e camponeses", considerando que suas forças mais aptas foram absorvidas pelas tarefas militares. Por isso ele advertia que a enfermidade burocrática reaparecia nas novas instituições e contaminava a máquina do partido. Mas ele também explica o fenômeno pelas concessões políticas feitas ao campesinato, com o fim de manter o seu apoio, em condições em que não existiam possibilidades de elevar o seu nível de vida, o nível cultural das massas camponesas.[29] Por isso ele considerava que o problema não podia ser resolvido num congresso, por meio de resoluções antiburocráticas, pois trata-se de uma questão que deve ser enfrentada durante toda uma época, mobilizando em sua abordagem todas as forças mais vivas da sociedade, como por exemplo os sindicatos, que segundo ele deveriam ser apoiados, de maneira particular, nesta luta.[30] "Passarão décadas antes que possamos superar os males da burocracia"[31] e chamava a atenção dos membros do partido que não compreendiam que essa doença, surgida e em processo de expansão, não poderia ser extirpada com um passe de mágica. "Todo aquele que venha a reclamar que se ponha um fim às práticas burocráticas, é um demagogo".[32] Porque, no final das contas, nem os dirigentes máximos da revolução estavam imunes ao enfoque burocrático dos problemas.[33] Não obstante, convida a "desencadear uma luta renhida contra os burocratas soviéticos",[34] isto é, contra esse novo e monstruoso rebento da revolução, por meio da redução *constante e regular* do seu contingente, por entender que essa redução não podia ser drástica, devido ao baixo nível cultural.

No X Congresso do partido, que integra em seu programa a luta contra a burocracia, Lenin acentua a importância de saber diagnosticar plenamente o caráter do problema, e chama a atenção sobre o fato de que ela "está vinculada ao elemento pequeno-burguês, amplamente difundido", o qual ele considera o inimigo mais perigoso do socialismo. Insiste, dessa forma, no *direito* dos operários e camponeses de exercer a sua inspeção sobre o aparelho governamental, e enfatiza que, para que isso funcione, é necessário preservar a unidade entre ambas as classes.[35]

Entre as suas matérias para o mesmo congresso encontramos esta máxima: "Uma (boa) burocracia a serviço da política, e não uma política a serviço de uma (boa) burocracia",[36] vale dizer que o

Estado servir-se-á da burocracia, mas esta não poderá servir-se dele, pois Lenin entendia que "sem desencadear uma luta sistemática e tenaz para melhorar o aparelho pereceremos antes de criar a base do socialismo".[37] "Como deslanchar essa luta?" É a pergunta que ele se fazia; e a resposta era de um frio realismo do teórico e do estadista: "não podemos melhorá-lo de modo expressivo e rápido porque não sabemos como fazê-lo".[38] A verdade é concreta, não existe a verdade abstrata, como tantas vezes ele já o havia afirmado anteriormente. A liberdade é o conhecimento das possibilidades, e o acesso ao possível é lento, deve ser construído. "Os males da burocracia estão concentrados no centro", nas grandes cidades, nas altas hierarquias, no aparelho estatal. Mas até que as bases, as localidades, a grande massa estivessem capacitadas para participar ativamente do governo, haveria de passar um tempo considerável.[39] Não obstante, a atitude de Lenin em face do problema não é a de dar-se por vencido, mas muito mais no sentido de provar, comparar e estudar, "de forma sistemática, reiterada e constante, as medidas e métodos concretos de redução e neutralização das deformações burocráticas do Estado".[40] Justificava portanto, inclusive as greves, sempre que fossem contra tais deformações.

"...e nesse mar de papéis está se afogando o trabalho vivo."[41] Por isso ele considera que o pior inimigo interno é o burocrata comunista, porque não é capaz de combater a burocracia, mas a encobre e se transforma em seu cúmplice.[42] A burocratização dos comunistas diretores deve-se à sua falta de cultura, porque de fato eles não dirigem ninguém mas são dirigidos, devido à sua incapacidade. Nesse particular, Lenin faz uma observação penetrante sobre a cultura dos vencidos: "Se o povo vencedor for mais culto do que o povo vencido, impõe a este a sua cultura. Mas em caso contrário, o povo vencido impõe a sua cultura ao vencedor." Por 'mísera e deplorável' que tenha sido a cultura dos diretores burgueses czaristas, ela era superior à ainda muito precária cultura soviética, e isso tornou possível que a velha burocracia utilizasse os novos burocratas como escudo da sua ineficácia sabotadora. A classe operária, quando chega ao poder em um país atrasado, não assimilou sequer a cultura burguesa, e não está ainda capacitada para o desenvolvimento de uma superior. Nisso reside o problema nu e cru. Tudo é possível aprender, mas para isso "é necessário estudar com afinco", e o povo não está acostumado a fazê-lo.[43] "O dirigente de uma instituição estatal deve possuir em alto grau a capacidade de conquistar as pessoas e ter conhecimentos científicos e técnicos suficientemente sólidos para poder controlá-las",[44] pois, caso contrário, estará condenado a transformar-se em inoperante.

Finalmente Lenin põe em relevo que numa grande revolução, paradoxalmente, vão de mãos dadas a audácia teórica e a timidez administrativa. Idealmente elaboram-se transformações grandiosas, mas ao mesmo tempo, na prática, se é incapaz de "fazer uma reforma administrativa de décima categoria" (...).

> Penso que as coisas ocorreram da mesma forma em todas as revoluções realmente grandes, porque as revoluções verdadeiramente grandes originam-se das contradições entre o velho, entre o que o velho tende a desenvolver, e a mais abstrata aspiração do novo, que deve ser tão novo a ponto de não conter nem um resquício do velho. E quanto mais radical for a revolução, tanto mais se prolongará o período em que se manterão muitas dessas contradições.[45]

O sonho de Lenin de outorgar à IOC "direitos de Comitê Central" não se cumpriu na União Soviética, e a sua audácia teórica distanciou-se da timidez prática, acentuando a contradição aguda entre aquilo que faz e aquilo que não quer morrer. A incompatibilidade congênita entre socialismo e burocratismo, e sua fatal coexistência por um largo período, é portanto uma das características típicas da fase de transição, especialmente nos países atrasados.

O novo tipo de Estado: A ditadura do proletariado

> Os sovietes operários e camponeses representam um novo *tipo* de Estado, um *tipo* novo e superior de democracia; uma forma de ditadura do proletariado, o meio de governar o Estado *sem* a burguesia e *contra* a burguesia.
> Lenin, W. I., *Obras completas*. Tomo XXIX, p. 384.

Poucos meses haviam transcorrido desde a tomada do poder pelos bolcheviques, quando Lenin, no VII Congresso Extraordinário

do PC(b)R, faz algumas reflexões sobre o caráter do Estado socialista, que merecem ser analisadas. Diz ele que, diferentemente da vanguarda dos comuneiros, que não tinham consciência do que estavam fazendo ao criar a Comuna de Paris, mas que seguiam muito mais o instinto da massas, os bolcheviques tinham condições de compreender com clareza o caráter do Estado soviético, tendo em vista que já haviam sido alertados pelo exemplo da mesma comuna e pela experiência de luta da social-democracia alemã. Contudo, naquele momento, a compreensão ainda não era plena e é o próprio Lenin que incorrerá em alguns equívocos conceituais graves, mas que prontamente tratará de corrigir. Tais equívocos procediam do fato de que a prática ainda não havia fornecido à teoria todos os elementos comprobatórios para uma fundamentação rigorosa. Por isso Lenin definia corretamente o Estado socialista como um novo tipo de Estado, mas equivocava-se ao acrescentar "...sem burocracia, sem polícia e sem exército regular..."[46] Não levaria muito tempo para que ele se desse conta de que o socialismo não poderia prescindir da polícia, do exército e... da burocracia. A essência do novo tipo de Estado seria encontrada em uma nova democracia "que *coloca em primeiro plano a vanguarda das massas trabalhadoras*, faz delas legisladores, executores e responsáveis pela defesa militar, e cria *uma estrutura que pode reeducar as massas*".[47]

É importante destacar como Lenin releva de maneira clara que o poder é exercido em primeira instância pela vanguarda, enquanto as massas são reeducadas para o exercício das funções legislativas e executivas. Nessa época ele ainda não punha a questão: e quem reeduca os reeducadores? A revolução vivia o seu período de euforia e tinha ainda pouca consciência de si mesma... mas logo adquiriria consciência plena de que o Estado soviético não era exatamente um Estado tipo comuna (que durou poucas semanas e numa única cidade); era um Estado que funcionava em um país enorme, composto de várias nações, atrasado e virtualmente arrasado pelas guerras. Inicialmente, Lenin acreditava que os desvios em relação aos princípios da comuna – como salários altos para os especialistas – era 'um passo atrás', determinado pelas limitações do atraso soviético, porém, mais adiante, compreenderá que tal 'afastamento' desse modelo seria inevitável no período de transição, especialmente nos países pouco desenvolvidos.[48] O ideal da comuna era demasiado quimérico, pelo menos nas primeiras etapas da transição.

A comuna preconizava o autogoverno das massas e a destruição radical do aparelho estatal burguês (a burocracia, o exército, o poder judicial, etc.), bem como o sufrágio universal, o salário máximo igual ao de um trabalhador qualificado, etc. porém tudo isso encontrou inúmeras limitações na prática concreta, e revelou-se muito mais como tendências do *resultado* do processo de transição do que como suas características propriamente ditas. Por isso é o próprio Lenin que convida a evitar o desgaste da palavra 'comuna', e a não colocá-la como título onde este entra em contradição com o conteúdo real e prático das associações.[49] O Estado socialista não culminou num Estado tipo comuna; e da mesma forma como a experiência desta levou Marx e Engels a definir o conceito de ditadura do proletariado, a Revolução Russa e o Estado soviético conduziram Lenin a precisar ainda mais rigorosamente esse novo conceito.

A análise de Lenin relativa ao caráter do novo Estado parte metodologicamente da resposta à questão histórica e teórica de "como governa uma classe, e o que é realmente a dominação de uma classe". O modo como a burguesia dominou os senhores feudais e lhes tirou o poder foi mediante a modificação das relações de propriedade, da imposição da diferença entre, de um lado, proprietários dos meios de produção privados, e de outro, trabalhadores livres. Suas constituições preconizavam liberdade e igualdade, o que de fato era uma farsa, uma mentira, porque ambas não podem existir enquanto existirem satisfeitos e famintos.

> O espírito, a idéia fundamental de todas as constituições anteriores, inclusive das mais republicanas e democráticas, reduzia-se exclusivamente a uma coisa: a propriedade. De que maneira se distingue a dominação de classe no socialismo? Na expropriação dos latifundiários e capitalistas, quer dizer, na abolição, não apenas no papel, mas também na prática, da propriedade privada sobre as fontes da produção. É nisso que consiste, em primeira instância, a dominação de classe do proletariado. O proletariado registra então, em sua constituição, os seus direitos – que são maiores que os direitos dos camponeses – e registra também que os *exploradores, enquanto tais, não têm direito algum*.[50]

No caso específico da Revolução Russa, a negação de todos os direitos dos exploradores foi particularmente acentuada e radical, devido a uma série de fatores e circunstâncias especiais. Veremos posteriormente como Lenin analisará essa especificidade, salientando que a intensidade do radicalismo não é uma questão de princí-

pios, mas muito mais uma resposta à contra-revolução, uma contra-ofensiva.

De acordo com o pensamento de Lenin, o proletariado, estabelecendo dessa maneira a sua dominação, vincula os seus interesses ao interesse dos 'trabalhadores de todos os níveis e de todos os grupos menores'. E podemos acrescentar que, obviamente, se ele não fosse capaz disso, não poderia angariar o apoio da maioria do povo, não estaria apto a contrair alianças, a assumir compromissos, a neutralizar amplas camadas sociais e a outras dividir, e finalmente poder governar.

Insistindo no enfoque teórico da questão do caráter do Estado, Lenin reafirma didaticamente: "Somente a dominação de uma classe é que determina as relações de propriedade e qual a classe que está no poder." O conceito de dominação é, como se vê, de importância capital. A sua preocupação em esclarecer correta e rigorosamente essa definição conceitual não é aleatória, tendo em vista que dessa correção depende a transparência da propaganda e da agitação, fundamentais para a elevação do nível de consciência das massas, para seu apoio e participação ativa cada vez mais intensos, no processo revolucionário da transição. E volvendo mais uma vez às suas antigas teses expostas no começo do século, em *O que fazer?*, enfatiza que a adesão crescente ao socialismo não provém meramente da existência de bons agitadores e propagandistas, mas sim do fato de que "a verdade contida nessa propaganda penetrou na mente de todos";[51] vale dizer, a teoria, quando penetra nas massas, transforma-se em força material, sobretudo quando essa teoria já começa a transformar-se em realidade viva.

Sem embargo, Lenin chama a atenção para um ponto meridianamente claro: não se pode confundir Estado com governo. Qualquer classe dominante impõe primeiro, na prática, os seus interesses e, em seguida, os consagra em uma constituição, os institucionaliza. Porém, isso não significa que venha a utilizá-los sozinha, sem desfrutar da experiência de governo adquirida por homens provenientes das antigas classes dominantes. A nova classe que toma em suas mãos o poder ainda não sabe governar e tem que aprender a fazê-lo por meio da experimentação, e isso não se alcança em um dia, nem em um ano, mas em toda uma etapa histórica. Por essa razão Lenin sublinha o fato de que os burgueses, quando removeram do poder os feudais, "não eram muitos; diziam eles: para a tarefa do governo, fazem falta homens que saibam governar; tomemos pois os feudais e reeduquemo-los". Essa visão procede da compreensão da sabedoria

que os vencedores devem ter, e que de fato historicamente têm, quer dizer, saber aproveitar e utilizar em proveito próprio a experiência acumulada dos vencidos. Claro que isso é arriscado e complexo, mas de qualquer maneira imprescindível quando os que nada têm chegam a ter todo o poder. "... A arte de governar não cai do céu, nem é inspiração do Espírito Santo, e pelo fato de que uma classe seja a classe dirigente não se torna de pronto capaz de governar." Pois bem, é por isso que ele acreditava que o proletariado tinha como tarefa, nos começos da transição, a mesma tarefa que teve a burguesia na sua época revolucionária: recorrer à classe velha, "saber tomar, dominar, aproveitar os conhecimentos", e utilizar tudo isso para a consolidação do seu triunfo. A maturidade da nova classe dominante apenas se comprova em definitivo por seu aprendizado prático e por sua experiência. A burguesia "enviou às escolas somente os ricos" e dessa maneira preparou os futuros administradores "recrutados da sua própria classe". O proletariado deve levar seu tempo para preparar o povo para governar. Assim se organizam os Estados; não existem outras formas mágicas, essencialmente diversas das limitadas possibilidades históricas, estruturais e conjunturais. "Hoje, em um Estado organizado à imagem e semelhança da classe dominante, é necessário proceder como procederam todos os Estados." O ponto de vista enfático de Lenin sobre esse assunto tem em mira alertar o seu partido contra o utopismo e a puerilidade estéril, e a "ter em conta a experiência do passado" e a admitir a contribuição, para a construção socialista, dos especialistas burgueses, pois "para construir o comunismo é preciso absorver a técnica e a ciência, colocando-as a serviço de círculos mais amplos; todavia, a ciência e a técnica só podemos tomá-las da burguesia".[52]

É bom explicitar um pouco mais essa concepção leninista. Afinal de contas, quem são os 'especialistas burgueses'? Não haverá uma contradição entre a cassação de todos os direitos dos exploradores e o aproveitamento de seus especialistas, considerando de resto que eles recebem uma remuneração muito maior do que a que recebem os operários qualificados? Não. Não existe contradição ou incoerência nesse particular, porque os especialistas burgueses empregados, utilizados pelo proletariado, não atuam e trabalham como classe, mas trabalham profissionalmente, e os privilégios que advêm da sua remuneração mais alta correspondem ao seu maior nível de capacitação, experiência e utilidade social. Esses privilégios devem

ser mantidos: 1) porque não se pode obrigá-los a produzir mediante coerção; 2) porque as novas classes não alcançaram ainda capacitação plena para exercer por si mesma as tarefas que exigem um alto nível profissional. Quanto ao mais, como Marx já dizia em sua Crítica ao programa de Ghota, o lema do socialismo é "a cada um segundo o seu trabalho". Os especialistas burgueses não são propriamente exploradores; são indivíduos que vendem caro ao Estado socialista a sua capacidade de trabalho. Obviamente, muitas vezes alguns se transformam em sabotadores, mas por isso mesmo Lenin preconizava que sempre haveria de existir ao lado deles inspetores, não só para deles aprender, mas também, ao mesmo tempo, para exercer um controle e uma vigilância, e que esta deveria revestir-se de um caráter de camaradagem, com o objetivo de não exercer pressão sobre eles, mas, ao contrário, conquistá-los para a causa do socialismo.

Há outro aspecto da maior importância na definição de Lenin relativa ao caráter do Estado socialista, pelo menos na etapa inicial da transição, e, embora suas reflexões fossem destinadas ao caso específico do seu país, julgamos que elas são válidas também para todos os países onde existam classes camponesas consideravelmente numerosas. Pois vejamos. Na sua polêmica sobre Os sindicatos, a situação atual e os erros de Trotsky, ele diverge deste porque defendia a tese segundo a qual, num Estado operário, não é necessário que os sindicatos defendam os interesses da classe operária. Lenin, em contrapartida, argumenta que a definição de 'Estado operário' é uma abstração, tendo em vista que não existe "um Estado completamente operário", e acrescenta que "o nosso não é, em realidade, um Estado operário, mas sim um Estado operário e camponês", dizendo ainda mais, "com uma *deformação burocrática*". Nisso consiste a realidade do caráter do Estado na transição. É por isso que Lenin defende a tese que é necessário utilizar organizações operárias, tais como os sindicatos, "para defender os operários face a seu Estado".[53]

No caso russo, tais polêmicas ficaram superadas, pelo menos temporariamente, com a introdução da NEP, em relação à qual todos os 'velhos bolcheviques' estavam de acordo; compreendiam que a colaboração entre as novas classes dominantes era imprescindível, sendo por isso necessário o fortalecimento dos sindicatos para defender seus direitos, sobretudo frente aos *nepmen*.

Convém refletir um pouco mais a fundo sobre essa caracterização leninista, que não existia em 1917, 1918 e 1919, mas que surge em 1920. Em sentido amplo – embora tecnicamente possa fazê-lo – o proletariado não toma o poder sozinho; e sobretudo, para mantê-lo, deve contrair alianças, especialmente com as demais classes e setores da população explorada. O novo Estado, portanto, não pode basear-se na dominação *exclusiva* de uma única classe; deve levar em conta a participação do conjunto das classes oprimidas. Contudo, o proletariado é a classe *dominante por excelência*, porque detém a *hegemonia do poder*. Desde as suas teses elaboradas em 1905, Duas táticas da socialdemocracia na revolução democrática, Lenin havia afirmado que, em última instância, o que define o caráter de uma revolução é a classe que irá assumir hegemonicamente o poder.

O 'Estado operário', embora consagre maiores direitos constitucionais ao proletariado, na prática deve fazer muitas concessões à pequena burguesia e em particular aos camponeses, sobretudo onde estes são predominantes, pelo menos durante todo um período histórico. Isso foi bem claro no caso russo, até o fim da NEP, e exatamente por isso Lenin dizia, em sua época, que os camponeses haviam-se beneficiado da revolução mais do que a classe operária.

De qualquer maneira, tais 'desvios' históricos não põem em causa o conceito de ditadura do proletariado – ao contrário, é exatamente inspirado neles que Lenin poderá enriquecer esse conceito, como logo veremos – tendo em vista que o proletariado, como já dizia Marx, é a única classe que, por suas características materiais de existência, tem a capacidade de criar as condições, no socialismo, para a emancipação de todas as classes, através da extinção das próprias classes. Na transição socialista, as demais classes exploradas no âmbito dos meios de produção pré-socialista submetem-se à ditadura do proletariado, embora dela participem dialeticamente, ainda que seja apenas no sentido do apoio e da colaboração com ela. Como já foi sublinhado, a existência das classes no período de transição é iniludível e, "enquanto as classes existam, a luta de classes é inevitável", especialmente nos começos do socialismo, quando este ainda se encontra "nos seus primeiros passos".[54]

Por isso Lenin insiste repetidas vezes na necessidade de elevar o nível cultural das massas, a ponto de insinuar o caráter imprescindível de uma profunda revolução nesse sentido. Ele sabia que a organização dos camponeses – a grande maioria da população do seu

país – em cooperativas, significaria um enorme avanço, mas sabia também que essa tarefa pressupõe um elevado grau de cultura. Essa revolução cultural, que haveria de consolidar o socialismo, prescindindo da utilização brutal da coerção, "apresenta dificuldades imensas, tanto de ordem puramente cultural (pois somos analfabetos), quanto de ordem material (pois, para sermos cultos, devemos alcançar certo desenvolvimento dos meios materiais de produção, devemos possuir certa base material)"*.[55]

O conceito da ditadura do proletariado: primeiro aprofundamento analítico

Convém ter em mente que, segundo a teoria marxista do Estado, todo Estado, por mais democrático que seja o seu regime de governo, é uma ditadura de classe. A existência do Estado só se justifica como instrumento de dominação da classe dominante sobre as dominadas. Ele é uma necessidade intrínseca das sociedades de classes e funciona ao mesmo tempo como aparelho de dominação e como agente de mediação na luta entre as classes. Como veremos adiante, para Lenin, a diferença essencial entre todas as formas de Estado anteriores e o socialismo reside no fato de que, naqueles o Estado era uma ditadura de uma minoria sobre a imensa maioria do povo, enquanto que neste é uma ditadura da maioria do povo sobre a minoria. Portanto, o Estado socialista como tal deve ser rigorosamente definido como uma ditadura democrática, ou como uma democracia ditatorial, porquanto a essência do conceito de Estado se enlaça fatalmente como o conceito de ditadura. Por conseqüência, a democracia socialista é ao mesmo tempo ditadura, e esta, democracia. Democracia e ditadura, no Estado socialista, como em qualquer Estado, são dois conceitos intrinsecamente interdependentes.

Na sua conferência sobre o Estado,[56] Lenin chamava a atenção dos estudantes sobre a complexidade da análise do mesmo. Ele

* É preciso esclarecer que a concepção de revolução cultural, tal como Lenin a entendia, distingue-se nitidamente daquela que foi implantada na República Popular da China, em meados dos anos sessenta, e que não deixou de encobrir uma luta desenfreada entre facções do partido pelo controle do poder. Além disso, o que exatamente faltava aos chineses era esse pré-requisito que Lenin apontava como essencial para uma revolução cultural: "certo desenvolvimento dos meios materiais de produção".

acreditava que esse era um dos temas "mais complicados e difíceis, talvez aquele sobre o qual mais confusão semearam os eruditos, escritores e filósofos burgueses". Não obstante, toda a confusão semeada (de resto, também por muitos dos pretensos teóricos 'marxistas' ou 'neomarxistas', desde aquela época até hoje, divulgando a viabilidade de um Estado democrático não-ditatorial, a despeito da luta de classes, a exemplo da pregação dos eurocomunistas) para Lenin, bem como para todos os marxistas ortodoxos, as classes sociais em suas lutas concretas manifestam concepções diversas e conflitantes sobre "o papel e o significado do Estado".

Lançando um "olhar de relance" sobre a história do Estado, desde o seu aparecimento até suas evoluções posteriores, Lenin, apoiado em Engels, recupera o materialismo histórico, pois apenas dessa maneira, isto é, "do ponto de vista de como na história surgiu o dado fenômeno (...) e do ponto de vista da sua evolução é possível examinar em que se converteu hoje". Não é o caso de fazer aqui um resumo sintético de toda a conferência de Lenin; convém, todavia, uma breve referência a dois aspectos principais da mesma, por causa do seu valor metodológico.

Primeiro: a idéia de que "o Estado não existiu sempre" e que este surge a partir da "divisão da sociedade em classes". Portanto, para que o Estado apareça, é necessário que a sociedade tenha alcançado certo nível de desenvolvimento das forças produtivas; supõe, assim, uma considerável produtividade do trabalho, a existência de um excedente econômico, criando as condições para que alguns administrem e governem, enquanto os demais produzem. "O Estado na realidade não é outra coisa que um instrumento de governo, separado do conjunto da sociedade." Daí a necessidade que todo Estado acabe por gerar um aparelho especial de coerção, para garantir que os que trabalham fiquem submissos à vontade e aos interesses da "categoria especial de indivíduos", na pessoa dos que governam e administram.

Segundo: a descoberta de que historicamente existiram várias formas de Estado, desde as diversas modalidades do período da escravidão, passando pelos Estados feudais, até as diferentes formas dos Estados burgueses, da mesma forma como existirão também muitos tipos de Estados socialistas.

Por exemplo: é durante a escravatura que surge a diferenciação entre monarquia e república, entre aristocracia e democracia. "Ape-

sar dessas diferenças, o Estado da época escravista era um Estado escravocrata, fosse ele monarquia ou república, e esta, aristocrática ou democrática".[57] Por isso, cabe insistir mais uma vez que não é possível confundir *Estado* com *regime de governo;* e essa insistência não é gratuita, tendo em vista que, como ainda há pouco mencionado, até em nossos dias muitas são as correntes que preconizam a democracia 'pura' como prerrogativa de um Estado 'socialista'.

Dessa maneira, o Estado burguês pode revestir-se de várias formas, desde a mais democrática possível (baseada no sufrágio universal, Assembléia Constituinte, Parlamento) até a fascista – forma extrema do Estado repressivo – (embora Lenin não chegasse a analisá-la), mas nenhuma delas muda a sua verdadeira essência de Estado capitalista. "Ali onde o capital existe, ele domina a sociedade inteira, e nenhuma república democrática, nenhuma categoria de direitos eleitorais pode alterar a sua essência".[58]

A concepção de Lenin sobre a ditadura do proletariado merece ainda mais detalhado exame. Para ele, é ela a condição *sine qua non* do socialismo: "O socialismo é inconcebível (...) sem a dominação do proletariado no Estado; isso é bem como o a-bê-cê."[59] E isso porque a constituição do Estado socialista

> proclama o poder estatal dos trabalhadores e suprime os direitos dos exploradores, inimigos da construção de uma vida nova. É essa a principal diferença com as constituições de outros Estados...[60]

Tal argumentação-chave de Lenin é desenvolvida na sua famosa polêmica A revolução proletária e o renegado Kautsky. Os reformistas, dizia ele, acusavam os bolcheviques de haverem violado a 'democracia' na sua constituição, e que usaram métodos ditatoriais. Na realidade, o que faziam era dar uma demonstração da sua ignorância da doutrina de Marx – e diziam-se marxistas... – segundo a qual a ditadura do proletariado não contradiz a democracia. Não passavam de burocratas pequeno-burgueses que retrocediam à concepção pré-marxista do socialismo, acreditando que seria viável um "Estado popular livre". E Lenin insistia: "*Todo Estado* é uma máquina para que uma classe reprima a outra".[61] Dessa maneira, ele censura os 'marxistas', como Kautsky, Vandervelde e outros – e com lógica absoluta – por deformarem a teoria marxista do Estado, ao desvincular o conceito de socialismo do de ditadura do proletariado. "Ambos escamoteiam o vínculo muito estreito e inseparável

que existe entre os dois conceitos."*[62] Não pode existir uma democracia "pura". Toda revolução é uma revolução de classe; toda ditadura, uma ditadura de classe e todo Estado, um Estado de classe. Preconizar uma "democracia pura" em um Estado de classe é próprio da mais rotunda ignorância.

Lenin rebate de maneira categórica a posição revisionista voltada para a deturpação da teoria de Marx sobre o Estado, na qual se empenham os revisionistas de todas as épocas. "Falar da democracia pura, de democracia em geral, de igualdade, de liberdade e de direitos universais" sob o capitalismo, ou nos tempos da transição socialista, que se caracteriza como uma época de guerra implacável contra o capital,

> significa zombar dos trabalhadores e dos exploradores. Equivale a pisotear as verdades fundamentais do marxismo, que ensina aos operários que devem tirar proveito da democracia burguesa (...) sem esquecer um só momento o caráter burguês dessa 'democracia', seu caráter historicamente condicional e limitado.[63]

Somente "por via da ditadura" pode-se chegar ao socialismo; não há outro caminho. Equivocam-se redondamente aqueles que acreditam que isso pode ser alcançado pela utilização "do velho Estado parlamentar democrático-burguês". O socialismo só poderá ser alcançado "mediante um novo tipo de Estado", cuja forma de governo não é a parlamentar. Por isso, a ditadura do proletariado é a condição *sine qua non* para que o proletariado possa cumprir a sua missão histórica.[64]

A ditadura é pois uma imposição da renhida luta de classes que ocorre na transição. Lenin está convencido de que não é possível um processo de transição sem que as antigas classes dominantes oponham a sua resistência.[65] E a história de todas as revoluções posteriores à revolução russa confirmou, de modo inequívoco, a sua afirmação.[66]

Ditadura significa: impedir, através da força, da coerção, da utilização de aparelhos repressivos, se necessário, a atuação da contra-revolução em todos os níveis. Significa a proibição dos seus jornais, a privação da "liberdade de reunião dos capitalistas", na medida em

---

* No original: "... entre ambos problemas" (N.T.).

que essas reuniões tendam a transformar-se em conspiração. "Ditadura é uma palavra dura, cruel, sangrenta, dolorosa, e com palavras tais não se brinca. Os socialistas lançaram essa palavra de ordem porque sabem que os exploradores só se renderão após uma luta encarniçada e implacável(...)." E Lenin formula uma pergunta: "São concebíveis os princípios do humanismo sem a liberdade de reunião?" Sua resposta é taxativa:

> Nós dizemos que a liberdade de reunião, inscrita nas constituições da Inglaterra e dos Estados Unidos é um engano, porque ata as mãos das massas trabalhadoras durante todo o período da sua passagem para o socialismo; é um engano, porque sabemos muito bem que a burguesia fará todo o possível para desestabilizar esse poder, que parece tão insólito e tão 'monstruoso', no começo(...). Precisamente após a derrocada da burguesia, a luta de classes assume as suas formas mais atiladas.[67]

Não obstante o fato de Lenin reconhecer que "a ditadura do proletariado é o meio inevitável, necessário e absolutamente indispensável para sair do sistema capitalista", ele enfatiza que tal ditadura "não significa apenas violência (...), mas também uma forma de organização do trabalho, superior".[68]

Durante a sua ditadura, o proletariado deve submeter a pequena burguesia – que em geral cultiva tendências anarquistas e individualistas – à sua disciplina de trabalho. Deve ensinar-lhe a praticar o exercício do trabalho coletivo, a cooperação, a abnegação e o desprendimento. Deve demonstrar-lhe que essa forma de trabalho é mais eficiente; deve provar que só uma forma superior da organização do trabalho coletivo pode dar impulso ao desenvolvimento das forças produtivas e elevar a mentalidade do indivíduo, transformando-o num indivíduo-social.

Esse é um dos enriquecimentos que Lenin traz ao conceito de ditadura do proletariado; mas não se detém aí a sua contribuição. Ele o acresce ainda, criativamente, de novos elementos. Partindo do pressuposto de que "a burguesia foi derrotada, mas não destruída", e que ela intensifica a sua resistência após a tomada do poder pelo proletariado, Lenin aponta a necessidade imperiosa de aliança do mesmo com outras classes sociais. Mas essas são especiais, são de tipo novo, pois são contraídas no contexto da dominação hegemônica do proletariado e buscam não apenas unificar a luta contra o capital, mas também a *instauração* e a *consolidação* do socialismo.

> A ditadura do proletariado é uma forma especial de aliança de classe entre o proletariado, vanguarda dos trabalhadores e as numerosas camadas proletárias de trabalhadores (pequena burguesia, pequenos proprietários, a intelectualidade, etc.) ou a maioria delas; uma aliança dirigida cntra o capital, aliança cujo objetivo é a destruição completa do capital, o arrasamento total da resistência da burguesia, com suas tentativas de restaurar o próprio poder, uma aliança enfim que visa a instauração e a consolidação defitinivas do socialismo. Esse tipo especial de aliança, plasmada numa situação especial, em meio a uma violenta guerra civil, é uma aliança entre os partidários firmes do socialismo e seus aliados vacilantes, às vezes 'neutros' (caso em que, ao invés de acordo sobre a luta, a aliança converte-se em acordo sobre a neutralidade); uma aliança entre classes econômica, política, social e ideologicamente diferentes.[69]

Como se pode ver, para Lenin, a essência da ditadura do proletariado não consiste meramente, nem fundamentalmente, no uso da coerção sobre os seus adversários, mas sobretudo no desenvolvimento de uma forma nova de organização e disciplina do trabalho, para amplas camadas sociais, e na implementação de formas inéditas de alianças de classes, no intuito da abolição de todas elas, da transformação de todos os membros da sociedade em trabalhadores, para que finalmente seja possível destruir a base objetiva em que se fundamenta a exploração do homem pelo homem.

Claro está que, no seu entendimento, esse objetivo maior não poderia ser alcançado de uma só vez, mas requereria um longo período de transição do capitalismo ao comunismo – justamente o período da ditadura proletária –

> porque as mudanças radicais em todos os setores da vida necessitam de tempo, e porque a força poderosa do hábito de tratar as coisas de maneira pequeno-burguesa e burguesa só será vencida mediante uma luta prolongada e tenaz.[70]

Esse raciocínio de Lenin leva-o a afirmar que é sobre o conceito de ditadura que se baseiam "os princípios fundamentais do marxismo em relação ao Estado".[71]

Num texto intitulado A ditadura do proletariado, na realidade um esboço preliminar de trabalho, Lenin sintetiza as suas idéias sobre o assunto, baseadas em Marx, e formula a questão da seguinte maneira: A razão principal pela qual os 'socialistas' não compreendem a ditadura do proletariado, é que eles não levam a idéia da luta

de classes até a sua conclusão lógica. (Carta de Marx a Weydemeyer).

As "novas formas" de uma ditadura do proletariado (levada às últimas conseqüências) são, a seu ver, cinco:

1. Aniquilação da resistência dos exploradores;
2. Guerra civil;
3. Neutralização da pequena burguesia, epecialmente dos camponeses;
4. Utilização da burguesia;*
5. Implantação de uma nova disciplina.[72]

Por esse texto, pode-se advertir o quanto Lenin amplia e enriquece o conceito de ditadura do proletariado.

No seu texto 'Economia e política na época da ditadura do proletariado, ao analisar a nova situação das classes sob o regime socialista, ele arremete inapelavelmente, com sua crítica, contra os revisionistas, adeptos do democratismo *à outrance*, recorrendo a formulações precisas sobre a questão. Tendo em vista a atualidade dessa temática e o rigor do seu texto, cabe mais uma vez transcrição alentada das páginas de Lenin:

> Se confrontarmos todas as forças, ou classes fundamentais, com suas relações recíprocas, da forma como foram modificadas pela ditadura do proletariado, compreenderemos quão incrivelmente absurda e teoricamente estúpida é a idéia pequeno-burguesa corrente de que é possível a passagem do socialismo 'através da democracia' em geral. A fonte principal deste erro está no preconceito, herdado da burguesia, de que a 'democracia' é algo absoluto, situado acima das classes. Em realidade, sob a ditadura do proletariado, a própria democracia entra numa fase totalmente nova, e a luta de classes alcança um nível superior, subordinando a si cada uma das formas.
>
> As frases genéricas sobre a liberdade, a igualdade e a democracia outra coisa não são, na realidade, do que a repetição de conceitos plasmados pelas relações de produção mercantil. Querer resolver com essas generalidades os problemas concretos da ditadura do proletariado, equivale a aceitar em sua totalidade as teorias e princípios da burguesia. Do ponto de vista proletário, o problema só pode colocar-se da seguinte forma: liberdade, mas em relação à opressão de que classe? Igualdade, mas com que e com qual classe? Democracia, mas baseada na propriedade privada ou na luta pela abolição da propriedade privada? etc.
>
> Há muito tempo, Engels explicou, no *Anti-Dühring*, que o conceito de igualdade foi moldado pelas relações de produção mercantil; a igualdade converte-se em preconceito quando se a não entender como a *abolição das classes*. Essa verdade elementar, com respeito à diferença entre o conceito de igualdade democrático-burguês e o socialista, é constantemente olvidada. Mas se não for olvidada, torna-se evidente que, ao derrubar a burguesia, o proletariado dá o passo decisivo para a abolição das classes, e que, para completar o processo, o proletariado deve prosseguir sua luta de classe, utilizando o aparelho do poder estatal e empregando diversos métodos de luta, exercendo influência e pressão sobre a burguesia derrotada e sobre a pequena burguesia vacilante.[73]

* Lenin refere-se aqui à utilização do conhecimento técnico e científico dos especialistas burgueses.

Pois bem, sublinhamos assim as teses leninistas relativas à necessidade que incumbe à classe operária, através da sua vanguarda, de submeter a pequena burguesia à nova organização e à nova disciplina de trabalho, e de fazer alianças de novo tipo com as demais classes populares. Lenin, contudo, insiste que isso antes de tudo supõe a capacitação do proletariado para a efetivação de tais objetivos, para "organizar e dirigir todas as massas trabalhadoras exploradas", e que, em segundo lugar, como resultado da sua vitória, "as massas trabalhadoras e mais exploradas do campo alcancem um melhoramento imediato e considerável da sua situação às expensas dos exploradores". Nisso residia, para Lenin, a essência da tática para conquistar o apoio camponês e garantir "o abastecimento de víveres das cidades"[74]; aí está, portanto, a essência da ditadura do proletariado: *melhorar a vida da maioria do povo às expensas dos exploradores*.[75]

Toda essa concepção leninista com respeito à ditadura do proletariado brota dos seus textos de maneira transparente, sem subterfúgios e sem veleidades. Como tantas vezes pudemos reiterar, trata-se de uma teoria enriquecida, reafirmada e aperfeiçoada pela prática. Por isso, ele se recusa a ocultar – por vãs razões táticas – esse conceito e suas implicações. Assume-o cabalmente e preconiza que ele deve ser estampado no programa de todo partido revolucionário[76]; e, baseando-se em Marx, não hesita em afirmar que a palavra de ordem da ditadura deve ser imposta nas situações revolucionárias.[77]

E preciso, pois, ter presente que para Lenin o conceito de revolução implica necessariamente a ditadura. Ditadura democrática na

revolução burguesa, quando é uma revolução verdadeira, no sentido de ter por objetivo a subversão radical da estrutura política, econômica e social, derrubando as classes dominantes e transferindo o poder às mãos de novas classes, e criando um novo tipo de Estado, tem que desembocar fatalmente numa nova ditadura. A história até hoje só tem registrado esse tipo de revolução, vinda à luz após uma dura guerra civil. "Ditadura (...) significa um poder ilimitado, que se apóia não na lei, mas na força. Em tempos de guerra civil, o poder que sai vencedor só pode ser uma ditadura." Porém, a ditadura do proletariado distingue-se meridianamente da ditadura burguesa, por ser uma ditadura *"da gigantesca maioria do povo sobre um punhado de opressores, de exploradores e usurpadores do poder popular"*.[79] Não colocar a questão a não ser nesses termos, significa a juízo de Lenin, vulgarizar o conceito científico de ditadura.

Em um processo revolucionário profundo, a violência surge como necessidade histórica, como um "método de ação", como uma resposta, uma contra-ofensiva. Por isso Lenin dizia que o povo aplica a violência *"contra os que exercem a violência sobre o povo"*. Se a contra-revolução não atuasse violentamente, a violência popular não existiria. Existe, todavia, uma profunda "diferença entre a ditadura *sobre* o povo e a ditadura *do povo* revolucionário".[80] A ditadura de uma minoria se exerce mediante a utilização de aparelhos repressivos ferozes, adestrados no ódio de classe, e por meio do afastamento das massas populares da participação e vigilância do poder. A ditadura do povo só pode ser exercida através da confiança e participação efetiva das grandes massas no poder.

Lenin zomba daqueles que duvidam da necessidade que a imensa maioria do povo tenha que exercer a ditadura sobre um punhado de exploradores. Sua resposta a essa dúvida é no sentido de esclarecer que ela parte daqueles que não compreendem o caráter radicalmente novo da ditadura da maioria, acostumados que estão a identificar o conceito de ditadura com um poder policial, sem possibilidade de conceber outro tipo de ditadura. "Esquecem que o novo poder não cai do céu, mas surge e cresce a par do antigo poder, em oposição a ele, em luta contra ele."

Logo após a tomada do poder, a revolução ainda não está institucionalizada; passar-se-á um período mais ou menos longo, até que esta tenha condições de erigir, em base à sua própria experiência, uma institucionalização completamente nova, de acordo com os seus princípios e com suas aspirações mais profundas. Esse é o período mais crucial da luta de classes na fase de transição, em vista da resistência encarniçada que as classes derrotadas opõem. Esse é também o período de aprendizado do exercício do poder por parte das novas classes dominantes, o período dos erros, dos maiores e menores acertos, das debilidades e fortalecimentos, das marchas e contramarchas. Essa, portanto, é a fase em que a ditadura deve ser exercida da maneira mais exacerbada. Por isso é que Lenin dizia, pensando naturalmente nos primeiros tempos do triunfo revolucionário: "O conceito científico de ditadura *outra coisa não significa* do que um poder ilimitado, não sujeito absolutamente a nenhum gênero de leis, nem regras, e diretamente apoiado na violência". A ação prática e concreta do povo revolucionário, sua experiência viva do exercício do poder, consiste na "criação do novo direito revolucionário". Lenin pergunta: "Por que só do povo revolucionário e não do povo todo?" Sua resposta é, porque existem seres moralmente intimidados, por exemplo, pela teoria de não resistir ao mal mediante a violência, ou simplesmente por preconceito, hábito, rotina; são indiferentes, (...) preferem afastar-se da luta intensa, permanecer de lado e até esconder-se.[81] Por isso, e tendo em conta que esses elementos são numerosos, Lenin chamava a atenção sobre o fato de que o êxito da ditadura só estará garantido na medida em que "combinar a coerção com a persuasão."[82]

De todo esse ensinamento de Lenin, acima exposto, relativo ao conceito de ditadura, pode-se inferir que, na medida em que o socialismo se consolida, que triunfa sobre a contra-revolução interna e sobre os opressores externos e que abafa os surtos potenciais de resistência das antigas classes dominantes com suas heranças culturais – e para que isso se cumpra de forma ampla, supõe-se um vasto período de desenvolvimento econômico e cultural, e além disso o triunfo da revolução pelo menos num número significativo de países e de países desenvolvidos – começará a ocorrer no Estado socialista um paulatino deslocamento da ênfase dos aspectos ditatoriais para seus aspectos democráticos. Em outras palavras, ao diminuir gradativamente a necessidade de coerção, a ditadura do proletariado vai perdendo seus contornos mais ásperos, as novas gerações tenderão a identificar-se com o 'povo revolucionário'; a par disso, categorias diversas de trabalhadores vão se proletarizando e o proletariado com elas se identificando, intelectualizando-se. Em suma, as classes so-

ciais começarão a desvestir as suas características de classes específicas: é o prenúncio de uma nova era, de uma etapa superior de desenvolvimento socialista, do fim do período de transição, do surgimento de uma nova sociedade, a sociedade comunista.

Todavia, até chegar a esse ponto, o Estado proletário, enquanto tal, deve primeiro esgotar todos os seus recursos, e é por isso que nas primeiras etapas do processo de transição, antes da supressão das classes, o partido (ou os partidos) e o próprio Estado tendem a fortalecer-se ao máximo. O Estado proletário transforma-se no moderno Leviatã ao abranger nos seus tentáculos a direção de praticamente toda a economia, as relações e o comércio internacionais, a educação, a cultura em geral, as organizações sociais etc. etc. A classe operária se fortalece incrivelmente, na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas expande o processo de industrialização, absorvendo camadas cada vez mais vastas de camponeses. O partido também se fortalece incomensuravelmente ao transformar-se no órgão principal de governo, ao alargar suas funções, não as circunscrevendo apenas às atividades políticas, mas desdobrando-as em funções de organização e educação do povo, em veículo de cultura e de orientação das gerações antigas e novas. Como se vê, antes de começar o adormecimento, a desaparição por perda do seu sentido e utilidade, o Estado, a classe, o partido devem fortalecer-se ao máximo.

Contudo, como já acentuado, quem exerce a ditadura não é a classe, mas a sua vanguarda,[83] isto é, o partido. Quando a classe, no seu conjunto, estiver capacitada e exercer o poder, a existência da vanguarda se tornará supérflua, e esse será o mais direto sintoma do desaprecimento das classes.

Nesse mesmo texto Lenin reafirma a sua tese de que a "transição não pode realizar-se sem a hegemonia dessa classe (proletariado), única classe que o capitalismo adestrou para a grande produção, única classe que está desligada dos interesses do pequeno proprietário". Como anteriormente enfatizado, o que em última instância define o caráter de uma revolução proletária é a *hegemonia* do poder em mãos da classe operária. Porém, no caso russo 'ocorreu', no dizer de Lenin,

> uma coisa estranha. A classe que tomou o poder fê-lo sabendo que o fazia sozinha. *Isso é inerente ao conceito de ditadura do proletariado.* Esse conceito tem sentido apenas quando uma classe sabe que é ela só que toma o poder político e não engana nem a si mesma nem aos demais com fraseologias sobre o poder de todo o povo, eleito por todos, consagrado pelo povo inteiro.[84]

Estamos aparentemente diante de um claro contra-senso do pensamento leninista, mas apenas aparentemente. Já tivemos ocasião de citar um texto anterior de Lenin onde ele caracteriza o Estado soviético como operário e camponês. Citamos em nota como ele esclarece, em seguida, precisando melhor essa formulação, concordando com Bujarin, ao dizer que existia um "Estado obreiro com a seguinte particularidade: primeiro, que o que predomina no país não é uma população operária, mas camponesa (...)"*

Convém então esclarecer em definitivo essa questão crucial. No caso específico russo, a classe operária de fato tomou o poder sozinha, por meio das insurreições de Petrogrado e Moscou (tecnicamente, foi um golpe de Estado).[85] Mas uma vez com o poder nas mãos, as primeiras reivindicações populares atendidas foram aquelas que interessavam em primeira instância aos camponeses: 'paz e terra'. A classe operária começou pois a desenvolver imediatamente uma política de conquista do apoio da maioria do povo, que era camponesa, e de neutralização dos seus setores médios. Mas, ora, os organismos do *poder*, legitimados pela revolução vitoriosa, eram os sovietes, que por sua vez eram compostos fundamentalmente por operários e camponeses. O campesinato, portanto, desde o começo da transição, *participou* ativamente do poder, conquanto a hegemonia do proletariado fosse preservada. Os camponeses participam pois do poder no caso russo, bem como em todas as revoluções onde essa classe exista em medida considerável. Todavia, a sua participação, como também a implementação de uma política que corresponda aos seus interesses de classe, está condicionada e demarcada pelos limites fixados pelo programa do proletariado, elaborado por sua vanguarda, o partido. Por isso, a ditadura é do proletariado, e embora as demais classes dela também participem, não deixam de ser ao mesmo tempo objeto dessa ditadura. A classe operária faz concessões aos camponeses, ou altera as suas metas. Ao contrário: trata de educá-los, de ajudá-los a superar as limitações da população fragmentada, de ensinar-lhes a cooperação e a socialização do seu trabalho e da

* Veja-se nota 53.

produção. E quando setores camponeses se rebelam, em nome do individualismo, reprime-os implacavelmente. Por tudo isto, o poder proletário não é ainda um poder "de todo o povo", "consagrado por todo o povo". O proletariado procede da mesma maneira com as demais camadas pequeno-burguesas. O conceito e a prática da ditadura do proletariado adquirem rigor científico porque – como tantas vezes sublinharam os clássicos – essa classe é a única que pode representar os interesses de todas as outras classes oprimidas e conduzi-las à sua emancipação definitiva.

Resta dizer que, durante o período de transição ou, o que dá no mesmo, durante a ditadura do proletariado, a aliança com os trabalhadores rurais e os camponeses pobres é fundamental, porque os camponeses médios são a única classe independente, "capaz de opor-se ao proletariado" (obviamente isso é válido apenas em países onde essa classe é expressiva). Essa classe representa uma "força vacilante". Oscila entre o proletariado e a burguesia, por tratar-se de uma classe decadente e que jamais teve um projeto próprio de desenvolvimento a ser apresentado ao conjunto da sociedade. É incapaz inclusive de dirigir-se a si mesma, porque as condições de vida e de cultura da economia rural "são tais que a impede de unir-se e organizar-se por esforço próprio".[86] Necessitam pois que o proletariado vá em seu socorro, para superar as cadeias seculares de exploração que os ataram à terra com raízes profundas.

> A ditadura do proletariado – completa Lenin – é a direção da política pelo proletariado. O proletariado, como classe dirigente e dominante, deve saber dirigir a política de tal modo que possa resolver primeiro os problemas mais urgentes e mais 'enjoados'. Em um país fundamentalmente camponês, o mais urgente é tomar medidas que elevem imediatamente as forças produtivas da agricultura campesina. Somente *desse modo* será possível melhorar a situação dos operários, reforçar a aliança entre eles e os camponeses e consolidar a ditadura do proletariado.[87]

Não obstante, para que o proletariado possa exercer efetivamente a sua ditadura, deve desenvolver constantemente a sua consciência de classe.

> A principal base material para o desenvolvimento da consciência de classe proletária é a grande indústria, onde o operário vê as fábricas em funcionamento e sente no dia-a-dia a potência realmente capaz de abolir as classes.[88]

Por isso, nos períodos prolongados de guerra, quando a infra-estrutura econômica entra em colapso, quando os setores mais lúcidos dos operários são mortos em combate e uma grande parte da classe se vê objetivamente 'desclassada' pela paralisação da produção durante e depois da guerra, o seu estado de ânimo é de "instabilidade, incerteza, desespero e ceticismo".[89] Tal situação gera a forte propensão ao rebaixamento da sua consciência de classe e à perda das condições de exercer o comando sobre si mesma, sobre os setores pequeno-burgueses vacilantes, e acima de tudo sobre o poder; e ainda que tenha ganho a guerra, é o momento oportuno para que o poder lhe seja usurpado pelos burocratas que, embora o exerçam em seu nome, embora mantenham o socialismo e promovam a reconstrução e o desenvolvimento da economia nacional, eles imprimem no Estado operário uma série de deformações de caráter burocrático que retardarão por décadas o avanço da consciência proletária. Tais situações de enfraquecimento da classe operária, condicionadas historicamente pela ação da contra-revolução, e da agressão imperialista, são muitas vezes inevitáveis – como foi, por exemplo, na URSS no período stalinista – e, paradoxalmente, a aberração burocrática transforma-se na condição de manutenção do socialismo... Naturalmente, os espíritos simplistas, incapazes de compreender a complexidade de certas situações da transição, assumem a mais cômoda e fácil posição de 'críticos' do socialismo burocrático, confundindo burocracia com burguesia e menosprezando o esforço heróico do povo revolucionário que, a duras penas, procura sobrepor-se às enormes barreiras levantadas pelo atraso, pelo isolamento e pela destruição.

Apesar de todas essas dificuldades, o importante a ser destacado é que Lenin, contemplando a situação do seu país em 1921, e prevendo as dificuldades futuras, refuta categoricamente os mencheviques e eseristas da sua época, que afirmavam que, tendo-se descaracterizado o proletariado, devia-se abandonar a ditadura. Ele respondia "que inclusive quando o proletariado tem que atravessar um período de 'desclassamento' e suportar essas falhas, está em condições de cumprir a sua tarefa de conquistar e manter o poder político".[90] E de que maneira o mantém?

A resposta de Lenin é que deve ser restaurada a grande indústria, que fará com que a classe operária desponte novamente com toda a plenitude da sua força e consciência política. Nesse meio tempo, isto sim, é necessário que sejam feitas concessões aos pequenos

agricultores, aos pequenos produtores, para restabelecer o abastecimento, e mesmo grandes concessões ao capital estrangeiro, para poder reativar a produção. A classe operária tem sido debilitada, mas não aniquilada, e deve conservar "em suas mãos o sistema de transporte, as grandes fábricas, a base econômica, assim como o poder político".[91] Em tal situação, o partido tem que fortalecer-se ainda mais, aglutinar-se, não dar nenhuma liberdade à oposição, tendo em vista que se atravessa um momento de extrema fragilidade. "Na guerra como na guerra: não prometemos nenhuma liberdade e nenhuma democracia".[92] Obviamente, uma situação tal é o caldo de cultura para o desenvolvimento das tendências burocráticas no interior do partido, e é óbvio também – embora Lenin não o diga explicitamente – que o partido tende, pelo menos momentaneamente, a preencher o vazio deixado pelo enfraquecimento da classe na condução do poder político. Mas o partido, por mais que se tenha burocratizado, formou centenas e centenas de quadros revolucionários, recrutados de todas as classes dominadas, e mesmo de várias classes dominantes, que estão dispostos a dar sua vida pela manutenção do socialismo. A própria burocracia do partido atua dessa estranha maneira por ignorância, por inexperiência ou por desespero, mas está igualmente comprometida com a causa revolucionária, não obstante as suas enormes deformações.

Por tudo isso, Lenin empenha-se em traçar a diferenciação entre os princípios dos comunistas e seus objetivos. Princípio, na fase de transição, é a manutenção da ditadura do proletariado a todo custo; objetivo, é avançar até o comunismo. Assim ele diz: "Os princípios do comunismo consistem em estabelecer a ditadura do proletariado e fazer uso da coerção estatal durante o período de transição. Esses são os princípios do comunismo, mas não o seu objetivo".[93]

Uma grande diferença entre a ditadura burguesa e a ditadura proletária é que esta, quando ocorre em país atrasado, implica, no início, grandes sacrifícios para a classe operária, e esses sacrifícios são a condição da manutenção do seu poder.

> (...) A distribuição das privações é, na prática, um dos problemas mais difíceis. Em geral, a situação dos camponeses tem melhorado, mas sobre a classe operária recaíram duros sofrimentos, precisamente por que é ela que exerce a ditadura.[94]

Claro está que essa reflexão de Lenin baseia-se no exemplo do seu país, que, pelo fato de ser o pioneiro da revolução socialista, teve que enfrentar dificuldades particularmente intensas. Quando tais dificuldades não são tão extensas, a classe operária melhora de situação quase instantaneamente após o triunfo, e as classes 'prejudicadas', devido ao rebaixamento do seu nível de vida, são a pequena burguesia e as camadas médias urbanas. A experiência de Cuba é disso um exemplo contundente.

As páginas anteriores contêm as teses principais de Lenin com respeito à ditadura do proletariado, ou democracia proletária. O socialismo, como ditadura, inaugura "um *novo* tipo de democracia de projeção histórica, isto é, a democracia proletária, ou ditadura do proletariado".[95] Importa agora uma aproximação mais acurada da essência democrática da ditadura proletária.

A democracia ditatorial: segundo aprofundamento analítico

O que é a prática da democracia proletária, como funciona e em que aspectos essenciais ela se diferencia da democracia burguesa?

Comecemos pela definição leninista de um princípio básico do funcionamento da democracia proletária: o centralismo democrático. Lenin começa por diferenciá-lo do centralismo burocrático e do anarquismo. Salienta que seus inimigos o antepõem à autonomia e à federação, mas na realidade tais alternativas são falsas, tendo em vista que o centralismo democrático não exclui a ambas, muito pelo contrário. Em relação à autonomia, ele "pressupõe a necessidade da mesma", e quanto à federação,

> quando se realiza dentro de limites razoáveis do ponto de vista econômico, quando se fundamenta em peculiaridades importantes, que provocam uma verdadeira necessidade de determinada separação estatal, a própria federação não contradiz de forma alguma o centralismo democrático.

Vale dizer que ele pressupõe, além disso,

> a mais completa liberdade das diversas regiões e, inclusive, das diferentes comunidades do Estado, no desenvolvimento das múltiplas formas de

> Estado, da vida social e econômica. Nada mais errôneo do que confundir o centralismo com a burocracia e a rotina.[96]*

Pressupõe, portanto,

> um desenvolvimento pleno e livre de obstáculos, não apenas das peculiaridades específicas locais, mas também da iniciativa local, da inventividade local, com variedade de formas, métodos e meios de avanço para a meta comum.

Em relação ao funcionamento da economia, de sua reorganização, problema nevrálgico da transição, Lenin divide as "funções democráticas em duas categorias":

> De uma parte e preliminarmente, a participação das massas em reuniões públicas, para discutir e debater os temas mais relevantes, da ordem do dia; de outra, o estabelecimento da mais severa responsabilidade nas funções executivas e no cumprimento prático, disciplinado e voluntário dos regulamentos e decretos, condições necessárias para que o mecanismo econômico funcione realmente como um relógio.[97]

Na política, especialmente no partido, a sua concepção não se altera em relação ao centralismo, tendo em vista que a discussão plena, aberta e livre, precede a tomada de decisões e estas, uma vez tomadas pela maioria, a minoria deve submeter-se a elas e participar da sua implementação.

Tivemos ocasião de acentuar como, para Lenin, a existência da autoridade unipessoal não é incompatível com a democracia socialista no árduo período da transição, pois da mesma forma como as massas discutem, opinam e aprovam as leis do Estado e elegem seus representantes, devem também fiscalizar a aplicação de tais leis e o desempenho dos seus eleitos. E assim como têm direito de escolher os seus dirigentes, "devem ter o direito de substituí-los; o direito de conhecer e controlar cada passo mínimo de sua atividade."[89] A revogabilidade é um princípio básico da democracia socialista. Mas essa não é a única arma de que as massas dispõem para castigar os

* Por isso Lenin encolerizou-se contra Stalin, ao tomar conhecimento que este havia liquidado pela força o governo menchevique que funcionava na Georgia, e sempre se opôs às teses de Rosa Luxemburgo – tanto na teoria como na prática – ao defender os direitos de autodeterminação dos povos que haviam sido subjugados pelo czarismo.

dirigentes irresponsáveis, corruptos ou ineptos, que dissipam o patrimônio do povo, causando grandes perdas e provocando dificuldades. As massas dispõem além disso do recurso da utilização dos seus tribunais revolucionários, para processar todos aqueles que infringem as normas básicas do Estado, dos quais não estão excluídos os seus próprios 'representantes'. E não se esgota no castigo a função desses tribunais, uma vez que "eles têm a enorme tarefa de educar o povo na disciplina do trabalho",[99] quer dizer, têm também e sobretudo uma função pedagógica.

A democracia socialista na primeira Constituição soviética apresenta uma peculiaridade: são eleitoras apenas "as massas trabalhadoras exploradas, ficando excluída a burguesia".[100] Não obstante, Lenin acentua muitas vezes que isso não era uma questão de princípio no socialismo, mas uma particularidade do seu país, devido à circunstância de que a burguesia e os exploradores dariam início imediatamente, após a tomada do poder, a uma atuação contra-revolucionária, acrescentando-se, de resto, que foi a própria burguesia que tomou a iniciativa de auto-excluir-se dos sovietes. Foram tais circunstâncias bem concretas da luta de classes que conduziram a primeira revolução a violar uma das proposições da Comuna de Paris, qual seja o sufrágio universal.[101] Porém, como anteriormente mencionado, a proposta fundamental da comuna de vinculação do poder executivo ao legislativo mantém-se através do poder popular, no caso soviético, por meio dos sovietes.

Lenin insiste também que no começo da transição "as leis têm uma validade provisória", tendo em conta que a sua eficácia e utilidade devem ser provadas pela prática. Por isso, "se uma lei impede o desenvolvimento da revolução, deve ser suprimida ou emendada". A seu juízo, o socialismo prático "deixou de ser um dogma, como talvez deixou de ser um programa", vale dizer, o programa pré-revolucionário deve ser reelaborado em muitos aspectos substanciais, para que possa refletir uma realidade viva, nova, inédita, produto da experiência coletiva de construção de uma sociedade nova.[102] E é a necessidade de satisfação imediata das maiores carências das massas que orientará a reelaboração das leis e do programa imediato. Aspecto fundamental da democracia socialista: estar centrada na solução dos grandes problemas das vastas maiorias. Por isso, a constituição socialista "proclama o poder estatal dos trabalhadores e suprime os direitos dos exploradores";[103] e não reivindica isso apenas com

palavras, mas através de fatos, pois as leis existem para regulamentar a vida do povo e não para que o povo seja escravo de leis que não correspondem aos seus anseios, como no capitalismo. A concepção leninista da Constituição democrática é no sentido de que esta não pode ser imutável e perene, mas deve renovar-se em função das novas realidades, das novas necessidades, dos novos hábitos e dos desdobramentos políticos, socioeconômicos e culturais.

Por exemplo, na área da educação são elaboradas disposições e são implementadas medidas de molde a assegurar "a possibilidade de estudar a todos os que o desejarem" (...), sem "privilégio algum, legal ou prático, para as classes possuidoras". Naturalmente, como são escassos os recursos disponíveis, "a prioridade deve ser certamente para os operários e para os camponeses pobres, aos quais deverão ser concedidas bolsas em número crescente".[104]

Essa democracia, porém, é elaborada pela experiência do povo, não surge da noite para o dia, não nasce feita "como Minerva da cabeça de Júpiter". Por isso, a constituição socialista não foi inventada por nenhuma comissão, não foi criada por juristas, nem copiada de nenhuma outra, ela "encerra as experiências da luta e da organização das massas".[105] Tal verdade é meridianamente clara, por exemplo, com respeito à situação da mulher. Não se pode falar de democracia enquanto ela esteja subjugada à escravidão doméstica. Em todas as repúblicas burguesas, por mais 'democráticas' que sejam, a mulher vive debaixo daquela escravidão; de fato, pelo menos para a grande maioria, o seu *status* é inclusive pré-capitalista. Essa é uma das diferenças essenciais entre o capitalismo e o socialismo. Somente a democracia socialista tem a possibilidade de criar as condições para a efetiva emancipação da mulher, pois através do planejamento geral da vida econômica e social torna-se possível a sua gradativa incorporação ao processo produtivo, base indispensável da sua libertação. Óbvio que isso não acontecerá como por um passe de mágica; supõe o desenvolvimento das forças produtivas a ponto de criar-se uma infra-estrutura capaz de suprir as tarefas domésticas individuais, tais como o cuidado dos filhos, o preparo da comida, a lavagem da roupa; supõe, enfim, a industrialização da economia doméstica. A despeito de tais dificuldades objetivas para a solução definitiva da questão da opressão da mulher, existe toda uma série de medidas democráticas e legais que podem ser adotadas imediatamente após o triunfo da revolução socialista (e foram adotadas de

fato em todas as revoluções), como por exemplo a promulgação da igualdade de direitos civis com o homem, além do envolvimento maciço das mulheres nas tarefas da revolução.[106]

Essa necessidade de incorporação integral das mulheres nas tarefas revolucionárias está diretamente relacionada com a concepção essencial da democracia proletária, que consiste na criação das condições para a mais ampla participação das massas na organização e administração da sua vida e do seu Estado. Ao proletariado, como classe que já detém uma tradição de disciplina e organização, cabe a liderança – de direito e de fato – na organização socialista do Estado, mas

> esse predomínio deve ser utilizado de modo indefectível e sistemático, para poder contrapor-se aos interesses estritamente corporativos e profissionais que o capitalismo se encarregava de fomentar entre os trabalhadores e que os dividia em grupos antagônicos, e para unir mais estreitamente os operários de vanguarda com as populações mais atrasadas e dispersas dos camponeses proletários e semiproletários (...), organizando-os e educando-os com vistas à construção do comunismo.[107]

Dessa forma, Lenin insiste em dizer que a classe operária, na sua democracia, deve não apenas cuidar dos seus interesses associativos, mas também liderar a organização e a participação no processo de transformações estruturais das massas mais atrasadas, das quais fazem parte um forte contingente de mulheres camponesas, pequeno-burguesas, semiproletárias, etc.

O povo, contudo, para ser livre, capaz de exercer por si mesmo a sua democracia, deve ser culto; para obter a sua dignidade, deve dispor pelo menos das condições mínimas indispensáveis a uma existência humana condizente com os direitos de homens civilizados. Deve portanto dispor de trabalho, educação, moradia, assistência médica e hospitalar, alimentação suficiente, etc. Não pode pois existir uma democracia política efetiva sem uma democracia econômica. Uma pressupõe a outra. E o homem com carências não pode ser um homem livre. O conceito abstrato de liberdade é vazio; liberdade é sempre concreta, caso contrário, é uma caricatura de liberdade.[108]

Referindo-se à Constituição soviética – não como um modelo rígido, mas como uma experiência de democracia socialista – Lenin destaca dois pontos de suma importância no projeto de programa do

seu partido. Primeiro, o fato de que se deve aproximar "o aparelho estatal das massas, fazendo com que a circunscrição eleitoral e a célula fundamental do Estado não seja o distrito territorial, mas a unidade de produção (a fábrica ou a oficina)".[109] Segundo, enfatiza a necessidade de que o poder proletário conceda autodeterminação às nacionalidades oprimidas. Ele já dizia na sua famosa polêmica com Rosa Luxemburgo sobre essa questão, que um povo que explora o outro não pode ser livre. Ainda quanto à primeira questão, claro está que não deve ser interpretada de maneira rígida, mas sim *como uma das formas* de organização do poder popular.

Lenin, em certa ocasião, resumiu a democracia proletária como sendo dotada das seguintes conquistas políticas e sociais: liberdade de realização de congressos e de reuniões, e liberdade de imprensa; liberdade de culto, começo da emancipação da mulher, independência das nações oprimidas.[110] A essas poderíamos acrescentar todas as conquistas econômicas: política efetiva contra o desemprego; política de fixação dos preços sociais (aqueles que não levam em conta a lei do valor); política antiinflacionária e escala salarial; política de atenção prioritária às necessidades materiais básicas de sobrevivência das classes e setores menos favorecidos. Enfim, planejamento econômico que defina as *prioridades* das metas do desenvolvimento. (Tais aspectos serão analisados mais adiante, no capítulo sobre a economia socialista.)

É essa realidade objetiva do socialismo que torna a ditadura do proletariado sinônimo de democracia socialista. Em razão dessas conquistas reais do socialismo, dá-se que, ao triunfar uma revolução desse tipo, o povo armado a garante durante todo o tempo em que atua a contra-revolução, e a ela não se dobra.

Finalmente, é preciso insistir na visão de Lenin sobre a legislação socialista: esta deve ser dinâmica e flexível, pois sobretudo terá que levar em consideração as novas experiências, não só em nível nacional, mas também e particularmente em níveis locais.[111] Era essa uma das razões que induzia Lenin a afirmar que uma Assembléia Constituinte, verdadeiramente representativa, é sem dúvida o que de mais avançado se pode alcançar numa democracia burguesa; contudo, a sua necessidade é relativa no caso de uma democracia socialista, baseada no poder popular – tipo sovietes – como no seu país. O Estado proletário não pode permitir que se lhe atem as mãos em função do estabelecimento de uma constituição convencional. Deve

possuir a flexibilidade que lhe outorgam os organismos do poder popular, para que possa renovar e aperfeiçoar, sempre que necessário, de maneira ágil e dinâmica, e em função da experiência prática, muitas das leis iniciais.

Todas essas são características da democracia popular com a qual Lenin sonhava. Se o atraso do seu país e o bloqueio imperialista dificultaram e deformaram em muitos aspectos a sonhada democracia, é preciso reconhecer uma vez mais e reafirmar que as peripécias da história não questionam a verdade e a coerência do seu pensamento, mas antes confirmam todo o seu vigor.

Para concluir, é importante uma referência, ainda que breve, à concepção de Lenin sobre os sovietes como forma de poderio operário e popular. Eles surgiram, como órgãos de poder popular, em São Petersburgo, durante a revolução de 1905, resultado de uma iniciativa espontânea da classe operária russa. Doze anos depois, na revolução de fevereiro de 1917, os sovietes ressurgem mais uma vez sob o impulso da classe operária.

Lenin explica da seguinte maneira o caráter e os objetivos dos sovietes:

> Esses órgãos foram criados exclusivamente pelos segmentos *revolucionários* da população, à margem de leis e de normas, por via nitidamente revolucionária, como expressão da inventividade do povo (...). Foram, por fim, órgãos de poder, apesar do seu caráter embrionário, elementar e amorfo, apesar da imprecisão de sua composição e funcionamento. Esses órgãos atuaram como poder, por exemplo, quando se assenhorearam de impressoras (...), ou quando prenderam altos funcionários policiais. (...) Igualmente quando exortaram o povo a não entregar dinheiro ao antigo governo; quando confiscaram o dinheiro do antigo governo (...), investindo-o nas necessidades do governo novo, isto é, do governo popular. (...) Aquele era o poder do povo, dos operários e camponeses sobre uma minoria, sobre um punhado de opressores policialescos, sobre um grupelho de nobres e funcionários privilegiados. Tal é a diferença entre a ditadura *sobre* o povo e a ditadura *do povo* revolucionário.[112]

Com o triunfo da revolução de outubro, todo o poder estatal foi entregue aos sovietes; e embora as funções de governo passem a ser exercidas pelo partido – a vanguarda – Lenin estava persuadido que este, não obstante governasse com base nas instituições das massas, suas atribuições deviam ser provisórias, porque em definitivo "essas funções, sem embargo, devem ser realizadas através de instituições

especiais que são de qualquer maneira de tipo novo, a saber os sovietes".[113]

É nesse sentido que Lenin concebe uma República soviética como um Estado de tipo superior, e a democracia soviética como uma etapa também superior de desenvolvimento da sociedade humana.[115]

Era portanto desprovida de fundamento a crítica feita por Rosa Luxemburgo aos bocheviques, reprochando-lhes o fechamento da Assembléia Constituinte, embora tal bandeira também fosse a deles no decurso do ano 1917. A improcedência da sua crítica reside em que ela não capta o sentido da argumentação de Lenin, quando diz que a Assembléia Constituinte corresponde ao que de mais avançado pode existir numa democracia burguesa, mas deixa de corresponder às aspirações populares numa democracia socialista, cujas condições de criar formas de poder verdadeiramente popular, como os sovietes, são muito mais evoluídas.[116] Os sovietes são, a seu juízo, uma das formas de que se reveste o poder popular no socialismo, eles são a forma russa do mesmo. Ora, essa forma russa poderia ou não ser adotada por outros processos revolucionários; as revoluções posteriores à russa poderiam seguir mais de perto o seu exemplo, ou incorporar formas diferentes de poder popular. Em suma, a modalidade do poder popular não constituía para Lenin nenhuma questão de princípio. Certo é que ele disse mais de uma vez que "os sovietes são a marca distintiva das revoluções em todas as partes;"[117] mas certo é também que, depois do triunfo da revolução russa, o 'modelo' soviético tendeu a proliferar nos processos revolucionários de vários países europeus, como por exemplo na Alemanha. Mas, Lenin utilizava o conceito 'sovietes' como sinônimo de poder popular.

Transcorridos muitos anos dessas reflexões, podemos omprovar a sua validade num dos mais vigorosos processos revolucionários da atualidade, como é o caso cubano. Em Cuba foi criado o poder popular, inspirado claramente no sistema soviético da URSS, preservando porém a própria especificidade, a sua idiossincracia nacional.

Para concluir, é necessário acentuar ainda que, para Lenin, os sovietes revestiam a forma por excelência da mais plena democracia dos trabalhadores, a democracia socialista. Isso era dito como concepção orientadora de uma prática concreta; não obstante, ele sabia muito bem que, em vista do baixo nível cultural das massas, em países como o seu, os sovietes mais tendiam a ser um governo *para os trabalhadores* do que um governo *dos trabalhadores;* quer isso dizer que, na primeira etapa da transição, as tarefas do governo deviam muito mais ser implementadas pela vanguarda, em nome das classes e das grandes massas, do que por estas mesmas.[118] Porém, apesar disso, ele não deixava de sublinhar que, a despeito das suas limitações histórico-culturais, "jamais houve país em que a democracia proletária tenha sido aplicada com tamanha amplitude como na Rússia".[119]

O socialismo não é um sonho que se transforma em realidade por decreto de um demiurgo. Ele é uma prática resultante de muitas lutas e da abertura de novas. É um conhecimento científico que orienta a experiência concreta, redefinindo-se em função desta mesma. É uma criação e um invento de formas de organização e de vida, novas e dinâmicas, por parte do povo. Nesse sentido, os 'sovietes', como sinônimo de poder popular, formam um dos componentes essenciais da nova sociedade no período de transição.

3. A ECONOMIA SOCIALISTA

> A última tarefa – a mais importante, a mais difícil, na qual mais nos resta a fazer – é a construção econômica; assentar os cimentos econômicos do novo edifício socialista, que deve ocupar o lugar do edifício feudal demolido e do edifício capitalista semidesmoronado. Nessa tarefa, a mais importante e a mais difícil, é onde sofremos o maior número de reveses e cometemos os maiores erros.
> Lenin, V. I., *Obras completas*. Tomo XXXV, p. 491.

O primeiro passo: reorganização da economia

A epígrafe de Lenin, com a qual abrimos o presente capítulo, vem ao encontro daquela reflexão de Marx onde dizia que

> (...) atormenta-nos (...) não apenas o desenvolvimento da produção capitalista, mas sim a falta desse desenvolvimento. Além das misérias modernas, nos angustia toda uma série de misérias herdadas, resultantes do fato de que continuam vegetando modos de produção antiquados, meros processos remanescentes, com o seu séquito de relações sociais e políticas *anacrônicas*. Não só padecemos por causa dos vivos, mas também por causa dos mortos. *Le mort saisit le vif!*[1]

Já em 1905 Lenin dizia que a Rússia carecia de desenvolvimento do capitalismo. Pois bem, feita a revolução, terminada a tarefa de "aplastar a resistência" da contra-revolução, entendia ele que urgia a necessidade de passar ao cumprimento da tarefa mais difícil, a de governar o novo Estado. Para isso, a dificuldade maior consistia em levantar a economia dos escombros da guerra, e isso em condições onde nem os dirigentes políticos, nem os "elementos com consciência de classe das massas trabalhadoras" estavam ainda ple-

namente capacitados para exercer as funções de governo propriamente ditas. Portanto, na transição da etapa de resistência para a de construção pacífica do socialismo, a prioridade do governo do Estado "não é a política, mas a economia". Ele chama a atenção para o fato que vulgarmente pela palavra 'governo' entende-se sobretudo "uma atividade predominantemente e até exclusivamente política". Contudo, "a essência da transição da sociedade capitalista à socialista" reside "em que as tarefas políticas ocupam um lugar subordinado às tarefas econômicas". E isso é devido a que, no caso soviético, como em todas as revoluções socialistas posteriores, a tarefa primeira e fundamental era

> curar as feridas que a guerra infligiu ao país, restabelecer as forças produtivas, registrar e controlar a produção e a distribuição dos produtos, elevar a produtividade do trabalho, numa palavra, concentra-se (o fundamental) na tarefa de reorganizar a economia.[2]

Lenin alertava também, com clareza, para o fato que o cumprimento sistemático e em escala nacional dessas tarefas, em tempo mais ou menos rápido, impõe alguns pré-requisitos básicos, tais como uma grande produção mecanizada, uma infra-estrutura de transportes e comunicações, uma rede de instituições de ensino público razoavelmente desenvolvida, etc. Essas premissas econômico-sociais e culturais, se não forem herdadas do capitalismo, devem ser adquiridas através do intercâmbio com países mais desenvolvidos. Lenin não cogitava de que esse intercâmbio devia cingir-se aos países socialistas, e nem poderia chegar a essa conclusão, tendo em vista que o seu país era o primeiro a fazer a revolução. Ainda que a revolução tivesse porventura triunfado, na época, também em outras nações, como por exemplo na Alemanha, a sua concepção de intercâmbio comercial e cultural sempre foi muito mais abrangente, pois ele sabia que o capitalismo havia alcançado, sobretudo nas grandes potências, um nível elevado de desenvolvimento científico, tecnológico e cultural, de que não poderiam prescindir os países socialistas emergentes.

É certo que ele percebia muito bem – como Marx e Engels – que a economia socialista tenderia a desenvolver suas marcas típicas, na própria base científico-tecnológica específica; sabia que o desenvolvimento da tecnologia, bem como da ciência, *não é neutro*, mas guarda correspondência com o caráter dos modos de produção, com a formação econômico-social. Todavia, enquanto a nova economia

não houvesse alcançado um nível consideravelmente elevado de desenvolvimento próprio e típico, era inevitável colocar-se na ordem do dia a utilização das bases científicas e tecnológicas originárias do capitalismo, sem contudo perder de vista a meta de avançar até a sua superação.[3]

Evidentemente, essa problemática deve ser desdobrada em duplo enfoque; um, com referência à transição socialista que se inicia em países pouco desenvolvidos capitalisticamente; outro, com referência ao caso dessa transição em países capitalistas avançados. No primeiro caso, naturalmente, a necessidade do intercâmbio econômico, e em particular científico, tecnológico e cultural, com os países mais desenvolvidos – socialistas e capitalistas – é indispensável; o segundo – caso em que ainda não existiam experiências históricas concretas – a questão crucial a ser colocada é a da reestruturação e reorientação das forças produtivas, no intuito de imprimir-lhes, a partir do seu próprio progresso, uma orientação e um caráter radicalmente novos, para que o seu desenvolvimento futuro opere sobre novas bases e seja coincidente com as metas da nova sociedade.[4]

Concentremos a análise na problemática da transição econômica socialista em países pouco desenvolvidos.

A reorganização da economia, sobretudo depois dos descalabros da guerra, necessita de técnicos hábeis, profissionais, especialistas, planejadores e organizadores competentes. Em um país subdesenvolvido eles são escassos, e muitos deles evadem-se no período da transição, não apenas por divergências ideológicas, mas também para não compartilhar com o povo das amarguras e sofrimentos que recrudescem na primeira etapa desse período. É necessário então que os propagandistas e agitadores, quadros que até então voltavam-se a fazer política, sejam transformados em *organizadores* da economia. Por certo que isso implica um enorme esforço, considerando suas escassas aptidões para essas tarefas, e em decorrência desse fato torna-se palpável o sentimento de "decepção e descontentamento dos operários e camponeses".[5]

O que fazer quando "os elementos de capacidade organizativa e conhecimentos técnicos, acumulados pela sociedade anterior, (...) pertencem nas suas nove décimas partes, ou quiçá nas suas noventa e nove centésimas partes, a uma classe hostil à revolução socialista"? Em primeiro lugar, a resposta de Lenin é no sentido de aproveitar os conhecimentos científicos e técnicos dos especialistas bur-

gueses, mediante o pagamento de elevados salários; mas não basta isso. Outras medidas de emergência são necessárias, inspiradas nas conquistas do capitalismo desenvolvido. Nesse ponto, abordamos um aspecto do pensamento e da política econômica leninista que sempre têm suscitado controvérsias entre os estudiosos: o aprendizado a partir do grande capitalismo e o fortalecimento do capitalismo de Estado. Importa, portanto, analisar um por um esses temas.[6]

a) O trabalho obrigatório, as estatizações e o taylorismo

Para articular a reorganização da economia, Lenin buscará inspiração nos avanços do processo de produção e trabalho em duas grandes potências: a Alemanha e os Estados Unidos. O imperialismo alemão, a seu ver, era o mais adiantado em termos de potência militar, de produção de material bélico, de realização de grandes complexos industriais, manifestando portanto "o seu caráter progressista no setor econômico", de acordo com o critério do desenvolvimento capitalista. Por que a Alemanha alcançou tudo isso antes dos demais Estados? Porque preparou a sua economia de guerra – no caso específico, com o objetivo de conquistar mercados coloniais – por meio da utilização do *trabalho obrigatório*. Tal esquema pôde ser implantado com êxito, devido à existência "das premissas econômicas criadas pelo grande capitalismo". Lenin ressalta que esse trabalho obrigatório sob o capitalismo, especialmente nos Estados monárquicos em período de guerra, nada mais é do que uma exacerbação da exploração dos trabalhadores através do trabalho forçado; uma nova forma de escravidão, "um novo sistema de medidas para asfixiar todo protesto das massas". Pois bem, feitas essas ponderações de ordem substantiva, julga ele que na primeira fase da transição, quando o país está destroçado pelo caos, é imprescindível realizar uma "reforma similar, como uma das primeiras tarefas", quer dizer, instituir o trabalho obrigatório. Mas obviamente, a adoção de tal medida será "a partir do extremo totalmente oposto ao que foi efetuado pelo imperialismo alemão". Pois, os operários e camponeses são homens que sempre trabalharam duramente, e não é sobre eles que essa medida deverá recair, mas sim sobre "as classes ricas e possuidoras", as quais devem ser incorporadas obrigatoriamente aos serviços de utilidade pública. Todavia, embora ele entenda que foram os ricos os que mais dificuldades criaram ao saneamento das feridas da guerra – por meio de uma resistência ativa (militar) ou passiva (sabotagem) – não formula essa proposta com objetivo revanchista, mas como necessidade do "saneamento econômico e da ascensão do país".

A par dessa medida, ele entende que "a pedra angular de toda a administração estatal deve ser o registro e o controle exercidos especialmente sobre o trabalho das classes ricas". Não se trata da exploração dos então exploradores, mas sim de obrigá-los a serem úteis e ajudar a pôr um fim a toda forma de exploração.

É necessário pôr em relevo um aspecto crucial dessa questão e traçar uma diferença entre o trabalho obrigatório dos ricos em geral e o trabalho específico dos especialistas (profissionais, cientistas, etc.). Lenin jamais concebeu o trabalho dos primeiros em campos de concentração. Tal fórmula desumana é absolutamente estranha ao leninismo. Ele entendia, isto sim, que aqueles que jamais haviam trabalhado, que viviam da exploração do trabalho alheio, deviam compulsoriamente começar a trabalhar. O trabalho é um direito do homem, mas também é sobretudo um dever. E todo homem deve receber por seu trabalho uma remuneração condizente, de acordo com as possibilidades socioeconômicas concretas. Quanto aos especialistas, a sua concepção era de que se devia pagar-lhes altos salários, para retê-los no país, para dispor de sua competente e imprescindível capacidade de trabalho, controlando porém a sua atuação, na medida do possível, dentro de um espírito de camaradagem, com o objetivo de conquistá-los para a causa do socialismo.[7]

Uma vez tomado o poder, é muito fácil, juridicamente, resgatar das mãos dos exploradores a propriedade dos principais meios de produção, mediante estatizações. Estas são efetuadas também pelo próprio capitalismo; são o meio de fortalecimento do capitalismo de Estado e são freqüentes nos períodos de guerra. No socialismo elas representam o primeiro passo para a construção da nova economia. Mas tais estatizações não são indiscriminadas, pelo menos na primeira fase. Nessa fase, pelo menos teoricamente (o ritmo da estatização, de acordo com cada experiência histórica, tem sido mais ou menos acelerado, segundo as dificuldades específicas, fatores relacionados com guerras civis, situação internacional, etc.) a propriedade estatal, sendo desde logo predominante, deve ainda coexistir com a pequena e a média propriedade, considerando que o Estado não tem condições de conduzir uma infinidade de pequenas empresas e estabelecimentos, cuja utilidade econômica e social é incontestável. As na-

cionalizações indispensáveis são as da terra, das grandes indústrias extrativas e de transformação, as grandes empresas comerciais e de serviços, o sistema financeiro, o aparato da distribuição, as empresas de transportes coletivos e de produtos, e o comércio exterior. Essa é a condição *sine qua non* para que se possa começar o planejamento da economia.[8]

As estatizações, como pré-requisito indispensável ao alicerce e à reordenação da nova economia, são o primeiro passo. Mas elas, por si só, não resolvem os passos seguintes, necessários à reativação das forças produtivas.

Enormes problemas ficam pendentes, como por exemplo a retenção de elevadas reservas de dinheiro por parte de antigas classes possuidoras, que, apesar da desvalorização, são privilegiadas de qualquer maneira, pois não podendo adquirir meios de produção, adquirem artigos de consumo em detrimento do consumo popular, e além de tudo, tratando-se de reservas ocultas, fica prejudicada a situação monetária do país.[9] "Na transição da sociedade capitalista para a socialista, parece absolutamente impossível prescindir do papel-moeda ou substituí-lo em pouco tempo por um novo."[10]

Esse é um motivo a mais que impele o novo Estado a estabelecer o registro e o controle da produção e da distribuição dos produtos, possibilitando a regulamentação do comércio e a implantação de um sistema nacional de racionamento, que garantam a aquisição mais equitativa possível dos bens escassos, e a criação de imposto progressivo sobre as rendas e dos bens patrimoniais.[11]

Outro problema de monta é o da reorientação do comércio exterior, pela sua passagem a monopólio estatal, o que de imediato provoca grandes transtornos em decorrência das alterações desencadeadas por uma revolução nas relações de intercâmbio com vários países capitalistas. No caso soviético, a Alemanha foi a única potência industrial que deu continuidade às relações comerciais e diplomáticas e aos convênios de assistência técnica com o governo bolchevique, posto que também ela estava oprimida pelas sanções que lhe foram impostas pelo tratado de Versalhes. Mas em geral, todas as revoluções, da russa às posteriores, tiveram grandes problemas nesse campo, muitas vezes através do boicote e do bloqueio imperialistas.

Tornando às inspirações da política leninista, uma de suas fontes é o capitalismo de Estado alemão, com os devidos descontos, evidentemente. É o que nos propomos analisar na próxima seção.

No tocante à situação dos EUA, Lenin sempre foi um admirador da capacidade de trabalho do homem norte-americano e da sua obstinação de auto-superar-se e de dominar paulatinamente a natureza, apesar dos limites e deformações decorrentes do sistema capitalista. Ele reconhece que, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, essa potência emergente havia também alcançado sucessos a serem adotados pela sociedade socialista atrasada, após uma série de adaptações substanciais.

Veja-se, por exemplo, o enfoque leninista sobre a utilização do taylorismo, que tem sido tantas vezes objeto de controvérsias.

Os Estados Unidos da América do Norte desenvolveram sistemas de organização do trabalho que certamente estavam baseados na mais cruel exploração das massas, mas que, no entanto, constituíram "a última palavra da organização científica da produção". Portanto, deviam ser "adotados e reformados", com vistas a possibilitar não apenas a eficácia do registro e controle da produção, mas também criar as condições para elevar a produtividade do trabalho, necessidade imediata e imprescindível na transição. O sistema Taylor é célebre

> porque constitui a última palavra da mais desenfreada exploração capitalista. É natural, então, que esse sistema tenha provocado tanto ódio e indignação entre as massas operárias. Porém – acrescentava Lenin – ao mesmo tempo não se deve esquecer um só instante que o sistema Taylor implica um enorme progresso da ciência, que, analisando sistematicamente o processo de produção, abre caminho para uma grande elevação da produtividade do trabalho humano. As pesquisas científicas iniciadas na América do Norte, baseadas na implantação do sistema Taylor, particularmente o estudo dos movimentos (...), deram como resultado um rico material que permitiu ensinar à população trabalhadora métodos muitíssimo mais aperfeiçoados de trabalho em geral e de organização do trabalho em particular.[12]

O lado negativo do sistema, segundo Lenin, é que ele serviu de instrumento para aumentar a produtividade, intensificando o trabalho, mas ao mesmo tempo mantendo os mesmos salários; vale dizer, com o aumento da produtividade, aprofundou-se a exploração; foi extraída maior 'plusvalia', sem que melhorassem as condições de vida das massas trabalhadoras.

Qual é a proposta de Lenin para a utilização do sistema Taylor no socialismo? Aproveitá-lo como método científico de pesquisa, fa-

zendo com que a racionalização do processo produtivo alcance aumento da produtividade do trabalho, mas conjugando-o ao mesmo tempo com a redução da jornada de trabalho, "sem prejudicar minimamente a força de trabalho".[13]

Lenin observava em seguida que a introdução desse sistema – acoplado ao esforço criador de novos métodos de produção e organização do trabalho, próprio da nova sociedade, e dirigido conscientemente pelos próprios trabalhadores – seria no futuro um fator que permitiria a progressiva redução da jornada de trabalho de todos os trabalhadores. Já naquela época, a sua meta era alcançada a curto prazo, através da aplicação desse sistema, uma jornada de "seis horas diárias de trabalho físico para cada cidadão adulto, e quatro horas de trabalho para a administração do Estado".[14]

Ele tinha plena consciência que o novo sistema não poderia ser implantado da noite para o dia, pois exigia o desenvolvimento de novos hábitos e de novas instituições; provocaria "confusão e talvez também resistência de algumas camadas de trabalhadores".[15]

Mas ele tinha confiança nos operários mais conscientes, acreditava que todos aqueles homens simples que retornavam da guerra, que haviam percebido e suportado o caos econômico por ela provocado, compreenderiam a magnitude do esforço gigantesco a ser empreendido por todos, para reconstruir uma economia visceralmente arrasada.

Verdade é que Lenin estava preocupado com a problemática especificamente soviética. Afinal, qual das revoluções posteriores não sofreu problemas similares? Qual a revolução que triunfou isenta de guerras, mantendo em ordem e em paz o funcionamento do sistema produtivo? E se porventura essa possibilidade remota houvesse acontecido, ou se fosse vislumbrada em horizonte próximo, poder-se-ia prescindir de uma racionalização do trabalho e do aumento da produtividade? Em hipótese alguma. Por isso, a proposta leninista em pauta, buscando a eficácia do processo produtivo, inspirada no capitalismo, mas humanizada pelo socialismo, como de resto todas as suas demais propostas já examinadas e ainda a examinar, adquire uma projeção universal, ultrapassando os limites de uma experiência histórica particular.

Na seqüência, vamos abordar outro aspecto do aprendizado de Lenin a partir do capitalismo evoluído.

b) O capitalismo de Estado na transição socialista

Lenin sempre considerou o capitalismo de Estado como progressista, como "um passo à frente", num país atrasado como o seu, onde prodominavam os pequenos produtores. No seu artigo O infantilismo *esquerdista* e o espírito pequeno-burguês, escrito em 1918, retoma as mesmas teses de 1917, antes da revolução de outubro, consagradas no trabalho 'A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la, onde ele dizia:

> O capitalismo monopolista de Estado é a preparação *material* mais completa para o socialismo, é a sua *anti-sala*, um degrau da escalada histórica, e entre ele e o degrau do socialismo não há nenhum degrau intermediário.[16]

Os pequenos produtores são, a seu ver, os principais inimigos e obstáculo (após desbaratadas as classes dominantes) da construção socialista, tendo em conta que eles estão positivamente interessados na liquidação dos latifundiários e dos exploradores em geral, mas isso com objetivo de "tirar proveito" próprio, "sem a menor preocupação com os interesses gerais do país, nem com a classe dos trabalhadores como um todo." Por isso, o que mais eles temem é o capitalismo de Estado. Por quê?

Vejamos como Lenin enfrenta essa questão. "O que significa o capitalismo de Estado sob o poder soviético? No momento, realizar o capitalismo de Estado significa aplicar o controle e o registro, aplicados pelas classes capitalistas." É isso que explica o temor do pequeno proprietário ao capitalismo de Estado e à necessidade do mesmo nas primeiras etapas da transição.

Lenin sabia que, especialmente nos períodos de guerra, em países capitalistas existe uma clara tendência ao fortalecimento do capitalismo de Estado, isto é, à intervenção do Estado na vida econômica, seja como investidor, seja como controlador e administrador das atividades produtivas e dos serviços. Assim aconteceu na Rússia czarista a partir de 1914, mas precariamente; a intervenção do Estado na economia foi mais profunda na Alemanha. Por isso ele teve o cuidado de conhecer a experiência alemã – designou pessoal do partido para estudá-la – no intuito de aprender das práticas mais avançadas.

> ...Se o tivéssemos na Rússia, o passo ao socialismo total seria fácil, estaria em nossas mãos; pois o capitalismo de Estado é algo centralizado, calculado, controlado e socializado, e é precisamente o que nos falta...[17]

Em sua crítica aos esquerdistas ele insistia: "...deveríamos aprender o socialismo dos organizadores dos trustes".[18] Essa postura foi retomada várias décadas depois por Che Guevara.

Em que consiste a sua característica essencial? No fato que no interior da grande empresa capitalista obtém-se uma efetiva socialização do processo de trabalho, um planejamento e uma racionalização do processo de trabalho, um planejamento e uma racionalização da produção exemplares, e exatamente por isso põe-se em evidência a contradição fundamental do sistema, porquanto revela o caráter socializado das unidades produtivas e ao mesmo tempo a sua anarquia enquanto tal.

A classe operária, quando toma o poder, na verdade ainda não sabe organizar e fazer o cálculo da produção. Por isso Lenin pergunta: "Conhecem a relação entre o que vocês produzem e o mercado russo e internacional?"[19]

Obviamente não. Era por isso necessário um espírito de humanidade e realismo. Na transição, portanto, é preciso sobretudo ser prático. Mas o senso prático aqui não pode ser confundido com pragmatismo. A classe operária tem uma meta clara e definida; não pode improvisar e "adaptar-se" estrategicamente, mas incumbe-lhe aprender a governar, a dirigir ao mesmo tempo a produção e a administração. E isso não se consegue num repente, como efeito de dom divino ou vara de ccndão, mas, ao contrário, é produto da experiência e de um longo aprendizado.

O desenvolvimento do capitalismo de Estado, no regime socialista, não é portanto uma aberração ou uma deformação – segundo argumentam os esquerdistas – mas uma etapa necessária, sobretudo quando a transição acontece em países atrasados, como a Rússia, onde "sob o poder soviético existem ao mesmo tempo fragmentos de capitalismo e de socialismo".[20]

Quando o socialismo deve coexistir com as relações de produção capitalista, a única estratégia razoável e progressista é o esforço de encaminhá-lo ao capitalismo de Estado. "...O capitalismo de Estado existe – de uma ou de outra forma, em um ou em outro grau – onde quer que haja elementos de comércio livre e capitalismo em geral".[21]

É por isso que Lenin afirma que é possível combinar aquele com a ditadura do proletariado. Não se trata, porém, de uma mera equiparação do capitalismo de Estado com a ditadura proletária, pois tal confronto revelaria a superioridade desta; o que realmente importa é pôr em relevo a referida superioridade diante do elemento pequeno-burguês.

Mas em que consiste então a diferença essencial entre o capitalismo de Estado exercido por um Estado burguês e o exercício do mesmo por um Estado proletário? Nada mais e nada menos do que na diferença que existe entre as classes que num e noutro caso são detentoras da hegemonia do poder. No primeiro, o capitalismo de Estado é dirigido pela burguesia, e em função dos seus interesses; no segundo, é o proletariado que dirige o processo, define as condições e limitações do seu desenvolvimento, para finalmente "assegurar a sua transformação em socialismo num futuro próximo". Por isso Lenin faz questão de enfatizar a diversidade dos conceitos, e que, até certo ponto, a existência do capitalismo de Estado sob o socialismo, culmina na criação de um "novo capitalismo", cuja vigência é subordinada ao novo poder, e é efêmera.[22] É por esse motivo também que Lenin chamava a atenção para esse fenômeno novo, cuja explicação não é encontrada nos livros velhos. "Nem sequer a Marx ocorreu escrever uma só palavra sobre esse tema(...), por isso temos que superar a dificuldade sozinhos", quer isso dizer, descobrir a sua solução na prática, e assim contribuir para o aprofundamento da teoria.[23] Armar a questão em outros termos, no sentido da confusão do capitalismo de Estado sob o socialismo com capitalismo *tout court* é cair na escolástica.

Lenin cita como exemplo a política – por ele proposta – de concessões ao capital estrangeiro. Por meio destas, o Estado socialista poderia orientar, "implantar" o capitalismo de Estado sob seu controle rigoroso.

> Ao implantar o capitalismo de Estado em forma de concessões, o governo soviético reforça a grande produção contrapondo-a à pequena produção, a produção avançada contraposta à atrasada, a produção mecanizada contraposta à produção manual. (...) reforça as relações econômicas reguladas pelo Estado como contrapeso das relações anárquicas pequeno-burguesas.[24]

Era bem claro para Lenin que as concessões são por sua vez uma forma de luta de classes, e não uma conciliação, uma luta, de qualquer maneira, regulada pelo Estado operário.

Outro exemplo de capitalismo de Estado, mencionado por Lenin, são as cooperativas. Essa forma, contudo, é mais complexa, considerando que as cooperativas de pequenos produtores são muito difíceis de controlar; elas cultivam o capitalismo, pois tendem sempre a colocar os sócios em primeiro plano, a beneficiá-los acima dos outros. Mas de qualquer maneira, as cooperativas são formas superiores de organização das relações capitalistas, porquanto o Estado operário tira proveito da sua produção e pode exercer um certo controle sobre elas. Elas facilitam "o registro, o controle, a supervisão e o estabelecimento de relações contratuais entre o Estado (...) e o capitalista". Da mesma forma, o comércio cooperativo é superior ao privado, pelas mesmas razões.[25] As cooperativas sob o regime do socialismo diferenciam-se das do capitalismo, principalmente porque a terra e os meios de produção pertencem ao Estado operário. Mas de outro lado, ele entende que leva tempo preparar a transição destas "para uma nova e autêntica comuna".[26]

Por último, Lenin afirmava que a classe operária não tinha razão de temer o capitalismo de Estado de novo tipo, pois o poder do Estado estava em suas mãos. Tinha plena consciência que a implantação do capitalismo de Estado sob a ditadura do proletariado não deixava de ser um retrocesso, como foi efetivamente no caso específico russo, a NEP. Mas ele também sabia que muitas vezes os retrocessos se impõem, para a consolidação do poder proletário, exatamente porque em fases anteriores houve um avanço excessivo; eles são, pois, necessários para que se criem as condições de avanços futuros profundos e mais sólidos.[27] Esse tipo de retrocesso, portanto, é no fundo mais formal do que real.

c) *Rumo a uma nova cultura econômica: a disciplina do trabalho, a utilização da imprensa e a emulação como passos preliminares*

A mudança radical das relações de produção supõe o desenvolvimento de uma nova cultura econômica que envolve, em primeira instância, a tomada de consciência da nova situação, por parte dos trabalhadores e da classe operária em especial, instaurada pela revolução. Isso porque, como inúmeras vezes Lenin sublinhou, a batalha econômica é mais difícil de ser ganha do que a política e a militar, pois naquela o heroísmo se manifesta na batalha do quotidiano, num terreno inóspito, cujos resultados não se colhem de imediato. O proletariado tem que desenvolver a consciência que está trabalhando

não para ser explorado, mas sim pra que os produtos que ele cria revertam em benefício da coletividade, dos seus mais próximos, enfim, de si mesmo. Deve convencer-se que, para que isso frutifique a curto prazo, é necessário despender um grande esforço, em harmonia com os seus companheiros, e disciplinado. Por isso, o conceito de disciplina socialista adquire conteúdo diverso daquele que rege a produção de mercadorias na sociedade burguesa. Mas nem por isso, como já mencionado, essa disciplina, pelo menos na primeira etapa da transição, deixa de ser rigorosa, não podendo dessa forma prescindir de mecanismos rígidos de controle.

> Daí, o estabelecimento da disciplina entre os trabalhadores, a organização do controle sobre a medida de tempo do trabalho, sobre a sua intensidade, a instituição de tribunais especiais de indústria, para estabelecer a medida de tempo de trabalho, para aplicar sanções a todo aquele que infringir premeditadamente essa medida, para exercer influência sistemática sobre a maioria, com o fim de elevar essa medida; tudo isso se apresenta 'como a tarefa mais imediata do novo poder proletário, que se coloca de forma permanente na ordem do dia'.[28]

Um instrumento eficaz a ser utilizado na batalha da reeducação do povo para a nova disciplina do trabalho é a imprensa. Naturalmente que esta, por sua vez, também deve sofrer profunda reformulação, tendo em conta que a grande imprensa foi criada pela burguesia, de acordo com os seus valores e métodos de informação e de formação-deformação da consciência popular. Como Lenin adverte, nos começos da transição o jornalismo está ainda dedicado em grande parte "às minúcias da política, aos problemas pessoais da direção política, com que os capitalistas de todos os países procuravam desviar a atenção das massas populares dos problemas realmente importantes, profundos e cardiais da vida". Claro que Lenin, na sua época, fazia referência à imprensa escrita, tendo em vista que o cinema estava pouco desenvolvido e não existiam os modernos meios de comunicação como o rádio (o seu invento data da década de 1920, e sua produção em massa da década de 1930) e sobretudo a televisão, que é muito posterior. Mas isso não limita de maneira alguma as suas teses sobre a importância dos meios de comunicação, tomando como base a imprensa. Pois bem, o primeiro passo a ser dado então é *transformar* esses meios de comunicação, de órgãos que dão apenas as notícias do dia, trivialidades, informações, re-

creações, etc., em órgãos sérios "para educar as massas da população em questões econômicas". Claro está que a concepção de Lenin não se restringe apenas ao aspecto econômico, mas visa de fato uma educação multidimensional; porém, a educação econômica é uma das tarefas imediatas, e nela ele põe grande ênfase e exige prioridade. Por essa razão ele insiste:

> A imprensa (leia-se o rádio, a televisão, os jornais atualmente) deve converter-se no órgão da comuna de trabalho, no sentido de tornar manifesto precisamente o que os dirigentes das empresas capitalistas procuravam ocultar às massas.

Por isso ele prossegue dizendo que

> nosso primeiro e principal meio de elevar a autodisciplina dos trabalhadores e mudar os métodos de trabalho velhos e imprestáveis, ou métodos de fuga do trabalho, próprios da sociedade capitalista, deve ser a imprensa, pondo ao claro todos os defeitos da vida econômica de cada comuna de trabalho de maneira implacável, revelando com franqueza todas as feridas de nossa vida econômica, apelando dessa forma para a opinião dos trabalhadores a fim de curar essas chagas.[29]

Em outras palavras, a imprensa deve transformar-se para ser a grande propagandista e agitadora do novo tipo de trabalho, que deverá fecundar a sociedade socialista. É esta a concepção de Lenin sobre os meios de comunicação: ágeis, não-oficialescos, úteis à formação e à elevação do nível cultural das massas, paa a divulgação de novos hábitos e de nova moral, requeridos pela organização socialista do trabalho.[30]

Lenin confia na força do exemplo, e por isso relaciona a divulgação das novas conquistas econômicas como o fenômeno da emulação. Explica como isso ocorre. Uma organização de trabalho e produção mais eficaz resulta não apenas em um maior "alívio do trabalho e no aumento do montante do consumo para os que puseram em prática a melhor organização", mas também para a sociedade. Nisso reside a importância de estimular a emulação. Se uma comunidade alcança êxitos, e se os mesmos são divulgados, muitas outras se perguntarão: E por que não podemos nós fazer o mesmo, e ainda melhor? Essa é a razão por que a emulação deve "ocupar lugar de destaque" entre os desafios do novo poder, no seu aspecto econômico.

Mas a emulação deve ser promovida de maneira radicalmente diferente daquela que é usada pelo capitalismo. Neste, a sua forma típica é a concorrência no mercado, "consistindo na luta entre os diversos produtores pela sua subsistência e influência, por um lugar no mercado".[31]

Esse tipo de emulação deve desaparecer no socialismo, para dar lugar a uma nova forma de emulação popular, na base do centralismo democrático na economia. Nisso o seu conceito se afasta tanto do centralismo burocrático, como do anarquismo. Não exclui a autonomia dos produtores, nem a federação, ao contrário, as pressupõe.

> Portanto – asseverava Lenin – a tarefa de organizar a emulação tem dois aspectos: por uma parte, exige a realização do centralismo democrático (...); por outra, apresenta a possibilidade de encontrar o caminho mais correto e mais econômico para a reorganização da estrutura da economia (...). Em termos gerais, esse caminho é conhecido. Consiste na transição para a grande economia, baseada na indústria mecanizada, na transição para o socialismo.

A seguir, ele observa que essa transição acolhe formas concretas variáveis, dependendo das condições específicas de cada localidade. É preciso, portanto, estimular a capacidade criativa local, apoiar os seus métodos e meios próprios, na busca, ao fim e ao cabo, de uma meta comum.[32]

Vê-se, pois, que a idéia leninista de promover a emulação, mediante o centralismo democrático de ordem econômica, já desde os primeiros passos se enlaça com a idéia da planificação, a ser abordada posteriormente. Desde logo, vale a pena ressaltar que tanto a emulação como a planificação supõem como pré-requisito a mobilização das grandes massas do povo, sem o que não seria possível promover as transformações revolucionárias da economia, isto é, dar o passo da "transição da sonolência histórica para a nova etapa da criação histórica".[33]

Por isso Lenin insiste na importância da utilização da publicidade, como meio substantivo para organizar a emulação. O capitalismo oculta a informação econômica sob o "segredo comercial", "segredo bancário", e exerce a manipulação das estatísticas por "funcionários públicos" e especialistas. Mas o Estado socialista deve "levar

as estatísticas ao povo", com o objetivo pedagógico de levá-lo a aprender a compreendê-las e a utilizá-las, a "ver ele mesmo como e quanto é preciso trabalhar, como e quanto se pode descansar; para que a *comparação dos balanços de trabalho* de algumas comunidades se transforme em objeto de interesse e estudo para todos..."

É evidente que a realização dessas previsões não será alcançada de imediato; leva o seu tempo até que o povo se familiarize com a nova situação e possa "orientar-se, organizar o seu trabalho e pôr em destaque os *seus* organizadores".[34]

É exatamente por isso que Lenin, na primeira etapa da transição, não vê nenhuma contradição entre a democracia socialista "e o exercício do poder ditatorial por determinadas pessoas", uma questão nevrálgica que discutimos em capítulo anterior.[35]

Finalmente, é preciso dizer que o método leninista do incentivo à emulação, da utilização da imprensa escrita, audiovisual e oral para a mobilização da educação econômica do povo, foi adotado nos processos de transição socialista posteriores. O exemplo de utilização desse método que melhor pudemos conhecer e estudar foi a Revolução Cubana, que soube aplicá-lo da maneira mais pura, ortodoxa – criadora.

A política econônica socialista no período da restauração. A resistência camponesa

Evidentemente, a primeira política econômica proposta por Lenin, para o início da tarefa de socializar as relações de produção e criar condições para a planificação, foi elaborada em função da situação específica do seu país, da necessidade de restaurar a sua infra-estrutura, virtualmente destruída pela guerra. Não obstante, como em seguida se verá, ela contém lineamentos universais que deverão ser aplicados em todos os começos de transição, especialmente em países atrasados, cuja economia foi completamente transtornada por um período de guerra ou de guerra civil. Lembremos, uma vez mais, que até hoje, a história não tem registrado exceções nesse sentido, e a possibilidade de trânsito pacífico ao socialismo – perfeitamente concebível do ponto de vista teórico – não é vislumbrada no horizonte dos povos que lutam por sua libertação. Vejamos pois como Lenin concebe a sua política econômica, que busca ao mesmo tempo transformar e restaurar amplamente a estrutura da economia.

São estas as suas propostas, no sentido de uma forte centralização econômica estatal: efetuar a nacionalização da grande indústria, do comércio, dos bancos, das ferrovias (meio de transporte fundamental da sua época). E no plano financeiro, uma política impositiva que mais adiante será por ela explicitada, mas na qual desde logo destacam-se medidas tais como o depósito obrigatório do dinheiro nos bancos; a orientação obrigatória da população em sociedades de consumo (incluindo o intercâmbio de mercadorias) e o acordo com os cooperativados, para a sua passagem gradual àquelas sociedades; a implementação do registro e controle da produção e da sua distribuição, a disciplina do trabalho e o trabalho obrigatório, com exigência prévia de planos e orçamentos, e a prestação semanal de contas. Para tornar mais efetivo o controle do Estado, propugna a criação de "grupos volantes de inspetores" para atuar "em todas as esferas da vida econômica" e para lutar de maneira impalcável "contra a atitude sindicalista e caótica em relação às empresas estatizadas". Propõe, além disso, a incorporação de todos os especialistas e intelectuais que desejarem permanecer no país para colaborar com o novo poder. Propõe ainda a criação de tribunais para cada setor de indústria, com o objetivo de registrar a produção, os inventários de mercadorias, a produtividade do trabalho.[36]

Propugna, a seguir, medidas rígidas contra a sabotagem e a especulação, perpetradas especialmente pela pequena-burguesia, considerando que a grande burguesia foi golpeada frontalmente através das estatizações. O especulador pequeno produtor é, no seu conceito, o principal inimigo econômico do novo poder: "o reduto econômico da especulação é o setor dos pequenos proprietários".[37]

Para detê-los, Lenin não hesita em justificar inclusive, em casos extremos, "o emprego de métodos bárbaros, na luta contra a barbárie", sem vacilar diante da crítica esquerdista no sentido que tais métodos não seriam próprios ddos revolucionários, lembrando uma vez mais os mestres do socialismo que "enfatizaram as 'grandes dores de parto' da nova sociedade".[38]

É nesse sentido ainda que Lenin critica os esquerdistas, pela facilidade com que faziam objeções aos decretos do poder operário, objeções que em geral eram desacompanhadas de proposições concretas no sentido de corrigi-los; pela incapacidade deles de dizer "uma só palavra sobre o significado da *ditadura* do proletariado na área *econômica*". A seu ver, essa ditadura econômica no período

inicial da restauração da economia era a "chave" da revolução, uma vez que devia ser "dirigida contra as bases econômicas do capitalismo".[39]

Essa é uma questão determinante que surge de modo geral em toda transição, onde tendem a aparecer os fenômenos que Lenin, à época, assim registrava: "Vivemos um período em que renascem as manifestações mais elementares e básicas do capitalismo". Estas surgem em verdade em toda fase de reconstrução, seja ou não de transição socialista. Ele mesmo exemplifica como elas se manifestam também em países diversamente afetados pela Primeira Guerra Mundial, tanto na Alemanha quanto na Suíça. Trata-se de ressaibos primitivos, "um retorno às formas mais rudimentares de produção mercantil", que, através da proliferação de especuladores e traficantes em pequena escala.[40] no capitalismo, se ajustam "normalmente" às leis do sistema de mercado, mas que no socialismo constituem um problema assaz complexo, tendo em vista que não se resolve espontaneamente e que requer uma intervenção estatal rigorosa e exemplar, ensejando muitas vezes a necessidade de utilizar a coerção.

Lenin chama a atenção também para o caráter primordial e imediato da implantação de uma série de medidas financeiras, decisivas para o êxito das demais reformas estruturais. Tais são essas medidas: a) a centralização e concentração dos recursos financeiros, por meio de uma "política financeira única, rigorosamente definida, com ordens cumpridas de alto a baixo". Tal política não punha em questão a sua idéia essencial da mais ampla autonomia que deviam gozar as organizações soviéticas, mas ele considerava, ao mesmo tempo, que a centralização era necessária; b) a implantação "de um imposto progressivo sobre rendas e bens", tendo em conta que a sua concepção do socialismo refutava os impostos indiretos. O imposto de renda deveria incidir "sobre todos os vencimentos e salários, sem exceção", e a cobrança do mesmo devia ser freqüente; c) "a implantação do trabalho obrigatório e o registro das classes possuintes", da mesma forma como a Inglaterra e a Alemanha o haviam feito para as classes deserdadas. Ele previa também a implantação de um sistema de "cadernetas de orçamento" para registrar a disponibilidade de cada indivíduo de posses, quanto ganha, quanto trabalha e quanto paga de imposto. O controle de tais cadernetas devia ficar a cargo dos sovietes locais e dos sindicatos; d) finalmente, Lenin recomenda a "substituição da velha moeda por uma nova", com o objetivo de possibilitar "um estrito registro de todas as cédulas em circulação", e conseguir dessa forma controlar o poder econômico, que ainda permanecia concentrado na forma de dinheiro em mãos das antigas classes abastadas.

Existia naturalmente uma série de dificuldades práticas para a execução dessa última tarefa, bem como das anteriores. Por isso, ele reconhecia a necessidade de levar a cabo um enorme trabalho preparatório, tanto de ordem técnica como publicitária, visando instruir a população e torná-la apta a colaborar na implantação de toda uma nova política financeira.[41]

Não menos importante para Lenin, nesse período de reconstrução, era também o desenvolvimento das bases econômicas requeridas pelo sistema de planificação. No caso russo, foram criados regionalmente os Conselhos de Economia Nacional, vinculados ao Conselho Superior de Economia Nacional. Ele estava persuadido que quanto mais se consolidasse o sistema socialista, tanto maior seria o papel dessas instituições. Elas eram "as únicas instituições estatais que haverão de perdurar", tendo em vista que os aparatos meramente administrativos, como anteriormente referidos, tornar-se-ão supérfluos. Em contrapartida, os órgãos de planificação eram destinados "a crescer, desenvolver-se e fortalecer-se, efetivando todas as principais atividades da sociedade organizada".[42]

Naturalmente, para pôr em prática pela primeira vez esses novos esquemas, seria necessário vencer uma série de obstáculos, inerentes à falta de experiência de organização e administração econômica por parte das massas, sendo simplesmente impossível evitar erros mais ou menos graves, até que fosse adquirida maturidade suficiente para absorver os malogros parciais.[43] Essa temática merecerá adiante exame mais demorado.

Outras medidas de urgência indiscutível a serem adotadas no período de reconstrução, são igualmente encaradas por Lenin, tais como o tabelamento dos preços, a questão agrária, a anulação da dívida externa. Uma situação de fome generalizada, resultante do caos deixado pela guerra, não pode ser resolvida senão mediante "métodos nitidamente socialistas", ou seja, por meio da implantação do monopólio estatal dos gêneros alimentícios básicos – como os cereais – e da fixação dos preços.[44] Superado o período de fome, é possível conceder aos pequenos produtores uma certa margem de liberdade para o estabelecimento do preço dos seus produtos comple-

mentares à produção estatal e certa liberdade do comércio. Todavia, essa flexibilidade comercial, no seu conjunto, não poderá furtar-se ao controle e à supervisão dos órgãos de planificação.

A análise da política econômica de Lenin, relativa ao período da reconstrução, demonstra ainda que não podem existir regras pré-estabelecidas para ela, mas ao contrário, tal política deve corresponder às peculiaridades de cada situação histórica. No caso soviético, durante o período do "comunismo de guerra", foi decretado o monopólio dos cereais e os preços foram tabelados; com a introdução da NEP, que ainda é típica de um período de reconstrução, institucionaliza-se o livre comércio dentro dos limites fixados pelo Estado. Essa mesma flexibilidade é aplicada à política agrária: a reforma agrária aprovada em 1917 "baseia-se em princípios democráticos gerais, e coloca num mesmo plano o *kulak* rico e o camponês pobre". Isso deveu-se ao fato que em outubro de 1917 o homem do campo não estava preparado para a socialização;[45] esta tinha em mira conquistar o apoio político daquela classe, ou neutralizar a resistência de vastos setores médios, no intuito de reordenar e elevar a produção agropecuária, embora não residisse aí a solução do problema agrário. Lenin sabia que "a solução está somente na agricultura coletiva". Mas sabia também que "os camponeses estão arraigados à terra", deixam-se pois guiar pelo senso comum, e apenas por experiência própria poderiam chegar à compreensão do caráter superior da coletivização.[46] Por isso, o monopólio estatal do abastecimento de víveres, a exemplo, não é incompatível com a utilização das cooperativas e a atuação de comerciantes privados, "à condição de que estejam sob o controle do poder soviético".[47]

Igual flexibilidade é adotada pela política leninista em relação ao endividamento externo. O governo soviético anula as dívidas contraídas pelo czarismo e pelo governo provisório burguês, até outubro de 1917, pois o país estava dessangrado pela guerra e não tinha condições de resgatá-las. Durante o período da NEP, vem considerado o pagamento da dívida sob a condição de que as potências imperialistas – sobretudo Inglaterra e França – restabeleçam as relações com o país soviético e ponham termo às agressões.

A política leninista da busca insistente das relações comerciais com os países capitalistas apoiava-se numa razão incontestável – válida para todas as revoluções posteriores – a saber, o fato de que sem esse comércio não poderiam ser adequadamente cumpridas as metas da sua política de reconstrução nacional, e prolongar-se-ia indefinidamente o sofrimento do povo.[48] Essa questão, por sua vez, será examinada adiante com mais vagar.

De qualquer maneira, os aspectos supramencionados da política econômica soviética ilustram não propriamente regras estandardizadas, mas muito mais a maleabilidade que deve caracterizar as propostas econômicas da transição, ditadas pela singularidade de cada caso concreto, como já em diversas ocasiões pudemos constatar. Nota-se pois, uma vez mais, que, em relação a diversas questões decisivas, a universalidade do leninismo reside exatamente na sua capacidade de discernir a especificidade concreta de situações concretas.

Apesar das limitações típicas e próprias da etapa inicial de restauração, que ilustramos com a análise de Lenin sobre o caso particular russo, é importante neste momento colocar em relevo o extraordinário valor que ele atribui ao fomento, já nesse período, dos chamados "brotos do comunismo", vale dizer, ao estímulo a ser dado aos embriões das relações superiores de produção, tais como ele anuncia no seu célebre texto 'Uma grande iniciativa'. E muito embora estas se manifestem de maneira esporádica, excepcional e precária, não deixam de ter um efeito pedagógico sobre o povo, no sentido de indicar, em contornos difusos que sejam, os valores éticos do trabalho e da nova sociedade. Isso ocorre em meio a uma luta violenta, já não militar, ou pelo menos não mais prioritariamente militar, mas econômica, batalha essa que é muito mais difícil de ganhar, porquanto não basta apenas o heroísmo, mas também a perseverança, a disciplina no esforço inaudito requerido pelo trabalho monótono do dia-a-dia.[49] É bem mais árdua a luta pela solução dos problemas mais elementares da sobrevivência, como a escassez de pão, de combustíveis, o tifo, a falta de sabão, os piolhos e coisas desse tipo.[50] As lutas atuais dos povos de Angola, Moçambique, Nicarágua etc. confirmam tal asserção.

É por tudo isso que o velho bolchevique convida à luta, com abnegação, para a vitória na trincheira econômica,[51] sabendo que grande parte da população, o campesinato médio, não está ainda apta, nem deve ser forçada a ingressar no esforço comunitário.[52] Donde extrair forças para empreender essa batalha definitiva contra o capital? Lenin responde: "...começando pelos operários mais evoluídos, seguindo com os trabalhadores médios, e alcançando ain-

da mais abaixo os camponeses trabalhadores, os camponeses pobres e arruinados."[53]

É sobre o esforço dessas classes sociais que se fundamenta toda a base da política econômica da restauração.

Contudo, apesar das enormes dificuldades imediatas que obrigam a concentração de esforços para solucionar problemas de emergência – solução sempre precária, tendo em vista que os fatores que provocam tais problemas só poderão ser dirimidos mediante o avanço das condições sócio-culturais e materiais, impossíveis de serem alcançadas em prazo curto – a concepção da política econômica de restauração de Lenin não está voltada apenas para resultados imediatos. Ao contrário, ele põe grande ênfase na necessidade de um plano de desenvolvimento a longo prazo, que seja um "programa grandioso para dez ou vinte anos,"[54] pois ele entende que só a partir de uma perspectiva estratégica ampla podem ser dados os primeiros passos seguros.

Como se vê, o pensamento prático de Lenin esteve sempre muito longe do puro pragmatismo. Por esse motivo é que ele defende a elaboração, pelo seu governo, de um plano de eletrificação a longo prazo, o Goelro.

No seu famoso artigo A importância do ouro, agora e depois do triunfo total da revolução, podemos encontrar uma demonstração de como ele estrategicamente subestima esse material (expressão máxima do poder na sociedade de classes), dizendo que "será destinado à construção de latrinas", e da forma como o valoriza taticamente. Do mesmo modo, em vários dos seus textos encontram-se verdadeiros clamores sobre a importância do aprendizado o mais rápido possível da organização produtiva e do intercâmio de mercadorias pois que, considerando que com o tempo o dinheiro tenderá a desaparecer, de imediato porém, como única maneira de sair do caos, é preciso transformá-lo em um verdadeiro signo de valor porque a grande maioria da população obviamente não se contentará em receber apenas "papeletas coloridas", que em nada correspondem ao valor de seu trabalho. Por isso Lenin, não obstante o seu desprezo pelo sistema burguês, enfatiza insistentemente a importância de *aprender* a organizar a economia com a burguesia.[55] Tinha plena consciência que a nova disciplina e organização do trabalho não poderiam ser alcançadas em apenas alguns meses, mas requeririam anos, décadas. Dessa forma, ele julgava um verdadeiro absurdo, do ponto de vista teórico, iludir o povo com a promessa de que seria possível "reconstruir em curto prazo a organização do trabalho"; e justifica assim o seu ponto de vista: "difundir a ilusão de que o velho já é o novo não é apenas absurdo, mas também causa o mais grave dano, já que impede os trabalhadores de compreender claramente a diferença entre as tarefas novas e as velhas".

Lenin repisa no que é realmente a tarefa nova nessa etapa: "É a de organizar a indústria e, sobretudo, nossas próprias forças..."

E nesse aspecto reside toda a complexidade da política econômica no começo da transição, em país atrasado e dizimado pelo caos, onde se acrescenta ainda a evidente fragilidade de organização, quando comparada com povos mais evoluídos, de maior tradição nesse campo. Essa capacidade de organização desenvolve-se a partir da grande indústria mecanizada... em base ao "trabalho produtivo a cargo de milhões de homens, segundo um plano traçado de antemão e com os meios que a grande indústria mecanizada proporciona".[56]

Em face dessa enorme tarefa, Lenin diagnostica desde logo um fenômeno de suma gravidade, inevitável no período da transição, e empenha-se na proposta de uma orientação geral para enfrentá-lo: trata-se da discrepância entre os interesses do campesinato e os do proletariado, acarretando uma exacerbação da luta entre as duas classes, luta entre os interesses sociais da classe operária e os interesses individualistas dos camponeses; uma luta pelo desenvolvimento da grande indústria mecanizada *versus* resistência da pequena propriedade fragmentária.

Teoricamente, o campesinato enquanto tal é uma classe decadente que tende ao desaparecimento, e por isso não tem uma proposta própria a oferecer ao conjunto da sociedade. Apega-se muito mais aos seus valores arcaicos e é incapaz de compreender a sua situação econômico-social por meio da teoria; é propensa a rebelar-se contra o que é novo, a resistir, a não cooperar com o desenvolvimento da grande indústria. Somente a *experiência prática* pode ensinar ao camponês a superioridade da organização socialista; até que aprenda por sua própria experiência, ele tenderá a resistir à aceitação do novo, por meio do boicote e da resistência ativa ou passiva.

Por esse motivo, Lenin aponta uma segunda tarefa, a ser levada a cabo prontamente, e de cujo cumprimento depende o êxito da anterior: o esmero da capacidade de "influenciar moralmente os campo-

neses". Isso é de importância fundamental, pois que os métodos coercitivos de pouco servem. No seu conceito, estes se justificam excepcionalmente, em situações de extrema gravidade – como durante a situação desesperada do "comunismo em guerra" – porém eles não são a regra, mas a exceção. Importa pois insistir mais uma vez no caráter condicional e subordinado da justificação leninista do "emprego de métodos bárbaros na luta contra a barbárie" econômica e social, pois o seu método preferido é a influência moral. Daí a sua insistência de que, para garantir a eficácia, é preciso lidar com a "diferenciação econômica do campesinato". A seu ver, ao contrário dos operários, que tendem a unir-se solidariamente na luta pela construção socialista, os camponeses pendem para a divisão progressiva, devido aos interesses conflitantes de uns setores contra os outros.

Os homens do campo, no seu conjunto, lembram-se dos inimigos comuns que eram os latifundiários e os capitalistas, mas objetivamente as suas condições materiais de existência dividem-nos em classes antagônicas. Por um lado encontra-se o camponês-assalariado, o camponês pobre, cuja sobrevivência depende apenas do seu trabalho; por outro, o camponês médio, o camponês pequeno proprietário que aspira a enriquecer, acumular, especular, explorar o trabalho alheio. Os primeiros são passíveis de serem conquistados para a causa da construção socialista, *desde que* sobre eles incida a influência do socialismo. Só dessa maneira será possível dar início ao vasto e indispensável processo de diferenciação do campesinato, que é ao mesmo tempo o processo de isolamento do camponês proprietário, e muitas vezes da intensificação da luta de classes no campo.

Naturalmente, houve e haverá experiências históricas em que tal luta é prescindível. Lenin sabia disso e concordava com Engels quando em seu artigo sobre O problema agrário na França e na Alemanha dizia que o próprio desenvolvimento do capitalismo se encarregaria de aplainar o campo para a socialização, mediante a liquidação dos vestígios da pequena economia. Mas, na sua época, o que o angustiava era a pertinaz resistência do pequeno produtor privado em cooperar com a industrialização socialista, por meio da entrega do excedente dos seus produtos. Esses pequenos produtores independentes são uma classe essencialmente contraditória, porque "são metade trabalhadores e metade proprietários". Além disso,

"estão economicamente dispersos", não conhecem a experiência do trabalho em comum, que une os operários na fábrica e na cidade. É a sua metade de proprietários que os "arrasta ao capitalismo". O seu raciocínio é simples e calculista, e Lenin assim o descreve: "Quanto mais vantajosamente eu vender, tanto melhor para mim; se houver fome, venderei mais caro". Não obstante, como trabalhador, sabe que o capitalista e o grande proprietário o exploram, e que a revolução o livrou deles. "Existe aqui um conflito entre duas almas (...) e essas duas almas devem ser separadas."

À persuasão, à influência moral e ao exemplo prático Lenin acrescenta outra condição para a conquista do homem do campo: a união da vontade, isto é, o consenso na aplicação de diretrizes de política econômica, definidas previamente de maneira democrática, mas executadas por meio de um comando único, a cargo de autoridades individuais. Neste ponto volvemos a um tema já analisado anteriormente, que Lenin considera vital como método de trabalho junto aos camponeses: "a autoridade ditatoral", "a vontade de centenas e de dezenas de milhares de homens (...) expressa por uma pessoa".[57]

Como veremos mais adiante, a planificação econômica exige, como requisito básico, uma ampla participação democrática na elaboração do plano, a par de uma disciplina hierárquica rigorosa no cumprimento do mesmo. Ora, num país fundamentalmente camponês, o êxito de um desenvolvimento planificado depende em definitivo da cooperação dessa classe, sem o que, os primeiros passos de uma restauração econômica tornam-se tortuosos e ineficazes. No caso soviético, quando Lenin fazia suas reflexões sobre a política econômica da restauração e propunha suas primeiras medidas práticas, o problema crucial a ser enfrentado de imediato era a resistência dos camponeses, provocada pela crise de abastecimento de produtos manufaturados, precariamente oferecidos ao consumo em decorrência da lentidão da recuperação industrial, mais complexa do que a agrícola, tal como acontece na famosa 'crise da tesoura', no ano de 1923. No seu país, somente em meados da década de vinte foi possível alcançar os níveis de crescimento econômico de 1913, fato esse que, apesar da especificidade da sua situação, é um indicador sintomático das dificuldades da restauração da economia durante o processo revolucionário.

É preciso mencionar também, como complemento importante, o convencimento do campesinato em relação à causa socialista e à política de Lenin quanto aos estímulos materiais. Ele acreditava que era incorreto premiar o agricultor individual, mas admitia que fosse premiado o grupo social camponês, por seus esforços e eficácia, desde que tal incentivo viesse a ser considerado justo pela comunidade, no caso, pelos Comitês de Camponeses Pobres. Ao mesmo tempo, ele chamava a atenção para os critérios que deviam ser adotados na outorga dos prêmios, objetivando evitar injustiças ou se transformar em estímulo aos camponeses ricos, tendo em vista que estes possuíam "as fazendas mais bem organizadas". De outro lado, alertava para o perigo que justamente aos *kulaks* fossem concedidos como prêmio os meios de produção, pois tal procedimento minaria "o princípio e as bases de toda a política soviética".[58]

"Pode-se conservar a grande exploração agrícola, e não obstante dar aos pequenos agricultores alguma coisa, muito importante para eles"; e Lenin sabia que essa "alguma coisa", muitas e muitas vezes, era a própria terra. Ele havia entendido pela prática que inclusive a organização cooperativa, sem ser ainda uma forma socialista, era um passo em frente, mas ao mesmo tempo compreendia que amplos setores da população do campo estavam dispostos a cooperar com o socialismo, sempre que... lhes fosse concedida a posse da terra.

A sobrevivência de setores da pequena economia agrária, embora dificulte o processo de planificação como um todo, é em geral uma característica típica da transição, pois o campesinato não pode ser conquistado da noite para o dia.[59]

Essa dificuldade com relação aos camponeses é particularmente complexa no período da restauração, porque neste, embora o agricultor tenha recebido a terra e satisfeito dessa maneira o seu ímpeto de proprietário privado, não dispõe de imediato dos instrumentos e recursos para reativar a produção ao nível necessário para mitigar a fome das cidades. Em tais situações, a pressão sobre a massa camponesa é inevitavelmente intensa, pois existe a demanda permanente dos seus excedentes a preços fixados pelo Estado, e ao mesmo tempo um estado grave de desabastecimento de produtos industriais, o que não oferece nenhum incentivo para que o produtor rural eleve a sua produtividade. Tal contingência estimula a expectativa do lince – a classe proprietária que foi derrotada –, onde se instiga a luta entre a cabra e o carneiro – operários *versus* camponeses – como na fábula russa mencionada por Lenin.[60] É uma realidade objetiva que condiciona a exacerbação da luta de classes no primeiro período da transição, cujo centro de gravidade não se encontra no terreno político, mas na necessidade de solução, em prazo mais breve possível, das questões econômicas mais prementes.

Daí que se impõe com toda urgência um estrito cálculo econômico da produção, para que a distribuição de bens seja a mais adequada e equitativa possível. Naturalmente o pequeno proprietário está acostumado "a preocupar-se principalmente com os seus próprios interesses"[61] e opõe resistências a fim de defendê-los frente aos interesses coletivos. Isso determina a necessidade inevitável de aperfeiçoar o sistema de controle estatal sobre a produção privada, e explica porque em muitas circunstâncias ele deve revestir-se de formas coercitivas. Porém essas formas nada mais refletem do que a debilidade e a precariedade do sistema produtivo, a falta momentânea dos recursos mínimos de infra-estrutura, em suma, as emergências típicas dos primeiros passos da instauração da nova ordem econômica. Por isso que é mais difícil restaurar a economia do que ganhar a guerra.[62] Como resolver definitivamente tal impasse? Franqueando os umbrais ao desenvolvimento de todas as forças produtivas, meio único de garantir a estabilidade econômica e política na transição.

Vale a pena recordar mais uma vez a máxima de Lenin: socialismo é igual a poder soviético mais eletrificação. Esses dois componentes condicionam-se mutuamente; o primeiro não pode manter-se sem o segundo; o segundo depende do primeiro. O fato é que, enquanto a economia não estiver reabilitada, a consolidação da revolução está ameaçada e corre o risco de perecer. A contra-revolução encontra no caos econômico e no descontentamento do camponês um terreno propício para renascer. Foi a constatação da existência desse perigo de retrocesso que conduziu Lenin a clamar pela necessidade de colocar em cena, em primeiro plano, os engenheiros e os agrônomos; a fazer com que os congressos fossem menos políticos e mais técnicos; a considerar, em suma, o plano de eletrificação como o programa número dois do partido.[63]

Pode tal política ser arrojada, no sentido do fortalecimento social de uma democracia? Sem dúvida. Mas num país atrasado esse risco é um pressuposto da manutenção do poder. Lenin assume

conscientemente o risco, alertando o partido para as possíveis conseqüências e tratando de pecaver-se contra toda espécie de armadilhas.

A aceitação do risco, no caso específico russo, chamou-se NEP, quer dizer, a política de combater a herança capitalista através da utilização dos próprios métodos do capitalismo; afinal, muitas vezes o fogo se combate com o fogo. Lenin sabia que somente a restauração e o progresso da grande indústria mecanizada seriam a base material sobre a qual poder-se-ia desenvolver a consciência de classe,[64] e que esta, a par da melhoria objetiva das condições de vida do povo, particularmente da população urbana, dos operários, era a única garantia da consolidação da transição socialista, até o ponto em que um retrocesso não fosse mais possível.[65] Mas Lenin também tinha consciência de que no período da restauração a escassez de produtos essenciais coloca na ordem do dia a necessidade de estabelecer certas prioridades industriais. Por isso ele adverte que nem todas as fábricas e empresas poderão ser reativadas de uma só vez, que muitas delas devem ser fechadas provisoriamente ao menos, e que só as mais bem equipadas e com capacidade de obter uma produtividade maior devem ser mantidas, esquecendo-se momentaneamente o princípio da distribuição igualitária dos recursos.[66]

Do raciocínio anterior Lenin tira uma conclusão provisioriamente contrária à distribuição equitativa dos cereais: "Só alimentaremos por conta do Estado os empregados que são realmente necessários para a produção máxima". Este era o pilar da política econômica leninista nesse período em que buscava consolidar a aliança das classes operária e camponesa, as duas classes fundamentais sobre as quais repousa o poder soviético, a única aliança econômica capaz de assegurar o êxito de todo o nosso trabalho de construção socialista.[67]

Para que essa aliança econômica se consolidasse, era necessário pesuadir os homens do campo de que o governo deseja "melhorar imediatamente e a qualquer custo (a sua) situação insuportável".[68]

Dessa maneira, Lenin procurava dar uma base econômica às conquistas políticas da revolução,[69] vale dizer, criar as condições práticas e concretas para que os princípios do socialismo deixassem de ser meros preceitos, para converterem-se em realidade cotidiana.

Para tanto, é imperioso saber resolver as questões mais imediatas e que se encontram na ordem do dia, tais como a regulação do

intercâmbio e circulação monetária. É necessário sobretudo saber aprender, como dizia Lenin, a fastidiosa arte do comércio, porque

> "o comércio é o único vínculo econômico possível entre dezenas de milhões de pequenos agricultores e a grande indústria. E isso é inviável se não houver junto a esses agricultores uma grande indústria mecanizada, excelentemente equipada com uma rede de transmissão de energia elétrica; uma indústria cujo equipamento técnico, 'superestrutura' de organização e outros aspectos mais sejam suficientes para permitir-lhe abastecer os pequenos agricultores dos melhores artigos em maior quantidade, com maior rapidez e custo mais barato do que antes."

Ele insiste em dizer que, na ausência de tais condições, o desprezo pelo comércio não reflete propriamente uma atitude socialista, mas sim reacionária, "semi-aristocrática, semimujique e patriarcal".[70]

Está claro para Lenin, naturalmente, que a meta é a superação não apenas do comércio, mas, antes disso, da própria base tecnológica burguesa. Isso pressupõe um processo longo e complexo de desenvolvimento orientado para uma concepção completamente nova do progresso científico e tecnológico. Contudo, Lenin propõe que se supere desde já a técnica capitalista corrente, dando um passo mais além das suas limitações de classe. Essas limitações residem justamente na incapacidade burguesa de planificar o desenvolvimento com vistas ao atendimento das necessidades das grandes maiorias.

Como exemplo dessa afirmação, ele aduz a possibilidade de que a França consiga uma solução técnica muito avançada da questão da eletrificação; todavia, sem embargo de uma possível conquista tecnológica moderna e avançada, ela não poderá reverter em benefício dos operários e camponeses; "e conduziria inevitavelmente ao aumento da opressão dos grandes bancos sobre os operários e camponeses", a opressão por parte da oligarquia financeira. Em outras palavras, a propriedade privada é um entrave ao desenvolvimento científico e tecnológico, na medida em que retarda o seu ritmo, impossibilita a planificação e restringe o alcance dos seus benefícios. O socialismo encerra pois a possibilidade tendencial de superar "os estágios da técnica capitalista em vigor", dando "um passo mais além" dos seus limites,[71] mesmo que tal não possa ser realizado de pronto em países atrasados, considerando que no começo o desenvolvimento das forças produtivas "deve ser conseguido mesmo atra-

vés da economia microagrária e, por ora, sobre a base da pequena indústria, já que é tão difícil instaurar a grande indústria". E por isso Lenin acrescenta que

> não alcançaremos aqui os nossos objetivos tão rapidamente como nos terrenos político e militar. Aqui não podemos ir a passos de gigante. Os prazos são diferentes, medem-se por década.[72]

Como se verá mais adiante, é justamente na pequena economia camponesa e na pequena indústria que o sistema de planificação encontrará suas maiores dificuldades. Por esse motivo Lenin adverte que é preciso saber pensar e projetar a longo prazo, por décadas e não por meses, pois o labor econômico é lento, pesado. As grandes transformações políticas – reconhece ele – foram dirigidas "pelo entusiasmo da vanguarda, que as massas seguiam espontaneamente, não de todo conscientes". E isso é normal numa sociedade tradicionalmente oprimida por sucessivos tipos de classes dominantes, que mantinham a grande maioria na ignorância e no atraso. Ora, consumado o triunfo revolucionário, abre-se um longo período em que o povo deve "assimilar essa transformação política, para chegar a um nível diferente de eficiência econômica. Esse é o *quid*". A classe camponesa é muito mais lenta ainda no processo de assimilação das transformações revolucionárias, e isso gera problemas, considerando que o melhoramento das condições materiais básicas da vida da classe operária e dos trabalhadores em geral depende em grande medida da produção camponesa, e esta da satisfação básica das suas reivindicações.

Por essa razão, a reorganização da produção industrial deve voltar-se em primeira instância ao atendimento das demandas básicas dos camponeses. A inflação, a perda do poder aquisitivo do papel-moeda, que diminui a capacidade de consumo das massas deve pois, no conceito de Lenin, ser contida primeiramente através da diminuição das emissões, e depois eliminada por meio de uma "circulação normal respaldada no ouro".[73] Dessa maneira é possível encontrar o caminho para a estabilização monetária e para a garantia de níveis suficientes da satisfação do consumo popular. As empresas privadas, isto é, aquelas que o Estado não tem condições técnicas, materiais e políticas de dirigir, devem receber uma gama de estímulos para o aumento da sua eficácia, sob o controle dos correspondentes organismos estatais. Mas ele tem consciência que, mesmo sendo bem-sucedido esse controle estatal, sobrevive o antagonismo entre os interesses do trabalho *versus* capital. Por isso ele convoca os sindicatos à defesa dos interesses do trabalho no socialismo, inclusive recorrendo, se necessário, ao direito de greve.[74]

Vejamos agora como Lenin concebe o caráter da reorganização das empresas estatais. Não hesita em repisar que estas devem reordenar-se "sobre a base do mencionado cálculo econômico, quer dizer, essencialmente e em medida considerável sobre a base do princípio comercial e capitalista".[75]

O que significa isso? Significa que as empresas estatais devem buscar a otimização dos seus lucros mediante a redução de custos e o aumento da produtividade. Devem calcular rigorosamente a sua gestão, utilizando para isso os mecanismos da lei do valor. Essa lei deve pois ser utilizada como instrumento de regulação da economia em amplos setores da produção, até que aos poucos, à medida que se criam as condições de liberação dos limites da escassez, e portanto da economia de mercado, ela possa ser aplicada gradualmente sobretudo como instrumento de cálculo e controle, e finalmente substituída, em processo natural, pela lei da economia planificada, típica do socialismo desenvolvido.

Essa concepção de Lenin será válida não apenas para o período inicial da transição – o da restauração econômica – mas também para toda uma etapa de assentamento das bases próprias da economia socialista; e ela tem dado origem a uma série de polêmicas e contribuições à teoria da transição na própria Rússia, a partir da década de 1920, polêmica essa que se estendeu até os nossos dias, ganhando atualidade numa série de obras de vários autores marxistas e neomarxistas.*

É com base nessa concepção das empresas estatais – de que Lenin é um dos precursores – que ele proporá a emulação entre estas e as empresas privadas capitalistas, que no caso soviético foram reorganizadas depois do "comunismo de guerra" e durante a NEP, mas que deverão coexistir por um período mais ou menos longo da etapa

---

* Veja-se, por exemplo, *Debate sobre a economia soviética e a lei do valor*, Grijalbo, México, 1974, obra que reproduz parcialmente as teses de Lenin, Trotsky, Preobrazhenski e Bujarin; a polêmica sobre a economia socialista conduzida por Che Guevara, Charles Bettelheim, Ernest Mandel e outros, em *A economia socialista: debate*, Barcelona, Ed. Nova Terra. 1968; e os pontos de vista do mesmo Charles Bettelheim, *As lutas de classes na URSS – Primeiro Período* (1917-1923), Século XXI, Ed. México, 1976.

da transição socialista. Essa emulação procura justamente estimular o crescimento dos níveis de eficácia, produtividade e racionalidade das empresas. Lenin propõe também a formação de empresas mistas, com capital estatal e privado, no intuito de consolidar a utilização de métodos comerciais, capitalistas, cuja permanência, pela razão já assinalada, é indispensável, pelo menos na primeira fase imediatamente após a tomada do poder.

"Estas sociedades mistas – explica o dirigente revolucionário – são além disso importantes porque estabelecem uma emulação prática entre os métodos capitalistas e os nossos métodos",[76] vale dizer, os métodos práticos daqueles que reconhecem que ainda "não sabemos dirigir a economia".[77]

As sociedades mistas naturalmente são formadas, visando antes de tudo atrair capitais privados estrangeiros, para que seja possível desfrutar da sua experiência de gestão e da sua tecnologia, e elas constituem

> uma das formas segundo a qual podemos aprender a organizar a emulação da maneira devida, mostrar e ensinar que sabemos, de modo não pior que os capitalistas, estabelecer um vínculo com a agricultura camponesa; que podemos satisfazer as necessidades da mesma: que podemos ajudar o camponês a progredir inclusive ao nível em que se encontra, apesar do seu atraso, uma vez que é impossível modificá-lo a curto prazo.[78]

O que Lenin procura pôr em relevo, mais uma vez, no subentendido dessa política, é que o camponês pequeno proprietário somente será conquistado para uma forma de organização econômica superior através do aprendizado prático, da constatação, pela sua própria experiência, de que o socialismo é vantajoso para ele enquanto produtor e enquanto consumidor dos bens sociais.[79]

Tais 'concessões' são uma condição vital de sobrevivência do socialismo, pois a derrota econômica poderá engendrar fatalmente a derrota política. A construção do socialismo em um país atrasado, fundamentalmente agrícola, exige a resposta a um desafio: a solução da questão agrária e a conquista da maioria da população do campo.

É na economia portanto que se concentra o grande desafio da sobrevivência de uma grande revolução: saber retroceder. Quando um exército retrocede não pode ter o mesmo moral de quando avança, e sobretudo não pode ter o mesmo moral que teve depois de um avanço vitorioso. Para que o retrocesso em tais circunstâncias também tenha êxito, é preciso uma consciência "cem vezes mais necessária, porque quando todo um exército retrocede, não sabe ou não vê claramente em que ponto deve deter-se".[80]

Ele é vulnerável ao pânico, à falta de perspectiva, e somente pode ser controlado pela disciplina, pela compreensão de que o retrocesso é uma forma de avanço, na medida em que consolida posições conquistadas e as transforma em inexpugnáveis.

A dialética da construção econômica socialista é pois a seguinte: é preciso saber retroceder nos setores não essenciais da consolidação da nova formação econômico-social; é preciso saber manter-se e aprofundar as relações de produção socialista em todos os aspectos superlativos e vitais para o avanço gradativo da nova forma de vida, que deverá ser submetida em última instância ao critério da prática e que ultrapassa a formalidade legal, busca a fonte da sua legitimidade na experiência viva. O socialismo não é meramente uma doutrina, mas sobretudo um desafio concreto à capacidade potencial do homem social, uma expectativa de concretização, no presente imediato, da esperança. Se a política econômica socialista não fôr capaz de inventar formas novas e dinâmicas de afirmar-se como superior – por meio de todos os compromissos e concessões possíveis – a esperança das suas promessas e potencialidades será questionada no nascedouro e o descrédito dos seus resultados concretos medíocres a submergirá. As concessões aos velhos métodos e recursos burgueses são, portanto, formas audazes de resolver os problemas novos; são demonstrações de segurança e de perseverança na busca do novo, do futuro. Lenin jamais abdicou da confiança de encontrar os vestígios do novo em meio ao caos e à obstinação da sociedade moribunda.

É nesse nível de realismo político – entendendo-se aqui a política como a expressão concentrada da economia – que se deve situar o pensamento e as proposições concretas do leninismo na construção incipiente e experimental da base material do socialismo. Ao final de contas, nessa fase de transição, a luta contra as estruturas capitalistas remanescentes e mui arraigadas torna-se "cem vezes mais encarniçada e perigosa" quando não se consegue vislumbrar onde estão e quem são os inimigos principais, e quem são os amigos da revolução. Ocorre que muitas vezes os amigos o são meramente entre aspas: são simpatizantes do socialismo, são inclusive militantes do Partido Comunista, mas objetivamente não têm condições de atuar como tais na solução das questões práticas mais complexas.

Por tudo isso é que Lenin reconhece que, embora a força econômica concentrada em mãos do Estado proletário seja suficiente para garantir o trânsito ao socialismo (o controle sobre as grandes empresas, decisivas para o funcionamento da economia), ele se pergunta: "O que é que falta?" A sua resposta é categórica: "...cultura nos segmentos de comunistas que exercem as funções de direção". Portanto, "Quem dirige a quem?" Numa tal situação os comunistas "não dirigem, são dirigidos",[81] vale dizer, ainda não estão aptos e não têm condições de assimilar de pronto sequer as culturas científica e tecnológica burguesas, e não são capazes de perceber que, acima dos seus naturais preconceitos anticapitalistas, situa-se a necessidade real de sobrevivência do povo. A verdade é que a experiência capitalista oferece os elementos para a solução de problemas vitais, que "99% dos comunistas responsáveis não sabem" como resolver. Dessa forma, não conseguem solucionar questões econômicas, que constituem "a base de toda a política".[82]

Tais deficiências só poderão ser vencidas mediante a pesquisa paciente e minuciosa da problemática pequena e local: por meio da coleta sistemática de dados e do estudo das experiências particulares.[83] Por esse motivo tornou-se imprescindível fazer da estatística um instrumento da construção socialista, tendo em vista que o eixo da política econômica da transição deve apoiar-se na organização, no registro e no controle de toda a produção.[84]

Nessa linha de pensamento, adquire amplo e pleno sentido a preocupação de Lenin de estabilizar a moeda, pois isso representava no seu conceito um sintoma primacial da consolidação da vitória do novo poder, tendo em vista que a consecução de tal meta era de "suprema importância para o comércio, para a livre circulação de mercadorias, para os camponeses e para a enorme massa de pequenos produtores".[85] Quer isso dizer que, na medida em que se torna possível conter o indubitável descontentamento e falta de estímulos do imenso e majoritário setor da população, o setor camponês, em países pouco desenvolvidos, criam-se as condições para a elevação do nível de vida da população em geral.

A questão da estabilidade financeira ao custo de políticas de preços e salários, a par de estímulos ao aumento da produção, é árdua e complexa quando não se dispõe de empréstimos estrangeiros; quando, por sinal, o equilíbrio deve basear-se unicamente nos sacrifícios de consumo por parte da população, e quando portanto é necessário diminuir o supérfluo, a atividade do aparato estatal, o seu orçamento, com vistas a consignar uma parte maior à indústria pesada. Tal concepção, posteriormente muito mais elaborada por economistas bolcheviques na grande polêmica da década de 1920 (por exemplo, por Preobrazhenski, na sua obra, *A nova economia*) já era tema central das preocupações de Lenin:

> Devemos economizar tanto quanto seja possível. Estamos economizando em todos os aspectos, inclusive nas escolas. Devemos fazê-lo, porque sabemos que se não salvarmos a indústria pesada, se não a restaurarmos, não poderemos construir indústria alguma, e que sem indústria nos afundaremos como país independente.[86]

E Lenin insiste que a salvação do primeiro país socialista não reside apenas no sucesso de boas colheitas das fazendas camponesas – cujos excedentes seriam exportados, possibilitando a importação de equipamentos, como logo N. Bujarin haveria de preconizar – nem muito menos no desenvolvimento paralelo da indústria leve para satisfazer as necessidades de consumo de pequenos proprietários e trabalhadores, mas sim num esforço muito maior, titânico, no sentido de fazer com que um país isolado e bloqueado lograsse assentar os fundamentos do seu próprio modelo de reprodução socialista ampliada. Ele sabia, no mais, que colocar a indústria pesada "em boas condições, requererá muitos anos de trabalho".[87] A base econômica do socialismo era já, para Lenin, a indústria pesada. Tudo o mais eram problemas graves, mas que deviam e prodiam ser controlados. "A indústria pesada necessita de subsídios do Estado. Se não pudermos fornecê-los, submergiremos, já não como Estado socialista, mas como Estado civilizado."[88]*

Essa preocupação de Lenin por criar e desenvolver uma sólida indústria nativa leva-o à defesa intransigente do monopólio do comério exterior pelo Estado, em polêmica com Bujarin, pois este não percebia que só esse monopólio era o instrumento eficaz de proteção da indústria nacional, na época do imperialismo, quando o mundo

* É certo que a experiência prática de Lenin refere-se a uma nação isolada, bloqueada comercial e financeiramente, como inúmeras vezes acentuado. A sua validade é relativa, quando se pensa em experiências de transição realizadas em décadas posteriores. Nesse sentido, são improcedentes as metas industriais muito ambiciosas e inviáveis propostas em 1961 pelo Che Guevara (veja-se discurso em Punta del Este).

estava dividido entre países pobres e países ricos. A proteção tarifária, preconizada por Bujarin, como medida de defesa do parque industrial nacional, seria inoperante em face da réplica dos países imperialistas.

> ...qualquer um dos países industrializados ricos pode acabar por completo com a dita proteção tarifária. Para isso basta-lhes estabelecer incentivos de exportação à Rússia de mercadorias que nosso país grava com altos impostos aduaneiros. Todos os países industrializados dispõem para tal fim de dinheiro mais do que suficiente, e por meio de uma tal medida, qualquer deles com toda segurança poderia arruinar nossa indústria nativa.[89]

Esse raciocínio de Lenin era impecável para a sua época e *para todas as experiências* posteriores, porquanto é no monopólio estatal do comércio exterior que residirá uma das pilastras da planificação, do desenvolvimento do processo de industrialização e da soberania nacional.

No caso soviético, o bloqueio comercial foi-lhe imposto por iniciativa unilateral de grande parte dos países imperialistas, por razões de ordem política, independentemente da sua política econômica. Mas, mesmo que o custo de tal bloqueio pudesse ser evitado pela não-adoção do monopólio do comércio exterior, ainda assim a sua implantação se justificaria, porque a alternativa teria sido uma política bujarinista que atrasaria por anos, talvez por décadas, o desenvolvimento da indústria pesada, e tornaria portanto a primeira experiência do socialismo vulnerável à agressão nazista.

Pode-se dizer, assim, que é no pensamento de Lenin que se encontra pelo menos a inspiração da obra de Preobrazhenski, *A nova economia*, que há de orientar a elaboração dos primeiros planos qüinqüenais soviéticos, mesmo que tal orientação não tenha sido reconhecida em sua época.

E não podia ter sido de outra maneira em um país que foi, segundo palavras de Lenin, arremessado para trás, e onde a produtividade do trabalho passou a ser, mesmo seis ano após o triunfo da revolução, mais baixa do que antes da Primeira Guerra. Por isso Lenin reconhece com sólida angústia – mas de maneira alguma derrotista ou desesperada – que a contra-revolução tinha alcançado de modo geral o seu objetivo, porque embora não chegasse a derrubar o sistema soviético, dificultou o seu avanço socialista, impediu que ele

desse "a seguir um passo em frente, que justificasse as previsões dos socialistas".[90]

Tal constatação de Lenin com respeito ao sucesso parcial da contra-revolução em seu país, de certa maneira, tornou-se válida para a maioria das revoluções socialistas posteriores... Essa mesma constatação o conduz a enfatizar, como ápice das suas propostas de política econômica, a economia extrema de todos os recursos produtivos, sua utilização com a máxima racionalidade, buscando eliminar do aparelho estatal "todos os indícios do supérfluo" herdados do capitalismo e da burocracia pré-capitalista.

Lenin indaga-se a si mesmo "se não será esse o reinado das limitações camponesas?" Sua resposta é clara:

> "Não. Se conseguirmos que a classe operária siga dirigindo os camponeses, poderemos, mediante severas economias na vida do nosso Estado, utilizar toda a poupança para o desenvolvimento de nossa extração hidráulica da turfa, para terminar a construção da central hidroelétrica de Voljov etc."

E acrescenta: "Nisso, e somente nisso, residem as nossas esperanças."[91]

Vimos portanto como Lenin reafirma peremptoriamente, nos seus últimos dias, a convicção de toda a sua vida: socialismo = poder soviético + eletrificação. Em outras palavras, socialismo é a criação do poder popular para franquear os umbrais do domínio do homem sobre a natureza, mediante o desenvolvimento das mais modernas forças produtivas. O que ele aspira e propõe, como meta a ser alcançada pelo poder soviético, são as maiores conquistas científicas e tecnológicas de então; é com isso que ele sonha em sua época. Somente dessa maneira, em definitivo, o socialismo provaria na prática a sua superioridade sobre o modo de produção capitalista. Tal superioridade deveria ser engendrada pela utilização mais que de um método, de uma lei de movimento típica e inerente ao socialismo: o sistema de planificação. Vejamos, brevemente, qual era a sua concepção sobre o mesmo.

A planificação socialista

Lenin não teve oportunidade, durante o tumultuado período em que dirigiu o Estado soviético, de desenvolver de maneira sistemáti-

ca a sua concepção sobre a planificação socialista. Embora desde o triunfo da revolução, em outubro de 1917, a sua preocupação central, bem como do seu partido, tenha sido fundamentalmente a reorganização econômica, a guerra civil, enquanto durou, transformou os seus planos. Isso prontamente conduziu à adoção de uma política improvisada e de resposta imediata às circunstâncias do momento, que foi o 'comunismo de guerra'. Mas mesmo assim, no período, está presente o esforço de dirigir a gestão econômica de maneira planificada, embora os seus resultados na prática não deixassem de ser espontâneos e caóticos. Tratou-se então nessa etapa de buscar a administração mais razoável do caos; tratou-se de impedir, na medida do possível, que ele recrudescesse, para não perder completamente o controle sobre a sua gestão, o que de resto significaria a derrota na guerra civil.

Não obstante tais dificuldades práticas, pode-se encontrar em Lenin alguns postulados gerais sobre a planificação, começando a concretizar-se a partir de 1920, e que orientarão a teoria da mesma bem como a política econômica da transição. Analisemos então as suas principais contribuições.

Para ele, numa primeira aproximação de análise empírica, a planificação desde os seus primeiros passos deve ser sinônimo de *centralização*, quer dizer, a subordinação dos interesses locais aos interesses gerais da economia, sendo isso condição *sine qua non* do reordenamento econômico.[92] Porém, por trás da sua proposta empírica, podemos discernir nitidamente a sua concepção teórica de que o centralismo é a base imprescindível da economia planificada socialista, como traço característico. Planificação e centralização são para Lenin dois conceitos interligados, da mesma forma que o conceito de socialismo engloba o de planificação.[93]

Assim, a produção e o intercâmbio, típicos do modo de produção burguês, devem ser substituídos pela produção e distribuição

> planificadas dos produtos em escala nacional. O objetivo – acrescenta Lenin – é a organização de toda a população em comunidades de produtores e consumidores, capazes de distribuir todos os produtos necessários com a máxima rapidez, da maneira mais planificada, com a maior economia e a menor inversão possível de trabalho, centralizando rigorosamente todo o aparato de distribuição.

E acrescenta logo a seguir que "um meio de transição para a consecução da mencionada meta são as cooperativas".[94]

Para Lenin, a direção centralizada, que culmina na execução prática das diretrizes resultantes da "essencial discussão coletiva dos problemas funamentais", deve ser exercida – segundo já enfatizado sobejamente – sob responsabilidade individual. Isso, a seu ver, de modo algum conflita com a ditadura do proletariado, especialmente quando a comunidade controla e vigia a referida direção. Ademais, a Constituição socialista deve consignar o "centralismo como princípio básico,"[95] como forma de superar a dispersão e o autonomismo individualista, não permitindo que estes, ao sujeitar os interesses sociais aos particulares, lhe criem obstáculo.

"Sem disciplina e sem centralização, nunca teríamos conseguido levar a bom termo essa tarefa", isto é, a tarefa de aplastar a contra-revolução e assentar as bases da restauração e da construção socialista. É imprscindível o desenvolvimento de "elementos unificadores de milhões e milhões de trabalhadores" que se encontram no partido e na classe que exerce a ditadura. Essa classe está preparada para o exercício da disciplina e da centralização, porque passou "pela escola do capitalismo, e (foi) unida pelo capitalismo", e os seus elementos puderam superar a dissenção intrínseca à pequena propriedade pré-capitalista. "A propriedade divide", mas a superação da mesma tem a força de revigorar os elementos unificadores do povo, reforçando a tendência para o desenvolvimento centralizado e planificado da vida social.[96]

Mas, o centralismo deve ser democrático, coincidente portanto com a própria essência do socialismo. Em que consiste pois o centralismo democrático? A sua noção mais simples é a de que "...significa tão somente que os representantes das organizações das localidades se reúnem e elegem o órgão responsável incumbido de dirigir"[97] a administração da sua vida, a execução dos planos que foram discutidos coletivamente. Sem embargo, significa muito mais do que isso: significa que a população, em níveis municipal, regional e nacional, controle os seus representantes e seus delegados, e possa revogar os seus mandatos, designando outros em seu lugar, caso a sua atuação não convenha à delegação que a mesma lhes tem outorgado.

Tal concepção é válida tanto para a administração da vida política como da vida econômica (na medida em que seja possível separar uma da outra).

Qualquer plano, por mais bem elaborado que seja do ponto de vista técnico, jamais poderá ser implementado sem a participação

popular, tanto no seu preparo como na sua execução, isto é, sem a cooperação e fiscalização do povo em cada um dos seus detalhes. O seu êxito depende da motivação e do entusiasmo consciente da maioria da comunidade, pois sem as correções inevitáveis impostas pela prática, será impossível vencer as suas limitações. Deve-se isso ao fato simples que um plano é uma meta que contém uma orientação geral para ser lograda; mas é sobretudo uma proposta coletiva de objetivos, baseada numa justificação racional e necessária. Lenin supõe então a mobilização de vontades e de esforços, que só democraticamente poderão expressar-se e só centralizadamente poderão ser levados a efeito, isto é, mediante uma intenção unificada de alcançar uma meta comum.

Mas o seu êxito pressupõe, além do mais, a experiência; e esta não se herda, mas se acumula; e essa acumulação em geral implica a inexorável correção dos erros, separando a distância entre a incipiente postura teórica e a prática viva. Esta é o teste da primeira, e sem ela, aquela não logra o critério definitivo da comprovação. A humildade experimental, junto à persistência disciplinada do trabalho cotidiano, é o requisito básico do domínio da natureza. A verificação é por isso uma norma, uma atitude invocada com ênfase por Lenin, "...é fundamental (...) aprender a tomar em consideração as conquistas da ciência, *insistir na verificação dos fatos*, identificar e estudar os erros (...) antes de levar adiante as correções".[98]

Por isso, todo bom plano é provisório, é uma meta; jamais pode ser uma imperiosa imposição tecnocrática ou elitista. Todo bom plano é suscetível de ser super ou subcumprido; o seu meio termo de precisão dependerá sempre das motivações populares, aliadas à objetividade das possibilidades visualizadas, em função dos recursos materiais disponíveis.

Um plano global de desenvolvimento – uma planificação – supõe disponibilidade de recursos e capacidade de decisão, bem como uma justificativa consensual de suas prioridades hierárquicas. Por exemplo: somente quando o povo está convencido que é necessário produzir mais ferro do que calçados, essa meta será alcançada.

A planificação é na sua essência um método de organização econômico-social intrinsecamente democrático e, justo por isso, é um método inerente ao socialismo. As massas devem ser capazes de exercer o poder, ao menos parcialmente, para ter condições de legitimar um processo de institucionalização da planificação. Torna-se

necessária dessa forma a divulgação, "a propaganda da produção", de tal sorte que todos possam ter acesso à discussão das metas e das prioridades do período, tanto no que diz respeito ao plano geral, como no tocante às metas setoriais e locais da proposta global, sob coordenação nacional.[99]

Lenin propõe assim ao partido a organização de uma agitação e propaganda em torno da mesma, com o objetivo de incentivar a participação das massas e ensiná-las a calcular, a longo prazo, a que aprendam a cumprir objetivos parciais inseridos em objetivos globais mais amplos e indispensáveis, que só podem ser alcançados em lapso maior de tempo.[100]

No decurso da década de 1920, especificamente a partir de 1923, teve lugar na União Soviética uma ampla polêmica sobre a planificação econômica. Mesmo que Lenin nessa época já estivesse morto, é o seu pensamento sem dúvida que aparece nas linhas gerais que orientarão metodologicamente a discussão. Os planificadores soviéticos, baseados nele, lograram explicitar que para o êxito dos planos parciais – os qüinqüenais, por exemplo – era necessário que esses fizessem parte, representassem metas parciais, de um plano mais amplo de longo alcance. Tal concepção é calcada no método marxista-leninista de que só a partir de uma concepção estratégica mais ampla do desenvolvimento é possível definir os passos "táticos", os passos intermediários. Por isso, cada meta proposta anualmente supõe o planejamento qüinqüenal e este, por sua vez, um plano decenal ou bidecenal. Os êxitos ou os inadimplementos em um lapso menor de tempo permitem a mensuração consciente das dificuldades e dos progressos, bem como as necessárias retificações. Por isso assinalávamos que, no fundo, os planos são de modo geral provisórios, pois devem ser constantemente retificados e aperfeiçoados na prática.

O caráter provisório dos planos, no tocante aos seus necessários ajustes à realidade, não priva o plano geral, como um todo, do cunho programático de que deve revestir-se. Ele deve transformar-se inclusive, segundo palavras de Lenin, no "segundo programa do partido", muito embora "...todos os dias, em cada oficina e em cada distrito rural, esse programa será melhorado, estudado, aperfeiçoado e modificado,"[101] pois, segundo o provérbio russo, é preciso sempre "medir sete vezes antes de cortar".

A implantação de um sistema de planificação é algo de novo na vida do povo. Como distribuir, por exemplo, a porção de alimentos da maneira mais equitativa possível? Como saciar a fome de amplos setores da população? Como implementar o desenvolvimento de uma nova lei de movimento do sistema produtivo que atue de maneira uniforme e regular, uma lei científica, sem ter previamente acumulado uma experiência de cálculos globais e de centralização? Como evitar, em suma, erros mais ou menos graves? Impossível. É por isso que os primeiros passos da planificação são sempre marcados por crises, e a transição nesse sentido "é só possível ao preço de um ritmo muito mais lento do que imaginávamos", até que os cálculos sejam mais precisos e a produtividade maior.[102]

Através do cumprimento de planos sucessivos, Lenin vislumbra o êxito econômico da primeira revolução socialista, pois este "só pode estar assegurado quando o Estado proletário (...) controlar uma enorme máquina industrial construída em base à tecnologia moderna..."[103]

É claro que nesse sentido os passos são necessariamente lentos, quando relacionados com a satisfação das necessidades imediatas, mas são ao mesmo tempo rápidos na medida em que desbravam o caminho para a solução definitiva dos problemas elementares, como a satisfação das necessidades mais vitais e primárias de sobrevivência dos homens, de maneira digna.

Finalmente, para encerrar a análise de Lenin sobre esse tema, é preciso mencionar a ênfase que ele colocava no papel dos sindicatos na planificação econômica. "Os sindicatos devem ser os colaboradores mais diretos e permanentes do governo." E nesse sentido:

a) "Devem ser, em particular, escola de direção da indústria socialista (...) de *educação prática* dos operários e de todos os trabalhadores na direção da economia de todo o país";

b) "Devem participar indiretamente, propondo candidatos com voz consultiva" na composição de todos os organismos econômicos e de governo do Estado";

c) "Devem participar de todos os organismos de planejamento do Estado (...), na propaganda da população", fazendo com que os trabalhadores conheçam "todos os detalhes das operações industriais, desde o provimento da matéria-prima até a venda do produto, dando-lhes assim uma idéia cada vez mais concreta do plano estatal único (...) bem como do interesse prático do operário e do camponês no cumprimento desse plano";

d) Devem, além disso, participar "na elaboração de escalas de salários e normas de abastecimento etc".[104]

Tal era a concepção de Lenin da participação dos sindicatos, como expressão da organização máxima das grandes massas na administração da vida econômica.

Para concluir, queremos observar ainda que, no enfoque de Lenin sobre a planificação socialista, está clara a idéia de que a sua implantação sistemática é lenta e gradativa; nisso está implícita a constatação de que o seu desenvolvimento supõe um período longo de coexistência com uma série de categorias de mercado e elementos práticos da lei do valor, na sua forma elaborada pelo modo de produção capitalista, tais como compra, venda, lucros, custos, salários etc. Porém, em definitivo, Lenin não teve possibilidade nem tempo para uma elaboração teórica mais sofisticada de toda essa temática da planificação, limitando pois a sua contribuição a um delineamento preliminar, embora substantivo nas suas indicações gerais. Mas vejamos agora como ele aborda especialmete a questão do controle e da direção operária sobre a economia socialista.

O controle e a direção operária sobre a economia socialista

Desde as suas Teses de abril de 1917, Lenin havia preconizado a implantação, primeiro do controle operário sobre a produção e distribuição dos bens, para posteriormente passar à etapa superior de direção operária. Ele entendia que o controle operário representava uma preparação prévia dos trabalhadores para levar a cabo a gestão da economia, mas entendia também que esta seria, além disso, uma medida de emergência para revidar a resistência e o boicote econômico, provenientes da atuação contra-revolucionária das classes possuidoras. Lenin recomendava portanto, realisticamente, passos e não saltos na administração e reestruturação da economia social, mediante a participação popular.

Contudo, a dinâmica imprevisível e irrefreável da luta concreta de classes superou, neste e em muitos outros aspectos, a proposta comedida e ponderada de Lenin, e conduziu a peripécias muitas vezes incontroláveis de acerbação das contradições, cujos responsáveis foram, antes de mais ninguém, as próprias classes decadentes. Defi-

nitivamente, foram sempre elas as responsáveis pelo ritmo de radicalização de todos os processos revolucionários registrados na história.

No caso soviético, os bolcheviques tiveram que assimilar tais 'provocações', legitimando o tipo de resposta radical que brotava espontaneamente das massas, como reação muitas vezes primária e intuitiva do espírito de sobrevivência e resistência de todo um setor oprimido, que não tem outra opção frente às investidas cruéis daqueles que resistem ao questionamento do seu sistema de poder. O salto abrupto do controle à direção operária, no recém-criado país dos sovietes, encontrou fatalmente suas limitações, obrigando-se então a gerar anticorpos e antídotos para sanar os seus males primários. Todavia, provocou também toda uma série de reflexões sobre o seu conteúdo e experiências, de que Lenin se apressou em tirar lições práticas e aprofundar a sua concepção teórica.

Vejamos como, de toda uma vivência concreta, surge a sistematização analítica que extrapola os seus balizamentos e peculiaridades; mas ver-se-á também como Lenin justifica a violência, em circunstâncias especiais, – onde se joga tudo contra tudo – da extrapolação dos níveis razoáveis de aficácia, em função de objetivos imediatos, definitivos para a manutenção do poder e da vitória na guerra.

Lembremos por oportuno que, pensar numa situação de transição socialista real supõe também e necessariamente o pensamento de uma situação de guerra, de resistência. Transição significa, portanto, – é preciso não esquecer – período de enfrentamento... Convém insistir mais uma vez que os conceitos não são puros, mas eles são constantemente afetados e reformulados pela realidade prática concreta. O Lenin teórico é o Lenin estadista e este imprime àquele toda a sua força analítica recriadora. Vejamos.

Um ano após a redação das suas Teses de abril, Lenin produz outro texto, As tarefas imediatas do poder soviético, onde, já dono de uma contundente experiência prática, convoca a luta contra o "elemento de anarquia pequeno-burguesa" que se instala na administração coletiva operária das empresas. Ele já havia comprovado que esta ainda era prematura, que a falta de experiência administrativa dos operários conduzia, no momento, à influência e ao desperdício, e que esses eram fatores de desordem e de aprofundamento das carências, e por isso fatores que objetivamente jogavam em favor da contra-revolução.

Para racionalizar e elevar a produtividade do trabalho, era imprescindível uma disposição laboriosa firme; o desenvolvimento

> da grande indústria mecanizada, que é precisamente a fonte material, a fonte produtora, a base do socialismo, exige uma *unidade de vontade* estrita e absoluta, que dirija o trabalho comum de centenas de milhares de pessoas. A necessidade disso, tanto do ponto de vista técnico como econômico e histórico, é evidente, e tem sido reconhecida sempre como uma das condições do socialismo.

Ele se pergunta em seguida: "Como é possível assegurar uma estrita unidade de vontades?" A sua resposta é lapidar: por meio "da *subordinação incondicional* a uma vontade única...", de tal modo que, como anteriormente enfatizado, todo o aparato produtivo pudesse funcionar com a precisão de um mecanismo de relógio. Tal precisão, a seu ver, pode ser alcançada parcialmente ou por métodos coercitivos, recrudescendo as formas mais severas da ditadura – por exemplo, a imposição do trabalho obrigatório – ou por meio da elevação da consciência e disciplina de classe. Na realidade, embora a segunda forma seja a ideal, ambas tendem a coexistir de modo inevitável, devendo porém a última ser naturalmente prioritária, tendo em conta que uma revolução só se mantém quando dispõe do apoio da maioria do povo. Por isso é que a direção unipessoal, que exprime a unidade de vontades, é comparada por Lenin com "a direção suave de um diretor de orquestra".[105]

Mas Lenin não subestima, ao contrário, mais uma vez enfatiza a importância do desenvolvimento das mais variadas formas e métodos de controle a partir da base, com o objetivo de impedir a deformação dos princípios do poder soviético e o florescimento da burocracia. Por isso ele volta a insistir no método de anulação de mandatos, ou seja, o direito de revogabilidade.

No conceito de Lenin, a implantação de um rigoroso sistema de registro e controle da produção representava um fortalecimento do capitalismo de Estado socialista; e este, como já pudemos acentuar, representava "algo centralizado, calculado, controlado e socializado". O desenvolvimento desse tipo *sui generis* de capitalismo, no período de transição, invocava a antipatia da massa pequeno-burguesa, que tem uma tendência inata ao anarquismo e resiste ao aprendizado legado pelo grande capitalismo, isto é, à utilização das técnicas de organização dos grandes trustes. Tal resistência, que

também provém de setores esquerdistas do próprio partido, é considerada por ele verdadeiramente reacionária, porque despreza a disciplina do trabalho, por considerá-la um passo para trás, e tem medo da utilização dos mais avançados métodos de produção implementados pelo capitalismo. Lenin pergunta: "Quem utiliza a quem?" E ridiculariza aqueles que duvidam que, definitivamente, é o Estado socialista o que emprega certos métodos burgueses para consolidar-se e para desenvolver a sua base material, que só pode assentar-se na grande indústria.

Nesta altura vale a pena citar um arrazoado concreto de Lenin sobre quando é viável ou não a direção plenamente operária:

> E a todas as delegações com a quais devo tratar quando vêm ver-me, queixando-se de que sua fábrica está paralisando, eu costumo dizer: Vocês querem que a sua fábrica seja confiscada? Muito bem, temos prontos os formulários do decreto, podemos assiná-los agora. Mas digam-nos: Já aprenderam a controlar a produção, fizeram o cálculo da produção? Conhecem a relação entre o que vocês produzem e o mercado russo e internacional? E resulta que ainda não o aprenderam, porque ainda não há manuais bolcheviques sobre isso...

É por isso que Lenin estimula antes o desenvolvimento das "sociedades mistas capitalistas-estatais", que envolvem uma porcentagem de administradores operários ao lado de outra porcentagem de administradores de procedência burguesa; os operários aprendem com estes a técnica da administração, que não pode ser improvisada, mas que é um produto da experiência.[106] Vale dizer que a direção executiva de vários processos produtivos é entregue não a homens de origem burguesa, enquanto burgueses, mas sim a homens dessa origem, enquanto "técnicos e organizadores, pagando-se-lhes um salário mais elevado".[107]

Sobre esse tema já nos estendemos antes abundantemente, e não é o caso de repisá-lo mais uma vez, em que pese a sua importância decisiva na transição. E assim é, porque a concepção socialista adverte que em definitivo "a libertação dos operários deve ser obra dos próprios operários", tendo em vista que a eles cabe "aprender a resolver um novo problema histórico..."[108]

Por isso, apesar dos fracassos momentâneos da administração operária, Lenin insiste que – ao menos como meta a ser proposta – os comitês de fábrica devem enfrentar "...a grande tarefa política de converterem-se em órgãos dirigentes da vida política". O grande problema político é, ao mesmo tempo, a questão econômica, ou seja, "...assegurar a devida distribuição..." dos bens. Os comitês de fábrica devem pois converter-se "nas células estatais básicas da classe dominante".[109]

Organizar a nova classe dominante e prepará-la para assumir a direção e o controle da economia social, esse era o *quid;* esse era um método fundamental da luta.[110] No momento em que os operários apenas estão começando a aprender a administração das empresas, depois de meses de anarquia e de fracassos, esse já era um importante passo em frente,[111] o passo que marca a superação do controle pela direção da classe.

Para capacitar a classe operária nas suas novas funções, Lenin pensava que era necessário o investimento de milhões de rublos, com o objetivo de elevar o "trabalho de acordo com as linhas científicas e tecnológicas modernas". Somente através de tal conquista seria possível liberar o país do "tributo" pago aos especialistas burgueses.[112] Mas isso levaria a seu tempo. Não foi sem razão

> que os mestres do socialismo não falaram em vão de todo um período de transição do capitalismo ao socialismo, e sublinharam as "grandes dores de parto" da nova sociedade. Quanto ao mais, – raciocina Lenin já curtido pela experiência revolucionária – essa nova sociedade é mais uma vez uma abstração, que só poderá concretizar-se passando por uma série de várias tentativas concretas e imperfeitas, para que se instaure este ou aquele Estado socialista.[113]

Lenin pensava também que, tanto a capacitação para as tarefas e cargos mais importantes da administração e do trabalho econômico, como o exercício do controle por parte dos operários e camponeses, deviam ser estimulados da mesma maneira entre os quadros do partido como entre os que não pertenciam a ele. Dessa forma, os militantes controlariam os indivíduos que se destacassem por seu trabalho no meio das massas, e aqueles seriam controlados por estes. Sem tais cadeias sucessivas de controle, "o Estado socialista não pode organizar corretamente a incorporação das massas no trabalho de construção econômica", tornando-se dessa forma impossível "curar o mal do isolamento das células comunistas em relação às massas, um mal que se observa em muitos lugares".[114]

Essa preocupação de Lenin de incorporar também os que não pertenciam ao partido às funções de controle dos organismos do Estado foi uma atitude que nele se acentuou especialmente no último período de sua vida e que o levou a criar a chamada Inspeção Operária e Camponesa. Essa instituição, além de representar um instrumento de capacitação de quadros para tarefas de construção, encarnava também um antídoto do desenvolvimento da burocracia. Lenin sonhava também em "fazer dela um instrumento para verificar e melhorar todo o trabalho estatal"; para "ensinar a arte de dirigir aos operários e camponeses não-partidários, tarefa que no momento atual não podemos deixar de atender, nem do ponto de vista dos princípios, nem da prática".[115]

Ele compreendia muito bem que a meta deveria ser a capacitação dos membros da IOC para que estivessem "à altura da ciência moderna e nos brindem com todos os seus benefícios".[116]

Ele sabia que era imprescindível dominar as novas técnicas de direção, melhorar os métodos de organização do trabalho e do "trabalho de direção em particular", e que para isso era necessário o estudo sistemático das contribuições mais significativas nesse terreno, as quais deveriam ser examinadas tanto na experiência inglesa, quanto na canadense ou norte-americana. Lenin reconhecia o valor dos avanços científicos e tecnológicos promovidos pelo capitalismo evoluído e entendia perfeitamente que enquanto os seus horizontes não fossem franqueados às novas classes dirigentes, seria impossível a consolidação do novo Estado socialista, controlado por operários e camponeses. Quanto ao alcance desse controle, ele o concebia como o mais amplo e flexível; deveria abarcar o aparato estatal como um todo, estendendo-se a todas as instituições, sem exceção, "tanto locais como centrais, comerciais, puramente administrativas, educacionais, de arquivo, teatrais, etc".[117]

Naturalmente que o êxito de tal projeto estava condicionado à solução de algumas questões cruciais, bem como à manutenção de certas premissas táticas para as quais Lenin chama a atenção, quais sejam: em primeiro lugar, que a classe operária fosse capaz de continuar dirigindo os camponeses, mediante a conservação da confiança dos mesmos e, segundo, que se promovesse a eliminação de "todos os indícios do supérfluo", quer dizer, que se alcançasse o máximo de economia no aparelho estatal, objetivando dar-lhe condições de cumprir as metas básicas, e assim atender às necessidades prioritárias e evitar o descontentamento.

Ele se indaga, a seguir, se essa linha de conduta não levaria "ao reinado das limitações camponesas"? E a resposta é *não*, desde que mediante economias estritas fosse possível "utilizar toda a poupança para o desenvolvimento de nossa grande indústria mecanizada, para o desenvolvimento da eletrificação etc. etc."[118]

Somente dessa maneira, por meio dessa tática, ou seja, por meio do progresso, do desenvolvimento das forças produtivas e do controle e direção operários sobre a população do campo, um país atrasado como a Rússia poderia salvar-se, franquear os umbrais da civilização e preparar-se para enfrentar com êxito a hostilidade e a próxima contenda mundial com países imperialistas, que ele percebia corretamente como inevitável.[119]

"Nós, dizia Lenin, como a Índia, a China e a maioria das populações do globo oprimidas pelo imperialismo, não possuímos civilização suficiente para passar diretamente ao socialismo, mesmo que tenhamos para isso as premissas políticas." Tais premissas estavam presentes na Rússia soviética, porém mal se distinguiam então no Terceiro Mundo. Finalizando o presente estudo, vamos ver como Lenin encara, no panorama do mundo de sua época, as perspectivas de desenvolvimento da economia socialista em um só país, suas relações com o capitalismo evoluído e com o capitalismo dependente, as inter-relações e contradições desses três mundos, cujas perspectivas foram redefinidas profundamente depois da Revolução de Outubro.

A economia socialista e o internacionalismo, o nacionalismo, a coexistência pacífica e as relações com os países coloniais e dependentes

A primeira revolução socialista foi bloqueada economicamente pelas potências capitalistas. Houve inclusive uma época em que o seu comércio internacional foi praticamente inexistente.[120] Apesar disso, a República Soviética começa pouco a pouco a retomar, mesmo que de modo precário, as suas atividades comerciais especialmente com a Alemanha, devido às contradições desta com os demais países capitalistas em função do Tratado de Versalhes. Mas as dificuldades de intercâmbios comercial, diplomático e cultural com o

mundo capitalista, derivadas do bloqueio econômico em decorrência das restrições políticas, não foram prerrogativas da ruptura das relações internacionais unicamente no caso da Revolução Russa. Praticamente todas as revoluções socialistas posteriores tiveram que enfrentar, de uma ou de outra forma, situações semelhantes, pelo menos nas etapas iniciais da sua consolidação. Talvez a exceção tenha sido a Iugoslávia, porém o seu caso se explica pelas agudas contradições do governo de Tito com o soviético, na época de Stalin. É importante, assim, expor e analisar a política econômica internacional preconizada por Lenin, pois esta, embora na prática nem sempre tenha sido seguida ortodoxamente pelos seus seguidores na URSS, não deixou de ser, em certo sentido, paradigma de toda a política externa do socialismo.

Lenin entendia que, programaticamente, a política exterior do socialismo deveria basear-se no "apoio, antes de tudo, ao movimento revolucionário do proletariado nos países avançados". Todos os demais interesses da nação deveriam ser subordinados a este, pois ele estava persuadido que tal apoio não era apenas uma questão de ética, mas ao mesmo tempo uma necessidade da própria sobrevivência da revolução socialista. Lenin, além de tudo, estava convicto da viabilidade da revolução na Europa. Por isso ele deseja oferecer ao movimento socialista europeu um apoio ativo, por meio da "propaganda, agitação e confraternização", o que de imediato se estenderá na oferta de ajuda por meio de recursos humanos e materiais. Ao mesmo tempo ele propõe, como forma de apoio, a "luta implacável contra o oportunismo e o social-chauvinismo".

Contudo, embora desse prioridade à ajuda aos movimentos revolucionários dos países evoluídos, jamais deixou de incentivar o "apoio ao movimento democrático e revolucionário de todos os países em geral, e nas colônias e países dependentes em particular". A luta pela "libertação das colônias. A federação como transição para a fusão voluntária."[121]

Tais postulados expressam com clareza a sua visão internacionalista, a sua devoção e confiança no futuro socialista da humanidade. Essa convicção de Lenin não representa meramente uma postura teórica, mas sim uma prática militante, tendo em mente que esta já havia sido demonstrada por ele ao conceder o direito de autodeterminação dos povos historicamente dominados pelo czarismo, a par do apoio por ele oferecido às lutas pelo socialismo.[122]

No pensamento de Lenin, portanto, encontra-se claramente delineada uma concepção dialética de integração entre as dimensões internacionalista e nacionalista da revolução. Ambos os aspectos para ele não são em princípio antagônicos, mas ao contrário, interdependentes, pois a consolidação do socialismo nacional passa pela solidariedade internacional dos demais povos, da mesma maneira que o triunfo da luta pela libertação dos mesmos supõe não apenas os apoios moral e material, mas sobretudo o exemplo positivo das nações socialistas. Por essa razão, a questão do "patriotismo", entendia no seu sentido restrito, tal como emana da ótica típica da pequena burguesia, do camponês médio, que em face dele se inflama e se deslumbra, não passa para Lenin de uma questão "de segunda, ou até de terceira ordem".[123]

Sobre esse assunto, vale a pena expender algumas breves considerações. Embora Lenin estrategicamente não tivesse consideração pelo patriotismo restrito, é evidente que compreendia o seu valor tático conjuntural em determinadas circunstâncias do processo revolucionário. Sabemos muito bem que esse foi um fator de mobilização das massas camponesas durante a guerra civil, porque a contra-revolução dispunha do apoio das potências imperialistas e era visualizada por isso como um instrumento da antipátria. Porém, em tal situação, o patriotismo – restrito ou não – era objetivamente um aliado do socialismo. Pois bem, superada contudo a situação de guerra, o instinto patriótico do pequeno-burguês mantém-se em vigor, e tende a exarcebar-se até alcançar formas mais radicais de particularismos.

No caso russo ele tendia a manifestar-se no "chauvinismo grande russo", quer dizer, a prepotência, a crença na supremacia intrínseca dos valores de uma nacionalidade sobre as demais. Frente a esse complexo megalomaníaco Lenin se encolerizava e declarava-lhe "uma guerra de morte", afirmando em tom veemente e irônico que "eu o comecei com todos os meus molares sãos, para livrar-se (dessa) mó maldita".

O fenômeno do chauvinismo era pois considerado por ele como um verdadeiro câncer, e como tal deveria ser combatido tanto nas relações internacionais como nas relações entre as próprias repúblicas soviéticas. Nesse último caso, Lenin considerava como indispensável proceder ao revezamento das nacionalidades na presidência do Comitê Executivo Central da Federação,[124] para evitar a preponderância da Rússia sobre as demais unidades da Nação.

Lenin compreendia que "a federação é uma forma de transição para a unidade completa", e considerava que essa forma de vinculação devia oferecer a base não só do sistema nacional soviético, mas merecia também ser estudado e aprovado pela Internacional Comunista. Tal raciocínio fundamentava-se no fato de entender que as nacionalidades frágeis, rodeadas por um mundo de potências imperialistas, "não podem realmente continuar existindo sem a aliança mais estreita"; aliança essa que devia ser tanto militar como econômica, pois "de outro modo, as forças produtivas que foram destruídas pelo imperialismo não podem ser restauradas e não pode ser assegurado o bem-estar dos trabalhadores".

Essas considerações conduziam Lenin a reafirmar, perante a Internacional Comunista, o postulado marxista de que

> há uma tendência para a criação de uma economia mundial única, regulada pelo proletariado de todas as nações como um todo integrado e de acordo com um plano comum. Essa tendência já tem se revelado com toda clareza sob o capitalismo, e necessariamente se desenvolverá e se completará sob o socialismo.

Em coerência com essa concepção, ele preconiza nas suas mesmas Teses para o II Congresso da Internacional Comunista toda uma linha de ação internacionalista que, devido à sua relevância e atualidade, nos propomos resumir e citar mais alentadamente:

Começa por afirmar que a IC não pode limitar sua política à aceitação "da igualdade das nações, vazia, formal, puramente declaratória". Declara que a mesma deve "denunciar implacavelmente as contínuas violações da igualdade das nações e dos direitos assegurados das minorias nacionais em todos os Estados capitalistas". Acentua que

> o nacionalismo pequeno-burguês proclama como internacionalismo o mero reconhecimento da igualdade das nações, e nada mais (olvidando que esse reconhecimento é puramente verbal), conservando intato o egoísmo nacional, enquanto que o internacionalismo proletário exige, primeiro, que os interesses da luta proletária em qualquer país estejam subordinados aos interesses da mesma luta em escala mundial, e, segundo, que uma nação que está alcançando a vitória sobre a burguesia deve ter o poder e a disposição de fazer os maiores sacrifícios nacionais para a destruição do capital internacional.

Dessa forma, Lenin convoca à luta contra os desvios pacifistas, oportunistas e pequeno-burgueses do internacionalismo.

Com relação aos países mais atrasados, onde ainda predominam relações pré-capitalistas, ele preconiza a ajuda ao movimento de libertação democrático-burguesa; a luta contra os elementos atrasados, como o clero reacionário e o pan-islamismo, e outras correntes similares; a necessidade de apoiar especialmente o movimento camponês contra os latifundiários, e "a necessidade de uma luta decidida contra os intentos de dar um matiz comunista às correntes de libertação democrático-burguesas nos países atrasados". O que ele de fato enfatiza é a importância de

> realizar uma aliança com a democracia burguesa nos países atrasados e coloniais, sem contudo fundir-se com ela, devendo manter em todas as circunstâncias a independência do movimento proletário, mesmo que se encontre em suas formas mais embrionárias.

Finalmente, refere-se à necessidade de explicar pacientemente como as potências imperialistas

> criam Estados que são totalmente dependente delas, no sentido econômico, financeiro e militar, e que na presente situação internacional não há para as nações dependentes e débeis outra salvação do que uma união de repúblicas soviéticas.

Lenin reconhece que a opressão secular do imperialismo gerou nas massas oprimidas "não apenas um rancor, mas também uma desconfiança em relação às nações opressoras em geral, aí compreendido o proletariado dessas nações". E Lenin acentua ainda que "quanto mais atrasado for um país, tanto mais fortes são a pequena produção agrícola, o Estado patriarcal e o isolamento", o que constitui um estímulo para "os preconceitos do egoísmo nacional, da estreiteza nacional". O processo do desaparecimento desses sentimentos é necessariamente lento, e por isso o proletariado provido de consciência de classe deve "considerar com cuidado e atenção especiais a remanescência dos sentimentos nacionais" e saber fazer "certas concessões com vistas a superar rapidamente essa desconfiança e esses peconceitos".[125]

Claro que às tendências unificadoras antepõe-se o espírito autonomista, que caracteriza todo e qualquer nacionalismo. Não obstan-

te, como o próprio Lenin se apressava em dizer, a questão do nacionalismo não pode ser formulada no seu sentido abstrato. Não existe um nacionalismo em geral; "é indispensável distinguir – insistia ele – entre o nacionalismo da nação opressora e o da nação oprimida, entre o nacionalismo de uma nação grande e o de uma nação pequena".[126]

O nacionalismo da grande nação opressora consiste, quando muito, no reconhecimento da igualdade formal entre as nações, mas ao mesmo tempo apóia-se no pressuposto da sua superioridade frente aos povos oprimidos e, na prática, prevalece a imposição dos seus interesses hegemônicos.

Em contrapartida, o nacionalismo da nação oprimida é um sentimento de autodefesa ante o opressor, é uma apelação para a igualdade real, para a justiça nas relações internacionais, um clamor em prol da autodeterminação. É nesse sentido que a atitude nacionalista dos povos oprimidos encaminha-se para a irmanação num objetivo comum, tendendo a superar as fronteiras nacionais e aplainar o caminho da unificação. Poderíamos dizer, inclusive, que é esse tipo de nacionalismo que contém no seu bojo o embrião do internacionalismo.

Talvez a mais fascinante experiência viva e contemporânea de tal simbiose nacionalismo–internacionalismo, assinalada já por Marx e Engels, e com tanta força por Lenin, seja representada pela Revolução Cubana. Essa revolução foi, e continua sendo, uma das demonstrações mais ilustrativas da integridade dos sentimentos nacionais. O cidadão cubano, inspirado no pensamento nacionalista de José Martì, cultivado e desenvolvido por sua liderança revolucionária, dispõe-se a cada momento a entregar a sua vida em defesa da pátria. Mas esse mesmo cidadão dispõe-se ao mesmo tempo, com igual entusiasmo, a entregar também a sua vida em defesa da causa dos povos subjugados, seja na distante África, seja no Caribe, na América Central, ou na América do Sul. A Revolução Cubana não produziu apenas um Che uevara; produziu milhares de Che uevara.

Pois bem, Cuba não é um caso insólito, mas sim a experiência prática mais bem-sucedida das concepções universais de Lenin; ela é o leninismo vivo. E se Cuba teve condições de concretizar esse espírito leninista, isso não se deve à existência de caracerísticas *sui generis* na sua revolução, mas sim a uma série de fatores de origem

econômica e polítca, nacionais e internacionais, aliados ao desenvolvimento dos valores culturais típicos do novo homem socialista.

Mas fechemos esse parêntese, em que fizemos digressões sobre a atualidade do pensamento leninista, e volvamos à sua concepção da economia socialista e das relações econômicas internacionais na sua época, para entendermos como da sua análise brota a idéia de como deveria ocorrer a relação com os povos e com os países capitalistas e vermos como ele chega ao conceito de coexistência pacífica.

Para isso, é necessário esclarecer desde logo que em Lenin não se pode encontrar ainda a noção de Terceiro Mundo. Ele considerava que, a partir do triunfo da revolução bolchevique,

> *existem agora dois mundos:* o velho mundo do capitalismo, que está em situação confusa, mas que nunca se renderá voluntariamente, e o novo mundo em ascenção, que ainda é muito frágil, mas que crescerá porque é invencível.[127]

Constata-se que, para Lenin, conquanto desde a sua obra *O imperialismo, fase superior do capitalismo,* a diferenciação entre países imperialistas e países coloniais e dependentes esteja claramente estabelecida, o fator definitivo da divisão do mundo contemporâneo é a existência "dos dois sistemas de propriedade, *embora apenas tenha caráter transitório, enquanto exista em todo o mundo a propriedade privada...*"[128]

Em certa ocasião, contestando uma pergunta sobre quais seriam os 'planos' da república soviética na Ásia, ele diz:

> Os mesmos que na Europa: coexistência pacífica com todos os povos, com os operários e camponeses de todas as nações que despertam para uma vida sem exploradores, sem latifundiários, sem capitalistas, sem comerciantes.[129]

Essa resposta implica que ele não estabelecia diferenciações na relação do socialismo com todos os povos do mundo, pois que, no seu otimismo estratégico, ele previa uma marcha universal da humanidade para a nova sociedade. Todavia, nunca será demais recordar que Lenin confiava em primeira instância no triunfo da revolução européia, pois acreditava que no velho continente já estavam dadas as condições objetivas e subjetivas, ou seja, a Europa estava mais

madura para o socialismo. Tal convicção conduzia-o, na prática, a privilegiar a relação com os partidos e movimentos revolucionários europeus. Somente ao final da sua vida, sobretudo a partir do fracasso da insurreição na Alemanha em 1921 – que, diga-se de passagem, foi muito estimulada pelos bolcheviques – ele se aperceberá que a luta pelo socialismo entrava em recesso na Europa, e que o vendaval revolucionário se precipitava de preferência para o Oriente, na direção dos países coloniais e dependentes. As pendências antigas entre esses países com o imperialismo haveriam de recrudescer; novos antagonismos ainda mais radicais haveriam de brotar, e estes tenderiam a unificar muitos dos seus interesses comuns e de suas reivindicações frente aos países desenvolvidos, dando assim origem ao fenômeno assaz complexo, hoje conhecido como a formação do Terceiro Mundo. A busca de uma linha de ação comum frente ao imperialismo, apesar dos seus diversos sistemas econômico-sociais, encontrou a sua expressão mais avançada no movimento dos não-alinhados. Mas Lenin, embora tenha intuído nas suas grandes linhas a ascenção da luta revolucionária nesse segmento do mundo subdesenvolvido e superexplorado, não teve possibilidade, no seu tempo, de prever os seus desdobramentos, que só se consumariam a partir da Segunda Guerra Mundial.

Vejamos agora por um instante o seu conceito de coexistência pacífica. Foi por ele concebido de maneira integral. Essa deveria ser a norma das relações do socialismo no plano econômico, político, cultural e diplomático, em geral, com todos os países capitalistas, coloniais e dependentes. É interessante observar que tal conceito não se opõe, mas muito mais se justapõe ao de internacionalismo.

A coexistência pacífica significa para ele relações com os povos, mas extensiva obviamente aos seus Estados nacionais; o internacionalismo incide, em sua época, nas relações com os povos que lutam pela superação do Estado feudal ou burguês, pois durante a sua vida, o único Estado socialista era o seu. No fundo, e sem que Lenin o advertisse claramente, o divisor de águas entre os dois conceitos residia no fato de que um, o da coexistência pacífica, era mais pertinente na relação entre Estados com diversos sistemas econômico-sociais, enquanto que o outro, o do internacionalismo, se adequava melhor à solidariedade mútua do socialismo e dos povos em luta pela libertação social.

Em outras palavras, a coexistência pacífica era o ideal, a aspiração e, mais do que isso, a política concreta, elaborada com o objetivo de tornar possível a sobrevivência e o desenvolvimento do socialismo no mundo, dominado ainda pelo imperialismo, para que aquele tivesse condições de expandir-se e de proliferar, através do triunfo de novas revoluções.

Seria então a coexistência pacífica uma mera tática diversionista do socialismo, para ganhar tempo, até que as demais revoluções sociais amadurecesem? Não. Absoluramente não. Para Lenin a coexistência pacífica era efetivamente uma forma de relação superior entre "os dois mundos", uma estratégia para evitar os conflitos bélicos de proporções catastróficas, uma via para preservar a humanidade da hecatombe, enquanto o desenvolvimento do socialismo no plano mundial seguisse o seu curso natural de avanço, de acordo com as peculiaridades e a dinâmica da luta de classes em cada país e em cada região. A coexistência pacífica, segundo se pode inferir do pensamento leninista, não era pois concebida nem como uma panacéia para encobrir as guerras de classe no interior de cada nação, nem uma política moldada de acordo com os interesses e conveniências do primeiro Estado socialista, com o objetivo de conter a luta de classes nos demais países para garantir a sua sobrevivência. A coexistência pacífica era para ele uma etapa mais elevada da luta pelo socialismo e pelo desenvolvimento da sua economia, porque esta era a condição de existência do internacionalismo, a sua contrapartida.*

É preciso ter presente que aquilo que ocorre na República Soviética, apesar da particularíssima situação econômica e política que se configura, devido ao fato de ser esta a primeira revolução socialista, é, em um sentido mais amplo, paradigmático do que irá acontecer nas revoluções posteriores. Superada a guerra civil, "estabeleceu-se um certo equilíbrio nas relações internacionais, embora sumamente instável".[130]

* Diga-se de passagem que, se tais interpretações sobre o leninismo são justas, elas estão bem distantes daquelas que foram empreendidas em relação ao mesmo tema na URSS, especialmente durante o período do governo de Nikita Krustchov, e que serviram de base para a política internacional da época. Naturalmente, as suas premissas eram estranhas à tese de Lenin, pois que se concebia a coexistência pacífica como extensiva às relações entre as classes sociais, e supunha-se que o desenvolvimento do "campo socialista" existente convenceria por si só a humanidade da sua superioridade, preparando assim o caminho pacífico para o seu triunfo.

Era pois efêmero tal equilíbrio, porque refletia muito mais um interregno para novas agressões imperialistas que, nesse meio tempo, adquiriam a forma do bloqueio e do boicote econômicos. Lenin sabia que a única forma direta de conjurar a ameaça imperialista era através do triunfo do socialismo em nível mundial, que "os outros povos não chegaram a compreender, pelo menos com a rapidez que esperávamos". Contudo,

> mesmo estando completamente rodeado de países econômicos e militarmente muito mais poderosos do que nós – cuja hostilidade aberta para conosco chega com freqüência ao paroxismo – vemos todavia que não conseguiram o que se propunham, isto é, destruir direta e rapidamente a Rússia soviética...

A explicação disso residia no fato de que

> ...embora não tenhamos recebido dos trabalhadores do mundo inteiro um apoio rápido, direto e imediato, como esperávamos (vale dizer, através do triunfo de novas revoluções) e sobre o qual baseávamos toda a nossa política, recebemos um apoio de outro gênero, que não foi direto nem rápido: a simpatia das massas trabalhadoras, dos operários e camponeses, dos trabalhadores rurais de todo o mundo, inclusive dos países mais hostis, simpatia forte o bastante para ser a fonte definitiva e mais terminante, a causa decisiva do completo fracasso de todos os ataques militares dirigidos contra nós.[131]

Tal solidariedade internacional tem se manifestado historicamente também para com todas as revoluções posteriores, e foi um fator decisivo para a contenção da fúria imperialista até os nossos dias, não obstante o imperialismo sempre ter sido um agressor de todos os processos revolucionários, de forma aberta ou disfarçada, vivendo as revoluções permanentemente, como insistia Lenin, "na iminência de uma invasão".[132] Por isso ele defende duas normas de conduta: estar sempre alerta, preparar-se nos planos econômico e militar, mas ao mesmo tempo ter a máxima cautela, tratar de evitar a guerra por todos os meios, inclusive por meio de concessões, embora ele reconheça, é claro, que "há um limite do qual não podemos passar, como por exemplo, não consentiremos que os tratados de paz sejam burlados".[133]

Essa situação de instabilidade nas relações internacionais que a revolução russa teve que enfrentar – como também todas as demais, em grau maior ou menor – foi sempre fonte de dificuldades econômicas muito difíceis. Lenin o expressa da seguinte forma: "A maior dificuldade consiste em que, sem relações definidas entre nós e os países capitalistas, não podemos manter relações econômicas estáveis". Não obstante todas as dificuldades, de uma ou de outra forma, o boicote imperialista produz fissuras por onde começa a fluir o intercâmbio com o socialismo. Isso provém do fato que, como Lenin adverte, "quanto ao bloqueio, a experiência tem mostrado que não se sabe para quem é pior, se para os bloqueados ou para os bloqueadores".[134]

Ao final de tudo, tendo em conta que no capitalismo é o interesse do lucro que comanda, na Rússia de Lenin, como também em todos os países socialistas que a seguiram, desenvolveram-se pouco a pouco com os países capitalistas "uma série de relações comerciais, missões, tratados etc., bastante regulares e permanentes". Tal intercâmbio fez com que "em 1921 – o primeiro ano de comércio com os países estrangeiros – tenhamos avançado de maneira considerável. Isso é devido em parte – reconhece Lenin – à melhoria do nosso sistema de transporte, talvez o setor mais importante da nossa economia". Mas em seguida acrescenta que "se deve também a nossas importações e exportações". O progresso avança, apesar do caráter profundamente explorador que o capitalismo imprimia às suas relações comerciais com o sociaismo. "Todos esses países capitalistas estão em posição tal, que nos fazem pagar excessivamente caro; pagamos pelas mercadorias mais do que valem; não obstante, ajudam a nossa economia."

Isso ocorria porque as mercadorias adquiridas pelo socialismo eram muito bem-aproveitadas, no sentido que desencadeavam um processo de desenvolvimento que mantinha em tensão todas as energias e forças, não permitindo a solução de continuidade.

> O resultado é que, como já o tenho manifestado, nossos cálculos, feitos em grande escala, são mais exatos do que os deles. E não porque eles careçam de homens capazes de fazer cálculos exatos – ao contrário, os têm mais do que nós –, mas porque não se pode calcular bem quando se caminha para a destruição.[135]

Lenin, por essa forma, insinuava e reafirmava a superioridade da economia planificada, baseada no cálculo e no controle global dos recursos sociais, o que imprimia ao desenvolvimento uma sólida ra-

cionalidade e o habilitava a sobrepujar as metas mais ambiciosas do próprio capitalismo. Essa convicção impelia Lenin à busca da intensificação do intercâmbio internacional, e foi com esse objetivo que foi redigida a Declaração sobre o reconhecimento das dívidas, em outubro de 1921.

Essa declaração, guiada pelo princípio da coexistência pacífica, estabelecia como condição para o pagamento da dívida de antes da guerra e assinatura da paz com a Rússia e o fim de todas as hostilidades com a República Soviética. Esse acordo jamais chegou a ser assinado, devido à obstinada resistência dos países imperialistas.

De toda maneira, Lenin soube explorar ao máximo as divisões do mundo burguês, chegando assim a implementar importantes acordos bilaterais. Um exemplo disso está contido nas instruções que formula aos membros da delegação soviética na conferência de Gênova, em 1922. Ele parte do pressuposto que ambos os lados necessitam de comerciar, e que assim do lado russo os enviados iam na qualidade de comerciantes. Ele recomenda então que "todos os membros da delegação deveriam *conhecer perfeitamente o livro de Keynes (As conseqüências econômicas da paz)*, bem como livros análogos burgueses e pacifistas burgueses".

Keynes à época era favorável às relações econômicas com a União Soviética e o seu prestígio junto aos governos que haviam firmado o Tratado de Versalhes era vantajoso para os interesses econômicos do socialismo. Lenin recomenda também que, antes que as potências imperialistas formassem nessa reunião um bloco contra os interesses do seu país, seria necessário "passar à ofensiva", pois que "temos que dividir os diversos países, fazer com que contendam uns com os outros" em função dos seus interesses comerciais.

> Esse passo para a ofensiva deve ser realizado, na maioria das vezes, dissimuladamente, por exemplo, em forma de "alusões" (ou citação das correspondentes obras burguesas) aos pontos mais debatidos e ignominosos das relações imperialistas.[136]

Essa tática de ação, em que Lenin não deixa de preocupar-se com os mínimos detalhes, tinha como objetivo político e econômico fazer

> todo o possível e mesmo o impossível para favorecer a ala pacifista da burguesia e aumentar, ainda que fosse por pouco, a possibilidade do seu triunfo nas eleições; em segundo lugar, dividir os países burgueses unidos contra nós em Gênova,

e acrescentava pragmaticamente: "tal é o nosso objetivo político em Gênova; de modo algum a pregação de idéias comunistas".[137]

Tal orientação trazia embutida uma necessidade econômica premente: "para nós é imprescindível o comércio com os países capitalistas, enquanto existirem como tais"; e uma constatação: "nós apenas estamos aprendendo a negociar e ainda negociamos muito mal".[138] Era urgente para os socialistas aprender de imediato a comerciar, como instrumento para refazer a economia arruinada. Essa era uma necessidade imperiosa e inadiável no processo de transição, onde não se chegou a superar os tormentos da fome, quando "sabemos o que significa a fome num país camponês como a Rússia".[139]

Esse o motivo por que Lenin não apenas preconiza a possibilidade de "manter relações de inteira amizade" com as potências imperialistas, como a França e a Inglaterra, mas inclusive está convencido que

> as relações pacíficas e amistosas entre essas potências e a Rússia são uma garantia (quase diria a garantia mais firme) de que a paz e a amizade entre Inglaterra e França serão mais duradouras...[140]

Em virtude do curso estabelecido para essa política econômica internacional, Lenin poderá diagnosticar, no final de sua vida, em novembro de 1922, que na política internacional estava se alcançando um enorme êxito, embora o "boicote de toda a burguesia e de todos os governos ainda se faça sentir", sendo portanto necessário "conseguir o êxito sozinhos",[141] que dizer, independentemente da ajuda de qualquer Estado burguês. Não obstante, Lenin jamais perdeu a esperança na possibilidade de um estabelecimento mais intenso da coexistência pacífica, e conclama até os seus últimos dias os operários e trabalhadores de todo o mundo a levar em frente uma pressão política "mais forte e porfiada sobre os governos dos países burgueses, para que reconheçam o Estado soviético".[142]

Toda a estratégia das relações econômicas internacionais do socialismo com o capitalismo estava assentada naturalmente, para Lenin, num pressuposto básico, isto é, na existência do monopólio estatal do comércio exterior. Este era, no seu conceito, "o único sistema de proteção" da indústria nacional, e é por isso que – vale re-

petir – ele rechaçava a tese de Bujarin contrária ao monopólio e que postulava equivocadamente o protecionismo por via de um sistema de tarifas alfandegárias.[143]

Para finalizar, que conclusão se pode tirar da análise leninista sobre a economia política das relações internacionais do socialismo com o sistema imperialista? Com base no seu próprio pensamento, o que merece ser posto em relevo é que o socialismo começa a afirmar-se no mundo num contexto adverso, o que lhe acarreta enormes dificuldades para chegar ao seu pleno desenvolvimento. Tal conclusão não pode ser perdida de vista, pois ela será como o selo da compreensão dos problemas e dificuldades que ainda deverão ser enfrentados pelas novas formações sócio-econômicas socialistas, já existentes em nossos dias. As dificuldades e as borrascas que aconteceram na Rússia também ocorrerão em todos os demais processos de transição, e a situação do país de Lenin foi sem dúvida alguma um paradigma para todos os processos de luta pela libertação nacional e social. Assim é que o raciocínio conclusivo de Lenin, em relação à situação especificamente russa, adquiriu com o tempo, uma vez mais, uma dimensão muito mais universal. Pois vejamos:

> A produtividade do trabalho dos camponeses, bem como dos operários, retrocedeu, alcançando índices inferiores aos da situação do pré-guerra. As potências capitalistas, consciente ou inconscientemente, deliberada ou espontaneamente, fizeram tudo o que estava ao seu alcance para arruinar a economia socialista e atrasar o curso do seu desenvolvimento. Era precisamente a forma que encontraram para assegurar uma vitória na derrota: "se não conseguimos derrubar o sistema revolucionário na Rússia, pelo menos dificultamos o seu avanço para o socialismo"; mais ou menos assim racionalizavam essas potências, e do seu ponto de vista não podiam fazer de outro modo.*
>
> Como resultado – prossegue Lenin – solucionaram pela metade o seu problema. Não conseguiram derrubar o novo sistema criado pela revolução, mas também não permitiram que ele desse em seguida um passo adiante, que justificaria as previsões dos socialistas, que permitiria a estes desenvolver com enorme rapidez as forças produtivas, alargar todas as possibilidades que, em seu conjunto, haviam produzido o socialismo, demonstrar a todos e a cada um de forma evidente e palpável que o socialismo encerra forças gigantescas, e que a humanidade entrou numa nova era de desenvolvimento, cujas perspectivas são extraordinariamente brilhantes.[144]

* Vale a pena neste ponto uma breve digressão. De igual forma raciocinavam também as mesmas potências diante da agressão nazista à União Soviética. No fundo confiavam que os exércitos de Hitler liquidariam o país dos sovietes, livrando-as do cumprimento dessa "tarefa suja". Uma vez desgastados em tal operação, seriam presa fácil dos aliados ocidentais, que se veriam muito bem-pagos com "dois coelhos de uma só cajadada".

Mas a União Soviética modelada por Lenin, apesar de viver isolada até o término da Segunda Guerra Mundial, de ter sido arrasada pelo nazismo e ameaçada pelo imperialismo muitas vezes, converteu-se na segunda potência mundial no lapso de pouco mais de meio século. As revoluções que seguiram os seus passos, embora nenhuma delas tenha triunfado num país desenvolvido capitalisticamente e todas tenham sofrido as agressões imperialistas, conseguiram, não apenas no terreno econômico, mas também e sobretudo nos terrenos social, político, cultural e especialmente moral, elevar as condições de vida dos seus povos.

Todo esse incipiente resultado dos progressos da humanidade promovidos pelo socialismo representa, apesar de todas as suas limitações e dificuldades, uma demonstração cabal da validade e da vigência do pensamento leninista e um argumento definitivo, nos planos teórico e prático, do seu caráter científico. É isso que faz desse pensamento, hoje como ontem, um campo de conhecimento imprescindível para todos quantos realmente desejam compreender o mundo contemporâneo e, sobretudo, ajudar a transformá-lo.

NOTAS DA PARTE II

Capítulo 1

1. *Obras completas*. Tomo XXVIII, pp. 295-296. Todas as citações das *Obras completas* de Lenin, exceto aquelas em que se indica a diferença, são da Ed. Cartago, Buenos Aires, baseada na 5ª edição da tradução dessas obras do russo.
2. Ibid. p. 297.
3. *Obras completas*. Tomo XXVI, pp. 290-308-309-313 (quarta edição).
4. Ibid., pp. 381-387-383.
5. Sobre a dificuldade da primeira etapa da transição, que se caracteriza pela simultaneidade do passo das tarefas de destruir a contra-revolução aberta, direta, militar, e das tarefas imediatas do novo poder, que são as de governar em meio à guerra e ao caos, ele tece as seguintes considerações: "A característica principal do momento que estamos vivendo é esse passo desde a tarefa – anterior e em primeiro plano – de convencer as massas da população e de conquistar o poder, aplastando militarmente a resistência dos exploradores, à tarefa de governar o Estado, que hoje passa ao primeiro plano. A dificuldade que o poder soviético enfrenta consiste em grande medida em conseguir que as peculiaridades dessa transição sejam claramente compreendidas, tanto por dirigentes políticos do povo, como por todos os elementos com

consciência de classe das massas trabalhadoras. Porque se subentende que a transição para as tarefas pacíficas de governar a toda a população, sem distinção de classes, é em meio a uma guerra civil ainda não terminada em alguns lugares, em meio aos graves perigos militares que ameaçam a República Soviética, tanto do oeste como do leste, e por fim, em meio ao incrível caos criado pela guerra, subentende-se que tal transição encerra enormes dificuldades. (*Obras completas*. Tomo XXVIII, p. 412).

6. Nas revoluções burguesas, a tarefa principal das massas trabalhadoras era realizar um trabalho negativo e destrutivo: eliminar o feudalismo, a monarquia e o medievalismo. O trabalho positivo e construtivo de organizar a nova sociedade foi cumprido pela minoria possuinte, a minoria burguesa da população. E esta cumpriu a sua tarefa com relativa facilidade, apesar da resistência dos operários e dos camponeses pobres, não só porque a resistência das massas exploradoras pelo capital era então, devido à sua dispersão e atraso, extremamente débil, mas também porque a principal força organizadora da sociedade capitalista, construída de uma maneira anárquica, é constituída pelo mercado nacional e internacional, que cresce e se propaga espontaneamente. (*Obras completas*. Tomo XXVIII, p. 446).
7. Lenin esclarece da seguinte maneira a profunda diferença da revolução socialista em relação à burguesia "(...) em toda revolução socialista (...) (o que a caracteriza) é o trabalho positivo ou construtor de formar um sistema extraordinariamente complexo e delicado de novas relações de organização, que abarque a produção e a distribuição planificada dos produtos necessários à existência de dezenas de milhões de seres. Uma revolução dessa natureza só pode ser realizada com êxito se a maioria da população, e antes de tudo, a maioria dos trabalhadores, participarem da tarefa independente e criadora da história. A vitória da revolução socialista ficará assegurada unicamente se o proletariado e os camponeses pobres desenvolverem suficiente consciência de classe, devoção aos princípios, abnegação e perseverança. Ao criar um novo tipo de Estado, o soviético, que dá às massas trabalhadoras e oprimidas a possibilidade de participar ativamente na construção independente de uma nova sociedade, resolvemos só uma pequena parte desse difícil problema. A dificuldade principal está no terreno econômico, quer dizer, em introduzir um registro e controle mais estrito e geral da produção e distribuição dos produtos, em aumentar a produtividade do trabalho e *socializar* a produção na *prática*. (*Obras completas*. Tomo XXVIII, p. 449. Grifos do autor).
   É relevante fazer duas observações a respeito desta citação de Lenin, válidas também para citações posteriores Primeiro: Lenin sempre enfatiza a aliança do proletariado com os camponeses pobres. Isso é natural, pois que no seu país a maioria da população era do campo. E claro que essa ênfase não se justifica no caso dos países altamente desenvolvidos, onde a classe camponesa, como tal, entrou numa decadência prática. Segundo: quando Lenin se refere ao Estado soviético, as suas observações devem ser compreendidas em dois níveis: um, o do Estado concreto, que foi criado como triunfo da revolução russa, como uma forma específica e particular de Estado proletário; outro, como sinônimo geral de uma forma nova de Estado, produzida por qualquer revolução socialista. Tendo em vista que aqui não se trata de fazer uma análise específica da forma russa de Estado, o conceito leninista só nos interessa entendido nesse último nível. (Uma discussão sobre o tema foi por nós levada a efeito no tomo 2, segunda parte, do nosso livro *La estrategia y la táctica socialista: de Marx y Engels a Lenin*, Ediciones Era, México, 1981. Em coautoria com Theotônio dos Santos).
8. *Obras completas*. Tomo XXVIII, pp. 441-452. (Grifos do autor).
9. Obras completas. Tomo XXVIII, pp. 452-453.
10. Ibid., p. 453.
11. *Obras completas*. Tomo XXIX, p. 87. (Grifos do autor).

12. *Obras completas*. Tomo XXVIII, p. 453.
13. *Obras completas*. Tomo XXVIII, p. 453. (Grifos do autor).
14. *Obras completas*, pp. 453-454. (Grifos do autor). Para explicitar ainda mais a análise leninista a esse respeito, vale a pena mencionar outras formações suas: "Alcançamos a vitória com a cavalaria ligeira, mas também temos artilharia pesada. Alcançamos a vitória com métodos de repressão, mas também podemos conseguir a vitória com métodos de governo. Devemos saber mudar os métodos de luta contra o inimigo, quando mudam as circunstâncias. Não renunciaremos nem um instante à repressão com os métodos à guarda vermelha contra os (...) contra-revolucionários latifundiários e burgueses. (Ibid., p. 445).
15. *Obras completas*. Tomo XXXI, p. 117.
16. "Se perguntássemos a qualquer marxista e, inclusive, a uma pessoa com um conhecimento geral da ciência moderna: 'É provável que os diversos países capitalistas passem à ditadura do proletariado de um modo uniforme e harmonicamente proporcionado?', dar-nos-ia sem dúvida uma resposta negativa. No mundo capitalista nunca tem existido, nem pode existir, o desenvolvimento uniforme, harmonioso e proporcionado. Cada país desenvolveu em especial ora um, ora outro aspecto ou traço, ou um grupo de traços do capitalismo e do movimento operário. O processo de desenvolvimento tem sido não-uniforme." (Op. cit., p. 117).
    Foi exatamente com o intuito de captar a especificidade das contradições próprias do caso russo que Lenin acentuou muitas vezes que "para os russos foi mais fácil *começar* a grande revolução proletária, mas em contrapartida, ser-lhes-á mais difícil *continuá-la* (...)". (Op. cit., p. 179). Esta asserção de Lenin foi por nós discutida no capítulo X do nosso livro *La estrategia y la táctica socialista: de Marx y Engels a Lenin*. Op. cit.
17. *Obras completas*. Tomo XXXII, pp. 92-93.
18. *Obras completas*. Tomo XXXV, p. 34. Além da circunstância que a Rússia era um país de pequenos produtores, não se pode perder de vista o fato que a revolução bolchevique, por ser a pioneira, e por ter que enfrentar sozinha a agressão e o boicote do imperialismo mundial, viu-se em frente de problemas que as revoluções posteriores puderam evitar. Sobre isso, assim se exprime Lenin: "Vimo-nos obrigados a começar a nossa revolução em condições extraordinariamente difíceis, ante as quais nenhuma das futuras revoluções operárias no mundo se defrontará (...)". (*Obras completas*. Tomo XXIX, p. 457).
19. *Obras completas*. Tomo XXX, p. 105. (Grifos do autor).
20. *Obras completas*. Tomo XXX, p. 317.
21. *Obras completas*. Tomo XXXII, p. 84.
22. *Obras completas*. Tomo XXXV, p. 204, citação por ele extraída do seu texto de 1918, 'El infantilismo *izquierdista* y el espíritu pequeño burgués. *Obras escogidas*. Tomo II, p. 725.
23. *Obras completas*. Tomo XXXI, p. 292. Assim Lenin explicita a diferença entre socialismo e comunismo: "Se nos perguntarmos em que se diferencia o comunismo do socialismo, devemos dizer que o socialismo é a sociedade que surge diretamente do capitalismo, é a primeira forma da nova sociedade. O comunismo é uma forma superior da sociedade, e só pode desenvolver-se quando o socialismo se tenha consolidado por completo. O socialismo pressupõe o trabalho sem o concurso dos capitalistas, o trabalho social com o mais rigoroso registro, controle e vigilância por parte da vanguarda organizada, o setor avançado dos trabalhadores; deve ser determinada a medida do trabalho e da remuneração. É necessário determinar isso, porque a sociedade capitalista nos tem deixado remanescência e hábitos, tais como a fragmentação do trabalho, a falta de confiança na economia social e os *velhos hábitos do pequeno proprietário que predominam em todos os países agrícolas*. Tudo isso se opõe a

uma economia verdadeiramente comunista. Damos o nome de comunismo a um regime sob o qual se cria entre os homens o hábito de cumprir com suas obrigações sociais sem necessidade de nenhum aparato especial de coerção, e no qual se converte em fenômeno geral o trabalho gratuito a bem da comunidade. Compreende-se que o conceito 'comunismo' é demasiadamente remoto para aqueles que dão os primeiros passos para a vitória total sobre o capitalismo. E mais adiante Lenin afirma que aqueles que "pensam que podemos passar diretamente do grande capitalismo ao comunismo, não são revolucionários, mas reformistas ou utopistas". (*Obras completas*. Tomo XXXII, pp. 275-276).

24. *Obras completas*. Tomo XXXII, p. 348.
25. Ibid., p. 349.
26. *Obras completas*. Tomo XXXIV, p. 300.
27. *Obras completas*. Tomo XXXIV, pp. 121-122. (Grifos do autor).
28. *Obras completas*. Tomo XXXIV, p. 124. Lenin formula a questão da seguinte forma: "O comunismo implica o poder soviético, como órgão político que confere à massa de oprimidos a possibilidade de dirigir todos os assuntos; sem isso, é inconcebível o comunismo (...).
Dessa forma, fica assegurado o êxito político, mas o êxito econômico só poderá estar assegurado quando o Estado proletário russo vier a controlar uma enorme máquina industrial construída em base à técnica moderna, e isso quer dizer a eletrificação".
29. *Obras completas*. Tomo XXXIV, p. 246.
30. "'O comunismo de guerra' nos foi imposto pela guerra e pela ruína. Não foi, nem podia ser, uma política que correspondesse às tarefas econômicas do proletariado. Foi uma medida transitória. A política correta do proletariado que exerce a sua ditadura num país de pequenos proprietários rurais é intercambiar o cereal pelos produtos da indústria de que o camponês necessita. Esse é o único tipo de política de abastecimento de víveres que corresponde às tarefas do proletariado e que pode consolidar as bases do socialismo e levá-lo à sua completa vitória.
O imposto em espécie é a transição para essa política." (*Obras completas*. Tomo XXXV, p. 216).
Por isso, apesar de Lenin reconhecer muitos aspectos corretos da original obra de Nicolai Bujarin, *Teoría económica del período de transición*, (Cuadernos de pasado y presente, Nº 29, Córdoba, Argentina, 1972) esta no seu conjunto, por representar uma teorização justificativa do 'comunismo de guerra', ajusta-se essencialmente à interpretação leninista dessa fase da transição na Rússia bolchevique.
31. Yuri Poliakov, La nueva política económica y la edificación del socialismo en la URSS, *Problemas del mundo contemporáneo*, Academia de Ciencias de la URSS, Moscú, 1974, p. 19.
32. Op. cit., p. 14. (Grifos do autor).
33. Com respeito à questão da possibilidade do trânsito direto, assim dizia Lenin: "Dado que a grande indústria existe em escala mundial, não há dúvida que é possível uma transição direta ao socialismo, e ninguém negará esse fato (...)". (*Obras completas*. Tomo XXXIV, p. 79).
Sem embargo, no tocante à situação específica da Rússia, Lenin assinala: "Não devemos contar com o trânsito direto ao comunismo". (Neste caso ele utiliza a palavra como sinônimo de socialismo). "Devemos edificar sobre a base do interesse pessoal do camponês". (*Obras completas*. Tomo XXXV, p. 505).
34. *Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 96. A interpretação de Yuri Poliakov é pelo menos mais matizada que o grosseiro enfoque dado pelo Instituto de Marxismo-Leninismo do CC do PCUS, no prefácio do tomo III, onde ele diz:
"Lenin assinalou reiteradamente a importância internacional da Nova Política Econômica, dizia que *em qualquer parte do mundo*, onde viesse a produzir-se a revolução socialista, a nova sociedade estaria baseada *na aliança dos operários com os camponeses*. Por isso, para realizar a construção do socialismo, *é inevitável levar a cabo, de uma ou de outra maneira, as medidas próprias da NEP*. Os partidos comunistas e operários das democracias populares aproveitam amplamente as experiências da NEP na Rússia Soviética, aplicando-as com êxito nas particularidades concretas dos seus países." (Grifos do autor).
Não é correto interpretar Lenin dizendo que ele considerava que "em qualquer parte do mundo (...) a nova sociedade haveria de basear-se na aliança dos operários e camponeses", e que ele a entendia como uma 'tarefa mundial'. E o que acontecerá nas sociedades onde a classe camponesa é inexpressiva? Também, admitir que no seu entendimento a NEP era 'inevitável' para todos os casos de transição significa interpretá-lo muito mal. E por último, a história não tem confirmado essas teses, que não são leninistas. Nenhuma das experiências posteriores passou por um 'comunismo de guerra', e portanto as respectivas políticas econômicas não tiveram conotações de retrocesso, como na União Soviética em 1921, apesar de que em todas elas ocorreu, e ainda ocorre, a coexistência das relações de produção socialista com as tipicamente capitalistas.
35. *Obras completas*. Tomo XXXV, p. 391. (Grifos de Lenin).
36. "É provável que a experiência do segundo período da nossa luta, quer dizer, a experiência do retrocesso, seja útil no futuro para os operários, *pelo menos de alguns países*, da mesma forma que, sem dúvida, nossa experiência do primeiro período da revolução, quer dizer, *a experiência da ofensiva audaz, se mostrará útil aos operários de todos os países.*" (*Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 296. Grifos do autor).
Como vemos, se Lenin se empenhou em pôr grande ênfase na experiência da União Soviética, essa foi sem dúvida no sentido da 'ofensiva audaz', desde a vitória até o comunismo de guerra. Não obstante, tal destaque passou inadvertido aos analistas soviéticos acima citados.
37. *Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 94.
38. *Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 260.
39. O novo sistema "não pode funcionar sem uma série de 'correias de transmissão', que vão da vanguarda à massa da classe mais avançada, e desta às massas trabalhadoras". Essa referência se reporta à sua polêmica sobre o papel dos sindicatos. *Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 289.
40. *Obras completas*. Tomo XXXIV, p. 270. (Grifos do autor).
41. Ibid., p. 271. Veja-se também tomo XXXV, pp. 559-560.
42. *Obras completas*. Tomo XXIX, pp. 284-285. (Grifos do autor).
43. Ibid. (Grifos do autor).
44. Veja-se, por exemplo, o *Informe central de Fidel Castro al primer congresso de PCC*, 1975, várias edições.
45. *Obras completas*. Tomo XXIX, pp. 286-287. (Grifos do autor).
46. Por exemplo, em nosso livro *La estrategia y la táctica socialista: de Marx y Engels a Lenin*. Op. cit.
47. Op. cit., pp. 287-288. (Grifos do autor).
48. Ibid., pp. 289-290.
49. *Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 272.
50. Ibid., p. 297. (Grifos do autor).
51. Ibid., p. 442.

Capítulo 2

1. *Obras escogidas*. Tomo II, pp. 424-425. (Grifos do autor).
2. Veja-se nosso livro, *La estrategia y la táctica socialista: de Marx y Engels a Lenin*. Op. cit. Tomo II.

3. *Obras completas*. Tomo XXXVI, pp. 424-425. (Grifos do autor).
4. Assim entendia ele a Inspeção Operária-Camponesa: "... nossa idéia é de que a IOC tenha um conjunto de empregados de características não convencionais". E para consegui-lo, argumentava da seguinte maneira:
"Concebo essa organização da IOC do modo seguinte: elegem-se para integrar o CC do partido, além dos seus outros membros, várias dezenas (de 50 a 75) de *operários e camponeses plenamente provados quanto à sua honestidade e abnegação*. Ao mesmo tempo, a IOC reduzir-se-á por fim (por fim!) a algumas centenas de pessoas; por uma parte, (pessoas) mais experimentadas nos assuntos da IOC em geral, ou seja, os que melhor conhecem o controle geral do nosso quadro de especialistas altamente qualificados, tanto por seu conhecimento desse aparato como por seu próprio conhecimento teórico quanto à organização do trabalho nas instituições, e porque dominam os métodos de controle e pesquisa; e por outra parte, as pessoas do quadro nitidamente administrativo, auxiliar". (*Obras completas*. Tomo XXXVI, pp. 510-511. Grifos do autor).
Como se pode ver, Lenin concebia a inspeção antiburocrática como tarefa de elementos da vanguarda das classes populares, honestos e abnegados, cuja obra seria fundamentada na sua experiência e formação teórica. É claro que ele tinha consciência que o IOC seria um paliativo ao problema de fundo, mas era em todo caso o melhor que se poderia fazer naquele momento.
5. *Obras completas*. Tomo XXX, pp. 448-449. (Grifos do autor).
6. Ibid., p. 449.
7. Ibid. (Grifos do autor).
8. Veja-se F. Engels, De la autoridad , *Obras escogidas*. Op. cit. Tomo II.
9. *Obras completas*. Tomo XXVIII, p. 435. (Grifos do autor).
10. Ibid.
11. Com respeito ao comando único, Lenin expressa a sua opinião de maneira peremptória: "Recentemente, ao ser discutido o problema da reorganização e da planificação correta dos transportes ferroviários, surgiu a questão de até que ponto a autorização (que se poderia qualificar de ditatorial) é compatível com as organizações democráticas em geral, com o princípio coletivo da direção em especial, e com o princípio de organização socialista soviética em particular. *Indubitavelmente, encontra-se muito difundida a opinião de que nem sequer se pode falar de tal compatibilidade, opinião segundo a qual a autoridade ditatorial unipessoal é incompatível com a democracia e com o tipo soviético de Estado, e com a direção coletiva. Nada mais equivocado do que essa opinião*. (Ibid., p. 424. Grifos do autor).
12. Ibid.
13. Ibid., p. 480. (Grifos do autor).
14. Ibid., pp. 482-483. (Grifos do autor).
15. *Obras completas*. Tomo XXIX, p. 167.
16. Ibid., pp. 174-175.
17. Ibid., p. 253.
18. *Obras completas*. Tomo XXX, p. 237.
19. "...o responsável de burocracia (...) deverá responder por isso do ponto de vista da defesa, quer dizer, estará sujeito à detenção imediata e a ser submetido a conselho de guerra, mesmo que seja membro do sindicato mais importante e do mais importante comitê de direção".
20. A prestação de contas individual coloca-se na ordem do dia como uma necessidade de sobrevivência do regime em momentos de crise aguda. No caso russo, a questão começa a mostrar-se extremamente crucial quando teve início a guerra civil, e com ela o comunismo de guerra e a necessidade de repressão ao açambarcador e ao burocrata. Ambos sobreviverão à etapa leninista, conquanto Lenin nunca tenha tido complacência com eles e tenha contra eles preconizado os mais drásticos remédios.
"Hoje, nosso inimigo, se nos referimos ao inimigo interno, não é tanto o capitalista ou o latifundiário, minoria exploradora fácil de vencer e que já foi vencida, mas muito mais o açambarcador é o burocrata". (*Obras completas*. Tomo XXX, p. 254).
21. Ibid., pp. 266-267.
22. *Obras completas*. Tomo XXXI, p. 47.
23. Ibid., p. 50.
24. Ibid., p. 53.
25. Ibid., p. 323.
26. *Obras completas*. Tomo XXXII, p. 235. (Grifos do autor).
27. Ibid., p. 372. (Grifos do autor).
"Centenas de milhares e milhões de trabalhadores devem passar pela escola da IOC e aprender a governar o Estado (pois ninguém nos tem ensinado), para que possam substituir as centenas de milhares de burocratas burgueses". (*Obras completas*. Tomo XXXIV, p. 142).
28. Enfermo e já no fim da sua vida, Lenin detectou a inoperância da IOC, e fez tentativas dramáticas para dar-lhe novo impulso. "A luta contra o mal (burocrático) pode e deve ser colocada em primeiro plano". (*Obras completas*. Tomo XXXIV, p. 143).
29. *Obras completas*. Tomo XXXIV, p. 126.
30. Ibid., pp. 252 e 258.
31. Ibid., p. 335.
32. Ibid., p. 346.
33. Vejam-se, por exemplo, as críticas que dirige a Trotsky por suas objeções burocráticas a dirigentes sindicais. Ibid., p. 353.
34. Ibid., p. 413.
35. *Obras completas*. Tomo XXXV, p. 35.
36. Ibid., p. 119.
37. Ibid., p. 193.
38. Ibid., p. 229.
39. Nesse sentido Lenin propõe soluções como esta:
"Um dos meios mais importantes para combater as práticas burocráticas e o papelório será verificar como as leis e disposições do centro são aplicadas nas localidades, e isso requer informes impressos *públicos*, que necessariamente devem contar com a *ampla participação de apartidaristas* e de gente que não trabalha nos departamentos. (*Obras completas*. Tomo XXXV, p. 267. Grifos do autor).
Outros tipos de solução mais radical também são contemplados por ele, como por exemplo, a condenação dos culpados de 'burocratice' em tribunais populares. Ibid., p. 318.
40. Ibid., p. 275; e *Obras completas*. Tomo XXXVI, pp. 109-110.
41. *Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 127.
42. Ibid., p. 185. (Grifos do autor).
43. Ibid., p. 257.
44. Ibid., p. 480.
45. Ibid., p. 533.
46. *Obras completas*. Tomo XXVIII, pp. 336-337.
Em abril de 1918, comentando uma resenha de Bujarin sobre n seu trabalho, 'O Estado e a revolução', que apareceu na revista *Kommunist*, diz que "todo o seu valor desapareceu para mim quando a li até o final, e comprovei que Bujarin não se deu conta de advertir o que era necessário advertir, e isso porque escreveu a sua resenha em abril, porém citando o que em abril já era velho, e que pertencia ao passado; dizia que devemos acabar com o velho Estado. *Isso já está feito, é uma tarefa que correspondeu ao passado, e é preciso caminhar em frente, olhar para o futuro e não para o*

passado, criar o Estado baseado na comuna. (*Obras completas*. Tomo XXIV, p. 49. Grifos do autor).
47. Ibid. (Grifos do autor).
48. *Obras completas*. Tomo XXIX, p. 73.
49. Lenin considera os 'sábados comunistas' como uma 'valiosa exceção', mas ainda eram nada mais do que 'brotos de comunismo'. *Obras completas*. Tomo XXXI, p. 300.
50. *Obras completas*. Tomo XXXIII, pp. 41-42.
51. Ibid.
52. Ibid., pp. 42-43.
53. *Obras completas*. Tomo XXXIV, pp. 292-293.
É imprescindível mencionar aqui uma precisão que Lenin faz posteriormente à mencionada polêmica sobre o caráter do Estado soviético, precisão essa que, a nosso ver, não chega a ser uma retificação, mas a procura de um maior esclarecimento da questão: "Com relação à discussão de 30 de dezembro, devo corrigir um erro meu. Eu disse: o nosso não é em realidade um Estado operário, mas um Estado operário-camponês. O camarada Bujarin exclamou em seguida: "que tipo de Estado?". Em resposta, eu o remandei ao VIII Congresso dos Sovietes, que acabava de ser celebrado. Tornei a ler a resenha dessa discussão e comprovei que eu estava equivocado e que o camarada Bujarin tinha razão. Tinha que dizer: "Um Estado operário é uma abstração: o que na realidade nós temos é um Estado operário com a seguinte particularidade: primeiro, que o que predomina no país não é uma população operária, mas camponeses; e, segundo, que é um Estado operário com deformações burocráticas". Qualquer um que leia o meu discurso completo verá que essa correção não modifica nem o fio do meu pensamento, nem as minhas conclusões. (*Obras completas*. Tomo XXXIV, p. 326).
54. *Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 109.
55. *Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 503.
56. *Obras completas*. Tomo XXXI, p. 338 e seguintes.
57. "A monarquia é o poder de uma só pessoa; a república é a ausência de autoridades não eleitas; a aristocracia é o poder de uma minoria relativamente pequena; a democracia é o poder do povo". Ibid., p. 347.
58. Ibid., p. 354.
59. *Obras completas*. Tomo XXIX, p. 93.
60. *Obras completas*. Tomo XXIX, p. 319.
61. *Obras completas*. Tomo XXIX, p. 424.
62. *Obras completas*. Tomo XXX, p. 171.
63. *Obras completas*. Tomo XXX, p. 230. (Grifos do autor).
64. *Obras completas*. Tomo XXX, p. 277.
65. "Na história não houve revolução em que, depois da vitória, se pudesse abaixar os braços e descansar sobre os louros. Quem imaginar que tais revoluções são possíveis, não apenas não é revolucionário, mas é o pior inimigo da classe operária. Jamais houve uma revolução, nem sequer de segunda categoria, nem mesmo burguesa, em que se tratasse apenas da passagem do poder das mãos de uma minoria possuidora para as mãos de outra minoria (...). As revoluções têm que passar por provas terríveis no fogo da luta". (*Obras completas*. Tomo XXX, p. 407. Veja-se também o 'Proyecto de programa del PC(b)R. Tomo XXX, p. 442).
66. Não conseguimos descobrir em qual experiência histórica de baseia L. Breznev, quando no seu informe ao XXVI Congresso do PCUS faz referência a experiências de transição pacífica ao socialismo.
67. *Obras completas*. Tomo XXXI, pp. 222-223.
68. *Obras completas*. Tomo XXXI, p. 240.

69. *Obras completas*. Tomo XXXI, p. 248.
70. *Obras completas*. Tomo XXXI, p. 257.
71. *Obras completas*. Tomo XXXI, p. 262.
72. *Obras completas*. Tomo XXXII, pp. 75-78.
73. *Obras completas*. Tomo XXXII, p. 96. (Grifos do autor).
74. *Obras completas*. Tomo XXXIII, p. 308.
75. Essa tese leninista foi objeto, historicamente, de várias deformações. N. Bujarin, por exemplo, acreditava estar a defendê-la na sua proclamação aos camponeses *kulaks*: 'enriquecei-vos', esquecendo que esses eram exatamente os exploradores... Para uma visão mais ampla dos postulados bujarinistas, veja-se A. G. Lowy, em *El comunismo de Bujarin*, Ed. Grijalbo, S.A., México, DF, 1973.
76. "... se o programa de Erfurt não menciona a ditadura do proletariado, era errôneo no plano teórico, e na prática era uma covarde concessão aos oportunistas. E em nosso programa, a ditadura do proletariado figura desde 1903". (*Obras completas*. Tomo XXXIII, p. 370).
77. *Obras completas*. Tomo XXXIV, p. 44.
78. *Obras completas*. Tomo XXXIV, p. 89. Veja nosso livro acima citado, *La estrategia y la táctica socialista*. Tomo II, p. 42.
79. *Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 42.
80. Ibid., pp. 49-50. (Grifos do autor).
81. Ibid., pp. 50-51. (Grifos do autor).
82. *Obras completas*. Tomo XXXIV, p. 228.
83. "... não se pode exercer a ditadura do proletariado através de uma organização que abarque a totalidade dessa classe, porque em todos os países capitalistas (...) o proletariado está ainda tão dividido, tão degradado e tão corrompido em alguns lugares (pelo imperialismo em alguns países) que uma organização que englobe o conjunto do proletariado não pode exercer diretamente a ditadura do proletariado. Somente pode exercê-la a vanguarda, que concentra a energia revolucionária da classe". (*Obras completas*. Tomo XXXIV, p. 289).
84. *Obras completas*. Tomo XXXV, p. 127.
85. Veja-se Isaac Deutcher, *Trotsky: El profeta armado*, Ed. Era, México. Tomo I, pp. 288-291.
86. *Obras completas*. Tomo XXXV, p. 130.
87. *Obras completas*. Tomo XXXV, p. 215. (Grifos do autor).
88. *Obras completas*. Tomo XXXV, p. 301.
89. Ibid.
90. Ibid., p. 303.
91. Ibid., p. 304.
92. *Obras completas*. Tomo XXXV, p. 398.
93. Ibid., p. 373.
94. Ibid., p. 392.
95. *Obras completas*. Tomo XXXV, p. 488. (Grifos do autor).
96. *Obras completas*. Tomo XXVIII, pp. 403-431. (Grifos do autor). "Com freqüência a federação, sob um regime autenticamente democrático, e mais ainda com a organização do Estado, é simplesmente um passo de transição ao centralismo democrático verdadeiro. O exemplo da República Soviética da Rússia nos mostra com especial evidência que a federação que estamos implantando, e que será implantada, é presentemente o passo mais seguro para alcançar a união duradoura das diferentes nacionalidades da Rússia num Estado soviético único, democrático e centralizado".
97. Ibid., p. 434. "Como pode ser garantida uma estrita ünidade de vontade? Pela subordinação da vontade de milhares de homens à de um só". Ibid., p. 476.
98. Ibid., p. 435.

99. Ibid., p. 440.
100. Ibid., p. 481.
101. Nas experiências posteriores do socialismo, algumas mantiveram o sufrágio universal – República Democrática Alemã, Polônia, etc. – outras, como a de Cuba, proclamam um sufrágio 'quase universal', pois o direito de ser eleitor é vedado apenas a uma parcela insignificante da população, como o são os ex-colaboradores da tirania.
102. *Obras completas*. Tomo XXIX, p. 289.
103. *Obras completas*. Tomo XXIX, p. 319.
104. *Obras completas*. Tomo XXIX, p. 353.
105. *Obras completas*. Tomo XXIX, p. 466.
106. "Não pode haver revolução socialista se a imensa maioria das mulheres trabalhadoras nela não participar em grande medida. (...) Em nenhum Estado capitalista, nem sequer na mais livre das repúblicas, a mulher goza de plena igualdade de direitos" (*Obras completas*. Tomo XXX, p. 25).
107. *Obras completas*. Tomo XXX, pp. 446-447.
108. "Sim, dissemos e dizemos sempre em nosso programa, no programa do nosso partido, que não caímos no engano de lemas altissonantes, como os de igualdade, liberdade e vontade da maioria, e aos que se chamam democratas, partidários da democracia pura, partidários da democracia conseqüente, e se opõem direta ou indiretamente à ditadura do proletariado, nós consideramos auxiliares e cúmplices de Kolchak" (general contra-revolucionário). (*Obras completas*. Tomo XXXI, p. 219).
109. *Obras completas*. Tomo XXX, p. 464.
110. *Obras completas*. Tomo XXXII, p. 80. Por exemplo, diz Lenin: "Em número de congressos superamos a todos os países do mundo. Nenhuma república democrática realiza tantos congressos como nós; por outro lado, tampouco podem permiti-lo". (*Obras completas*. Tomo XXXV, p. 506).
111. Todos vocês sabem muito bem que, lamentavelmente, nenhum outro país pode competir conosco em matéria de rapidez com que legislamos. (...) Estamos convencidos de que nossa revolução alcançou êxitos verdadeiros, porque sempre dedicamos a maior atenção aos organismos de governo locais e às experiências locais. (...) e das localidades esperávamos o entusiasmo que fez com que nossa revolução fosse rápida e invencível. (*Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 386).
112. *Obras completas*. Tomo XXXIV, pp. 48-49.
113. *Obras completas*. Tomo XXXIV, p. 288.
114. *Obras completas*. Tomo XXVIII, p. 338.
115. *Obras completas*. Tomo XXVIII, p. 343.
116. Veja Anexo, *Principais interpretações...*, onde é discutida a polêmica de Rosa Luxemburgo sobre a Revolução Russa.
117. *Obras completas*. Tomo XXX, p. 52.
118. *Obras completas*. Tomo XXXI, p. 51.
119. *Obras completas*. Tomo XXXII, p. 226.

Capítulo 3

1. Karl Marx, *El capital*. Tomo I, Vol. 1, Siglo XXI Editores, México, DF, p. 7. (Grifos do autor).
2. *Obras completas*. Tomo XXVIII, pp. 412-413.
3. "É natural que, depois da tomada do poder, o proletariado organize a produção, fazendo uso daquela técnica que herdou do capitalismo, e, cronologicamente, a história da economia socialista deve ser contada a partir do momento da revolução. Contudo, na opinião de Marx e Engels (e como veremos mais adiante, também de Lenin), a produção socialista só poderá manifestar os seus traços característicos, em contraposição à economia capitalista, quando estiver em condições de apoiar-se sobre uma nova base técnica". (E. Preobrazhenski, *Por una alternativa socialista*, Editorial Fontamara, Barcelona, p. 82).
4. Referindo-se às fontes de acumulação nos países industrializados, Ernest Mandel diz, com razão, o seguinte: "Na indústria capitalista, o operário se sente reduzido ao papel de uma peça inanimada do processo de produção extremamente complexo. Dotado de uma responsabilidade direta ou indireta, na direção da sua empresa, esse mesmo operário iria liberar imensas forças de invenção e engenhosidade, sobretudo se a experiência lhe ensina que todo o aumento da produção e toda a redução do custo das mercadorias produzidas traduz-se automaticamente na elevação do seu nível de vida e da comunidade local onde vive.
E, enfim, enquanto no capitalismo só se introduz uma nova técnica de produção quando essa técnica aumenta o lucro, numa economia planificada seria introduzida no momento em que viesse a economizar trabalho vivo, a custos iguais".
Diz ele também com acerto que "...nos industrialmente avançados, esse enorme esforço não se saldaria por nenhuma redução do consumo popular (individual ou coletivo), nem por diminuição alguma do ritmo da expansão econômica". Porém, com ele não podemos de forma alguma estar de acordo quando afirma que: "E inclusive a estrutura industrial não sofreria nenhuma modificação essencial". (*Tratado de economía marxista*, Editora Era. Série Popular Era, México, DF, pp. 109-110).
É evidente que um processo de transição socialista num país desenvolvido teria que promover, pelo menos a médio prazo, modificações profundas que efetivamente viriam a transtornar a sua estrutura industrial, reordenando-a racionalmente em função das novas necessidades sociais e em função da criação das novas bases científicas e tecnológicas, típicas do socialismo desenvolvido. Além do mais, quando a revolução social ocorre num país altamente desenvolvido, o equilíbrio de forças ao nível internacional entre capitalismo e socialismo ver-se-á transtornado, fazendo com que se aproxime a passos muito mais rápidos os estertores do imperialismo mundial. Quantas reformas essenciais não deveriam ser empreendidas em todos os setores altamente dispendiosos da economia, tais como a indústria bélica, os exércitos convencionais, o aparato publicitário comercial, etc.? Como não reorientar de imediato os enormes recursos da economia social, para promover uma reestruturação profunda no meio ambiente dos grandes conglomerados urbanos, que já não suportam os vícios impregnados pelo desenvolvimento típico do capitalismo? Como não imprimir rumos completamente novos à estrutura industrial, voltando-a para a solução de uma série enorme de problemas e carências das populações que, por viverem em países capitalistas, nem por isso de forma alguma vivem no melhor dos mundos... Enfim, não se trata apenas de promover uma distribuição mais equitativa da riqueza social, mas sobretudo de definir novas prioridades produtivas, através de um sistema de planificação global da economia.
5. *Obras completas*. Tomo XXVIII, p. 423.
6. Ibid., p. 414.
7. Ibid., pp. 114-115.
8. "Não foi difícil decretar a abolição da propriedade privada da terra. Não foi difícil estatizar a maior parte das fábricas e oficinas. Não há dúvida que a estatização das demais empresas industriais importantes e dos meios de transporte constitui uma tarefa que será realizada facilmente em um futuro próximo". (*Obras completas*. Tomo XXVIII, p. 415).
9. "A sociedade capitalista criou outra forma de riqueza, cujo resgate contitui para o

poder soviético um problema de difícil solução. Essa forma de riqueza é o dinheiro, ou para sermos mais exatos, o papel moeda". Ibid., pp. 415-416.

10. Ibid.
11. "Não é possível acabar de golpe com o dinheiro no primeiro período da transição do capitalismo ao comunismo. Isso faz com que os elementos burgueses da população continuem utilizando os signos monetários retidos em propriedade, e que dão direito aos exploradores de participar da riqueza social com fins especulativos, de lucro e espoliação dos trabalhadores. Por si só, a estatização dos bancos não é suficiente para lutar contra essas sobrevivências do roubo burguês". Por isso ele propõe, no Projeto de Programa do seu partido, a implantação "o quanto antes possível (de) medidas mais radicais que vão preparando a abolição do dinheiro, em primeiro lugar e antes de tudo, a sua substituição por cadernetas de poupança, cheques e vales a curto prazo, que dêem direito aos seus detentores de receber produtos dos armazéns sociais, etc., estabelecer a obrigação de depositar o dinheiro nos bancos, e assim sucessivamente.
    A experiência prática de preparação e implantação de tais medidas e outras semelhantes demonstrará quais são, entre elas, as mais eficazes.
    Em matéria financeira, o PCR implantará um imposto progressivo sobre rendas e bens, em todos os casos em que seja possível fazê-lo". (*Obras completas*. Tomo XXX, p. 455).
    A preparação da abolição do dinheiro foi mais lenta do que Lenin previa, como também foi mais lento o triunfo da revolução na Europa e no Terceiro Mundo. Mas de toda maneira, se o processo revolucionário mundial, e na Rússia em particular, não correspondeu aos seus sonhos, isso não põe em causa de forma alguma o seu enfoque teórico.
12. Ibid., p. 421.
13. Ibid.
14. Ibid., p. 422.
15. Ibid.
16. *Obras completas*. Tomo II, pp. 276-277-730. (Grifos do autor). *Obras completas*. Tomo XXVI.
17. *Obras completas*. Tomo XXIX, pp. 50-51.
18. Ibid., p. 52. "Os operários não são pequenos burgueses. Eles não têm medo do grande 'capitalismo de Estado'; apreciam-no como a sua arma *proletária*, que o seu poder soviético empregará na desintegração e desorganização do pequeno proprietário. Unicamente não o compreende a intelectualidade sem classes, e portanto pequeno-burguesa até a medula (...)". Lenin vai mais longe ainda quando diz que "...o socialismo é impossível sem o aproveitamento das conquistas da técnica e da cultura criadas pelo grande capitalismo". (*Obras completas*. Tomo XXIX, p. 103. Grifos do autor). Lembremos de novo que ele dizia preferir uma cultura capitalista à cultura mujique (feudal), tendo em conta que no seu país ainda predominavam os valores pré-capitalistas mais retrógados.
19. Ibid., p. 53.
20. Ibid., pp. 62-63.
21. *Obras completas*. Tomo XXXV, p. 218.
22. Ibid., p. 393.
23. *Obras completas*. Tomo XXXVI, pp. 246-247-277.
24. Ibid., p. 218.
25. Ibid., pp. 220-221. Ele chamava a atenção sobre o caráter progressista das cooperativas, quando dizia: "As cooperativas reuniram amiúde sobretudo elementos pequeno-burgueses, o campesinato médio, cujo empenho no movimento cooperativo era regido por seus próprios interesses pequeno-burgueses. Não obstante, essas cooperativas ajudarão, sem dúvida alguma, a estimular a iniciativa das massas, prestando com isso um grande serviço. Criaram realmente grandes organizações econômicas, baseadas na iniciativa das massas, e nisso, devemos reconhecê-lo, desempenharam um importante papel.
    Essas organizações econômicas converteram-se, em alguns casos, em organizações capazes de substituir e complementar o aparato capitalista; isso é algo que devemos reconhecer (...).
    O proletariado urbano compreendeu bem que, devido ao caos provocado pela guerra imperialista, era preciso organizar o abastecimento de víveres, e para consegui-lo, utilizou num primeiro momento o grande aparato capitalista.
    Não devemos esquecê-lo. O cooperativismo é uma herança cultural que devemos valorizar e utilizar".
    Mais adiante acrescenta: "A organização econômica socialista é impossível sem uma rede de organizações cooperativas (...). Algumas cooperativas têm sido fechadas ou estatizadas, apesar de os sovietes não terem condições de fazer frente ao problema da distribuição e da organização de armazéns soviéticos (...) as cooperativas devem ser desestatizadas e restabelecidas". (*Obras completas*. Tomo XXX, pp. 42-45).
26. *Obras completas*. Tomo XXX pp. 307-455.
27. *Obras completas*. Tomo XXXVI, pp. 417-418.
28. *Obras completas*. Tomo XXVIII, pp. 225-226.
29. Ibid., pp. 426-427.
30. "Cada fábrica, cada cooperativa e empresa agrícola, cada aldeia que passa à nova agricultura pela aplicação da lei de socialização da terra, é agora, do ponto de vista das bases democráticas do poder soviético, uma comuna independente, com sua própria organização interna de trabalho. Em cada uma dessas comunas, um aumento da autodisciplina dos trabalhadores, a capacidade dos mesmos de trabalhar junto com especialistas dirigentes, mesmo que provenham da intelectualidade burguesa, a sua conquista de resultados práticos no sentido de aumentar a produtividade do trabalho, economizar trabalho humano, proteger a produção do roubo inaudito, de que tanto padecemos na atualidade, isto é o que deve constituir conteúdo principal da nossa imprensa soviética. Por essa forma, podemos e devemos conseguir que a força do exemplo chegue a ser o essencial moralmente, e mais tarde um modelo implantado obrigatoriamente, para organizar o trabalho da nova Rússia soviética". (Ibid.).
31. Ibid., p. 429.
32. "Em realidade, inclusive a federação, quando se realiza dentro de limites razoáveis do ponto de vista econômico, quando se funda em peculiaridades nacionais importantes, que provocam uma verdadeira necessidade de determinada separação estatal, inclusive a federação não contradiz de maneira alguma o centralismo democrático (...). Nossa tarefa agora é levar à prática o centralismo democrático na esfera econômica, assegurar a harmonia e a unidade absolutas no funcionamento de empresas econômicas, tais como as ferrovias, o correio, o telégrafo, os demais meios de transportes, etc. (Ibid., pp. 430-431).
33. Ibid., p. 433.
34. Ibid., p. 469. (Grifos do autor).
35. Ibid., p. 476.
36. *Obras completas*. Tomo XXIX, pp. 14-15.
37. *Obras completas*. Tomo XXIX, pp. 90-91.
38. Ibid., p. 94.
39. Ibid., p. 105. (Grifos do autor).
40. *Obras completas*. Tomo XXXI, p. 34.
41. *Obras completas*. Tomo XXIX, p. 142.
42. *Obras completas*. Tomo XXIX, p. 166.

43. *Obras completas*. Tomo XXIX, p. 286.
44. *Obras completas*. Tomo XXIX, p. 317.
45. *Obras completas*. Tomo XXIX, p. 462.
46. *Obras completas*. Tomo XXX, p. 20.
47. *Obras completas*. Tomo XXX, p. 457.
48. "O estabelecimento de relações comerciais do país socialista com os países capitalistas é o fator mais importante que assegura nossa subsistência, numa situação tão complexa e absolutamente excepcional". Lenin reitera que o comércio internacional só fortalece o Estado operário. *Obras completas*. Tomo XXXIV, pp. 118-119.
49. *Obras completas*. Tomo XXXIII, p. 46.
50. *Obras completas*. Tomo XXXII, pp. 170-172.
51. *Obras completas*. Tomo XXXII, p. 217.
52. *Obras completas*. Tomo XXXII, p. 185.
53. *Obras completas*. Tomo XXXII, p. 220.
54. *Obras completas*. Tomo XXXII, p. 308.
55. "Procurem que a administração se exerça com o menor gasto de forças; procurem que os administradores – trata-se de especialistas e operários – sejam gente capaz, que todos trabalhem e administrem, e que se considere um crime a não participação no trabalho da administração. *Aprendam na própria atividade prática. E aprendam também da burguesia, que soube manter a sua dominação de classe e que tem uma experiência da qual não podemos prescindir;* descartá-la seria a maior leviandade e implicaria um gravíssimo perigo para a revolução". (*Obras completas*. Tomo XXXII, p. 463).
56. *Obras completas*. Tomo XXXIII, p. 92.
57. Ibid., pp. 93-95.
58. *Obras completas*. Tomo XXXIV, pp. 272-273.
59. *Obras completas*. Tomo XXXIII, p. 372.
60. *Obras completas*. Tomo XXXIV, pp. 31-32.
61. *Obras completas*. Tomo XXXIV, p. 101.
62. *Obras completas*. Tomo XXXIV, p. 167.
63. *Obras completas*. Tomo XXXV, p. 244.
64. *Obras completas*. Tomo XXXV, p. 300.
65. *Obras completas*. Tomo XXXV, pp. 344-345.
66. "Esse sistema de distribuir os víveres segundo o princípio igualitário tem levado a um nivelamento que por vezes resulta em obstáculo para o aumento da produção. A República deve utilizar os excedentes de cereais que recolhe, para manter apenas o que é indispensável para a indústria. Nós não podemos, e nem necessitamos, manter todas as nossas fábricas, isso significaria delapidar nossos recursos. Não estamos em condições de restaurar a grande indústria em sua totalidade; quer dizer que devemos selecionar e manter apenas aquelas fábricas que estão mais bem equipadas e que prometem uma produtividade maior". (Ibid.).
67. Ibid., pp. 346-347.
68. *Obras completas*. Tomo XXXV, p. 390.
69. *Obras completas*. Tomo XXXV, p. 510.
70. *Obras completas*. Tomo XXV, pp. 547-549-558-559.
71. *Obras completas*. Tomo XXXVI, pp. 49 50.
72. *Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 80.
73. Ibid., pp. 94 e 102.
74. *Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 108.
75. Ibid.
76. *Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 241.
77. Ibid., p. 242.

78. Ibid., p. 243.
79. Ibid., pp. 243-244-247.
80. Ibid., p. 250.
81. Ibid., pp. 256-257.
82. Ibid., pp. 266-283.
83. *Obras completas*. Tomo XXVI, p. 293.
84. Ibid., pp. 317-325.
85. *Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 420.
86. Ibid., pp. 422-423.
87. Ibid., p. 423.
88. Ibid.
89. *Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 466.
90. *Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 534.
91. Ibid., pp. 536-537.
92. "... a devastação só pode ser vencida mediante a centralização, renunciando aos interesses puramente locais". (*Obras completas*. Tomo XXX, p. 266).
93. "A construção do comunismo exige indiscutivelmente a maior e a mais rigorosa centralização do trabalho em todo o Estado, e o que pressupõe superar a dispersão e desunião dos trabalhadores pelos grêmios e localmente, o que é uma das fontes da força do capital e da fraqueza do trabalho". (*Obras completas*. Tomo XXX, p. 454).
94. Ibid.
95. *Obras completas*. Tomo XXXII, pp. 235-236.
96. *Obras completas*. Tomo XXXIII, pp. 31-32.
97. Ibid., p. 50.
98. *Obras completas*. Tomo XXXIV, p. 430.
99. *Obras completas*. Tomo XXXIV, pp. 110-125.
100. "A tarefa consiste em que, em todo o país, em todas as células do partido e em cada instituição soviética, se realize um trabalho sistemático segundo esse plano único calculado para muitos anos, para que num futuro próximo possamos ter uma idéia clara de como e em que medida estamos progredindo, sem enganar-nos a nós mesmos, nem ocultar as dificuldades que nos esperam". (Ibid.).
101. *Obras completas*. Tomo XXXV, p. 245.
102. *Obras completas*. Tomo XXXV, pp. 18-19.
103. *Obras completas*. Tomo XXXIV, p. 124.
104. *Obras completas*. Tomo XXXVI, pp. 112-113.
105. *Obras completas*. Tomo XXVIII, pp. 476-479.
106. *Obras completas*. Tomo XXIX, pp. 51-53-55-495.
107. *Obras completas*. Tomo XXIX, p. 102.
108. *Obras completas*. Tomo XXIX, p. 235.
109. *Obras completas*. Tomo XXIX, p. 242.
110. Ibid., p. 287.
111. Ibid., p. 300.
112. *Obras completas*. Tomo XXVIII, pp. 258-259.
113. *Obras completas*. Tomo XXXV, p. 209.
114. "Das fileiras de operários, camponeses e intelectuais surge uma quantidade de pessoas importantes no trabalho econômico, enquanto os comunistas continuam exercendo o necessário controle e dando a orientação. Ao inverso, devemos ter gente sem partido que controle os comunistas; para isso, os grupos de operários e camponeses fora do partido, cuja honestidade tem sido comprovada, deverão ser incorporados, por uma parte, à Inspeção Operária-Camponesa, e por outra, à verificação e valorização informal do trabalho, à margem de todo cargo oficial". (*Obras completas*. Tomo XXXV, p. 274).

115. *Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 332.
116. *Obras completas*. Tomo XXXVI, pp. 527-528.
117. Ibid., p. 532.
118. Ibid., pp. 536-537.
119. Ibid., p. 536.
120. Veja-se E. H. Carr, *La revolución bolchevique (1917-1932)*. Tomo III, capítulos 23 e 25. Op. cit.
121. *Obras completas*. Tomo XXVIII, p. 360.
122. Como exemplo de tal postura podemos citar a sua posição específica no caso da Ucrânia:
"A independência da Ucrânia foi reconhecida, tanto pelo Comitê Executivo Central da RSFSR (República Socialista Federativa Soviética Russa), como pelo Partido Comunista dos bolcheviques da Rússia. É, portanto, evidente e por todos reconhecido que só os próprios operários e camponeses da Ucrânia podem decidir e decidirão no seu Congresso de Sovietes da Ucrânia, se a Ucrânia se fundirá com a Rússia, ou se será uma república separada e independente, e nesse último caso, que vínculos federativos deverão ser estabelecidos entre essa república e a Rússia.
Como deve ser resolvido esse problema, no que tange aos interesses dos trabalhadores e ao êxito da sua luta pela total emancipação do trabalho do jugo do capital?
Em primeiro lugar, os interesses do trabalho exigem a confiança mais absoluta e a união mais estreita entre os trabalhadores dos diferentes países e diferentes nacionalidades". (*Obras completas*. Tomo XXXII, p. 283).
123. *Obras completas*. Tomo XXXI, p. 18.
124. *Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 360.
125. *Obras completas*. Tomo XXXIII, pp. 294-295-296-297.
126. *Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 487.
127. *Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 69. (Grifos do autor).
128. *Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 341. (Grifos do autor).
129. *Obras completas*. Tomo XXXII, p. 391.
130. *Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 63.
131. Ibid., pp. 64-65.
132. Ibid., p. 67.
133. Ibid., p. 69.
134. Ibid., p. 71.
135. Ibid., p. 73.
136. Ibid., pp. 137-138.
137. Ibid., p. 159.
138. Ibid., pp. 174-175.
139. Ibid., p. 181.
140. Ibid., pp. 376-377.
141. Ibid., pp. 435-437.
142. Ibid., p. 445.
143. Ibid., p. 466.
144. Ibid., pp. 533-534.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. OBRAS DE K. MARX E F. ENGELS

KARL MARX. *El capital*, Fondo de Cultura Económica, México, varias ediciones; Siglo XXI Editores, México, 1975-1976.

_____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política* (borrador) – 1857-1858, Siglo XXI, Editores, México, 1971.

_____. *Teorías sobre la plus valia*, Ed. de Ciencias Sociales, La Habana, 1969.

_____. *Contribución de la crítica de la economía política*, Ed. Nacional, México, 1973.

_____. *La miseria de la filosofía*, Ed. Nacional, México, 1973.

KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS. *Obras escogidas*, Ed. Progresso, Moscú.

_____. *La ideología alemana*, Ed. Cartago, Buenos Aires.

_____. *Correspondencia*, Coedición: Ediciones Pueblos Unidos – Montevideo. Ediciones Grijalbo, Barcelona, 1976.

FRIEDRICH ENGELS. *Anti-Dühring*, Ed. Grijalbo, México, 1964.

2. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (de Marx e Engels)

A) Estudos sobre a teoria do socialismo em Marx e Engels e estudos históricos gerais

E. PREOBRAZHENSKI, *Por una alternativa socialista*, Ed. Fontamara, Barcelona. Uma obra fundamental, única no gênero, que sintetiza a contribuição de Marx e Engels para a teoria da transição, com ênfase no aspecto econômico.

_____. *Anarquismo y comunismo*, Ed. Pensamento Crítico, A. C., México, 1970. É um resumo do livro citado acima.

E. PREOBRAZHENSKI, y NICOLAS BUJARIN, *ABC del comunismo;* várias edições. Síntese didática das teses de Marx e Engels sobre o socialismo e o comunismo.

RADOVAN RICHTA, *La humanidad en la encrucijada de su historia*, Antiarch Ed. Madrid, 1970. Uma das mais relevantes obras de nossa época, porquanto nela se elabora o marco teórico que orientará as análises posteriores, entre os marxistas, sobre o fenômeno da revolução científico-técnica.

ERNEST MANDEL, *Tratado de economía marxista*, Ed. Era, Serie Popular, México, 1969. É uma obra que pretende apreender uma ampla sistematização da economia política marxista, sob o enfoque de um prisma criativo. O tomo III pretende fazer uma análise da economia do período da transição que, não obstante a sua seriedade, contém aspectos bastante polêmicos.

FEDOSEIEV, P. N.; VOLKOV, YU. E.; GUELBUJ, F. N.; ZEVIN, V. YA.; et all., *La doctrina marxista-leninista del socialismo y la epoca actual*, Ed. Progreso, Moscú, 1978. É uma tentativa de sistematização das teses clássicas para demonstrar a sua validade atual, a partir de uma perspectiva da evolução histórica da experiência prática socialista. Encerra um insofismável tom apologético.

G. D. H. COLE, *Historia del pensamiento socialista*, Fondo de Cultura Econômica, México; várias edições. Os vols. I, II, III e IV expõem as idéias mais importantes com escassa imaginação teórica, muitas anedotas. O seu forte é a história do movimento operário inglês.

MAX BEER, *Historia del socialismo y de las luchas sociales*, Ediciones Nueva Era, Buenos Aires. Uma exposição muito sumária, com ênfase nos aspectos sócio-econômicos.

EDUARDO DLLEANS, *História del movimiento obrero*, Editorial Eudeba, Buenos Aires. O seu forte é o movimento francês, contendo uma boa ordenação da informação. De orientação cristã.

JACQUES DROZ, *Historia del socialismo*, Ediciones de Materiales, Barcelona, 1968. Estudo muito sumário. Contém boa informação e uma útil coleção de textos. O mesmo autor dirige uma *Histoire du socialismo*. Ed. Presses Univesitaires de France, que pretende ser um estudo completo sobre o tema.

A. ROSEMBERG, Democracia y socialismo. Ed. Claridad, Buenos Aires. Ensaio interpretativo muito preocupado com as relações da social-democracia com o bolchevismo.

WOLFGANG ABENDROTH, *Historia social del movimiento obrero europeo*, Editorial Etela, Barcelona. Uma visão geral interpretativa.

GEORGES LICHTHEIM, *Los orígenes del socialismo*, Ed. Anagrama. Muita informação em geral. Em relação a Marx há uma sutil deformação do seu pensamento para separá-lo do leninismo. Publicou também: *Breve historia del socialismo*, Alianza Editorial, Madrid, 1975.

WERNER HOFMANN, *Historia de las ideas sociales de los sigls XIX e XX*, E / UTEHA, México. Dá especial ênfase à história do pensamento socialista. De modo geral, é superficial.

STANLEY MOORE, *Três tácticas marxistas*, Monthly Review. Estudo crítico das táticas defendidas por Marx, transferindo-as ao mundo moderno.

PEDRAG VRANICKI, *Historia del marxismo*, 2 Volumes, Ediciones Sígueme, Salamanca, 1977. O primeiro volume cobre o período de Marx e Engels a Lenin. O filósofo iugoslavo nos oferece um panorama amplo da história das idéias marxistas.

INSTITUT CIANGIACOMO FELTRINELLI, *Histoire du marxisme contemporaine*, Union Générale d'Editions, Paris, 1976. (Há tradução em espanhol). Começa com Kautsky e a Segunda Internacional, e pretende terminar com os autores marxistas contemporâneos, em sete volumes. A parte que cobre o período deste livro é uma história muito meticulosa das idéias marxistas econômicas, filosóficas e políticas.

RUBENS ISCARO, *Historia del movimiento sindical internacional*, Ediciones de Cultura Popular, México, 1976. Uma apresentação popular da história do movimento operário por um militante do movimento sindical comunista internacional.

ANNE KRIEGEL, *Historia de las internacionales*, Martínez de Roca, Barcelona, 1968. Um resumo bem feito da história do comunismo francês.

VALENTINO GERRATANA, *Investigaciones sobre la historia del marxismo*, Grijalbo, Barcelona, 1975. Excelentes incursões teóricas na história do marxismo como pensamento.

VANIA BAMBIRRA y THEOTONIO DOS SANTOS, *La estrategia y la táctica socialista: de Marx y Engels a Lenin*, 2 tomos, Ed. Era, México, 1981. É uma tentativa de sistematização do pensamento dos autores, a partir da perspectica da sua concepção estratégico-tática. Todavia, encerra também reflexões sobre a teoria de transição socialista.

B) Obras históricas específicas

FERNANDO CLAUDIN, *Marx, Engels y la revolución de 1848*, Siglo XXI, Madrid, 1975. Uma tentativa de análise detalhada da atuação de Marx e Engels na revolução de 1848 e de seu impacto sobre o seu pensamento político.

JEAN SIGMANN, 1848, *Las revoluciones románticas y democráticas de Europa*, Siglo XXI, Madrid, 1977. Uma das poucas histórias sociais do grande movimento revolucionário de 48.

E. J. HOBSBAWN, *Las revoluciones burguesas*, Ed. Labor, Madrid, 1966. O mais completo e profundo estudo dos antecedentes da revolução de 1848.

P. LISSANGARAY, *Historia de la Comuna de Paris*, Cenit, Madrid, 1931. O clássico sobre a comuna, por um dos seus participantes.

A. OLLIVIER, *La comuna*, Alianza, Madrid, 1967. Estudo de rigor acadêmico sobre a epopéia do primeiro Estado operário.

FRANZ MEHRING, *Historia de la social democracia alemana*, publicada originalmente em alemão, em 4 volumes, em 1897-1898, é ainda a melhor história do período. Existe edição em italiano e em português. Enfoca a influência do pensamento de Marx e Engels.

BO GUSTAFSSON, *Marxismo y revisionismo*, Grijalbo, México, 1975. Uma visão completa das várias correntes revisionistas e suas bases teóricas.

EDWARD HALLET CARR, *Estudios sobre la revolución*, Alianza, Madrid, 1968. Coletânea de preciosos artigos sobre revolucionários europeus de Saint Simon a Stalin.

MICHEL LOWY, *La teoría de la revolución en el jovem Marx*, Siglo XXI, México, 1972. Um esboço, com documentação original, da teoria revolucionária de Marx até o Manifesto Comunista.

C) Biografias

F. MEHRING, *Karl Marx*, Ed. Grijalbo, México. A mais completa biografia de Marx até os nossos dias.

RIAZANOV, *Marx y Engels*, Ed. Claridad, Buenos Aires. Versão de conjunto que corrige certas interpretações de Mehring.

AUGUSTE CORNUS, *Carlos Marx y Friedrich Engels*, Ed. Platina Stileograf, Buenos Aires. Biografia intelectual.

G. MAYER, *Friedrich Engels*, Biografia, Fondo de Cultura Económica, México, 1980. A mais completa biografia de Engels.

D) Coleções gerais de textos

AMARO DEL ROSAL, *Los congresos obreros en el siglo XIX* (vol. I) y Siglo XX (vol. II). Excelente coleção de textos, com comentários e notas.

DOMINIQUE DESANTI, *Los socialistas utópicos*, Editorial Anagrama. Obra muito simpática em relação aos autores estudados, com uma boa seleção de textos.

OWEN LAMMENAIS, BLANQUI, CABET, *Precursos do socialismo*. Colección 70, Grijalbo, México. Boa seleção de textos.

GRACO BABEUF, SAINT SIMON y otros, *El socialismo anterior a Marx*, Colección 70, Grijalbo, México. Boa seleção de textos.

————. *Biografía del manifesto comunista*, Edição preparada por Riazanov, com os principais textos do período em que foi escrito o manifesto. Existem várias edições em espanhol.

3. OBRAS DE V. I. LENIN

LENIN. *Obras escogidas*, 3 vols., Ed. Progreso, Moscú, 1961. Contém poucos textos que interessam ao presente estudo.

LENIN. *Obras completas*, em 51 volumes, tendo três edições: Ed. Cartago, Buenos Aires; Ed. Ayuso-Akal, Madrid; Ed. Salvador Allende, México.

O Instituto Marx-Engels e Lenin editou várias seleções das obras de Lenin sobre temas específicos publicadas pelo Editorial Progresso.

4. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (de Lenin)

A) Estudos sobre a Revolução Russa com destaques das teses de Lenin

E. H. CARR, *Historia de la Rusia soviética – La revolución bolchevique (1917-1923)*, 3 tomos, Alianza Editorial, Madrid, 1972, 1973 y 1974. Essa obra, por sua honestidade e fundamentação teórica e empírica, é o que há de melhor em matéria historiográfica sobre a Revolução Russa. Nela se encontra, desde uma síntese dos "fundamentos do bolchevismo", passando por uma detida análise das primeiras medidas da revolução, o "comunismo de guerra", a NEP, os começos da planificação, até a política bolchevique em relação às nacionalidades e sua política exterior. Descreve assim o contexto em que se desenrola a teoria leninista da transição. É uma obra imprescindível para aqueles que desejam conhecer objetivamente o processo revolucionário russo e a influência em particular de Lenin.

JOHN REED, *Diez días que conmovieron al mundo;* várias edições. É a reportagem mais apaixonante da revolução e que captou as suas características essenciais.

A. GRAMSCI, *Revolución Rusa y Unión Soviética*, Colección R, N. 51, Ed. Roca, México, 1974. Contém as impressões jornalísticas do autor sobre a revolução de outubro e revela a sua profunda admiração por Lenin e os bolcheviques. Revela também a sua precária formação marxista, em especial no que diz respeito ao seu desconhecimento da teoria do Estado.

VICTOR SERGE, *Año primeiro de la Revolución Rusa*, Siglo XXI, Ed., México, DF. É uma importante análise das primeiras medidas da revolução.

GIUSEPPE BOFFA, *La Revolución Rusa*, 2 tomos, Ed. Era, México, 1976. Essa obra representa um importante esforço de compreensão de aspectos relevantes do processo revolucionário russo, desde 1905 até o desfecho da guerra civil, sob uma perspectiva militante, quer dizer, de quem busca aprender e refletir sobre as suas lições.

JEAN ELLEINSTEIN, *Histoire de l'URSS (Tome 1), La conquête du pouvoir – 1917-1921, (Tome 2) et le socialisme dans un seul pays – 1922-1939*. Esta é uma obra controvertida, mas no que diz respeito à época de Lenin trata de ser o mais possível objetiva. Reflete toda uma linha de análise que hoje adquire importância, por revelar uma tendência crítica no interior do Partido Comunista Francês.

CHARLES BETTELHEIM, *Las luchas de classes en la URSS – primer período – 1917-1923*. Siglo XXI Ed. 1976. Essa é uma obra que revela a mudança brusca de posição analítica do seu autor, de um economista pró-stalinista a um ideólogo anti-soviético e pró-chinês. A nosso ver, apesar da ampla informação historiográfica de que sem dúvida dispõe, deve ser lido com muitas reservas, porque o seu método de análise revela

notáveis insuficiências no que diz respeito à teoria marxista-leninista e à interpretação histórica da revolução russa.

SAMUEL H. BARON, *Plejánov, el padre del marxismo ruso*, Siglo XXI, Ed., España, 1976. É um estudo acadêmico das origens do marxismo na Rússia, através do pensamento de Plejánov, que foi um dos mestres de Lenin.

LEON TROTSKY, *La Revolución Russa*, Juan Pablos, Editor, México. É uma obra-prima sobre a revolução russa, na perpectiva de um dos mais importantes protagonistas. Destaca com ênfase a figura de Lenin como dirigente político.

ISAAC DEUTSCHER, *Stalin*, Ed. Era, México, 1969.
Trotsky: el profeta armado, el profeta desarmado, el profeta en el exilio, Ed. Era, México, 1971.
Lenin: los años de formación, Ed. Era, 1970.
I. Deutcher não conseguiu terminar a sua grande obra biográfica que culminaria com a vida de Lenin. Sem embargo, as biografias de Stalin e Trotsky superam largamente o marco das pesquisas da vida de ambos os personagens, e oferecem uma contribuição muito valiosa para a análise do contexto da revolução russa e do leninismo em especial.

A. G. LOVY, *El comunismo de Bujarin*, Ed. Grijalbo, México, 1973. Embora essa obra esteja centrada na vida e na obra do bolchevique Bujarin, nem por isso deixa de refletir o processo revolucionário russo e as relações do personagem com Lenin e o leninismo.

STEPHEN F. COHEN, *Bujarin y la revolución bolchevique*, Siglo XXI, Madrid, 1976. É relevante para a compreensão do leninismo e do processo revolucionário russo, pelas mesmas razões apontadas no título anterior.

NICOLAS BUJARIN, *Teoría económica de período de transición*, Cuadernos de Pasado e Presente. Nessa obra, que corresponde a uma etapa esquerdista, superada posteriormente por ele, o autor trata de elaborar uma teoria do 'comunismo de guerra', entendido não como uma necessidade conjuntural determinada pela guerra, mas como uma etapa qualitativamente superior, o começo da instauração do comunismo. Lenin fez várias anotações críticas ao texto, que se encontram impressas no mesmo.

B) Obras específicas sobre Lenin: biografias e exposições do seu pensamento

LEON TROTSKY, *El joven Lenin*, Ed. Fondo de Cultura Económica, México, 1972. É uma exposição da evolução do pensamento de Lenin e dos seus condicionamentos sócio-eculturais nos prolegômenos da sua vida política, no século XIX.

NICOLAS BUJARIN, *Lenin marxista*, Ed. Fontamara, Barcelona, 1978. Uma reflexão bastante genérica da obra de Lenin, mas muito importante pelos aspectos cruciais que põe em destaque.

J. STALIN, *Cuestiones del leninismo*, Ediciones Sociales, México, 1941. É um texto que adquiriu importância histórica, tendo em vista que a versão nele contida formou várias gerações de militantes dos Partidos Comunistas durante a época stalinista.

N. KRUPSKAYA, *Lenin*, Ed. Fondo de Cultura Popular, México, 1970. É uma obra biográfica muito interessante, pois a sua autora foi a esposa de Lenin e, como tal, revela muitas das suas características pessoais.

MARCEL LIEBMAN, *El leninismo bajo Lenin*, 2 tomos, *La conquista del poder, la prueba del poder*, Ed. Grijalbo, México, 1978. É uma tentativa de exposição sistemática do pensamento de Lenin, mas que revela inúmeras incompreensões e confusões a respeito do mesmo. Existe tradução para o português.

MOSHE LEWIN, *El ultimo combate de Lenin*, Ed. Lumen, Barcelona, 1970. Trata-se de uma obra muito valiosa, cujo objetivo é destacar a luta de Lenin, nos estertores da sua vida, contra a proliferação da burocracia no partido e na sociedade russa.

V. I. LENIN, *Contra la burocracia: diario de las secretarias de Lenin*, Cuadernos de Pasado y Presente, N. 25, Córdoba, 1971. É uma recompilação dos últimos textos de Lenin e das notas das secretárias que colaboraram com ele no último período de sua vida. Traz informação valiosa sobre o seu comportamento e particularmente sobre a sua luta contra a burocracia.

GERDA y HERMAN WEBER, *Crónica de Lenin, datos sobre su vida y su obra*, Ed. Anagrama, Barcelona, 1979. Como o título indica, é uma obra que se propõe servir de complemento informativo sobre a vida e a obra de Lenin.

GERARD WALTER, *Lenin*, Ed. Grijalbo, México, 1967. Entre as biografias de Lenin, esta é sem dúvida uma das mais completas do ponto de vista informativo, apesar dos seus notórios desvios stalinistas.

DAVID SHUB, *Lenin*, 2 tomos, 1870-1917, 1917-1924. Alianza Editorial, 1977. O livro é uma versão liberal de Lenin e sua obra, e como tal padece de todos os vícios do liberalismo.

C) Obras que contêm críticas ao pensamento e à prática leninistas

ROSA LUXEMBURGO, *La Revolución Rusa – un examen crítico*, Ed. Rosa Blindada, Buenos Aires, 1969. Contém a sua célebre crítica construtiva à

política bolchevique sobre a questão agrária, a questão da assembléia constituinte e a questão da democracia.

K. KAUTSKY, *La dictadura de proletariado*, Ed. Grijalbo, Colección Teoría y Prática, México, 1975. A obra resume as críticas de Kautsky à Revolução Russa e contém a sua famosa tese de que a mesma não era socialista, porque a Rússia não estava ainda madura para o mesmo. Sua importância advém do fato que influenciou toda uma corrente de pensamento menchevique, antileninista e anti-soviética.

FERNANDO CLAUDIN, *Eurocomunismo y socialismo*, Siglo XXI, Madrid, 1977. Esse livro não pretende fazer uma análise de Lenin e do leninismo, mas propõe-se elaborar uma "nova" concepção estratégico-tática pretensamente marxista para a revolução européia, o eurocomunismo. Não obstante, está explícita no seu enfoque uma atitude revisionista, que busca "superar" a teoria leninista.

SANTIAGO CARRILLO, *Eurocomunismo y estado*, Ed. Crítica, Barcelona, 1977. Este livro orienta-se na direção das idéias de Fernando Claudin, mas nem de longe consegue alcançar o nível de elaboração deste. É uma tentativa de pôr em questão a teoria de Estado de Marx e de voltar aos postulados revisionistas de E. Bernstein, sem nenhuma capacidade criadora. Contém incríveis deformações do pensamento e da ação leninistas.

ANEXO

PRINCIPAIS INTERPRETAÇÕES SOBRE A TEORIA DO SOCIALISMO NOS CLÁSSICOS MARXISTAS: MARX, ENGELS E LENIN

1. OS BOLCHEVIQUES

A interpretação de E. Preobrazhenski e de N. Bujarin em relação à contribuição de Marx, Engels e Lenin para a teoria do socialismo*

> O comunismo não é para nós um estado de coisas que deve ser instaurado, um ideal a que a realidade deverá adequar-se. Chamamos de comunismo o movimento real que abolirá o estado de coisas presente.
>
> K. Marx, *A ideologia alemã.*

a) *E. Preobrazhenski*

Não é nosso objetivo deter-nos na contribuição própria de ambos os autores para o socialismo, nem em suas respectivas posições e propostas em relação ao caso específico da Revolução Russa, mas sim ressaltar as suas interpretações dos clássicos.[1]

Sem dúvida alguma, a nosso ver, uma das sistematizações e interpretações mais sólidas da concepção de Marx e Engels sobre a teoria econômica do socialismo é a que foi realizada por E. Preobrazhenski.[2]

A sua análise se concentra sobretudo na contribuição econômica desses autores, complementando desse modo a obra de Lenin, *O Estado e a revolução*. A única lacuna expositiva e interpretativa que se pode encontrar nesse autor é devido ao desconhecimento de um texto, que ainda não havia sido publicado na sua época. Trata-se da

---

* Como o título indica, o presente anexo incidirá *exclusivamente* sobre as interpretações de vários autores a respeito da *contribuição dos clássicos à teoria do socialismo*, e não sobre o conjunto do pensamento de cada um deles, o que aqui não faria sentido.

análise de Marx, *Elementos fundamentais para a crítica da economia política (borrador) 1857-1858 (Grundrisse)*. Isso impede Preobrazhenski de tomar em consideração muitas das intuições geniais de Marx, principalmente em relação ao fenômeno hoje conhecido sob o conceito de 'revolução científico-técnica'.[3]

O seu livro se concentra em três grandes temáticas: a análise das fragilidades dos grandes socialistas utópicos (Saint-Simon, Fourier, Cabert e Robert Owen); a contribuição dos comunistas (Augusto Blanqui, Marx e Engels); a crítica do sindicalismo francês. O seu trabalho culmina com o intento de demonstrar que Lenin é o continuador da obra de Marx.

Preobrazhenski prova de maneira brilhante como os socialistas utópicos, apesar das suas intuições geniais sobre a necessidade da planificação na sociedade do futuro, sobre a necessidade de integração do campo e da cidade (tendência à superação dessa contradição básica), sobre a necessidade do postulado da educação politécnica (unificação de estudo e trabalho), não chegam jamais a conceber a idéia básica do marxismo, o *necessário período de transição* entre o capitalismo e o comunismo, isto é, o socialismo.

Preobrazhenski demonstra também como os socialistas utópicos em momento algum chegam a relacionar a conquista do socialismo com a luta de classes. Põe em evidência como neles predomina a idéia de que a nova sociedade seria iluminada pelas reformas no próprio capitalismo, e como repudiavam a idéia da revolução, a idéia da via revolucionária na luta pelo socialismo. Nisso reside o utopismo dos socialistas anteriores a Marx e Engels, e faz com que em muitos deles, como Fourier e Caber, não obstante a sua apologia do igualitarismo, o questionamento do capitalismo chegue pela porta dos fundos, isto é, por uma perspectiva nostálgica do passado, da comunidade primitiva, e não conseguem ocultar o caráter reacionário do seu protesto, típico da pequena burguesia decadente.[4]

A grande contribuição de Marx e Engels, que Preobrazhenski assinala com ênfase, foi ter entendido com toda clareza que entre o capitalismo e o comunismo medeia um *período de transição*, um período de transformação revolucionária em que sobrevivem ainda as classes, portanto a luta de classes, e fatalmente ainda o Estado que "não pode ser outra coisa do que a ditadura revolucionária do proletariado."[5]

É nessa questão crucial que reside a diferença determinante entre a postura científica e a utópica.

Como salienta a epígrafe de Marx, na abertura do presente item, para os marxistas o comunismo não é como para os utópicos, "um ideal a que a realidade deverá adequar-se", mas sim um "movimento real".

Sem a intenção de fazer uma análise mais detida do livro de Preobrazhenski, devemos mencionar o seu intento de resgatar a contribuição de Augusto Blanqui para a teoria do socialismo. Blanqui foi o primeiro a chamar a atenção para a necessidade de destruição do aparato do Estado existente (liquidação do exército e da burocracia) e da instauração da ditadura do proletariado. É por isso que o autor considera que no plano teórico há um "parentesco entre blanquismo e bolchevismo" (e também, logicamente, entre blanquismo e marxismo), apesar das diferenças radicais da concepção tática, no que diz respeito à questão nevrálgica da luta pela tomada do poder.

Fixando-nos especificamente na sua análise da contribuição de Marx e Engels, é de suma importância relevar como Preobrazhenski põe em destaque um elemento essencial do método dialético-materialista histórico: Marx e Engels analisaram o socialismo mediante referências dispersas no conjunto de suas obras – de maneira algébrica. Coube a Lenin, posteriormente, e em função de uma prática concreta, traduzir "as fórmulas algébricas do Marx em linguagem da aritmética".[6] Essas fórmulas algébricas – tendo em conta que a teoria do socialismo não chegou a ser objeto específico de pesquisa de Marx e Engels – eram absolutamente indispensáveis, do ponto de vista teórico e metodológico, para a compreensão do modo de produção capitalista, da forma mais desenvolvida do sistema de exploração que ambos tencionavam explicar para discernir as formas da sua superação. Por isso diz Preobrazhenski, com inteira razão, que

> *O capital* só pôde ter sido escrito por um comunista, pois uma classificação detalhada do sistema capitalista em sua totalidade exige inevitavelmente o confronto do capitalismo com aquela estrutura econômica para a qual esse capitalismo caminha *por absoluta necessidade*.[7]

Dessa maneira, Preobrazhenski ressalta o núcleo substantivo do método marxista: somente colocando-se na perspectiva de uma formação econômico-social superior é que se podem identificar os elementos explicativos essenciais de uma etapa de desenvolvimento inferior da humanidade. Por isso, como Lenin assinalou, a pedra an-

gular da teoria marxista do Estado é o conceito de ditadura do proletariado, quer dizer, o conceito de um Estado de tipo novo, do proletariado. Esse Estado como tal se reforça dialeticamente nesse período – cuja duração ainda é imprevisível – e ao mesmo tempo prepara o caminho para a sua própria extinção, lenta, paulatina, gradual.

Há contudo um aspecto da análise de Preobrazhenski de cuja interpretação discordamos, e queremos assinalar isso. Trata-se da sua interpretação do conteúdo programático do *Manifesto comunista*, a respeito do qual o autor não deixa de revelar uma confusão entre dois fenômenos qualitativamete diversos: a revolução burguesa e a revolução proletária. Preobrazhenski acredita que nesse programa (do manifesto) há reivindicações que "vão mais além das exigências da revolução democrático-burguesa mais radical", e as enumera: 1) Centralização do crédito em mãos do Estado (...); 2) Centralização dos meios de transporte, multiplicação das empresas fabrís pertencentes ao Estado (...); 3) Obrigação de trabalhar, para todos (...); 4) Articulação da agricultura com a indústria (...); 5) Educação pública e gratuita para todas as crianças..., etc.[8] Na realidade, todas essas reivindicações não são por si mesmas propriamente *típicas* do socialismo, porquanto do ponto de vista teórico, ou seja, considerando as possibilidades puras da evolução do capitalismo, elas são perfeitamente realizáveis por este. E é exatamente por ter compreendido isso que Marx e Engels as estampam no programa do *Manifesto*, que não era um programa para revolução socialista, mas para a revolução democrático-burguesa. (Muito embora, nunca será demasiado anotar que ambos compreenderam em seguida que dever-se-ia lutar, de maneira ininterrupta, pela radicalização do programa revolucionário até à etapa qualitativamente superior, a socialista). Mas ora, uma coisa é que o sistema de exploração capitalista possa teoricamente evoluir até o seu limite; outra coisa é que o faça na prática. Marx, no tomo III de *O capital*, em sua análise sobre a renda da terra, demonstra como a nacionalização da mesma seria o resultado lógico do desenvolvimento do capitalismo. Sem embargo, essa lógica jamais se cumpriu sob o capitalismo... Todavia, os pontos programáticos do *Manifesto*, que Preobrazhenski acreditava irem além do sistema burguês, foram implementos em alguns casos, não de maneira generalizada, mas como grandes exceções – e muito importantes – do capitalismo desenvolvido.

Feita essa ressalva da diferença de interpretação com Preobrazhenski, desejamos volver às suas contribuições de extrema relevância para a compreensão da fundamentação da teoria do socialismo que deriva dos clássicos, tendo em vista também que, além da assimilação desse aporte, o autor se preocupa em confrontá-lo com a prática, com a realidade da primeira experiência de revolução socialista. O que ele se empenhou em demonstrar foi como as intuições marxistas sobre a economia socialista foram comprovadas pela experiência da Revolução Russa. E é nesse terreno que Preobrazhenski inaugurou – junto com Lenin – todo um campo de análises sobre a necessidade de uma nova base técnica de desenvolvimento das forças produtivas no socialismo, na intenção de complementar a teoria intuitiva da planificação da vida econômico-social esboçada pelos clássicos, e que buscava captar a lei de movimento que tendia a superar e a suprimir a lei do valor. Auscultando em profundidade o pensamento dos clássicos, ele constata que as suas idéias sobre o socialismo são principalmente negativas, isto é, aquilo que *não será* a nova sociedade, mas que em contrapartida dessa negação emergem os elementos essenciais do novo sistema de vida. São abundantes as citações dos clássicos manipuladas nas sua obra, cuja utilização justifica com êxito.[9] Não deixa de ser impressionante como, ainda sem conhecer os *Grundrisse*, Preobrazhenski consegue extrair aspectos essenciais da concepção marxista que, em *O capital*, estão apenas insinuados. Dilucida questões tais como a da supressão do *valor* do trabalho, o papel do ócio e o fim da dicotomia entre trabalho intelectual e manual.

Mas com muita felicidade ele destaca como no período de transição é ainda necessária a hierarquia entre os indivíduos, e como no mesmo – o socialismo – há uma tendência ao isolamento da vanguarda, que será inevitável enquanto o desenvolvimento cultural coletivo não ocorrer ao compasso das forças produtivas. Vale a pena deter-nos um pouco numa longa citação do seu raciocínio, onde ele refuta os modernos utopistas, disfarçados com todas as cores das 'dissidências'.

> A necessidade material e a jornada de trabalho de oito horas, relativamente longa, relacionadas com o baixo nível da produtividade do trabalho, e também com o baixo nível cultural herdado da velha ordem, fazem com que seja impossível o avanço rápido na eliminação da "hierarquia dos indivíduos", que se forma espontaneamente, e que nesse nível é ob-

jetivamente necessária. Nessas condições, a intelectualidade operária, eleita pelo proletariado e que ascendeu a uma formação superior, isolar-se-á inevitavelmente, junto com os antigos quadros dirigentes – apesar de não existir monopólio formal algum sobre a administração e a direção dos trabalhadores na fábrica, em base à divisão do trabalho, e portanto, as recuperações para o trabalho na fábrica, bem como o recrutamento de novos grupos de trabalhadores para os quadros dirigentes, serão ainda durante muito tempo um simples e débil paliativo. *Só um crescimento rápido da indústria e uma rápida ampliação da produtividade do trabalho no seio dela poderiam acelerar o avanço por este caminho dos trabalhadores empregados na produção, para chegarem a ser dirigentes reais do Estado e da indústria.*[10]

Cremos valer a pena neste momento deter-nos na análise de Preobrazhenski da concepção anarquista, na expressão que assumiu no sindicalismo francês, objetivando não apenas assinalar as suas diferenças, mas também os seus denominadores comuns com o marxismo.

Logo no início de sua análise sobre o anarquismo, o autor assinala a sua coincidência em relação a um aspecto essencial da teoria de Estado de Marx: o desaparecimento do Estado. Essa caracrerística anarquista do marxismo – tão ressaltada também por Lenin – é determinante na lógica da sua concepção sobre o Estado. Pôr ênfase nesse aspecto da teoria marxista do Estado constitui hoje tarefa muito importante; somente a partir dessa ótica anarquista é possível refutar, até as últimas conseqüências, toda a concepção histórica de muitos autores que consideram a democracia como um fim em si mesma. Discutiremos esse ponto mais adiante, mas desde logo é preciso lembrar que a democracia é antes de tudo uma forma de governo; e que nunca existiu na história um 'governo em geral', uma 'democracia em geral', mas sim governos democráticos, historicamente condicionados por interesses de classe muito precisos. Carece de sentido o conceito 'a secas' de democracia como valor absoluto. Já enfatizava Engels, que o Estado tende a desaparecer, junto com o desaparecimento das classes, o que porém não acontecerá por decreto, mas sim no curso de toda uma etapa de desenvolvimento histórico em que as funções do Estado *adormecerão*.

Os anarquistas, como corrente político-ideológica, jamais entenderam que o desaparecimento do Estado pressupõe um período de transição necessária, em que este ainda é absolutamente indispensável, um Estado porém de novo tipo, como instrumento do novo poder

de classes, sob a hegemonia do proletariado. É esta a diferença essencial entre o marxismo e as correntes anarquistas.

Mas existe uma que outra coincidência básica que Preobrazhenski também aponta:

coube aos sindicalistas o mérito de haver defendido a teoria de Marx sobre o Estado, enquanto defenderam o caráter inevitável da queda do Estado capitalista, através de uma revolução socialista. Os sindicalistas entenderam erroneamente a teoria *geral* de Marx sobre o Estado, mas no que se refere ao Estado burguês, a sua posição acha-se muito mais próxima do marxismo revolucionário do que aquela que é defendida pela imensa maioria da social democracia "ortodoxa" da II Internacional.[11]

É claro que o anarquismo, como corrente político-ideológica, (fazemos esta precisão no intuito de distinguir a concepção anarquista da marxista, em relação à extinção do Estado), é suscetível de dois tipos de desvio: um de ultra-esquerda, por supor que o Estado possa ser abolido por decreto; essa utopia confusa transparecia no pensamento de Proudhon, Bakunin e outros; o outro, reformista, mais típico de um Sorel (que tanta influência exerceu sobre Gramsci...), ao supor que "a guerra civil que o proletariado prepara incansavelmente no seio do sindicato, é capaz de criar os elementos de uma nova civilização."[12] Mas, comenta em seguida Preobrazhenski,

...Sorel desenvolve essa mesma idéia e leva com ela a sua utopia a um ponto culminante, ao apoiar-se na afirmação de que o proletariado cria as condições para impulsionar uma parte importante da obra de destruição da sociedade existente, no seio desta mesma sociedade.

Na opinião de Sorel – prossegue Preobrazhenski:

o proletariado deve aproveitar a influência que vai conquistando sobre a opinião pública e sobre os que detêm o poder, para fortalecer as relações existentes no organismo político e arrancar do Estado e da administração local, progressivamente, todas as suas funções, e com isso fortalecer o organismo proletário em formação, quer dizer, sobretudo o sindicato.[13]

Vai nisso um certo risco reformista: criar primeiro, na sociedade existente, burguesa, as premissas para a sua destruição definitiva. Mas quando estaria concluída essa tarefa? Este era um dos aspectos decisivos que separou os bolcheviques dos mencheviques e da II

Internacional em geral. Os mencheviques estavam persuadidos que a Rússia atrasada ainda carecia de democracia burguesa e que não estava madura para a revolução. Em resposta a essa objeção Lenin dizia:

> Por que então, se para construir o socialismo se requer determinado "nível cultural" (embora ninguém saiba dizer qual é esse determinado "nível cultural", pois é diferente em cada país da Europa ocidental), não podemos começar pela conquista, em forma revolucionária, dos pré-requisitos desse determinado nível cultural, e *depois*, com a ajuda do poder operário e camponês e do sistema soviético, passar a alcançar as demais nações?[14]

Não é o caso de continuarmos aqui a desenvolver todos esses pontos controvertidos, embora repletos de atualidade teórica e prática. Fixemo-nos então nas últimas considerações de Preobrazhenski, que refutam as teses anarquistas. Sorel chamava a atenção para o fato de que toda ditadura engendra privilégios, e Olivetti advertia (da mesma forma que Bakunin a Marx) que o socialismo, entendido à maneira marxista, seria um socialismo de Estado, que tenderia a gerar uma nova classe burocrática.[15] O velho bolchevique Preobrazhenski, com uma experiência viva já de sete anos de revolução socialista, replicava que sim, que o problema da ditadura do proletariado já havia sido resolvido pela história (referia-se obviamente à sua necessidade e possibilidade), mas admitia sem subterfúgios que existe

> o perigo de que surja uma nova aristocracia; (...) é indubitavel que podem vir a manifestar-se tendências dessa categoria, quando os êxitos no terreno da produção e da cultura tardam a ser alcançados sob o socialismo.[16]

O leninista Preobrazhenski sabia que a construção do socialismo não é um caminho largo e aberto, sem nenhuma espécie de obstáculos e dificuldades, sobretudo quando se trata de um país em que a 'civilização' capitalista não chegou a florescer plenamente (já dizia Lenin, em 1921, que seria preferível na Rússia uma boa cultura capitalista do que uma mujique, e que além disso estava arrasado pela guerra e outras calamidades, como a inexperiência, o obstinado espírito pequeno-burguês dos camponeses, o cerco imperialista, etc. Por isso ele insiste, como Lenin em outras oportunidades, que existirão vários tipos de socialismo, que os ritmos da construção socialista serão desiguais, e reconhecia que na transição com certeza sobrevivem as desigualdades em todos os níveis... Quanto à classe operária, ele reconhece que no seu interior há segmentos que estão mais preparados, mais conscientes; que há, em suma, graus diferentes de maturidade dessa classe, e que naturalmente as suas frações mais maduras exerceriam o papel da vanguarda. A vanguarda contudo não é a classe, é a sua expressão. Enquanto existir a desigualdade, que é um produto fundamental da divisão do trabalho, da escassez, existirá fatalmente a dominação, a coerção. Vale a pena a transcrição de mais uma passagem onde ele consegue sintetizar de maneira magistral, didática, a concepção marxista da liberdade, como conhecimento da necessidade:

> Em primeiro lugar, o trabalhador, se quiser comer, *terá* que trabalhar. Essa coação não dependerá do sistema organizacional da sociedade, mas da relação entre a sociedade e a natureza. Dessa coação, nem o socialismo, nem o comunismo poderão libertar a humanidade futura. Em segundo lugar, trabalhará naqueles setores onde *mais ele for necessário*. A sua capacidade de movimento ficará limitada por isso. Em terceiro lugar, a sua capacidade de movimento estará limitada, por que os trabalhadores recebem do capitalismo uma especialização restrita, o que significa que no terreno técnico não podem mudar de ofício segundo suas inclinações. Portanto, na primeira etapa do socialismo, existirá também a coação, só que será considerada como algo necessário, e nisso se fundará toda a liberdade. Finalmente, é errôneo ver toda a diferença que distingue uma fábrica capitalista de uma socialista unicamente na anulação da coação econômica. A economia socialista é um organismo unitário imenso; a fábrica não é mais que uma célula, que ainda não oferece uma idéia completa da totalidade.[17]

Todavia, a necessidade de coação no socialismo não leva Preobrazhenski a aceitar a crítica anarquista da inevitabilidade da formação de uma nova classe dominante. No seu conceito, a função da vanguarda, como representante e dirigente do proletariado, representa não uma função de dominação, mas reflete muito mais "uma divisão do trabalho adequada, no interior da mesma classe. A desigualdade aqui não nasce de direitos diferentes sobre os meios de produção, mas de um preparo diverso das distintas frações do proletariado para o novo sistema de produção". E reafirma, tal como Marx, na Crítica ao programa de Gotha: "uma igualdade *de fato* não pode existir no período de transição".[18]

Preobrazhenski finalmente encerra as suas reflexões sobre o período de transição, dizendo que nele sobreviverão tendências conservadoras, como as que se manifestavam na Rússia. Tais tendências estavam presentes, por exemplo, "no intento de determinados círculos e de seus descendentes de assegurar seu privilégio de ter um papel dirigente na economia e no Estado,"[19] na busca de procurar sempre uma educação privilegiada para os seus filhos, universitária, (em condições em que o Estado ainda não podia garanti-la para todos, mas só para os mais capazes) e dessa maneira "conseguir que seja hereditária a sua posição".

Esse tem sido um dos argumentos mais freqüentes de alguns críticos do socialismo, que acreditam que, apenas por isso, na Rússia existe uma degeneração no sentido capitalista.[20] Preobrazhenski responde da seguinte maneira em relação a esse perigo de usurpação do poder pelas tendências conservadoras:

> Mas esses elementos conservadores não representam nenhum perigo numa sociedade socialista que desdobra rapidamente as suas forças produtivas. Bem depressa serão superados pelos elementos progressistas, que haverão de se impor sem transformações revolucionárias.[21]

Detivê-mo-nos com bastante amplitude na análise do marxista Preobrazhenski com a intenção de livrar-nos de discussões posteriores com muitos 'críticos' do socialismo, que hoje estão em moda. Numerosos problemas que eles 'descobrem' hoje já haviam sido encarados pela "velha guarda bolchevique", pois que já na sua época eram realidades cotidianas da árdua tarefa da construção de uma nova sociedade sobre os escombros de um mundo feudal e burguês. Mas não lhes davam importância exagerada, porque aqueles homens – formados pelo pensamento de Marx, Engels e Lenin – eram possuídos de um otimismo tenaz, pois após ter tido a audácia de lutar e de derrubar o império dos czares, confiavam não apenas em suas vontades, mas sim naquele "movimento real que abolirá o estado de coisas presente". Por isso, não escamoteavam as dificuldades, mas cuidavam de discernir positivamente as suas *possibilidades* históricas e cientfficas de superação. É isso que distingue os revolucionários do tipo bolchevique dos anarquistas, reformistas e 'críticos' pessimistas de todas as épocas, pois que estes no fundo sempre encarnam uma visão do mundo e da sociedade de classes, seja pela ótica do utopismo ou pela do catastrofismo e do niilismo. Tal visão do

mundo, bem o sabemos, provém de uma identificação profunda, não com a classe revolucionária e o proletariado, cuja missão histórica é a abolição paciente de todas as formas de dominação, mas procede muito mais do ponto de vista de outra classe, decadente, constituída pela pequena burguesia, que, pelo fato de não ter sido jamais um programa positivo de uma sociedade superior, desespera-se diante de qualquer tipo de dificuldade ou problema. Não tem instrumentos próprios para resolvê-los, e tende a fixar-se no que é mesquinho e pouco relevante (como a questão do privilégio dos filhos daqueles que detêm maiores responsabilidades na estrutura do poder), a subestimar o gigantesco esforço dos povos, realizado nos países socialistas, para vencer a fome, o analfabetismo, a falta de moradias, o desemprego, a miséria enfim...

Os críticos, ou julgam o socialismo espreitando-o pela porta dos fundos, isto é, pela ótica burguesa e dos seus mitos (liberdade de expressão, de movimento, de trabalho, etc...), ou pelo raio de luz que entra pela frente de uma janela inacessível, que ainda não pode ser aberta, isto é, do ponto de vista do comunismo. E exclamam: "Ah! nada do que aí está é o comunismo, a 'democracia comunista' (???) sonhada por Marx e Engels". Atiram ingenuamente à lata do lixo o necessário período de transição, e por essa forma não chegam a captar nem a explicar *nada* do que está ocorrendo hoje, como realidade concreta, na vida de mais de um terço da humanidade.

Essa é a razão principal por que um estudo objetivo da teoria do socialismo deve ser assentado, antes de tudo e em primeira instância, nos seus clássicos e nos seus imediatos seguidores, tanto teóricos como práticos, e não em acadêmicos desvinculados dos processos reais; não em dirigentes políticos frustrados, mas sim naqueles que contribuíram positivamente para a superação do capitalismo (desde os bolcheviques aos nossos dias, em um Mao Tse Tung, Kin Il Sung, Ho Chi Min, Fidel Castro, Ernesto Guevara, enfim, os grandes dirigentes revolucionários. Da sua obra é que se deve extrair a substância concreta da teoria do socialismo).

Muitos e variados são os aspectos da obra de Preobrazhenski que mereceriam consideração, mas enumerá-los seria longo. Vale contudo ainda uma referência às suas reflexões sobre Lenin e sobre a questão da ortodoxia. Muitos autores (Etienne Balibar, por exemplo) consideram que estudiosos como Kautsky e outros da II Internacional são os marxistas ortodoxos, e que Lenin é um heterodoxo.

Não é essa a opinião do próprio Lenin, nem de bolcheviques como Preobrazhenski. Este inclusive se refere à ortodoxia como sendo o esforço de aplicação do método de Marx para a compreensão de realidades concretas e para o discernimento das suas leis de movimento. Nesse sentido, ser marxista ortodoxo engloba *necessariamente* a capacidade de análise criadora, que enriqueça a teoria, a faça avançar, que contribua para que esta continue sendo um pensamento vivo. Sob esse ponto de vista, é impossível pôr em dúvida que Lenin foi não apenas o melhor dos discípulos de Marx – ninguém como ele levou a efeito uma contribuição tão multifacetada, tão profunda e tão definitiva em vários campos das ciências sociais. E exatamente por isso ele deu prosseguimento, como diz Preobrazhenski, "ao trabalho de Marx em todos os terrenos de sua atividade"; por isso, "Lenin começa a ser algo de novo em relação ao marxismo", porquanto abre ao conhecimento humano o domínio de toda uma problemática que Marx e Engels em sua época por certo não podiam ainda formular. E aqui vai uma consideração pessoal: penso que a atitude hoje tão em moda nos círculos da esquerda européia, de separar o marxismo do leninismo, de romper artificialmente o hífen que os une, não é outra coisa do que o primeiro passo, lógico, para a abjuração do próprio marxismo. Certo é que foi na época stalinista que se consagrou essa união – marxismo-leninismo –, mas esta foi apenas a consagração do vínculo intrínseco de dois pensamentos, que se fundiam num só, que já se haviam demonstrado, tanto na teoria como na prática, como partes integrantes de um mesmo corpo científico. De resto, assim já era considerado, antes da era stalinista, pelos grandes teóricos revolucionários marxista, como é o caso do autor que agora nos ocupa, bem como de Bujarin, e outros.

Carecem também absolutamente de sentido afirmações como as contidas no confuso livro de Maria Antonieta Macciocchi, que define Gramsci como "teórico da revolução no Ocidente" e Lenin como o do Oriente, ao mesmo tempo que procura – enredando toda a questão – situar Gramsci "entre dois escolhos, ambos evitados: o marxismo ortodoxo e o marxismo dos revisionistas. Entre um e outro" – prossegue a autora – "Gramsci encontra uma *via original* (sic!), que chama de 'marxismo vivo'".[22]

É muito interessante como a mesma autora, em seguida, cita o próprio Gramsci, que a desmente, pois que a sua apreciação de Lenin é semelhante à dos grandes bolcheviques, ou seja, o marxista

Lenin é 'algo novo', mas ao mesmo tempo o prolongamento de Marx.[23]

Preobrazhenski, como marxista-leninista, sabe muito bem que esse pensamento necessita de ser constantemente auto-superado. Assim ele diz:

> É necessário deduzir quais elementos do marxismo estão totalmente imersos no leninismo, e quais outros, entre aqueles que se referem à estrutura e ao fundamento da sociedade capitalista, devem ser substituídos por teorias novas que formem o princípio da teoria de uma nova sociedade.[24]

Vale dizer que Preobrazhenski sabia que, apesar da imensa contribuição de Lenin à teoria marxista do socialismo, esta ainda devia ser aperfeiçoada. É a consciência dessa necessidade que o impele a elaborar uma obra como *A nova economia*, que espelha uma análise teórico-sistemática, da qual brota toda uma concepção tática dos passos preliminares da edificação pioneira do socialismo, num país atrasado como a União Soviética.

O desenvolvimento do marxismo por certo não é entendido aqui como na música, "variações sobre o mesmo tema", mas no sentido de criação nova. Por isso Lenin, como o autor assinala, nunca repetiu o que Marx já havia elaborado definitivamente no campo da teoria. Da mesma maneira, "escreveu pouco sobre a metodologia do materialismo histórico" (como o fez Marx, empenhando-se muito mais em demonstrá-lo na prática, prescindindo de definições que tanto sabem o formalismo). Para que repetir Marx "lá onde é possível apoiar-se totalmente nele"?[25]

Sem embargo, em relação à teoria do socialismo, o material que Lenin chegou a colher de Marx e Engels, embora fosse um legado teórico fundamental, era ainda insuficiente. Os clássicos tiveram a intuição, por exemplo, do conceito de ditadura do proletariado desde as revoluções de 1848, acenando para ela no *Manifesto*, todavia o aprofundamento e a evolução de suas opiniões sobre a ditadura do proletariado foram (dados) pela experiência da Comuna de Paris. Mas essas tentativas do proletariado de romper a crosta do capitalismo constituíam uma base experimental insuficiente para a formulação de uma teoria concreta da ditadura do proletariado, e da teoria da transição ao socialismo.[26]

Então, no seu modo de ver, Lenin, em *O Estado e a revolução*, coloca, insistentemente, Marx e Engels no primeiro plano, e a si mesmo em segundo plano (...), mas "sob uma nova luz" (...), onde as citações "se arredondam até formar uma teoria completa, mais profunda e mais clara". E esse resultado é possível, porque "ele vivia no período da incipiente decomposição de todo o sistema capitalista". Para ele torna-se claro tudo aquilo que para Marx não podia estar suficientemete claro, no momento em que vivia e trabalhava.[27]

É bem lamentável que Preobrazhenski não tenha tido condições de sintetizar, de sistematizar as contribuições de Lenin à teoria do socialismo, sequer parcialmente, como o fez em relação a Marx e Engels. As suas considerações sobre o subsídio leninista não passaram desse plano geral que tentamos resumir. Isso teria representado por certo um esforço demasiadamente grande para um homem que estava debruçado fundamentalmente sobre a formulação prática das tarefas da construção socialista. Nem o próprio Lenin teve condições de articular o seu pensamento depois da revolução, em obras escritas, com a minúcia e a elaboração de *O capital*. Mas de toda maneira Preobrazhenski tem inteira razão quando diz: "As obras econômicas de Lenin apenas se parecem externamente com *O capital* de Marx, mas são a continuação direta do *O capital*.[28]

b) *Nicolás Bujarin*

> Lenin, teórico que ainda está à espera do seu sistematizador.

N. Bujarin tampouco teve oportunidade, pelas mesmas razões, de empreender uma sistematização da contribuição leninista, que considerava essencial. Constatava no início de uma conferência:

> Lenin, teórico que espera ainda o seu sistematizador. Quando o trabalho de sistematização estiver realizado, quando tudo quanto de novo Lenin proporcionou – e que abunda em suas obras – estiver ordenado, então veremos o porte gigantesco e o gênio do teórico do movimento operário.[29]

Bujarin ressalta também, no seu discurso, que o marxismo é algo vivo, que se desenvolve e se modifica.[30] A seguir, põe em destaque

três fases do marxismo. A primeira, foi a da fundação do socialismo científico pelos clássicos. Chama a atenção sobre a importância dada por Marx à "alma da sua doutrina", que "não era aluta de classes" – teoria anterior a Marx – "mas a evidência de que a evolução social conduz inexoravelmente à ditadura do proletariado". Acentua também, como o fez Preobrazhenski, a definição do marxismo "é a álgebra da revolução".[31]

A seguir, Bujarin detém-se na análise da segunda fase do marxismo, que ele considera a 'dos epígonos', "o marxismo da II Internacional", que coincide com o começo da política imperialista, cuja conseqüência mais importante, do ponto de vista do movimento operário, é a

> elevação do nível de vida da classe operária; nascimento e desenvolvimento rápido da aristocracia operária, que formam a causa que levou as organizações operárias – ideologicamente degeneradas no seu interior – a converterem-se pouco a pouco na engrenagem do mecanismo capitalista.[32]

Isso explica, a seu juízo, a degeneração do marxismo em mãos daqueles que se denominavam ortodoxos como Kautsky.

> Tanto o revisionismo (Bernstein) como o kautskismo expressavam a mesma tendência de degeneração do marxismo, uma tendência a adaptar-se – no mau sentido do termo – às novas condições sociais que se formavam na Europa.[33]

A diferença entre ambos residia em que o revisionismo "adotou uma atitude resolutamente fatalista com respeito ao poder e ao regime capitalista, enquanto que o "marxismo" de Kautsky é uma espécie de marxismo democrático-pacifista". O seu resultado foi a extirpação do conteúdo revolucionário do marxismo, "substitui a sua noção de ditadura do proletariado por uma vulgar doutrina burguesa de evolução democrática".[34] A crítica de Bujarin ao revisionismo e ao centrismo é no mesmo sentido da crítica leninista formulada em vários dos textos clássicos nos quais Lenin chamava a atenção para a fragilidade da crítica kautskista a Bernstein sobretudo no que se refere à questão da concepção marxista do Estado e da ditadura do proletariado.[35] Com efeito, nas últimas páginas da célebre ora de Kautsky de refutação a Bernstein,[36] pode-se notar claramente como Kautsky vacila em relação à questão da ditadura; sem chegar jamais

a pôr em questão esse aspecto crucial da teoria marxista, ele, considerado o maior teórico e dirigente do maior partido de massas social-democrático, reconhece que o assusta pensar no poder proletário, e que esse problema, para ser colocado na prática, levaria ainda muitas décadas...

Por esse motivo, tem razão Bujarin quando na mesma linha de pensamento de Lenin afirma que "seria errôneo acreditar que a bancarrota da social democracia foi instantânea, violenta. Teoricamente, estava de antemão justificada," e volvendo à questão da ortodoxia exclama: "Sem embargo, nós não nos demos conta da sua transformação, nem da degeneração interna da ala chamada 'ortodoxa', embora de ortodoxa tivesse bem pouco."[37]

Finalmente, Bujarin detém-se na terceira fase do marxismo que, a seu ver, corresponde ao marxismo de Lenin. Ele também considera o leninismo como 'o complemento, o desenvolvimento lógico e histórico" do marxismo, pois formulou uma série de problemas teóricos novos, que não existiam na época dos fundadores do marxismo, como por exemplo, o do capitalismo de Estado, do imperialismo, etc. Mas põe sobretudo em relevo a contribuição de Lenin para a teoria do socialismo. Na época de Marx, diz Bujarin, não havia existido senão a experiência da Comuna de Paris, que "não passou de um bosquejo que permitiu a Marx várias previsões gerais", mas

> as conseqüências inerentes à mesma ditadura não existiam e, portanto, não podiam servir de base para experiências, nem para observações teóricas das quais se pudessem deduzir ensinamentos práticos.[38]

No seu conceito, Lenin pôde participar de uma experiência prática mais ampla, que requereu de sua parte uma aplicação do método e a elaboração da teoria, fazendo com que desta maneira "o marxismo de Lenin seja um campo muito mais amplo do que o marxismo de Marx". Bujarin insiste também em que, apesar disso, "o leninismo não revisa nem modifica sequer num til a metodologia marxista."[39]

Entre os vários subsídios de Lenin destacados pelo autor interessa-nos sublinhar aquele que ele chama "a síntese do trabalho de destruição e construção da classe operária", quer dizer, toda a parte que se refere às tarefas que sucedem à tomada do poder e que consistem em destruir o mundo burguês e erigir o mundo socialista. Todavia, Bujarin mesmo não se anima a expor as teses de Lenin, a sistematizá-las, pois que elas "se encontram isoladas, esparsas, em todos os volumes de suas obras e principalmente nos seus discursos". Não obstante, ele observa que é nas suas teses sobre destruição e construção "onde reside o mais importante legado do leninismo para o sistema teórico continuador do marxismo". E torna a insistir, como Preobrazhenski, que Lenin decifrou as fórmulas algébricas de Marx "de um ponto de vista ainda mais concreto e mais prático".[40]

De nossa parte, cremos que Bujarin tem razão ao enfatizar a importância definitiva da contribuição leninista para a teoria do socialismo. Tivemos oportunidade de demonstrar no curso da nossa exposição do pensamento de Lenin como ele enriquece e precisa, por exemplo, o conceito de ditadura do proletariado, da mesma forma como desdobra toda a explicação das características básicas (econômicas, políticas, sociológicas e culturais) do período de transição socialista, elevando assim a teoria a um nível superior de elaboração.

Sem poder deter-nos excessivamente nas considerações muito ricas que Bujarin segue tecendo sobre o leninismo em geral devemos, não obstante, mencionar um item do seu livro, *Lenin e o Estado*. Nele estão contidas algumas observações argutas sobre a sua concepção do Estado socialista, pondo em evidência, a par disso, como

> Lenin resolveu o problema da democracia, problema que os epígonos 'marxistas' – os social-democratas da II Internacional – haviam transformado em fetiche e proclamado dogma rígido, ao desligá-lo por completo da sua base histórica. Isso os tem conduzido a conclusões políticas falsas e reacionárias.[41]

Bujarin está coberto de razão quando acentua a grande contribuição de Lenin ao tema da democracia, relacionando-a intimamente ao da ditadura. Naquela época, época do triunfo da Revolução Bolchevique, o divisor de águas entre os renegados e os revolucionários situava-se em torno dessa temática, e isso provocou inúmeras polêmicas por parte de Lenin, das quais a mais famosa foi a que travou com Kautsky. Para Lenin, não existe a democracia em geral: ou é democracia burguesa, ou democracia proletária. Esta, porém, é tanto uma democracia-ditatorial como uma ditadura-democrática. Um conceito envolve necessariamente o outro. A grande diferença consiste em que a ditadura proletária é democracia para a imensa maioria e a

democracia burguesa é ditadura para a mesma imensa maioria. O conceito de democracia surgiu historicamente e foi popularizado na época das revoluções burguesas; o conceito de ditadura do proletariado surge na época das lutas dessa classe pelo poder. Nas revoluções de 1848, é redefinido com a experiência da comuna e consolidado definitivamente em seu *status* teórico com o triunfo da primeira revolução proletária. Porém no marxismo está demonstrado que o Estado democrático do proletariado, que sucede à democracia burguesa, é uma nova etapa histórica da humanidade.

Portanto, crer no valor da democracia em si é uma idéia que carece de base científica, e é *absolutamente* estranha ao marxismo.

Tais considerações tiveram uma importância definitiva na época de Lenin e continuam hoje em plena vigência, pois que muitos dos que se consideram militantes e teóricos marxistas não o são em absoluto, porque não chegam a captar o ABC dessa teoria. Para livrar-nos do trabalho de volver posteriormente a essa discussão, mencionemos desde logo o que pensamos, por exemplo, das elucubrações do teórico 'marxista' proto-eurocomunista, Fernando Claudin.[42] É o desconhecimento, por sua parte, desse ABC do marxismo que constitui um dos elementos fundamentais que vicia a sua obra, tornando-a essencialmente discutível no seu conjunto.

Após essa digressão necessária, voltemos às reflexões de Bujarin. Ele abre um espaço para analisar as relações da classe operária com os camponeses a partir da ótica leninista. Está convencido que Lenin foi "o teórico agrário mais eminente" e que "as melhores páginas dos seus escritos estão consagradas ao problema agrário". Isso adquire particular importância quando se considera que o socialismo, em países como a União Soviética, está fundado sobre duas classes: o proletariado e os camponeses. Bujarin tem presente que "a questão da relação entre as classes é ao mesmo tempo um problema de relação entre formas econômicas". E que "a questão da hegemonia do proletariado é ao mesmo tempo a das relações entre a indústria socialista e a agricultura". Ele chama a atenção sobre o fato de que

> após a instauração da ditadura do proletariado, sendo a evolução a regra geral, isso não implica de forma alguma que não haja – principalmente na primeira etapa da ditadura – antagonismos muito agudos, inclusive com tendência a aumentar em determinados períodos.

E acrescenta:

> Quando falamos do possível desaparecimento desses antagonismos, antes da realização do comunismo, *abarcamos um vasto período, toda uma época;* mas sobretudo nos começos, pode haver um agravamento de alguns de tais antagonismos.[43]

Prossegue o seu raciocínio, desdobrando uma hipótese que o próprio Lenin jamais descartou:

> Por isso é-nos indispensável examinar a possibilidade de uma degeneração da classe operária. – E citando Lenin, adverte que é possível – ...que o proletariado inculto se veja tragado por uma burguesia culta, mais civilizada.[44]

Não é nossa intenção – como já foi anteriormente definido – deter-nos em considerações mais demoradas sobre o pensamento próprio de Bujarin. Mas há um ponto que merece ser examinado. Trata-se de uma preocupação central do autor, que ele acreditava ser também a de Lenin, que o impele paulatinamente, no decurso da década de 1920, a uma posição cada vez mais à 'direita' do seu partido, assumindo a defesa da manutenção indefinida da NEP (o que pode ser condensado no que se transformou em seu lema aos camponeses: Enriquecei-vos!) e a preconizar um tipo de política econômica, que seria posteriormente implantada em países capitalistas dependentes, e em condições absolutamente diferentes, sob a denominação dos economistas burgueses, como "política de substituição de importações".*

Bujarin, no auge da sua carreira política, quando compartilhou efemeramente com Stalin o poder máximo no Estado soviético, tratou de implementar a política de conciliação com os camponeses *kulaks* acreditando honestamente que interpretava e seguia as últimas orientações de Lenin. O drama da concepção bujarinista residia, quem sabe, justamente naquele diagnóstico que Lenin fez dele no seu testamento: muito capaz, mas jamais chegou a captar plenamente a dialética... É certo que Lenin apregoava insistentemente no último

* Sobre a política econômica preconizada por N. Bujarin, veja-se *Sobre la acumulación socialista*, Ed. Materiales Sociales. B. A., 1973, e a excelente exposição do seu pensamento realizada por Alexander Erlich, *La polémica acerca de la industrialización en la URSS, 1924-1928*. Tomo I, Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 1969.

período de sua vida – e já nestes o havia feito na prática, desde o triunfo da revolução – uma atitude complacente para com os camponeses, embora ele se referisse especialmente ao *camponês médio*. Todavia, pela lógica do pensamento e da própria ação leninistas – cujo comunismo de guerra é exemplo contundente – ele mesmo, se tivesse sobrevivido por mais alguns anos, teria tomado a iniciativa da única política econômica viável, necessária para a existência da União Soviética: aquela que foi concebida por Preobrazhenski para a esquerda do partido comunista – a acumulação socialista originária – e implementada por Stalin (embora este nunca a tenha reconhecido como tal).[45]

Na edição do livro de Bujarin – que é uma conferência pronunciada por ele depois da morte de Lenin – aparece outra conferência, como apêndice, proferida por Grigori Zinoviev sobre Lenin, à ocasião do primeiro atentado que este sofreu. Não vale a pena tecer maiores comentários sobre esse texto de Zinoviev, pois apesar dos postos de destaque que esse personagem ocupou no partido bolchevique e na III Internacional, a sua incapacidade teórica é notória. Naquela conferência, por exemplo, o que mais se destaca é o tom auto-apologético, enquanto põe em evidência a figura de Lenin, mas ao seu lado projeta-se a si mesmo, como o grande companheiro de Lenin, e portanto como seu sucessor natural. Há outros trabalhos de Zinoviev sobre Lenin, mas cremos que não vale a pena deter-nos sobre eles, pois de modo geral contribuem pouco, e para a nossa temática, nada.

O leninismo sob a visão de J. Stalin

> Somos os bárbaros de uma época futura.
> *Frederico Morais**

Aquilo que Bujarin considerava como essencial, a sistematização do pensamento de Lenin ("Lenin teórico, que ainda está à espera do seu sistematizador"), ainda não havia sido realizado. Todavia, também em conferências pronunciadas no próprio ano da morte de

* *Artes plásticas na América Latina: do transe ao transitório*, Ed. Civilização Brasileira, São Paulo, 1979.

Lenin, em 1924, Stalin tentou sistematizar o leninismo. Ele o fez à sua maneira, e a sua tentativa não resultou numa exposição rigorosa e profunda da essência do pensamento do grande dirigente e teórico revolucionário; resultou muito mais na transformação desse pensamento num catecismo, digno dos divulgadores da lógica formal do cristianismo medieval. Então, por que levá-lo em consideração? Por que não o deixarmos simplesmente de lado, como fizemos com as reflexões de G. Zinoviev? Por uma razão de grande monta: a versão stalinista do leninismo formou gerações, não só na URSS, mas no mundo inteiro, através da influência definitiva do Comintern sobre os Partidos Comunistas, e além disso, deu origem a toda uma concepção do pensamento de Lenin que 'resumiu' a sua doutrina, tanto para os setores liberais, como até para os da chamada esquerda democrática.

Depois de muitos anos de estudo do leninismo, do processo revolucionário russo na sua época e nas subseqüentes, chegamos a concordar com aqueles que pensam – muitos com intenções positivas, outros com o objetivo de denegrir o socialismo soviético – que Stalin sem dúvida tencionou preservar e prosseguir a obra de Lenin. Mas, como pudemos assinalar, o fez à sua maneira. Essa expressão 'à sua maneira', teremos que usá-la mais de uma vez. Por isso é importante bem definir em que consiste. E em nossa ajuda, valemo-nos do grande historiador e sociólogo, Isaac Deutcher, autor de uma biografia sobre Stalin.[46]

Deutcher reconhece em Stalin, em meio a todas as suas limitações, as qualidades de um grande estadista, que se afirmou como tal especialmente por ser um dos três grandes chefes de governo que derrotaram o naz-fascismo. Mas, como muito bem o interpreta Deutcher, Stalin jamais chegou a ser um intelectual; jamais chegou a ter a sutileza de um Lenin ou de um Trostky no manejo da análise teórica, e por isso jamais chegou a elaborar grandes obras teóricas, exceto o seu livro sobre *A questão nacional e a social-democracia*, sob a assessoria e revisão direta de Lenin. Mas, apesar disso, foi indiscutivelmente um estadista. Não um estadista qualquer; exerceu as suas funções como tal, orientado por uma doutrina de cuja correção não estava concencido apenas, ele, mas todo um povo. Caso contrário, a União Soviética não teria conseguido realizar todo os feitos épicos que até um autor anticomunista, como Alec Nove, é obrigado a reconhecer.[47] Sim, Stalin, por suas origens (quiçá por seu caráter?),

por sua vivência política (cárcere, desterros, pouco acesso à cultura européia...), não foi um homem capaz de assimilar a essência da dialética marxista, que Lenin tão agudamente absorveu, nem jamais foi capaz de captar a sua flexibilidade, sua capacidade de síntese entre esta e a fidelidade irrestrita aos princípios básicos do socialismo científico. Era natural portanto que a sua versão do leninismo fosse tosca, manualesca. Porém, se essa versão pôde vicejar durante tantos e tantos anos – e sobreviver até os nossos dias em tantas e tantas partes – é porque encontrou um terreno propício em toda aquela esquerda, proveniente em grande parte dos antigos partidos socialdemocratas, a qual, no conceito do próprio Lenin, era absolutamente incapaz de dar origem a organizações novas, frescas, capazes de utilizar o marxismo de maneira criativa. Por isso é tão patética a última intervenção de Lenin no IV Congresso da Internacional Comunista, quando recomenda aos comunistas que sua principal tarefa é... estudar. Pois bem, cercado por uma Europa imperialista, sem nenhuma perspectiva de "apoio estatal do proletariado europeu", como confiavam todos os bolcheviques até 1923 (e Trotsky obstinadamente durante toda a sua vida, como condição *sine qua non* de sobrevivência do socialismo), Stalin configura a concepção que atrairia o instinto de autoconservação do povo soviético: "o socialismo em um país só". Lenin já se havia ocupado da tese do "temos que agüentar-nos", o que corresponde, a nosso ver, à essência dos pontos de vista de Stalin. O preço do 'agüentar-nos' foi muito alto, e em torno desse preço girou o eixo de todas as polêmicas relativas à etapa stalinista, sobretudo do período conhecido como "a coletivização forçada". Mas não poderemos deter-nos em ulteriores considerações sobre a era de Stalin,[48] de sorte que vamos limitar-nos àquelas que fazem referência diretamente ao objeto da nossa pesquisa.

Com respeito ao pensamento de Marx e Engels, sobre a teoria do socialismo, Stalin não chega a elaborar nenhum subsídio novo (embora tenha feito várias referências a ele, sobretudo no seu artigo sobre os anarquistas). Fixemo-nos então nas suas reflexões sobre o leninismo.

Stalin define o leninismo como o marxismo da época do imperialismo e da revolução proletária, "e põe ênfase em que ele é (...) a teoria e a tática da ditadura do proletariado em particular".[49]

Stalin, contrariamente aos seus companheiros, pretende apresentar uma sistematização didática completa dos fundamentos do leninismo, abordando-o a partir das suas raízes históricas, passando pelo método, a teoria, a ditadura do proletariado, o problema agrário, o problema nacional, a concepção estratégico-tática, o partido, até culminar no estilo de trabalho. Não cabe dúvida que Stalin, homem inteligente embora não-culto, compreendeu a Lenin e o assimilou, mas só foi capaz de aplicar os seus ensinamentos sob a forma de dogmas rígidos e imutáveis. O leninismo transforma-se, na pena de Stalin, em um doutrinarismo e perde, sobretudo na sua aplicação prática, aquele estilo tão característico de Lenin, ao considerar sempre que "a realidade viva é bicolor". O interesse é que Stalin tem como objetivo, nesse trabalho, justamente desmascarar os dogmas da II Internacional...

A maior parte do seu esforço de sistematização de Lenin tampouco se concentra na sua contribuição à teoria da transição, mas muito mais no que se refere à teoria da revolução.

A exposição que Stalin tenta fazer da concepção leninista da ditadura do proletariado tem em mira acentuar três pontos: 1) a ditadura do proletariado, como instrumento da revolução proletária; 2) a ditadura do proletariado, como dominação do proletariado sobre a burguesia; 3) o poder soviético, como forma estatal da ditadura do proletariado.[50]

No ponto 1, enfatiza que, embora "o problema fundamental da revolução seja o problema do poder" (Lenin), suas tarefas principais imediatas são: a) vencer a resistência dos exploradores; b) organizar o trabalho construtivo (...) no sentido de preparar a supressão, a destruição das classes; c) armar a revolução, organizar um exército revolucionário para lutar contra os inimigos...[51]

Como ao longo da presente pesquisa ficou demonstrado, é evidente que a contribuição de Lenin oferecida ao tema não se reduz a essas considerações que Stalin apresenta de maneira tão rudimentar. Certo que Stalin enriquece a sua exposição com várias citações de Lenin, o que torna mais gratificante a leitura do seu texto.

Sobre o ponto 2, o autor extrai algumas conclusões das citações de Lenin. A primeira trata de ressaltar, corretamente, que a ditadura do proletariado não pode ser uma democracia 'completa', uma democracia para todos, para pobres e para ricos; (...) e citando Lenin: "deve ser um Estado democrático *de um modo novo* para os proletá-

rios e os despossuídos em geral, e ditatorial *de um novo modo* contra a burguesia..."[52] A sua segunda conclusão é a seguinte: a ditadura do proletariado não pode brotar como resultado do desenvolvimento pacífico da sociedade burguesa e da democracia burguesa; só pode brotar como resultado da destruição da máquina do Estado burguês, do exército burguês, do aparato burocrático burguês, da polícia burguesa.[53]

Essa conclusão de Stalin é absolutamente errônea e falsa. Utiliza como apoio uma citação de Marx e Engels, do prólogo ao *Manifesto*, mas evidentemente tal citação não pode socorrê-lo, mas revela bem mais a sua incapacidade de captar elementos essenciais do pensamento dialético marxista.

Nem para Marx e Engels, nem para Lenin, a questão da 'via', pacífica ou violenta da revolução, foi jamais uma questão de princípio. Lenin mesmo, em julho de 1917, encarou a possibilidade de trânsito pacífico ao socialismo na Rússia, possibilidade essa que lhe parecia "demasiadamente excepcional", "demasiadamente preciosa". Cremos seja desnecessário transcrever aqui os textos de Lenin a tal respeito, pois são por demais conhecidos. Fato é que, além do mais, Stalin provoca uma grande confusão, pois mistura 'via' – pacífica ou violenta – da tomada do poder com necessidade de destruição da máquina do Estado burguês. Destruir é liquidar, é fazer desaparecer o velho. Mas essa destruição necessária do Estado burguês não envolve *necessariamente a violência*. Marx e Engels também haviam visualizado em sua época a possibilidade da transformação pacífica da Inglaterra capitalista à socialista, e isso obviamente suporia a eliminação do Estado burguês, uma mudança de *qualidade* na estrutura econômico-social inglesa. A interpretação de Stalin é uma demonstração palmar do formalismo quase escolástico do seu raciocínio, e de como ele transforma o marxismo e o leninismo num credo típico de uma seita religiosa.

Da mesma maneira, em seu ponto 3, sobre O Poder Soviético, como forma de Estado da ditadura do Proletariado, Stalin refere-se aos sovietes, que no conceito de Lenin são *uma* das formas que pode assumir a ditadura do proletariado, como sendo *a única forma*. Apresenta uma citação de Lenin, que aparentemente confirma a sua interpretação. Mas esta citação, desvinculada do contexto geral do pensamento leninista, é uma falácia. É verdade que Lenin, em mais de uma oportunidade, referiu-se ao poder soviético como a única forma' capaz de assegurar o trânsito ao socialismo. Mas quando assim falava, tomava a expressão 'soviet' como sinônimo do poder operário organizado. Em inúmeras ocasiões Lenin insistiu em que as formas políticas que assumiria a ditadura do proletariado seriam múltiplas, dependeriam das condições de cada país, das suas peculiaridades. Claro que houve um momento, depois do triunfo da Revolução Russa, que o 'modelo' soviético começou a generalizar-se em vários países, como por exemplo na Alemanha. Lenin sem dúvida aplaudiu tais iniciativas, mas observa ao mesmo tempo que aquela era uma forma russa.

Na verdade, é bastante desalentador seguir auscultando a sistematização feita por Stalin do pensamento de Lenin, e continuar detectando uma por uma as suas deformações ponto por ponto, onde acaba por revelar-se que o esforço stalinista de sistematizar do conjunto da obra de Lenin mais consistiu numa metamorfose do mesmo: de exposição didática a doutrina quase religiosa!

Mas vejamos mais alguns exemplos, em outro texto de Stalin sobre Lenin.[54]

No trabalho evocado, Stalin torna a reproduzir uma definição sumária da ditadura do proletariado segundo Lenin: "...é a luta de classes do proletariado que triunfou e que tomou em suas mãos o poder político",[55] e segue fazendo uma série de digressões sobre o que é a luta de classes.

Pois bem, Lenin na verdade fez muitíssimas referências à ditadura do proletariado. Cada um pode adotar uma, ou várias das suas referências e utilizá-las, privilegiando-as. Mas isso de forma alguma representaria uma sistematização do leninismo.

O que necessitava ser feito, e Stalin não foi capaz de realizar, era a articulação dos múltiplos aspectos característicos de um fenômeno, como o da ditadura, por exemplo, que Lenin muitas vezes analisou, mas que não teve a possibilidade de sistematizar num corpo coerente da teoria do socialismo.

Outro exemplo da análise stalinista assim diz: "O conceito de ditadura do proletariado é um conceito estatal. A ditadura do proletariado encerra forçosamente a idéia de violência", e por aí segue.[56] Claro que isso encontra abrigo nos conceitos de Lenin. Mas para ele esse aspecto – o da violência – não era o único, nem sequer o mais importante.[57]

Julgamos desnecessário continuar rastreando o esforço mal sucedido de Stalin para sistematizar a contribuição leninista. Contudo, pelo exame bibliográfico que empreendemos e que tão brevemente resumimos, antecipamos uma convicção que mais adiante trataremos de demonstrar: pela responsabilidade que teve Stalin na direção do partido e do Estado soviético, e pela ascendência dessas instituições sobre o movimento revolucionário internacional, sobretudo do Comintern, ele assumiu enormes tarefas, para muitas das quais não estava preparado. Salta aos olhos, por exemplo, a sua falta de preparo quanto ao aspecto teórico, e sua deficiência como expositor. Sem embargo, se esta simplificação do marxismo-leninismo elaborada por Stalin foi aceita durante décadas, e mais do que isso, serviu de 'guia para a ação' do movimento comunista mundial, é porque sem dúvida o nível de assimilação do marxismo correspondia à capacidade, pelo menos em média, desse movimento. Não é de estranhar, portanto, que enquanto existia o Comintern, nenhum processo revolucionário, sob sua direção, tenha alcançado êxito... Enfim, o que queremos dizer é que a versão do marxismo-leninismo aceita e professada por tantos anos foi a stalinista, e é essa versão que hoje em dia é repudiada pelos outrora discípulos de Stalin. Equivocaram-se ao 'aceitar gato por lebre', e agora equivocaram-se por rechaçar esse mesmo gato como sendo a lebre. O eurocomunismo, por exemplo, abjura a caricatura do Lenin stalinista, sem jamais ter conhecido o Lenin leninista.

L. Trotsky e trotskysmo

> O erro do camarada Trotsky é invariavelmente o mesmo: sempre considera as coisas de um ponto de vista formalista. Diz: ou vitória do proletariado na Europa ocidental, ou o fim da Revolução Russa; ou ajuda dos Estados proletários da Europa, ou nada... Na realidade, as coisas se passam totalmente de outro modo.
> *N. Bujarin**

* *La teoria de la Revolución permanente de Trotsky.*

Trotsky foi sem dúvida alguma, depois de Lenin, um dos maiores teóricos marxista produzidos pelo processo revolucionário russo. Suas contribuições ao avanço do marxismo são múltiplas e diversificadas, pois ele fez incursões em vários campos da problemática das ciências sociais de sua época. Mas, Trotsky foi também entre os revolucionários russos aquele para quem a história deve contabilizar, de maneira objetiva, tanto grandes acertos como grandes erros. Talvez na sua balança a ponderação entre ambos alcance um equilíbrio quase inversossímil, paradoxal, e contudo muito típico dos heróis que marcam toda uma época.

Está fora de cogitação empreender aqui um balanço das suas referências à teoria do socialismo, pois isso exigiria uma monografia ampla e específica. Nosso plano limita-se, como das vezes anteriores, ao enfoque de alguns aspectos das suas reflexões sobre essa teoria, especialmente no que se refere às suas reflexões sobre os clássicos marxistas.

Trotsky conhecia perfeitamente as obras de Marx e Engels e sempre se empenhou em utilizar o seu método, a sua teoria. Porém, freqüentes vezes, as suas tentativas de aplicação criadora do marxismo como instrumento de compreensão da realidade, como um "guia para a ação", resultaram em equívocos. O exemplo mais claro disso pode ser encontrado na maneira como ele interpretou a tese da revolução permanente de Marx e Engels,[58] imprimindo a esta um rótulo próprio, com um escasso sentido de elementos táticos essenciais, o que se revelou por exemplo no fato de subestimar o campesinato. Outro exemplo aparece na sua polêmica com Stalin, quanto à questão do socialismo num só país. Nesse caso, a sua posição não deixa de ser paradoxal, tendo em vista que ela procede justamente de quem apregoava, desde 1905, nas suas teses sobre a revolução permanente, a possibilidade de um passo direto ao socialismo.[59]

Por outro lado, é certo também que Trotsky, desde aquele ano, condicionava o triunfo da revolução socialista na Rússia ao triunfo da mesma na Europa. Essa era, de resto, a posição dos bolcheviques, e de Lenin em particular, mas este sabia muito bem que não era possível que a política interna e externa da República soviética girasse ao compasso da revolução européia, à espera da definição de suas táticas e da aplicação do seu programa socialista.[60]

Como esse apoio não era vislumbrado no horizonte, a partir de meados da década de 1920, a posição de Trotsky conduz à perplexi-

dade, tanto teórica como prática, e talvez isso explique o porquê da sua recusa, nessa época, de organizar e dirigir a oposição no partido, e dá margem a interpretações como as formuladas por Isaac Deutcher e por E. H. Carr, no sentido que ele não foi propriamente retirado do poder, mas o entregou.[61]

Não encontramos entre as obras de Trotsky nenhum esforço sistemático de articulação e exposição do legado de Marx e Engels para a teoria do socialismo, como foi feito por Lenin em *O Estado e a revolução*, ou Preobrazhenski, no seu livro anteriormente citado. Trotsky tomava como ponto de partida as teses dos clássicos, e tratava de elaborar a sua própria concepção do socialismo. Isto se revela, por exemplo, nas suas teses sobre o papel dos sindicatos na nova sociedade, que foram tão duramente criticados por Lenin; ou na sua visão da cultura no socialismo, coincidindo basicamente, esta sim, com os pontos de vista de Lenin. Em várias de suas obras, aparece com clareza o esforço constante de resgatar essa concepção, e nesse sentido em muitas delas constata-se uma rigorosa coincidência das suas análises com as de Lenin. Tal assertiva pode ser ilustrada através dos seus escritos contra Kautsky, e a sua defesa do conceito de da prática da ditadura do proletariado, bem como em vários dos seus discursos em que retoma a problemática do socialismo clássico, enfatizando os seus aspectos essenciais, como por exemplo a importância da planificação.[62] Da mesma forma, em outras obras do período pós-revolucionário, ressaltam as coincidências analíticas entre Trotsky e Lenin, com respeito à compreensão dos limites do parlamentarismo e o reconhecimento do regime soviético como forma típica e superior do poder operário; também com respeito ao ceticismo quanto à possibilidade de desenvolvimento 'democrático' da revolução ("a história, em suma, não conhece revolução que se desenvolva pela via democrática"); no que concerne às dificuldades do desdobramento do socialismo na Rússia; no reconhecimento dos limites do poder soviético (cujo fundo teórico é a "Crítica ao Programa de Gotha"); na crítica à crítica menchevique relativa à "degeneração" do poder soviético; no enfoque sobre o caráter essencial da participação das massas na gestão de governo; na apreciação do papel dos camponeses e a necessidade imprescindível do seu apoio; por fim, no chamado taxativo à desmitização da democracia burguesa e ao desprezo da opinião pública burguesa.[63]

Colocamos em destaque algumas das numerosas coincidências analíticas entre Trotsky e Lenin, coincidências essas que configuravam a base do compasso, de harmonia na atuação político-prática de ambos os dirigentes em questões substantivas, especialmente depois da tomada do poder. Tal constatação não elimina o fato que em várias ocasiões Lenin e Trotsky disputaram pontos de vista opostos, refletindo os matizes mais ou menos acentuados das suas diferenças de apreciação sobre questões concretas. Depois da morte de Lenin, Trotsky vê-se compelido – como todas as demais figuras principais do partido – a refletir sobre a sua obra e a utilizá-la em favor da sua própria concepção, apesar de que destaca as suas diferenças históricas com o grande chefe.[64] Ele se distingue pois de outros dirigentes bolcheviques, por sua postura pessoal frente ao culto de Lenin. O seu escrito, *Sobre Lenin*, como o comenta E. H. Carr, provocou a ira de Stalin, porque no seu modo de ver, o líder falecido aparecia descrito com traços íntimos, em parte com seriedade, em parte de forma impertinente: não era isso também "um intento, embora mínimo, de destronar Lenin"?[65] É certo que Trotsky tratava a Lenin "com a desenvolta familiaridade de um igual",[66] não com o ânimo como o fazia Zinoviev, de escudar-se no dirigente morto para abrir um caminho fácil ao posto máximo de dirigente do partido e do país, mas sim porque ele tinha uma clara consciência do próprio valor, e se reconhecia – como de resto todo o mundo da época – como o grande revolucionário junto a Lenin.

Não obstante o seu respeito e admiração por Lenin, nem Trotsky se preocupou em sistematizar a contribuição do leninismo, seja da sua concepção sobre a estratégia e a tática da revolução, da tomada do poder, seja dos seus enriquecimentos da teoria do socialismo. Em contrapartida, muitas vezes trata de apoiar-se em Lenin, no intuito de formular a sua própria visão com respeito à situação russa.[67] Contudo, jamais chegou a elaborar, nem no terreno da concepção estratégico-tática para a revolução, nem no terreno da teoria do socialismo, uma contribuição que tivesse uma importância tão transcendental como a de Lenin. Apesar da sua brilhante carreira como historiador marxista, sua argúcia e elegância analítica e descritiva do fenômeno revolucionário russo e do capitalismo de sua época, as suas tentativas de universalização da experiência particular que ele viveu e ajudou a configurar deixam entrever, por vezes, algo como uma transposição mecânica de um modelo. Trotsky, em nenhum momento da sua obra como estratego alcança o nível de Lenin, consagrado por exemplo no seu tratado de ciência política, *O esquer-*

dismo, enfermidade infantil do comunismo. Nem de longe é possível comparar o nível científico dessa obra com as reflexões de Trotsky sobre o processo revolucionário russo.[68]

Com efeito, as suas reflexões pessoais relativas ao período de transição estão muito marcadas pela preocupação em torno da situação particular da União Soviética, sob um prisma de oposição, e muitas vezes foge-lhe a capacidade de uma análise serena e objetiva. Nesse sentido, Trotsky é o fundador, entre os marxistas, de uma crítica que servirá de base para uma atitude anti-soviética, tão em moda em nossos dias. É verdade que Trotsky jamais abjurou a obra que ele mesmo, de maneira tão definitiva, ajudou a criar: o sistema soviético. O seu diagnóstico do que se passava na União Soviética sempre resgatou aquilo que uma vez disse Lenin, na famosa polêmica que sustentou com ele sobre os sindicatos: "Estado operário, mas com uma deformação burocrática". Mas o que caracteriza Trotsky, pessoalmente vítima dessa burocracia que encontrou a sua expressão máxima no stalinismo, foi ter focado a sua lente analítica sobretudo nas limitações, defeitos e maldades da construção socialista no país dos sovietes; preocupou-se com tudo aquilo que, no seu conceito, traía os princípios da revolução de outubro, com todos aqueles elementos negativos que conduziam a um processo de degeneração da sociedade soviética.

Revisemos por um momento a sua principal obra sobre a URSS, *A revolução traída*.[69] Esse livro, escrito antes da condenação dos dirigentes bolcheviques, pelo Processo de Moscou, foi publicado logo após seu desfecho. Nele Trotsky já adverte para a possibilidade de uma 'restauração capitalista' no seu país, quando contesta negativamente à pergunta se "o socialismo já foi realizado na URSS"? (pp. 45-47). Trotsky recorre a teoria marxista para fundamentar a sua afirmação de que o socialismo não existe ainda:

> A base material do comunismo deverá consistir em um desenvolvimento tão elevado do poder econômico do homem, que o trabalho produtivo, ao deixar de ser uma carga e uma pena, já não necessite de nenhum aguilhão, e que a distribuição dos bens, em constante abundância, não exija – como atualmente numa família acomodada numa pensão 'conveniente' – outro controle que o da educação, o hábito, a opinião pública. Falando francamente, é necessária uma grande dose de estupidez para considerar como utópica uma perspectiva, afinal de contas tão modesta.[70]

E prossegue sua exposição de maneira impecável:

> O capitalismo preparou as condições e as forças da revolução social: a técnica, a ciência, o proletariado. Sem embargo, a sociedade comunista não pode suceder imediatamente à burguesa; a herança cultural e material do passado é por demais insuficiente. O Estado operário, nos seus começos, ainda não pode permitir a cada um "trabalhador segundo as suas capacidades", ou em outras palavras, o que possa e queira; nem recompensar a cada um "segundo as suas necessidades", independentemente do trabalho realizado. O interesse do crescimento das forças produtivas obriga a recorrer às normas habituais de salário, quer dizer, à distribuição de bens segundo a quantidade e a qualidade do trabalho individual.
> Marx – insiste o autor – chamava a essa primeira etapa da nova sociedade "a etapa inferior do comunismo", diferenciando-se da etapa superior em que desaparece, ao mesmo tempo que o último espectro da necessidade, a desigualdade material.

E logo Trotsky enfatiza que:

> Em todo caso, Marx entendia por "etapa inferior do comunismo" aquela de uma sociedade cujo desenvolvimento econômico fosse, desde o princípio, superior ao do capitalismo avançado.[71]

Tal apreciação de Trotsky, naturalmente, está baseada no fato que tanto Marx como Engels supunham que o socialismo triunfaria primeiro nos países capitalistas desenvolvidos. Mas não foi isso que aconteceu na realidade; a primeira revolução proletária verificou-se na Rússia atrasada, e esse fato coloca em primeiro plano a necessidade prática de elaboração de toda uma problemática teórica nova, que não questiona a análise clássica do socialismo científico efetuada por seus fundadores, mas demonstra os seus limites e a urgência de prosseguir essa análise criativamente. A essa tarefa dedicou-se Lenin, em primeiro lugar, mas também Preobrazhenski, Bujarin e o próprio Trotsky, que mais se destacaram entre outros bolcheviques. Mas Trotsky apegou-se a essa suposição de Marx e Engels, transformou-a numa premissa, e a utilizou como ponto de partida para pôr em questão o caráter socialista da sociedade soviética. Quer dizer que Trotsky não busca as especificidades da realização do socialismo num país atrasado, mas nega redondamente a possibilidade de sua efetivação. Procurando ser ortodoxo, ele abre o seu próprio caminho analítico-explicativo. Vejamos como se desdobra o seu raciocínio:

> Marx esperava, por outro lado, que os franceses começassem a revolução socialista, que os alemães a continuariam e que os ingleses a terminariam. Quanto aos russos, eles ficavam na longínqua retaguarda. A realidade foi diferente. Empenhar-se portanto em aplicar mecanicamente ao caso particular da URSS, na fase atual de sua evolução, a concepção histórica universal de Marx, é cair de imediato em inextricáveis contradições.[72]

O ponto de partida de Trotsky não é livre de objeções, em primeiro lugar porque, se é bem certo, como já assinalado, que os clássicos supunham o triunfo da revolução primeiro na Europa (e a ele condicionavam o triunfo da revolução na Rússia atrasada, por exemplo), o fato de que essa previsão, que se apresentava como lógica, não se confirmou, não está a demonstrar a inutilidade "da concepção histórica universal de Marx", mas demonstra, isto sim, como acima enfatizado, a necessidade de sua readequação teórica a uma situação histórica particular. Por outro lado, não se pode perder de vista a realidade de que, embora a Rússia estivesse na 'longínqua retaguarda' do desenvolvimento capitalista, quando triunfou a revolução ela já dispunha de um certo e significativo desenvolvimento desse modo de produção, que já havia dado à luz ao proletariado industrial, principal artifício do triunfo. Lenin em várias oportunidades considerou esse fator material como um dos fatores decisivos para explicar a razão por que a classe operária pôde tomar o poder e mantê-lo.[73]

Não podemos, portanto, compartilhar do enfoque de Trotsky no sentido de que o socialismo é inviável em países atrasados e isolados. Essa apreciação do trotskysmo é o que o diferencia substancialmente do leninismo:

> A Rússia não era o elo mais resistente, mas sim o mais frágil do capitalismo. A URSS atual não sobrepuja o nível da economia mundial; não faz mais do que seguir na esteira dos países capitalistas. Se a sociedade que devia formar-se sobre a base da socialização das forças produtivas dos países mais avançados do capitalismo representava para Marx a 'etapa inferior do comunismo', essa definição não se aplica seguramente à URSS, que continua sendo, nesse particular, muito mais pobre quanto à técnica, a bens e à cultura do que os países capitalistas. *É mais exato, pois, chamar o regime soviético atual, com todas as suas contradições, de transitório entre o capitalismo e o socialismo, ou preparatório ao socialismo, e não socialista.*[74]

Em contrapartida, Lenin dizia:

> ...não pode ser mais vulgar o argumento, aprendido de memória durante o desenvolvimento da social democracia na Europa ocidental, de que nós não temos ainda maturidade para o socialismo, de que – como se expressavam certos 'eruditos' senhores que militam em suas fileiras – em nosso país não existem as premissas econômicas objetivas para o socialismo. A nenhum deles ocorre perguntar-se: E um povo que se encontrou numa situação revolucionária como a que se criou durante a primeira guerra imperialista? Não poderia, impelido por sua situação sem saída, lançar-se a uma luta que lhe oferecesse ainda que outra coisa não fosse do que algumas perspectivas de assegurar condições relativamente não-usuais, que lhe permitisse um mais amplo desenvolvimento da civilização? (...).
> Dizeis vós que, para construir o socialismo faz falta civilização. Muito bem. Mas então, por que não poderíamos criar primeiro tais pré-requisitos de civilização em nosso país, como a expulsão dos latifundiários e dos capitalistas russos, e depois iniciar o movimento para o socialismo? Em que livros leram que é inadmissível ou impossível haver semelhantes variações da habitual ordem de sucessão histórica dos acontecimentos?[75]

Essa polêmica sustentada por Lenin em janeiro de 1923, como ele mesmo menciona, foi desfechada uma vez mais contra os social-democratas europeus, críticos da Revolução Russa. Trotsky por certo a conhecia, e interpretou-a como uma coincidência de Lenin com ele mesmo. Segundo o seu ponto de vista, diria: "Sim! O que temos que fazer é criar os 'pré-requisitos' para a civilização, e estes ainda não são o socialismo". Mas essa interpretação não deixa de ser enganosa e insuficiente, pois que, de acordo com Lenin, depois da "expulsão dos latifundiários e dos capitalistas russos", deu-se início ao "movimento para o socialismo". Claro que Lenin tinha consciência que esse 'movimento' não era simplesmente linear. Ao contrário, foi perturbado pela guerra civil, que engendrou o "comunismo de guerra"; pela necessidade de retrocesso tático, que encontrou a sua expressão na NEP; foi manchado pelos acontecimentos de Gronstadt; e humilhado pela necessidade de elaborar um Plano de Concessões ao capitalismo estrangeiro. Tudo isso aconteceu ainda na época de Lenin, mas ele nunca pôs em dúvida que na Rússia a classe operária, em aliança com os camponeses, dirigida pelo partido bolchevique, havia feito uma revolução socialista. Lenin considerava também que essa revolução havia cumprido rapidamente, em

meio ao caos e à guerra, as *tarefas* democráticas que a burguesia teria sido incapaz de levar a cabo; e que na Rússia soviética, na sua formação econômico-social, coexistiam vários elementos que iam desde a economia camponesa, patriarcal, até o socialismo.[76] Na sua época, ele acreditava que os 'elementos predominantes' eram os pequeno-burgueses e os estigmatizava, ao lado do capitalismo privado, como sendo o principal obstáculo ao desenvolvimento do socialismo. Por isso Lenin proclamava o 'capitalismo de Estado', a fim de criar as condições momentâneas para o fortalecimento do socialismo.

Pois bem, esses 'elementos' em luta no seio da estrutura econômico-social russa foram dirimidos em favor do socialismo, a partir da política implementada por Stalin, que pôs fim à NEP, deu início à acumulação socialista originária (preconizada teoricamente por Preobrazhenski, em sua obra *A nova economia*), sob a forma da 'coletivização forçada' e dos Planos Quinqüenais. Tal política foi marcada pelo selo da época stalinista e, ao mesmo tempo que liquidava os 'elementos' pré-socialistas da estrutura econômico-social russa, promovia uma exorbitante crescimento do aparato burocrático, típico de uma experiência ainda precária de socialismo num país atrasado e isolado, bloqueado pelo cerco imperialista. Como Lenin o havia prognosticado, o Estado soviético é um "Estado operário com uma deformação burocrática".[77]

Como se pode ver, portanto, o esforço de Trotsky para acrescentar algo de novo e criativo à teoria do socialismo, ao visualizar uma formação econômico-social "transitória entre o capitalismo e o socialismo", preparatória do socialismo, não coincide com a contribuição leninista e tampouco com a de Marx e Engels. E neste ponto queremos insistir num aspecto interpretativo fundamental, e para tanto temos que volver ao texto básico de Marx, que é a "Crítica do Programa de Gotha". Nele está muito claro que Marx identifica um período necessário de transição entre o capitalismo e o comunismo. Esse período foi chamado por ele primeira etapa, ou etapa preliminar do comunismo, e foi considerado pelos marxistas que lhe sucederam, e por Lenin em particular, socialismo. Para Marx o socialismo era "um mero progresso", devido a todas as suas limitações intrínsecas, que são expostas por ele mesmo e que aqui não cabe repetir. Trotsky, se bem assinala as diferenças entre socialismo e comunismo, acentua no caso da URSS não as limitações próprias do socialismo,

com todas as suas particularidades, mas empenha-se muito mais em ressaltar o que *não* há de comunismo – e não podia haver! – numa série de fenômenos que melhor, e quando muito, corresponderiam a uma sociedade socialista bem desenvolvida.

Vejamos alguns exemplos.

Trotsky lembra que Lenin, em *O Estado e a revolução* diz que

> Depois da subversão das classes exploradoras (...), o proletariado destruirá a velha máquina burocrática e formará o seu próprio aparelho de operários e servidores, e para impedir-lhes que se transformem em burocratas, tomará "medidas estudadas em detalhe por Marx e Engels: 1º) elegibilidade e também revogabilidade a qualquer momento; 2º) retribuição não superior ao salário do operário; 3º) passagem imediata a um estado de coisas em que todos desempenhariam funções de controle e vigilância, e no qual todos serão momentaneamente 'burocratas', e por isso, ninguém poderá 'burocratizar-se'. Seria um erro pensar que Lenin acreditava que essa obra iria exigir dezenas de anos; não, é o primeiro passo.[78]

É óbvio que Lenin pensava que 'o primeiro passo' poderia ser este, sobretudo na sua obra escrita antes da tomada do poder. Mas a realidade se encarregou de demonstrar-lhe – e ele o entendeu muito bem – que apesar da capacidade do proletariado de acabar quase espontaneamente com "a velha máquina burocrática" e deformar "seu próprio aparato", muitas das medidas práticas tomadas pela Comuna de Paris, fonte principal da inspiração de Marx e Engels, não puderam ser implementadas no específico processo revolucionário russo. Lenin mesmo encheu páginas e páginas polêmicas contra os revisionistas da II Internacional, tratando de explicar as peculiaridades da Revolução Russa, procurando demonstrar o porquê das restrições ao sufrágio dos exploradores; o porquê da necessidade de salários mais altos para os especialistas burgueses. Lenin, contudo, preocupou-se profundamente com o problema da burocracia, preocupação essa que está contida nas obras do último período da sua vida. Sem embargo, ele entendia que esse problema só seria resolvido quando as massas estivessem capacitadas para exercer elas mesmas as tarefas de governo; quando elas alcançassem um alto nível cultural, e previa também – ao contrário de como o interpreta Trotsky – que isso seria uma tarefa de longo prazo. Este é o quadro que marca a postura de Lenin a respeito, na época da NEP, quando acentua ainda que é preferível uma cultura burguesa a uma mujique feudal, predominante

entre a população camponesa russa de então. Por isso ele estava convencido que o fim da burocracia não podia ainda ser vislumbrado no horizonte, e que ela só seria superada plenamente na etapa superior, comunista.

Da mesma maneira está formulada a concepção revisada de Lenin e dos bolcheviques, com respeito às milícias no socialismo. Todos eles pensavam, até 1917, que o exército regular deveria ser substituído pelas milícias populares, cuja base seria local (situada perto dos lugares de trabalho e dos domicílios), e cujos chefes seriam eleitos, e revogáveis. Contudo, o Exército Vermelho que se forma a partir da 'paz de Brest-Litovsky', sob a direção de Trotsky, já não é criado sobre uma base territorial, mas estrutura-se muito mais como uma organização classista, tal como foi definido pelo programa do partido, em 1919. Nesse programa registra-se que o exército só se transformaria em milícias de todo o povo, quando as classes sociais estivessem abolidas.[79] Tal fato era devido a que a organização das milícias territoriais era incompatível com as exigências de eficácia da guerra. Dessa forma, na busca de eficácia na defesa do país do socialismo, cercado e invadido pelas potências imperialistas, o Exército Vermelho teve que ser criado e mantido numa concepção diversa da que haviam suposto Marx e Engels; teve que ser classista, articulado como um exército regular, no seu recrutamento, treinamento e disciplina. É certo que Trotsky sempre defendeu a posição de que o Exército Vermelho deveria assumir a forma de milícia em tempo de paz, mas para isso ele compreendia que era necessário um processo de transição gradual, desde a forma convencional até a miliciana.

Em fins de 1920 começa, na União Soviética, a polêmica militar, que coincide com o término da guerra e a desmobilização dos grandes contingentes do exército. Foi então que Trotsky propôs a 'militarização do trabalho', quer dizer, voltar de imediato o exército para as tarefas produtivas. Mas a polêmica gira em torno de duas posições extremas: 1) liqüidar o exército e implementar a criação das milícias; ou 2) manter o exército regular classista (esta última argumentação baseava-se na desconfiança em relação aos camponeses). Com os acontecimentos de Cronstadt, a polêmica se encerra com um acordo implícito sobre a necessidade de manutenção do caráter classista do Exército Vermelho. Durante a primeira etapa do período stalinista, foi aplicada de certa maneira a concepção trotskysta da 'militarização do trabalho', como recurso adicional para o cumprimento dos planos quinqüenais. Mas em seguida, sob a ameaça da invasão nazista, o Exército Vermelho foi fortalecido enquanto tal, embora com um caráter que tendia a passar de uma concepção classista para a de defesa da nação como tal.

Essa breve revisão dos pessupostos e do caráter da formação do Exército Vermelho nos situa no exato terreno em que deve ser compreendida a separação entre a doutrina e a realidade. Pois bem, Trotsky, um dos arquitetos de tal separação, na prática continuou apegado à doutrina, como se a imperiosa necessidade de sua reelaboração fosse um mero instrumento de dominação da burocracia. E diz, de maneira verdadeiramente superficial:

> ...o exército, longe de ser substituído pelo povo armado, formou uma casta de oficiais privilegiados, em cuja cúpula apareceram os marechais, enquanto que o povo que "exerce armada a ditadura", foi proibido da posse até de uma arma branca.

Trotsky parecia não compreender – e aí está outro dos seus paradoxos, pois foi ele quem criou o Exército Vermelho – que na época da decadência do capitalismo, o militarismo exarcebado é uma das suas características primordiais, e que o socialismo, para sobreviver, deve aceitar, pelo menos em parte, as regras do jogo da militarização.

Ninguém hoje pode pôr em dúvida, com um mínimo de pertinência, que se não fosse o Exército Vermelho, o nazismo não teria sido derrotado.

É preciso salientar também como a análise de Trotsky sobre o caráter do Estado soviético resvala para uma concepção puramente doutrinária. Assim ele diz:

> Qualquer que seja a interpretação que se dê à natureza do Estado soviético, uma coisa é inevitável: ao cabo dos seus vinte anos, está longe de haver 'agonizado', nem sequer começou a 'agonizar', e mais do que isso, transformou-se numa força incontrolada que domina as armas;...[79]

Cabe nesta altura formular algums perguntas substanciais: Qual a procedência de tal observação? Como seria possível ao Estado soviético saltar por cima de todo o período de transição socialista, e começar a 'agonizar', em tão curto lapso de tempo da história? Não

estará Trotsky incorrendo em grande contra-senso, ao asseverar, de um lado, o caráter pré-socialista do Estado soviético, e de outro, alegar que este não é socialista por não haver-se inaugurado ainda o comunismo? É evidente que há algo de falho – e algo muito básico! – no esquema trotskysta de análise da experiência socialista soviética... E esse algo reside exatamente na mescla analítica de duas etapas distintas: socialismo e comunismo. A União Soviética deveria e deverá ainda percorrer um longo caminho de desenvolvimento de suas forças produtivas, antes de esperar que a revolução mundial – e não especificamente a européia – venha em sua ajuda, e seja ao mesmo tempo por ela ajudada, para poder superar o seu Estado e gerar um semi-Estado, tal como foi visualizado por Lenin em *O Estado e a revolução*.

Vejamos outras considerações de Trotsky quanto ao desenvolvimento econômico soviético:

> Para a criação de uma rede de estradas "petrolizadas" e de rodovias na URSS são necessários muito mais tempo e dinheiro do que para importar da América fábricas de automóveis rápidos, e ainda que para apropriar-se da sua tecnologia. Quantos anos serão necessários para dar a todo cidadão a possibilidade de usar um automóvel em todas as direções, e sem encontar dificuldades para obter gasolina? Na sociedade bárbara, o peão e o cavaleiro formavam duas classes. O automóvel não diferencia menos a sociedade do que o cavalo de sela. Enquanto que o modesto Ford continua sendo o privilégio de uma minoria, todas as relações e todos os hábitos próprios da sociedade burguesa continuam de pé. Com eles subsiste o Estado, guardião da desigualdade.[80]

Em primeiro lugar, o certo é que a URSS precisou de mais tempo e dinheiro do que ele previa, para poder importar as fábricas de automóveis (não propriamente da América, mas da Itália...), mas em contrapartida, lançou primeiro que a América o Sputnik... Em segundo lugar, talvez jamais um país socialista tenha condições – e necessidade! – de "dar a todo o cidadão a possibilidade de usar um automóvel".[81] Esse bem de consumo individual – muito individual mesmo! –, talvez antes de generalizar-se para a satisfação das grandes massas dos países socialistas, passe ao museu da história... Essa é apenas uma questão de previsão, mas em todo caso, lógica. Se Trotsky se detivesse um pouco a fazer cálculos apenas superficiais sobre o crescimento demográfico, teria chegado à conclusão simples de que essa observação crítica ao stalinismo não procedia. Mas, como diz o provérbio, "na guerra vale tudo"; e no caso presente, vale também a imagem que alguém possa ter em mente da nova sociedade...

Mas é impossível não dar-se conta da subjetividade de Trotsky quando se lêem no seu texto perguntas como esta: "Como e por que os imensos progressos econômicos dos últimos tempos, ao invés de suavizar a desigualdade, a têm agravado...?" Diante de tal interrogação, não nos resta senão contestar com a perplexidade.

Toda a precariedade argumentação de Trotsky, que incide no terreno da teoria do socialismo, tem um objetivo muito definido: pôr em questão o anúncio stalinista da vitória completa do socialismo na URSS. Aquele anúncio stalinista da vitória completa do socialismo na URSS. Aquele anúncio evidentemente fora feito no intuito de inflamar e aglutinar o povo soviético, uni-lo em torno da defesa da 'pátria socialista', diante da crescente ameaça de invasão nazista. Portanto, mesmo que o desenvolvimento do socialismo na URSS tivesse ainda pela frente um longo caminho a percorrer, para completar definitivamente a sua vitória, era o stalinismo – e não o trotskysmo – o grande fator de coesão nacional. Lenin, na sua polêmica com Rosa Luxemburgo, lembrava o ABC da dialética, consagrado no seu texto, "Um passo adiante, dois passos atrás: "A verdade abstrata não existe; a verdade é sempre concreta".

Lenin também já dizia, nas suas reflexões sobre o socialismo, que este não é uma invenção, uma sociedade ideal criada pela cabeça de Marx e Engels..., e era isso exatamente o que distinguia o socialismo utópico do científico. Pois bem, a URSS da década de 1930, quando Trotsky faz as suas reflexões sobre ela, ainda estava muito longe do desenvolvimento de todas as suas potencialidades revolucionárias, embora já desde outubro tivesse dado diversos passos significativos nessa direção. A burocracia, sem dúvida, havia-se fortalecido enormemente, porém a condição da sua própria existência era a manutenção do socialismo. Por isso o próprio Trotsky, quando estoura a Segunda Guerra Mundial, tem que conclamar à defesa da URSS. No proclamo dessa defesa, apesar de destacar preliminarmente que: 1) ...os sinais que em 1920 constituíam uma "deformação burocrática" do sistema soviético, tornaram-se agora um regime burocrático independente, que destruiu os sovietes; 2) a ditadura da burocracia, incompatível com as tarefas internas e internacionais do socialismo, introduziu e continua introduzindo, também

na vida econômica do país, deformações profundas, – reconhece também que – 3) basicamente, sem embargo, o sistema de economia planejada, sobre os fundamentos da propriedade estatal dos meios de produção, tem-se conservado, e continua sendo uma conquista colossal da humanidade. A derrota da URSS – prossegue Trotsky – numa guerra contra o imperialismo significaria, não apenas a liquidação da ditadura burocrática, mas também a da economia estatal planificada e o desmembramento do país em zonas de influência, uma nova estabilização do imperialismo e um novo enfraquecimento do proletariado.[82]

Nessa posição de Trotsky (por certo muito audaz, pois que por um lado provocou as primeiras divisões no seio da IV Internacional, e por outro, engrandeceu a sua imagem no seio da oposição anti-stalinista, precipitando com isso o seu assassinato...), chama a atenção o fato de haver considerado que a 'deformação burocrática' já avançou ao ponto de mudar a sua qualidade pela de "um regime burocrático independente", modificando dessa forma, em sua análise, a definição leninista do Estado soviético de "Estado operário, com uma deformação burocrática" para a de "Estado operário degenerado".[83]

> Regime totalitário;[84] um retrocesso ao capitalismo continua sendo perfeitamente possível;[85] ...Stalin e sua Internacional Comunista são atualmente a agência mais valiosa do imperialismo;[86]

São esses alguns dos elementos de análise, com os quais Trotsky se lança à organização da IV Internacional.

Numa época já distante do passado, era o próprio Trotsky que ridicularizava a oposição de esquerda no Partido Comunista russo e no Comintern, e zombava dos seus dirigentes, como a Kolontay, ao demonstrar que a lógica da sua atuação conduziria à formação da IV Internacional. Pois bem, no momento em que a mística do stalinismo vicejava, tanto em decorrência dos anseios nacionais do povo soviético, como do ódio do proletariado europeu contra o nazi-fascismo, Trotsky escreve no *Manifesto do Congresso de Fundação da IV Internacional* que "...a crise da civilização humana só pode ser resolvida pela IV Internacional" (!!!)[87] O lado paradoxal desse programa (outro dos tantos parodoxos de Trotsky!) é que ele incorre no mesmo erro gravíssimo da III Internacional: conceber os partidos comunistas nacionais como meras seções da Internacional, que seria o partido mundial.

Nesse mesmo *Manifesto*, Trotsky afirma a sua concepção de que

> o regime da URSS encerra contradições ameaçadoras. Mas continua sendo um regime de *Estado operário degenerado*. Tal é o diagnóstico social. E prossegue: O prognóstico político tem um caráter alternativo: ou a burocracia se transforma cada vez mais em órgão da burguesia mundial, dentro do Estado operário, derruba as novas formas de propriedade e devolve o país ao capitalismo; ou a classe operária esmaga a burocracia e abre o caminho para o socialismo.[88]

Na realidade, é inútil procurar nas obras de Trotsky a fundamentação teórica, o conteúdo analítico-explicativo daquela sua definição de "Estado operário degenerado". É esse aspecto marcante que nos permite constatar, mais uma vez, o abandono, por parte do autor, do balizamento teórico da teoria marxista-leninista do socialismo.

É certo que Trotsky tinha bem presente que

> aprendemos na escola elementar marxista que é impossível passar de golpe do capitalismo a uma sociedade socialista. Não se pode interpretar mecanicamente os termos de Engels sobre a passagem do reino da necessidade ao da liberdade. Ninguém acredita que imediatamente após a tomada do poder se possa contruir uma sociedade socialista em uma noite.[89]

Aqui é evidente que Trotsky emprega a palavra socialismo como sinônimo de comunismo. Mas é exatamente nas suas limitações quanto à compreensão do período de transição entre capitalismo e economia, isto é, o socialismo, onde peca o trotskysmo, porque, obsediado pelos crimes de Stalin, não chega a perceber que, dialeticamente, apesar dele, e ao mesmo tempo impulsionada por ele, a sociedade soviética promovia, em meio às enormes dores de parto, o desabrochar, o processo de transição para a nova sociedade.

O fato é que, apesar da pretensão de Trotsky de criar um novo partido mundial para resolver a crise da humanidade, essa nova Internacional viu-se privada, pouco tempo depois da sua fundação, do seu líder, e sem uma base nacional que fosse capaz de exercer uma direção centralizada e monolítica – como no caso da URSS com respeito ao Comintern –; nem sequer foi capaz de resolver as suas sucessivas crises internas, e sua história foi marcada por um processo permanente de divisões e subdivisões. Não é este o lugar apropriado

para discutir a oportunidade histórica de uma nova Internacional, e muito menos para discutir os erros intrínsecos da concepção da Internacional trotskysta.* Sem dúvida, a IV Internacional chegou a criar seções e núcleos de ativistas em vários países, e conseguiu atrair para as suas fileiras intelectuais brilhantes, como por exemplo Ernest Mandel. Contudo, a sua influência política, especialmente nos processos revolucionários que triunfaram, foi escassa, para não dizer praticamente nula. A IV Internacional, seguindo a herança de Trotsky, concentrou os seus principais esforços na crítica à burocracia da União Soviética e dos demais países socialistas, apregoando a necessidade de uma nova revolução política, para retirar do poder os burocratas que o haviam usurpado. Nem mesmo a Revolução Cubana ficou imune aos ataques virulentos de militantes trotskytas, muitos dos quais não possuíram a mais remota base objetiva sobre a qual fundar-se.** É neste sentido, isto é, pela leviandade com que essa associação internacional analisou a experiência histórica socialista, de maneira muitas vezes sectária, apaixonada e rancorosa, que nela podemos encontrar um dos embriões da crítica anti-soviética que hoje prolifera em várias partes do mundo – particularmente na Europa – promovida por pessoas, movimentos e partidos que se consideram marxistas. E esse tipo de crítica, como nos propomos demonstrar em nossa análise do eurocomunismo, conduz inexoravelmente ao abandono da teoria do socialismo elaborada por Marx e Engels e desenvolvido por Lenin, e tende para uma postura que, no fundo, é anticomunista.

* Erros esses que foram detectados, por exemplo, pelo grande historiador Isaac Deutscher, que, apesar da sua afinidade com Trotsky, não se vinculou à IV Internacional, por discordar da sua concepção e por duvidar da sua viabilidade.

** Um exemplo patético de calúnia política encontra-se nas elucubrações de Adolfo Gilly – em artigo publicado em *Monthly Review*, Nova Iorque, 1966 – em relação ao pretenso assassinato de Che Guevara por parte da direção revolucionária cubana.

2. OS DIRIGENTES E TEÓRICOS COMUNISTAS OCIDENTAIS: ROSA LUXEMBURGO, ANTONIO GRAMSCI E PALMIRO TOGLIATTI

Procederemos agora a uma primeira tentativa de revisão da contribuição desses três grandes teóricos e dirigentes revolucionários europeus para a teoria do socialismo. A escolha desses autores, e não (como por exemplo J. Dimitrov) de outros, não é aleatória: deve-se antes de mais nada ao fato que o seu pensamento gerou correntes teóricas e políticas vigentes até a nossa época.

a) *Rosa Luxemburgo e o luxemburguismo*

A maior contribuição de Rosa Luxemburgo à teoria marxista se localiza, sem dúvida, nas suas análises do processo de acumulação de capital, isto é, do funcionamento desse modo de produção na época imperialista (*A acumulação do capital*), e nas suas análises que incidem no terreno da concepção esuratégico-tática do processo revolucionário, a teoria da revolução (*Reforma e revolução, greve de massas, partido e sindicatos*, entre vários outros escritos). Rosa, como Lenin e Trotsky, era conhecedora das obras de Marx e Engels; mas voltou a sua atenção (como fizeram os outros dois dirigentes revolucionários, até 1917) não propriamente para a teoria marxista do socialismo, mas para a análise do sistema de dominação burguesa e das suas concepções políticas de como derrubá-lo.

Portanto, são escassas as suas reflexões sobre o sistema socialista e sobre a nova sociedade originada da tomada do poder pelo proletariado. Por isso, concentramos a nossa atenção no seu texto[90] redigido depois do triunfo da Revolução Bolchevique, no qual Rosa procura formular algumas considerações críticas a respeito da primeira experiência do triunfo revolucionário.

Nesse texto, Rosa formula três críticas substanciais a três medidas tomadas pelo poder soviético: a adoção do projeto de reforma agrária 'eserista', a política de autodeterminação dos povos subju-

gados pelo czarismo, e a dissolução da Assembléia Constituinte. A crítica de Rosa é positiva no sentido que ela oferece o seu apoio entusiasta à Revolução de Outubro, formulando-a com um ânimo, não propriamente de repreender ao governo bolchevique pelos seus erros, mas de aprender com a sua experiência acumulada, a fim de que a revolução européia não venha a cometer tais erros. Por isso, ela afirma na abertura do seu escrito:

> Seria (...) errôneo temer que uma análise crítica dos caminhos percorridos até agora pela Revolução de Outubro represente um perigoso ato de destruição da importância e do exemplo fascinante do proletariado russo, única coisa capaz de vencer a inércia nefasta das massas alemães.[91]

A sua crítica em relação à reforma agrária é impecável:

> Certamente, a palavra de ordem da ocupação e da distribuição imediata e direta da terra por parte dos camponeses era a fórmula mais rápida, simples e lapidar para conseguir dois objetivos: destruir a grande propriedade latifundiária e vincular imediatamente os camponeses a governo revolucionário. Como medida política para a consolidação do governo proletário-socialista constituía uma *excelente tática*. Não obstante, ela apresentava um duplo aspecto, que no reverso da medalha consiste em que a ocupação direta da terra por parte dos camponeses *não tem absolutamente nada de comum com a economia socialista*.[92]

Os dois aspectos são os seguintes: 1) a reforma econômica socialista da terra deve partir da média e grande propriedade; 2) a pequena propriedade obstaculiza a união entre a agricultura e a indústria.

Essa crítica de Rosa Luxemburgo coincide plenamente com a concepção leninista. Foi Lenin que escreveu, em 1907, *O programa agrário da social-democracia na Rússia*, em que faz uma crítica demolidora da concepção fragmentária do programa 'eserista'. Sem embargo, esse mesmo programa, então abjurado por Lenin, é adotado em outubro de 1917, por recomendação dele mesmo, pelo novo poder soviético, exclusivamente por uma *questão de tática*. Lenin sabia muito bem que essa reforma agrária era uma solução de emergência, com o objetivo de conquistar um apoio imediato da maioria do povo – que era camponês – para a Revolução de Outubro, e que em definitivo, a questão da socialização do campo ficava postergada para o futuro.

Por isso, o diagnóstico de Rosa era mais do que impecável, era profético:

> A reforma agrária leninista criou para o socialismo um novo e poderoso estrato social de inimigos no campo, cuja resistência será muito mais perigoso e tenaz do que quanto haja sido a dos grandes latifundiários aristocratas.[93]

Mas, afinal de contas, a advertência de Rossa, profética, da 'coletivização forçada', de que teria servido? O certo é que, se Lenin houvesse tratado de implantar o programa bolchevique logo da tomada do poder, o proletariado não teria podido manter-se no poder, pois que os camponeses russos ainda não estavam preparados para aceitá-lo.

Contudo, se de um lado as considerações de Rosa sobre a questão agrária são absolutamente justas, do ponto de vista teórico e de prognóstico de problemas futuros, elas não são procedentes quanto à questão da autodeterminação. Rosa afirma que:

> Lenin e seus amigos, enquanto propugnadores da liberdade nacional até a 'separação estatal', esperavam evidentemente que a Finlândia, a Ucrânia, a Polônia, a Lituânia, os Países Bálticos, o Cáucaso, etc. se convertessem em outros tantos aliados fiéis da Revolução Russa, mas assistimos a um espetáculo: uma depois da outra, essas 'nacionalidades' utilizaram a liberdade apenas obtida em doação para aliar-se, como inimigos mortais da revolução russa, com o imperialismo alemão, e sob sua proteção levaram a bandeira da contra-revolução à própria Rússia.[94]

A polêmica de Rosa Luxemburgo com Lenin sobre a questão da autodeterminação é mais antiga. Desde 1914, Lenin empenhou-se em refutar os pontos de vista de Rosa relativos a essa questão, demonstrando que "negar o direito à autodeterminação ou à separação, significa indefectivelmente, na prática, apoiar os privilégios da nação dominante".[95]

Porém, se é certo que Rosa tem toda razão ao sublinhar que os bolcheviques confiavam no triunfo da revolução nestas nações, ela se equivoca ao não diferenciar a situação específica de cada uma delas, e ao afirmar que, no seu conjunto, "levaram a bandeira da contra-revolução à própria Rússia". Vejamos alguns casos. Efetivamente, na Finlândia, o movimento revolucionário, com o apoio soviético, foi vencido em 1918, devido ao apoio que o imperialismo

alemão ofereceu à burguesia finlandesa; mas, no curso da guerra civil, se por acaso a Finlândia tivesse servido de títere do imperialismo e de base militar para o mesmo, o poder soviético, segundo a apreciação de Lenin, teria sido derrotado. Mas a Finlândia manteve-se neutra, e segundo Lenin, este foi um fator decisivo para a derrota da contra-revolução. É o próprio Lenin quem diz claramente que, se não fosse pela política de autodeterminação, o poder soviético teria sucumbido na guerra. Com respeito à Polônia, conhecemos as vicissitudes das suas relações com o poder soviético. Em 1920, o Exército Vermelho, sob a responsabilidade direta de Lenin, intenta liquidar a política de autodeterminação que, a juízo de Rosa, não correspondia aos interesses proletários.

Pois bem: o proletariado de Varsóvia sublevou-se em defesa da *sua* nação e contra o Exército Vermelho.

Não é possível nestas páginas revisar uma por uma as situações nacionais específicas, mas cremos que é perfeitamente possível entender o aspecto frágil dessa crítica de Rosa à política bolchevique, por fundamentar-se na subestimação da importância do fator nacional que, indubitavelmente, tem um peso decisivo no triunfo de qualquer movimento revolucionário. Nenhuma revolução vitoriosa, até hoje, deixou de colocar grande ênfase no seu aspecto nacional.

Sobre a questão da Assembléia Constituinte, é verdade, como Rosa o registra, que até outubro Lenin e os bolcheviques haviam reinvindicado a sua convocação como palavra de ordem própria, e que sem embargo, ao final de 1917, já se voltam contra ela, até que, em princípios de 1918, no encerramento da sua primeira reunião, é lançado o decreto que a dá por dissolvida. Rosa reconhece que, tendo em vista que as listas para a sua eleição haviam sido feitas antes de outubro, era natural que os bolcheviques

> ...não desejavam nem podiam condicionar a sorte da revolução a uma assembléia que refletia a Rússia kerenskiana de ontem, o período das incertezas e da coalisão com a burguesia. Ora bem, – prossegue Rosa – o que incumbia era convocar de imediato uma outra assembléia, originária da Rússia renovada, e com ela seguir em frente.[96]

Rosa não aceita como suficiente a argumentação, sustentada especialmente por Lenin, de que a Assembléia Constituinte é o que de mais avançado possa existir sob a democracia burguesa – e por isso os bolcheviques lutaram por ela –, contudo,

> para o trânsito do regime burguês ao socialista, para a ditadura do proletariado, a república dos sovietes (de deputados, operários, soldados e camponeses) não é apenas a forma de tipo mais elevado das instituições democráticas (comparada com a república burguesa oridinária, coroada por uma Assembléia Constituinte), mas também a única forma capaz de assegurar o trânsito menos doloroso possível ao socialismo.[97]

Rosa Luxemburgo, em contrapartida, insiste que

> ...quanto mais democráticas forem as instituições, quanto mais vitais e vigorosas se apresentarem as pulsações da vida política das massas, tanto mais direta e total resulta a sua eficácia, a despeito das insígnias ancilosadas do partido, listas eleitorais permitidas, etc. Certo é que toda instituiçao democrática tem seus limites e suas deficiências, fato esse que a identifica com todas as instituições humanas. Mas o remédio inventado por Trotsky e Lenin, *a supressão da democracia em geral*, é ainda pior que o mal que se deseja evitar: sufoca, com efeito, a fonte viva da qual unicamente podem surgir as correções das insuficiências congênitas das instituições sociais, uma vida política ativa, livre e enérgica das mais amplas massas.[98]

Rosa, em realidade, não responde ao argumento de que os sovietes são uma forma superior de democracia, e só menciona o "remédio inventado por Trotsky e Lenin, a supressão da democracia em geral".

A polêmica sobre a questão da democracia na ditadura do proletariado foi uma polêmica crucial, que se desenrolou a partir do triunfo da Revolução Russa. Mas os seus momentos álgidos ocorreram depois da morte de Rosa. Ela portanto não chegou a conhecer o conjunto da argumentação de Lenin sobre o tema. A sua obra fundamental a esse respeito é *A revolução proletária e o renegado Kautsky*,[99] que foi escrita em outubro/novembro de 1918, mas que só foi publicada em 1919.

Nessa obra, Lenin trata de demonstrar como não existe a democracia em geral; como a ditadura do proletariado supera, do ponto de vista democrático, as mais avançadas formas de democracia burguesa, de como é inerente a esse conceito a idéia da democracia para a maioria.

Se Rosa tivesse conhecido o conjunto da concepção leninista, por certo não teria formulado da seguinte maneira as suas observações críticas:

> O erro fundamental da teoria leninista-trotskysta é precisamente o de contrapor, exato como Trotsky, ditadura e democracia. 'Ditadura, ou democracia', assim armavam a questão tanto os bolcheviques como Kautsky. Este último, como é natural opta pela democracia, e precisamente pela democracia *burguesa*, pois que a coloca em função alternativa da subversão socialista. Lenin e Trotsky, ao contrário, optam pela ditadura, em oposição à democracia e, em conseqüência, pela ditadura de um punhado de pessoas, vale dizer, pela ditadura segundo o modelo burguês.[100]

Rosa censura também a Constituição Soviética, por conceder o direito de voto apenas àqueles que vivem do seu próprio trabalho.[101] A seu juízo, tal preceito era injusto, porque a redução da atividade industrial havia produzido um aumento significativo dos que não tinham emprego; em contrapartida, ela considera correto, isto sim, tendencialmente, a cassação dos direitos políticos dos exploradores. Lenin, em sua mencionada obra polêmica com Kautsky, enfatizou o caráter especificamente russo de tais medidas constitucionais, sem que delas se pudesse deduzir uma posição geral e de princípio do socialismo.

No seu conceito, tais medidas, no caso russo, estavam plenamente justificadas pelo comportamento da contra-revolução.

Apesar de suas críticas, Rosa reconhece, ao final do seu escrito: "Os bolcheviques mostraram que podem fazer o que um partido verdadeiramente revolucionário está em condições de fazer nos limites das possibilidades históricas."[102]

Essa posição de Rosa Luxemburgo é bem definitiva, e não foi sem razão que Lenin, logo depois do III Congresso da Internacional Comunista, em 1921, reprochando as inconsistências de Paul Lewy, – o pretenso substituto de Rosa na direção do IPD (Partido Comunista Alemão) – diz que Rosa era 'uma águia', apesar de haver-se equivocado muitas vezes em questões fundamentais, e comparando-a com Paul Lewy – a quem considerou no seu tom irônico 'uma galinha' – diz que às vezes as águias voam mais baixo que uma galinha, mas que esta jamais poderá voar tão alto como uma águia.

Positivamente, descontadas todas as diferenças históricas de Rosa com os bolcheviques – e particularmente com Lenin –, apesar das suas críticas profundas e proféticas em uns casos, discutíveis em outros, ela soube reconhecer a transcendência da revolução bolchevique e entender que, em definitivo, as suas limitações estavam marcadas "pelos limites das possibilidades históricas", que não deixaram de ser tão mais estreitas ainda por responsabilidade do proletariado europeu, o qual não foi capaz de poder exclamar como o russo: 'eu ousei'!

Cremos que é exatamente por isso que o luxemburguismo, como uma corrente própria de pensamento no seio do movimento operário, não teve grande relevância. Somas feitas, a contribuição de Rosa, por seu enfoque analítico, apesar das diferenças com o leninismo, em especial, não deixou de circunscrever-se ortodoxamente ao grande modelo teórico do marxismo revolucionário. A ênfase, em vários aspectos, dos matizes próprios da sua concepção estratégico-tática do marxismo, foi resgatada sobretudo por alguns teóricos de grande nível, como é o caso de Lelio Basso e Fritz Sternberg,[103] mas na prática política, a contribuição de Rosa Luxemburgo tem sido recuperada principalmente como um afluente do mesmo rio...

Contudo, é preciso dizer que a sua preocupação fundamental com respeito ao tema da democracia (que se manifesta constantemente em sua obra, e que muito bem se espelha nas suas divergências, a partir de 1903, com a posição de Lenin sobre o caráter do partido, culminando com sua crítica à democracia soviética) tem marcado toda a sua escola. As obras dos seus estudiosos e seguidores sempre se debruçam sobre essa temática.* Por isso, de certo modo, a crítica dirigida contra a experiência socialista da URSS tem-se nutrido nos textos de Rosa Luxemburgo, buscando constantemente encontrar neles uma fonte de inspiração. Da mesma maneira, os apologistas da "via democrática para o socialismo" trataram de escudar-se na obra da grande revolucionária. Porém, diferentemente do balanço que fizemos do trotskysmo, o luxemburguismo, na sua mais estrita acepção, não se presta àquelas tergiversações da teoria da revolução e da teoria do socialismo.**

b) *Gramsci e o gramscismo*

A obra de Gramsci também está centrada fundamentalmente na teoria da revolução. As suas considerações que incidem no campo

* Além das obras citadas, há que considerar também a de Pierre Navile, *El nuevo leviatán*, centrado fundamentalmente na problemática do Estado.

** Uma excelente biografia de Rosa e balanço de sua obra foi realizada por Peter Nette, *Rosa Luxemburgo*, Ediciones Era, México, DF, 1974.

da teoria do socialismo são reduzidas, e não chegam a configurar nenhum subsídio novo, limitando-se a reflexões em torno da experiência prática soviética.

As obras de Gramsci eram praticamente desconhecidas até 1956, ano que coincide, não casualmente, com o XX Congresso do PCUS.[104] Desde então, o seu pensamento converteu-se em moda, e poucos têm sido os autores que como ele, em nosso século, tiveram tantos estudos dedicados à sua obra. Mas, como diz Perry Anderson,

> ao mesmo tempo, a difusão do renome de Gramsci não foi acompanhada, até à data, de um estudo igualmente profundo de sua obra. A própria gama de apelos à sua autoridade, desde os setores mais antagônicos de esquerda, nos dá um indício da limitação do estudo e compreensão de suas idéias. O preço de uma admiração tão ecumênica é necessariamente a ambigüidade: interpretações múltiplas e incompatíveis dos temas contidos em seus *Cadernos do cárcere*.[105]

Perry Anderson procura encontrar "boas razões para isso": "a neçessidade de trabalhar na direção de conceitos radicalmente novos (...), o fato de que Gramsci escreveu no cárcere, em condições atrozes, com um censor fascista que escrutava tudo quanto ele produzia". Por isso mesmo suspeitamos que nenhum estudo, por mais profundo que seja, poderá dirimir as 'antinomias' do gramscismo, como está a demonstrá-lo o próprio esforço de Perry Anderson. São tais antinomias que dão margem a que a sua obra seja utilizada pelas mais diversas correntes políticas e de pensamento, desde a chamada esquerda revolucionária até o eurocomunismo.

É preciso reconhecer que, sem a intenção de diminuir a contribuição de Gramsci, ele não é um autor que chegou a compreender plenamente o marxismo; é possível inclusive demonstrar que, em muitos aspectos cruciais, a sua interpretação do mesmo revela-se confusa e incorreta. Sua visão do marxismo provém sobretudo das suas leituras dos marxistas russos como Trotsky, Bujarin e muitos outros, mas especialmente de Lenin.

Gramsci teve a capacidade de compreender o impacto histórico mundial da Revolução de Outubro. Tratou de acompanhá-la de uma posição mais próxima possível. Defendeu-a com toda a sua sensibilidade e entusiasmo nos seus artigos periodistas, que se revestiam bem mais de um tom panfletário e ingênuo do que de uma análise mais complexa. Ao transformar-se em dirigente do PCI, Gramsci foi

um dos mais fervorosos adeptos do partido mundial dirigido pela União Soviética, o Comintern. Todas as medidas implementadas pelo Partido Comunista da URSS foram apoiadas irrestritamente por ele durante a época de Lenin. (Por exemplo: a dissolução da Assembléia Constituinte, a paz de Brest, a questão das nacionalidades, o comunismo de guerra, a NEP, etc.). Durante o grande debate entre Stalin e Trotsky, ele apoiou a tese do "socialismo num só país", e quando se desencadeou a luta interna, no seio do Partido Comunista, ele lamentou, através de uma "Carta aberta ao Comitê Central", que "a unidade do partido estivesse em perigo".[106] Contudo, posteriormente, apesar das suas anteriores discrepâncias teóricas com o livro de Bujarin, *Teoria do materialismo histórico*, de 1921, ele apoiou, juntamente com Ercoli (P. Togliatti) a sua posição que apregoava a manutenção da NEP, quer dizer, a política de aliança da classe operária com os camponeses médios (*kulak*) e de um processo de acumulação mais lento, privilegiando a agricultura, contrário portanto à "acumulação socialista originária", concebida originariamente por Preobrazhenski para a oposição.[107]

A. G. Lowy afirma que foram as idéias de A. Gramsci e Palmiro Togliatti que influíram "crescentemente no pensamento político de Bujarin e se converteriam em partes do mesmo".[108]

A derrota de Bujarin, o triunfo de Stalin, o fim da NEP e a implantação da "acumulação socialista originária" sob a forma da 'coletivização forçada', e o recrudescimento do controle da burocracia sobre o partido, foram as causas que fomentaram os temores de Gramsci, manifestados já em 1926, em uma carta a Togliatti, no sentido de que "são as relações fundamentais de aliança entre operários e camponeses que estão abaladas e ameaçadas, quer dizer, os próprios pilares do Estado operário e da revolução".[109]

Devido às vicissitudes de sua vida política, Gramsci não teve condições de empreender um estudo, com uma base sequer mínima de fundamentação empírica, sobre o que se passava na URSS, nem mesmo de referir-se explicitamente a essa temática. Contudo, apesar dessas limitações e de haver concentrado a sua atenção no âmbito da estratégia e da temática da tomada do poder, fez várias incursões na teoria do Estado e da burocracia.[110]

Vejamos brevemente algumas das apreciações de Gramsci a respeito da Revolução Russa e do socialismo.

Chama à atenção nos seus textos a permanente ênfase na idéia de que "A Rússia teve esta sorte: desconheceu o jacobinismo; na Rússia não se encontram os jacobinos."[111]

Esses textos foram escritos antes de outubro, mas também nas suas análises da revolução bolchevique Gramsci continuará insistindo sobre o seu caráter não-jacobino, como um verdadeiro *leitmotiv*. Sem embargo, os bolcheviques de fato haviam-se impregnado (como acentua Isaac Deutscher, por exemplo) de pelo menos muitos elementos do estilo de atuação jacobinista, no sentido da convicção de que o único princípio válido – como o afirma Lenin – era o da manutenção do poder, a ditadura do proletariado, e em função da defesa deste princípio não havia nenhum obstáculo válido – de ordem moral, política ou social – que justificasse o abandono da luta em favor da preservação do regime soviético. Uma demonstração contundente desse estilo encontra-se no episódio de Cronstadt, cuja lógica é tipicamente jacobina: as razões da oposição não importam, se na prática não é possível coexistir com elas... Mas há outras demonstrações do mesmo estilo: desde a execução do czar e sua família, passando pela proibição de facções no interior do partido, até talvez a própria 'coletivização forçada'. O jacobinismo não deixa de ser uma política característica de um momento de desespero em face da debilidade do poder. E exatamente por isso, na guerra extrema entre classes que caracteriza toda revolução, não será este um estilo quase imprescindível?

É certo que Gramsci acentua a ausência desse estilo num momento em que suas características ainda não se haviam configurado, mas de qualquer maneira, isso revela pouca argúcia de sua parte. Posteriormente, o próprio Gramsci terá que justificar muitas das ações tipicamente jacobinas dos bolcheviques.

Mas vamos a uma demonstração indiscutível da falta de rigor analítico do pensamento gramsciano. No seu famoso artigo, A revolução contra o capital, ele diz:

> A revolução dos bolcheviques compõe-se menos de ideologias (???) do que de fatos. (Por isso, no fundo, nos importa pouco saber mais de quanto já sabemos). É a revolução contra *O capital* de Karl Marx. *O capital* de Marx era, na Rússia, o livro dos burgueses mais do que dos proletários. Era a demonstração crítica da necessidade inelutável de que na Rússia se formasse uma burguesia, se iniciasse uma era capitalista, se instaurassem uma civilização de tipo ocidental, antes que o proletariado pudesse sequer pensar na sua insurreição, em suas reivindicações de classe, em sua revolução. Os fatos superaram as ideologias (???). Os fatos rebaixaram os esquemas críticos segundo os quais a história da Rússia deveria ter-se desenvolvido segundo os cânones do materialismo histórico (!?). Os bolcheviques renegam Karl Marx ao afirmar, com o testemunho da ação desenvolvida, e das conquistas alcançadas, que os cânones do materialismo histórico não são tão férreos como se pudesse pensar e se pensou.[112]

Em seguida ele acrescenta que, "se os bolcheviques renegam algumas afirmações de O capital (anotamos nós: justamente os "cânones do materialismo histórico", quer dizer, o seu método), não renegam o pensamento imanente, vivificado.(!!!)

De modo geral, os gramscianos têm sido muito complacentes com este texto, mas consideramos que embora seja um artigo de jornal, não deixa de refletir profunda incompreensão da obra de Marx. Tratemos de dissecá-lo.

Em primeiro lugar, dizer que a revolução bochevique "compõe-se menos de ideologias que de fatos" pode, quando muito, ser uma bonita forma literária, mas absolutamente estranha a uma análise rigorosa do fenômeno revolucionário russo. É verdade que os bocheviques dirigiram uma revolução socialista empunhando bandeiras mobilizadoras – "paz, pão e terra" – e conseguiram a adesão da maioria do povo, não exclusivamente da classe operária, mas também dos camponeses despolitizados. Pois bem, esse apoio traduziu-se em *fatos concretos*, em *lutas concretas*, que contaram não apenas com o apoio, mas sobretudo com a participação das massas que se mobilizaram, não propriamente ao redor de 'ideologias', do programa do partido, aprovado nos congressos bolcheviques, mas sim em torno de suas proposições táticas imediatas. Mas essas seriam corretas sem uma concepção 'ideológica' que as orientassem?

Em que sentido a Revolução Russa pode ser considerada 'a revolução contra *O capital*' ? Só no sentido da ignorância dessa obra e do método materialista-histórico de Marx e de suas análises (que não estão em *O capital*) sobre as possibilidades do triunfo da revolução socialista na Rússia, que tanto Marx como Engels sustentaram em suas polêmicas com os Narodniki. Uma interpretação benigna do texto de Gramsci poderia levar a interpretá-lo da seguinte forma: nele se encontra uma defesa do triunfo da revolução socialista num país atrasado como a Rússia, contra a crítica dos reformistas da II

Internacional, como Kautsky e os mencheviques que, em nome da 'ortodoxia' marxista afirmavam que ela era inviável.

Mas aqui cabe uma pergunta: Que tem a ver *O capital* com toda essa polêmica? Acaso Gramsci não percebe que Lenin e os bolcheviques eram os ortodoxos, pois que foram eles os que tiveram a capacidade de utilizar o método de Marx como "um guia para a ação", como um instrumento de "análise concreta de uma situação concreta"? Com que procedência teórica – e política – pode Gramsci afirmar que *O capital* "era na Rússia, o livro dos burgueses"? Com nenhuma! Em *O capital* não existe nenhum intento de demonstrar que há uma ordem *inexorável* de evolução do pré-capitalismo ao capitalismo e deste ao socialismo. *O capital* é uma obra na qual se analisam as características básicas do modo de produção capitalista puro, num alto nível de abstração. São raras as considerações de Marx a respeito da revolução socialista e do socialismo, muito embora, como dizia Preobrazhenski, essa obra só podia ser escrita por um comunista, quer dizer, na perspectiva do comunismo.

Portanto, em que se apóia a afirmação de que a revolução rompeu 'os esquemas' do marxismo? Por acaso não foram os próprios Marx e Engels que apoiaram os Narodniki, em sua visão otimista, que acreditavam que a Rússia podia saltar da comunidade agrária (o Mir) para o socialismo, prescindindo do desenvolvimento capitalista? Por certo, os clássicos condicionaram aquele salto ao triunfo da revolução na Europa, mas os bolcheviques também tomaram o poder confiando nela... Já desde 1905, as teses sobre o caráter 'permanente', 'ininterrupto' da revolução para o socialismo afloraram no ambiente teórico e político russo. Pois bem, a revolução de fevereiro teve um caráter democrático-burguês, e a de outubro superou esse caráter e avançou para o socialismo. Que heresia cometeu essa revolução com respeito ao marxismo? Só um desconhecimento sólido do materialismo histórico pode levar a tal afirmação!

Também não são muito perspicazes as considerações de Gramsci em relação ao fechamento da Assembléia Constituinte e, como destacávamos acima, elas assumem muito mais a forma de defesa incondicional e pouco fundamental do poder soviético do que de uma análise rigorosa dos fatores que condicionaram tal medida, de um ponto de vista teórico e prático. Assim fala Gramsci:

> A dissolução da Constituinte (...) não é só um episódio de violência jacobina, da forma como gostam de apresentá-lo os jornalistas burgueses... A constituinte era o mito vago e confuso do período pré-revolucionário. Mito intelectualista...[113]

Tem razão Gramsci ao dizer que a dissolução da Constituinte não foi 'apenas' uma ação jacobina – conquanto evidentemente tivesse elementos tais... Mas carece de razão ao afirmar que ela era "um mito vago e confuso". A contrário: se é certo que as grandes massas camponesas não captavam o seu sentido e se mantiveram indiferentes diante da sua dissolução, não é possível sustentar o mesmo em relação a setores significativos da pequena burguesia urbana, os quais se sublevaram em seguida contra o poder soviético, e entre esses setores contavam-se também as áreas de influência da própria esquerda reformista.

A dissolução da Assembléia Constituinte foi muito bem explicada e fundamentada, de um ponto de vista teórico, por Lenin. Sem embargo, tal justificativa não tem por objeto encobrir que a sua precipitação deveu-se ao fato objetivo que eleitoralmente, de acordo com as listas elaboradas antes de outubro, os bolcheviques haviam obtido uma parcela insuficiente dos sufrágios. Nesse sentido, por que negar o elemento jacobino daquela ação? Por que subestimar a sua importância, ao ponto de reduzi-la a um 'mito'?

Relativamente às reflexões de Gramsci sobre a ditadura do proletariado e sua defesa do sistema soviético, como uma forma específica dessa ditadura, pouco há que comentar, pois o seu enfoque é basicamente correto e está inspirado claramente nos conceitos mais usuais dos bolcheviques na época. Não é possível, dessa forma, encontrar nelas uma interpretação criativa, que acrescente elementos novos à própria idéia. Por exemplo, Gramsci observa que: "A ditadura é a instituição fundamental que garante a liberdade, que impede os golpes de mão das minorias facciosas."[114]

Não há nessa definição, nem nas suas definições posteriores, onde junta mais elementos à sua concepção, quaisquer inovações propriamente ditas. O autor que realmente enriquecerá esse conceito, como vimos ao longo da presente pesquisa, foi Lenin.

Quanto a mais, as considerações que Gramsci tece a respeito de Lenin são verdadeiramente apologéticas. A sua tendência ao exagero, contudo, não se justifica em outros casos. Veja-se, como exemplo, a sua apreciação do Comintern: "A totalidade do movimento proletário e socialista mundial orienta-se devidamente para a Internacional Comunista."[115]

Lenin também cometeu esse erro de superestimar, em um momento de sua vida, em 1920, a potencialidade da Internacional Comunista, e de subestimar a realidade da potência da II Internacional. Mas um erro não justifica o outro – sobretudo quando se trata de dirigentes políticos – e o fato é que Lenin tratou de corrigir prontamente, em 1921, um tão grave equívoco. (Referimo-nos à sua política de aproximação da II Internacional).

Vejamos mais um exemplo de como a visão de Gramsci é estranha ao marxismo, na sua parte fundamental, que é a teoria do Estado:

> Não existe sociedade fora de um Estado, que é a fonte e o fim de todo direito e de todo o dever, que é a garantia de permanência e êxito de toda atividade social.[116]

Tal afirmativa não tem nada em comum com a concepção de Marx, Engels e Lenin sobre o Estado. Em primeiro lugar, como é bem-sabido, para eles o Estado não é um dado da natureza humana, mas ele aparece em determinado momento do seu desenvolvimento histórico; em segundo lugar, na sociedade comunista o Estado "adormecerá", quer dizer, deixará de existir. Assim, do ponto de vista da teoria marxista do Estado, tal pronunciamento não procede. Julgamos que importa enfatizar isso, porque a maioria dos gramscianos o consideram como... um marxista.

É certo que esses artigos de Gramsci que ora estamos considerando integram a sua obra 'de juventude'. Mas depois da juventude veio o longo período de cárcere, em que o autor não pôde expressar claramente o seu pensamento; o resultado, como acentua Perry Anderson, foi bem mais um trabalho "censurado duas vezes: os espaços, elipses, contradições, desordens, alusões, são o resultado desse trabalho de composição adverso e único no seu gênero."[117]

Dessa forma, se a compreensão de Gramsci a respeito do marxismo amadureceu, é agora difícil de avaliar, mesmo tendo ele posteriormente adotado, como vimos, a tese 'leninista' da extinção do Estado. Portanto, podemos prosseguir com suas obras juvenís.

Ainda em relação ao mesmo texto, mencionamos outro exemplo dos erros de análise de Gramsci sobre o marxismo:

> O Estado dos sovietes possuía um núcleo dirigente, o Partido Comunista bolchevique; tinha o apoio de *uma minoria social* representante da consciência de classe, dos interesses vitais e permanentes de toda a classe, dos operários da indústria. *Transformou-se no Estado de todo o povo russo*, mercê da fé tenaz e entusiasta lealdade dos operários, do assíduo e incessante trabalho de propaganda, de esclarecimento, de educação dos homens excepcionais do comunismo russo, dirigidos pela vontade clara e retilínea do maestro de todos, Lenin.

E prossegue: "o soviet demonstrou ser imortal como forma de sociedade (?!) organizada que responde plasticamente..." etc., etc.[118]

Como se vê, todo esse arrazoado está eivado de contra-sensos: um Estado – instrumento de dominação de *classe* – que se transforma em "Estado de todo o povo"; o soviet, como forma de sociedade 'imortal'... Enfim, pela argumentação e pelo estilo ("vontade clara e retilínea", e por aí afora). Gramsci aparece aqui como um precursor da maneira de pensar e de expressar-se, senão do stalinismo, pelo menos do kruchevismo...

Mas vejamos ainda algo mais de Gramsci sobre o Estado:

> Foi construído um esquema pré-estabelecido, segundo o qual o socialismo seria uma 'ponte' para a anarquia; trata-se de um preconceito sem fundamento de uma arbitrária hipoteca do futuro. Na dialética das idéias, a anarquia é uma continuação do liberalismo, não do socialismo...[119]

Qualquer um pode concordar com Gramsci a respeito da interpretação geral de que "a anarquia é a continuação do liberalismo"; não obstante, nenhum marxista poderá deixar de subscrever que o socialismo e sobretudo o comunismo sejam uma 'ponte' para o anarquismo. A diferença entre o liberalismo e o comunismo reside em que o primeiro resgata o anarquismo do *indivíduo*, e dessa maneira é uma utopia; enquanto que o comunismo o entende como uma etapa superior da evolução da *sociedade* humana.

Seria por demais exaustivo continuar vasculhando muitas das referências altamente discutíveis de Gramsci a respeito do socialismo, pois elas realmente não contêm nenhum elemento aproveitável para a teoria, mas apenas um interesse como ponto de partida da sua própria concepção estratégico-tática da luta pelo triunfo da revolução proletária.[120] Como dizia P. Togliatti:

> Nós conhecemos as contradições do nosso mundo, que é o mundo dividido em classes, e lutamos para superar essas contradições. Profecias acerca dos desenvolvimentos das sociedades futuras, sem classes, não nos ca-

be fazê-las. A nós toca, em contrapartida, conhecer e trabalhar para resolver, com métodos novos, as contradições que também nesta primeira fase das sociedades socialistas continuam existindo. O aprofundamento desse terreno não podia ser tarefa de Gramsci.[121]

c) *Palmiro Togliatti: transição ao socialismo pela via democrática*

No terreno estratégico-tático, Togliatti ofereceu uma contribuição criadora, tendo em vista que conseguiu desenvolver toda uma visão complexa e coerente de uma nova 'via' para o socialismo. É certo que ele jamais teve a intenção de generalizar, sequer para o caso europeu, aquilo que sempre considerou como "a via italiana para o sociaismo". Contudo, o seu pensamento transpôs as fronteiras do seu país e criou toda uma escola que procurou levá-lo às suas últimas conseqüências e extrair dele, independentemente da sua lógica interna, conclusões que o próprio Togliatti não teria permitido.

Pois bem, o eurocomunismo procura inspirar-se, de certo modo, na proposição de Togliatti sobre a teoria da revolução, mesmo sendo claro que a sua verdadeira inspiração deva ser buscada no pensamento revisionista, que se desenvolveu desde o final do século XIX, no seio da social democracia européia, particularmente da alemã, e não no pensamento desse autor.

Sabemos que nenhum esforço de elaboração no âmbito da teoria da revolução pode dispensar a orientação de uma teoria do socialismo. Importa, portanto, auscultar, na lógica explícita ou implícita do pensamento deste dirigente revolucionário italiano, as bases e os pressupostos essenciais da configuração da sua teoria.

Togliatti sublinha que "...a própria concepção marxista não pode nem poderá jamais manter-se fechada nas posições elaboradas por seus maiores criadores e mestres."[122]

Nesse sentido, Togliatti procura entender o marxismo como um método de análise concreto para uma realidade concreta.

E é a esse esforço de resgatar, dentro da universalidade, o específico da 'via' italiana que Togliatti dedicará a parte essencial do seu empenho como teórico e dirigente do Partido Comunista Italiano. Embora Togliatti tenha sido durante anos um dos dirigentes do monolítico Comintern, ele teve a capacidade de declarar:

> Não temos dogmas a defender, mas princípios que nos guiam para compreender as coisas e agir para transformá-las. Mesmo os ensinamentos mais preciosos dos maiores mestres de nossa doutrina devem continuamente ser postos à prova, frente às lutas e à experiência.[123]

Pois bem, foi a meditação profunda sobre a situação da Itália sob o fascismo que o levou a formular a tese da necessidade de unir todas as forças antifascistas, que deveriam ser dirigidas pelo Partido Comunista Italiano. Porém mais do que isso, o PCI deveria transformar-se no "partido nacional italiano", com o objetivo de dirigir "toda a nação",[124] para salvá-la do totalitarismo e conduzi-la ao caminho de uma nova sociedade. Em 1945, quando a resistência definitivamente triunfou sobre o fascismo, conduzida pela orientação do PCI, este não teve condições para orientar o povo, que estava armado, para a tomada do poder. A juízo de Togliatti, isso não pôde acontecer, "não por razões que dependiam da fragilidade do movimento de libertação nacional, mas muito mais por razões internacionais,"[125] isto é, a presença na Itália de tropas americanas, bem como a posição da URSS de impedir que o conflito bélico prosseguisse, agora em torno de uma disputa com ela própria por parte dos Estados Unidos, para defender suas áreas de influência...

Em face desta situação, Togliatti distingue as novas tarefas, a nova tática para o seu partido: já não era possível que a classe operária exercesse apenas a função de oposição ao sistema, de propagandista da nova sociedade, era preciso que o partido assumisse "a direção das tarefas de reconstrução e renascimento de Itália".[126] O partido deveria pois transformar-se num partido de massas, mas sem deixar de ser a mesmo tempo um partido de quadros. A essa concepção é que se deve a fortaleza e o caráter original que desde então apresentou o Partido Comunista Italiano. Mas qual era o conceito estratégico que orientava toda essa tática de Togliatti? A busca da democracia extrema: "Desenvolver a democracia até o limite extremo, que é precisamente o socialismo..."[127] Nisso reside toda a sua concepção do evolucionismo democrático parlamentar. A visão leninista do parlamento, como uma tribuna de luta da oposição revolucionária, é substituída por essa concepção que o transforma num instrumento revolucionário, ponto de ligação entre capitalismo e socialismo e, ao mesmo tempo, de sua ruptura. O que para Lenin era instrumento tático, para Togliatti se transforma em estratégia. Isto supõe por certo uma concepção de socialismo parlamentar, embora Togliatti afirme que nada disso põe em causa o conceito e a necessidade histórica da ditadura do proletariado. Assim ele diz:

> ...à classe operária e ao povo abre-se a tarefa histórica de proceder à construção do socialismo, seguindo uma nova via em relação ao modo como a ditadura do proletariado realizou-se em outros países, exercendo a direção indispensável da classe operária através de alianças e novas colaborações, respeitando o método democrático, rompendo as resistências e as insídias dos inimigos da liberdade e do progresso social, com a força irresistível de um povo inteiro de trabalhadores em marcha para a sua emancipação e redenção completas.

E prossegue:

> Nessas afirmações não está contida nenhuma revisão dos nossos princípios. A ditadura do proletariado, isto é, a direção política por parte da classe operária na edificação da sociedade socialista é uma necessidade histórica,

e em seguida põe em relevo, como Lenin já havia advertido, que nem todos os países chegariam ao socialismo do mesmo modo, e como ele havia prognosticado que existiriam "variedades formais da ditadura do proletariado". E logo acrescenta Togliatti: "Estabelecer uma perspectiva de desenvolvimento democrático para o socialismo, não significa negar a necessidade de uma luta tenaz."[128]

Como se vê, Togliatti supõe uma revolução gradual e paulatina do processo histórico de luta de classes, no curso da qual a classe operária e seus aliados vão fortalecendo o seu poder político no seio da sociedade até ao ponto extremo de conseguir a hegemonia, e provocar então uma mudança de qualidade do regime: de democracia burguesa a democracia socialista. Em que momento começaria, no seu conceito, o processo de transição socialista, a revolução nas estruturas econômico-sociais? A resposta é clara:

> Uma reforma das estruturas que seja válida e profunda não pode ser obtida quando se crê na possibilidade de chegar a ela sem uma luta política que impugne o predomínio econômico da velha classe dirigente capitalista.[129]

Quer dizer, o processo de transição socialista começa a partir do momento em que a classe operária alcança a hegemonia do poder e cria um novo Estado, através da instauração da ditadura do proletariado, conquistada pela via eleitoral, parlamentar.* Togliatti, portanto, não infringe a essência da teoria marxista do Estado e do socialismo. A concepção do eurocomunismo, embora se inspire na sua obra no aspecto da utilização da via democrático-parlamentar, isto é, na sua tática, distingue-se dela radicalmente na medida em que, em definitivo, questiona a necessidade de ruptura com o Estado existente, burguês, e da instauração da ditadura do proletariado. O que Togliatti trouxe de novo e enriquecedor para o tema que nos ocupa é realmente aquela via democrático-parlamentar, sem contudo prescindir da 'luta tenaz'. Mas passemos, finalmente, à discussão do eurocomunismo.

* Seria fora de propósito deter-nos aqui para discutir, uma vez mais, a questão das 'vias' para o socialismo. Como assinalado anteriormente, esta não é uma questão de princípio.

3. O EUROCOMUNISMO: O NEO-REVISIONISMO

Não é nosso intuito deter-nos aqui na análise das origens do eurocomunismo, pois essa tarefa já foi cumprida por outros.[130] Nem vamos apresentar um balanço de toda essa concepção, auscultando os inúmeros documentos dos partidos comunistas que a adotaram e as diversas matérias – artigos, revistas, livros – que existem sobre o tema. Limitamo-nos a tomar em consideração fundamentalmente o livro de Santiago Carillo[131], secretário-geral do Partido Comunista Espanhol, tendo em vista que, no nosso conceito, por tratar-se de uma tentativa global e sistemática de exposições das 'novas' teses, reflete perfeitamente os seus principais pressupostos e conteúdos.

Santiago Carillo reconhece, em sua *Introdução*, que em relação ao termo eurocomunismo, "o seu valor científico (é) duvidoso", e que este corresponde melhor a uma tendência que até agora mais se manifestou em uma correção autocrítica da política, do que numa elaboração de caráter teórico.[132]

Essa observação inicial já é por si contundente; o abandono da teoria marxista e do leninismo não se fundamenta numa análise profunda desta teoria (indo além das suas versões fabricadas na época do stalinismo...), mas muito mais na 'autocrítica' da política dos partidos comunistas europeus, cheia de equívocos, cuja responsabilidade principal vem sendo atribuída, usualmente e de maneira unilateral, à URSS. Vale dizer que um dos pressupostos da análise de Carillo é a identificação do marxismo, e especialmente do leninismo, com a União Soviética. É a ruptura da orientação desta – mais aguda no Partido Comunista Espanhol do que nos demais – que os leva ao abandono do marxismo clássico. Tal ruptura não apenas é condicionada pela crítica do stalinismo e da era pós-stalinista, mas também pela intenção de abrir um espaço de luta legalmente reconhecido no seio das sociedades burguesas. Portanto, o eurocomunismo, em suas motivações originárias, não parte – como reconhece Carillo – de uma revisão de princípios estratégicos, mas pretende chegar à mesma pela via de uma revisão tática. Nesse sentido, não há como deixar de reconhecer uma orientação tipicamente oportunista.

Carillo considera que a contribuição marxista foi válida para uma época; mas hoje ela é anacrônica. Diz que o enfoque sobre o problema do Estado, hoje,

> encerra uma diferenciação com as teses de Lenin de 1917, aplicadas à Rússia e teoricamente ao resto do mundo naquela época; inaplicáveis hoje, por ultrapassadas, nos países capitalistas desenvolvidos da Europa ocidental. E o que as tornou inaplicáveis é a mudança das estruturas econômicas e a ampliação objetiva das forças sociais progressistas, o desenvolvimento das forças produtivas – entre elas a energia nuclear –, os avanços do socialismo e a descolonização, a derrota do fascismo na Segunda Guerra Mundial.[133]

O arrazoado de Carillo caracteriza-se pelo otimismo, que não deixa de ressumar boa dose de ingenuidade: ampliaram-se "as forças sociais progressistas"; desenvolveram-se as bases materiais para o socialismo, e o fascismo... foi derrotado..., mas o que ele não percebe é que todo esse aparente progresso, que aplaina o caminho para o socialismo, está não apenas reproduzindo as velhas contradições do sistema, mas produzindo outras novas, típicas de toda uma época de decadência imperialista; e que exatamente "os avanços do socialismo e a descolonização" produzem agravamentos daquelas contradições, colocando na ordem do dia formas novas e velhas de contra-revolução.*

Vejamos, porém, em substância, o que diz a tese eurocomunista sobre a transição socialista. Carillo reconhece, e quase pede desculpas, não propriamente pela tese, mas pelo seu precário projeto de análise, que admite ainda estar por ser feito. Vejamos:

> Enquanto não elaborarmos uma concepção sólida sobre a possibilidade de *democratizar o aparato do Estado capitalista, transformando-o assim numa ferramenta válida para construir uma sociedade socialista, sem necessidade de destruí-la radicalmente, ou seremos acusados de taticismo, ou nos identificarão com a social-democracia.*[124]

Como se vê, trata-se de encontrar (pois ainda não foi conseguido!) uma concepção 'sólida', que seja coerente, que respalde o desejo de "democratizar o aparelho de Estado existente", transformando-o numa ferramenta válida (quer dizer, utilizando-o sem destruí-lo, obviamente, para a construção socialista).

Este é sem dúvida um texto que foi escrito na defensiva: "seremos acusados de taticismo, ou nos identificarão com a social-democracia"; sem dúvida, revele má consciência... É como o réu que diz: "mas não foi esta a minha intenção..."

Acompanharemos um pouco mais esse raciocínio tão primário:

> Porque o aparelho do Estado, no seu conjunto, continua sendo o instrumento da classe dominante, um instrumento de muita precaução (!). Esta é uma verdade marxista (?!). (...) Sem transformar o aparelho do Estado, toda transformação socialista é precária e reversível...[135]

Assim, primeiro se descartam as teses marxistas, para logo em seguida recorrer a elas – toscamente – em defesa da necessidade de transformar o Estado burguês, quer dizer, remodelá-lo, podar os seus aspectos mais feios, em suma: fazer-lhe uma operação plástica, para que tenha uma aparência socialista. Como acontecerá tal operação? "Pela via democrática, pluripartidarista, parlamentar".

Ninguém em sã consciência pode pôr em dúvida a possibilidade dessa proposta 'via', em si mesma (quando muito pode duvidar da sua eficácia); sem embargo, o que se deve colocar em questão é o seu resultado, quer dizer, como o monstro frankensteiniano que resulta metade homem, metade boneco, o seu Estado é uma mistura de componentes que não se assimilam, como o azeite e a água: é o velho Estado burguês disfarçado de proletário.

Carillo porém acredita que, de acordo com essas teses, poder-se-á chegar a um embrião de melhor espécie, quer dizer, um novo conceito de socialismo:

> ...vale a pena refletir de novo, nesta altura, sobre o conceito de socialismo. Temos já diversos exemplos de sociedades que de um ou de outro modo já adentraram os caminhos do socialismo. Ao invés de mitificá-las, sobretudo numa época em que até os mitos religiosos estão em crise, deveríamos estudar a sua experiência, para sair do terreno mais ou menos *profético e utópico* em que nossos mestres abordavam o tema quando não possuíam essas experiências, para ver mais a fundo os caminhos diversos do socialismo, seus obstáculos, suas armadilhas, até seus limites em certas condições.[136]

* Nesse sentido, a análise de F. Claudin é muito mais lúcida, pois que ele não descarta – muito pelo contrário – o possível retrocesso contra-revolucionário. Assim termina o seu livro: "... a última alternativa ao socialismo continua sendo a barbérie". Op. cit., p. 181.

Dessa maneira, a teoria marxista da transição, a seu juízo, estava fundada em um "terreno mais ou menos profético e utópico". Mas é lastimável que esse juízo não venha demonstrado, portanto não passa de mera opinião.

Mas é difícil polemizar seriamente com o texto de Carillo, porquanto este reflete pateticamente não apenas ignorância de fatos históricos muito conhecidos, mas sobretudo confusão de conceitos elementares. Tomemos por exemplo a maneira como se propõe assimilar – de modo definitivo – o termo 'revisionismo'. Para tanto, busca escudar-se nada menos que em Lenin, dizendo que ele também revisou a Marx, porque "do ponto de vista do marxismo *formal*(?), Kautsky tinha razão ao afirmar que na Rússia não se davam as condições para a realização do socialismo em 1917."[137] (Essa questão já a discutimos anteriormente). A partir disso, junta outras 'provas' da 'revisão' leninista de 'si mesmo'. Vejamos quão eloqüentes são elas:

> A nova política econômica implantada em 1919 (???) *revisava* toda a política anterior; os sovietes do campo, substitutivos dos sovietes operários da Rússia, representavam uma revisão da própria experiência soviética; e o programa agrário do partido bolchevique foi revisado pelo do partido social revolucionário.

Enfim, torna-se evidente que Carillo confunde gato com lebre. Confunde revisionismo (no seu sentido de questionar aspectos substanciais de uma concepção teórica, a partir de outra diferente) com formulações táticas variáveis, de acordo com situações concretas específicas.

E este é o melodrama do eurocomunismo – e a tragédia da classe operária européia –: desfaz-se uma teoria, a teoria marxista da transição, sem ter outra para colocar em seu lugar. O que eles não querem: um socialismo como o soviético; o que eles querem: um socialismo sem ditadura, e portanto, utópico.

Porém, se não se chega à elaboração de uma teoria alternativa da transição socialista, chega-se a configurar um "modelo de socialismo democrático". Assim o explica Carillo:

> A via democrática ao socialismo supõe um processo de transformações econômicas diferentes do que pudéramos considerar o modelo *clássico*. Quer dizer, supõe a *coexistência de formas públicas e privadas de propriedade* durante um longo período.[138]

Formulado dessa maneira, ao nível de generalidade, esse modelo não se diferencia do clássico, nem das experiências históricas de socialismo existentes. Vejamos como prossegue Carillo:

> Ao mesmo tempo, o objetivo cardeal é pôr em mãos da sociedade – e, em certos casos, não só do Estado, mas também dos poderes nacionais, regionais e locais – as alavancas decisivas da economia, a fim de assegurar a hegemonia do bloco histórico composto pelas forças do trabalho e da cultura no período de transição.[139]

É interessante observar que este enfoque e o desdobramento efetuado por Carillo, no que diz respeito a proposições de organização e funcionamento da nova sociedade, não chegam propriamente a pôr em questão as teses da teoria marxista, pois que esta jamais se ocupou da definição de 'modelos' de socialismo; ao contrário, tanto Marx e Engels, como Lenin, sempre acentuaram que as suas formas seriam múltiplas e variadas.

São estas considerações que nos permitem reafirmar a nossa interpretação inicial, no sentido que o eurocomunismo questiona a teoria marxista da transição fundamentalmente por oportunismo, empenhando-se em precisar as suas diferenças com a União Soviética e com as repúblicas populares da Europa oriental, no intuito de obter maior quantidade de deputados no Parlamento.* O próprio Carillo, no seu capítulo "Sobre a ditadura do proletariado", intentando demonstrar a sua inutilidade atual – não no passado – (baseado em argumentos que podem ser resumidos assim: mudaram as condições da luta de classes; o socialismo hoje dispõe de mais adeptos; o socialismo corresponde aos interesses de todas as classes, exceto da grande burguesia monopolista) chega a reconhecer que o termo está desgastado e que a sua utilização política não é proveitosa.[140]

Nesse mesmo capítulo, no seu item "Que tipo de Estado?", fica bem claro que o seu objetivo de mostrar que o eurocomunismo não quer lutar em favor de um Estado como o soviético. Quer dizer, tal corrente de pensamento se afirma sobretudo através da negação, do questionamento à URSS, do anti-sovietismo. Assim escreve Carillo:

---

* Desta conclusão devemos excluir o PCI, porque o seu caso merece uma análise mais complexa de sua evolução histórica e de suas experiências. A sua tradição política, herdada de P. Togliatti, como pudemos mostrar, impede-nos de colocá-lo na mesma berlinda dos demais partidos comunistas.

Tendo suprimido a propriedade capitalista, criou condições materiais para passar a um socialismo evoluído. A questão que se coloca hoje é se as mesmas estruturas daquele Estado não se converteram, pelo menos em parte, em um obstáculo para passar ao socialismo evoluído. Se aquele Estado, tal como existe, já não é em si mesmo um freio para o desenvolvimento de uma autêntica democracia operária, inclusive mais do que isso, se já não se constituiu em um freio para o desenvolvimento material do país.

E prossegue:

A questão é se esse Estado, já não capitalista, não é uma fase intermediária como o foram as monarquias centralistas entre a sociedade feudal e as democracias parlamentares capitalistas modernas: uma fase que, por suas características e funções, permitiria uma explicação mais objetiva e científica do fenômeno staliniano e outros semelhantes.[141]

Essa conceituação de Santiago Carillo por acaso não se parece com aquela que formulou Trotsky na sua famosa obra, *A revolução traída?* É nesse ponto, na crítica ao Estado soviético, que podemos encontrar a convergência entre o trotskysmo e o eurocomunismo.[142]

NOTAS DO ANEXO

1. Por isso não teceremos considerações a respeito da obra de Preobrazhenski como *La nueva economía*, por estar centrada na análise do processo de transição socialista no caso especificamente russo (a acumulação socialista originária); nem do livro de N. Bujarin, *Teoría económica del período de transición*, pela mesma razão. (Essa obra corresponde a uma etapa 'esquerdista', que foi superada pelo próprio autor. Nela trata-se de elaborar uma teoria do 'comunismo de guerra', entendido não como uma necessidade conjuntural, determinada pela guerra, mas como uma nova etapa qualitativamente superior, o começo da instauração do comunismo. Lenin fez várias anotações críticas sobre esse trabalho de Bujarin. Da mesma maneira, cremos não ser relevante determo-nos aqui em considerações sobre a obra *ABC del comunismo* de Preobrazhenski-Bujarin, posto que a mesma é um esforço didático de tornar mais compreensível, para os setores populares, o programa do PCR(b). O livro de Preobrazhenaki, *Anarquismo y comunismo*, Ed. Pensamiento Critico, A. C., México, 1970, é sumamente importante, as a suas teses principais sobre o tema serão consideradas em outra de suas obras, que mencionaremos a seguir mais detalhadamente.
2. E. Preobrazhenski, *Por una alternativa socialista*, Editorial Fontamara, Barcelona, 1976. Este livro foi concluído em 1925, e por essa época ocorreu a divulgação de alguns fragmentos do mesmo. Pelas citações que o próprio autor faz de *La nueva economía*, fica claro que a obra foi concebida como uma introdução a esse livro.
3. Na década de 1960, essa obra de Marx foi tomada como base teórica fundamental pela equipe interdisciplinar de pesquisa da Tchecoslováquia, dirigida por Radován Tichta, para fundamentar suas teses relativas à revolução científico-técnica. Tal revolução é vislumbrada como a que fundará o modo de produção comunista, superando a industrialização extensiva, típica do modo de produção capitalista. Destaca o papel da ciência, como uma força produtiva direta, generalizando os processos de automação e criando as condições para superar o trabalho humano no processo produtivo direto, abolindo assim a contradição essencial da divisão entre o trabalho manual e o intelectual, entre campo e cidade, entre dominadores e dominados, enfim, entre a subjugação da superestrutura pela infra-estrutura. *La humanidad en la encrucijada de su história*, Antiach Ed., Madrid, 1970. (Há edição reduzida da Siglo XXI Editores, e uma edição da Paz e Terra, 1972).
4. "Fourier, por exemplo, considerava como uma vantagem dos povos não civilizados o fato de conservarem durante milhares de anos as base de sua estrutura social (...), seu protesto contra a civilização burguesa latifundiária não deixava de ter um certo gosto reacionário, (...) começa a golpear o sistema existente, se me é permitido expessá-lo assim, historicamente por detrás (...)". Em seus "trabalhos mesclam-se de forma singular o protesto pequeno-burguês e reacionário contra o capitalismo com uma crítica realmente socialista". E. Preobrazhensky, op. cit., p 42.
5. Op. cit., pp. 98-99.
6. Op. cit., p. 98.
7. Op. cit., p. 72.
8. Op. cit., p. 74.
9. Op. cit., p. 95.
10. Op. cit., pp. 104-105.
11. Op. cit., pp. 117-118. (Grifos do autor).
12. Geoges Sorel, *Reflexions sur la violence*, citado por Preobrazhenski, p. cit., p. 127.
13. Op. cit., pp. 127-128.
14. Lenin, Nuestra revolución, *Obras completas*. Tomo XXXVI, p. 507.
15. Op. cit., p. 129.
16. Op. cit., p. 130.
17. Op. cit., p. 142. (Grifos do autor).
18. Op. cit., p. 138.
19. Op. cit., pp. 138-139.
20. Veja-se Paul M. Sweezy e Charles Bettelheim, *Algunos problemas actuales del socialismo*. Siglo XXI, Ed. México, 1973.
21. Op. cit., p. 139.
22. Maria Antonieta Macciochi, *Gramsci y la revolución de Occidente*, Siglo XXI, Ed. México, 1975, p. 78. (Grifos do autor).
23. Assim Gramsci diz de Lenin: "O leninismo é a ciência política do proletariado que ensina como é possível mobilizar todas as forças necessárias para a destruição da ditadura burguesa e a instalação da ditadura proletária. Para alguns, não há diferença entre leninismo e marxismo. É um erro. O leninismo contém uma visão do mundo que é própria dele, e sem a qual não se poderia hoje compreender Marx. Essa concepção é que faz do leninismo uma teoria em si, mesmo que estreitamente ligada ao marxismo. Do ponto de vista das relações entre leninismo e marxismo, pode-se dizer que *Lenin prolonga Marx atualizando-o*. (Citado por Maria Antonieta Macciochi, op. cit., p. 89).
24. Op. cit., p. 163.
25. Op. cit., p. 168.
26. Op. cit., p. 170. Aqui vale a pena uma consideração sobre o método da teoria marxista. Segundo este, os conceitos *são históricos*, e não meras abstrações fundadas no vazio. Dessa maneira, o conceito de ditadura do proletariado só podia ter surgido, não por invenção de Marx e Engels, mas como conceitualização de uma tendência

histórica real. Demonstram, portanto, uma completa falta de compreensão do marxismo opiniões como as de Marcel Leibman, no sentido de que, tanto Lenin como Engels, por haverem recorrido a um "método meramente empírico", relevam insuficiências em seus respectivos conceitos de "ditadura revolucionária democrática" (Lenin, 1905) e 'ditadura do proletariado' (Engels, 1871). Marcel Leibman, *La conquista del poder (El leninismo bajo Lenin*. Tomo I). Ed. Grijalbo, México, 1978, pp. 127-128.

27. Op. cit., p. 170.
28. Op. cit., p. 172.
29. Nicolás Bujárin, *Lenin marxista*, Ed. Fontamara, Barcelona, 1978, pp. 8-9.
30. Op. cit., p. 11
31. Op. cit., p. 12.
32. Op. cit., p. 14.
33. Op. cit., p. 15.
34. Op. cit., p. 16.
35. Veja-se, Lenin La Bancarrota de la II Internacional, El Estado y la Revolución e La Revolución Proletaria y el Renegado Kautsky, *Obras escogidas*. Tomos II e III.
36. K. Kautsky, *La doctrina socialista, réplica al libro de Eduardo Bernstein. Socialismo teórico y socialismo prático*, Ed. Claridad, Buenos Aires, 1966.
37. Op. cit., p. 18.
38. Op. cit., p. 24.
39. Op. cit., p. 25.
40. Op. cit., p. 28.
41. Op. cit., p. 45.
42. Fernando Claudin, *Eurocomunismo y socialismo*, Siglo XXI, Ed. Madrid, 1977. Ilustremos em algumas citações a concepção de Claudin: 1) Para fundamentar a sua tese de que a URSS não é socialista, pois que ali existe uma 'nova classe dominante' (p. 35), diz que "não se trata de anomalias, mas de fatos perfeitamente coerentes com a natureza profunda de um sistema político-social em que a liberdade e a democracia brilham por sua ausência". Quer dizer, para esse autor, existem a 'liberdade' e a 'democracia' em geral. No conceito de 'liberdade' ele não se detém um momento sequer. Obviamente não sabe tratar com o conceito marxista – tão bem utilizado por Preobrazhenski – de que a liberdade é a consciência da necessidade. Porém, sobre a democracia estende-se vastas digressões, que mencionaremos em segundo lugar. 2) "Cada parcela de democracia nas estruturas do Estado ou da sociedade civil foi conquistada pela luta da classe operária e de outros setores populares, embora por vezes essa luta tenha ocorrido sob a direção de facções da burguesia que, em conflito com outras frações burguesas ou com a aristocracia feudal, necessitavam apoiar-se nos trabalhadores" (p. 62). Isto significa que, para Claudin, o mínimo que existe de 'democracia' no capitalista é um produto intrinsecamente operário e popular, embora tenha sido capitalizado por facções burguesas. A nosso ver, essa é uma concepção da história *absolutamente errônea*, subjetiva. Com isso nega-se completamente o papel revolucionário que teve em sua época a classe burguesa, como agente ativo da inauguração de um novo modo de produção, mais progressista que os anteriores e que Marx tanto apreciava (o capitalismo é reacionário na perspectiva socialista, mas é progressista defronte ao modo de produção feudal ou asiático). Com isso, além do mais, Claudin põe de lado simplesmente toda a ideologia da época revolucionária da burguesia. E assim esquece que, embora seja certo que a burguesia instrumentalizou o apoio operário e popular na sua luta pelo poder, ela tinha *objetivamente* inimigos a derrubar, que eram as classes dominantes no modos de produção a ser superado, embora exatamente por esse apoio operário e popular, pelo temor dos seus 'aliados' de momento, as revoluções burguesas tendessem a permanecer no meio do caminho,

a impelir, por exemplo, a jovem burguesia a aliar-se e a fazer concessões aos seus inimigos feudais; não levar até as suas últimas conseqüências as tarefas das suas revoluções, e portanto, a ser inconseqüentes com a sua própria ideologia. Quer dizer, não se devem misturar as coisas: a democracia burguesa não é um produto engendrado pelo proletariado, embora esta classe conquiste, através das suas lutas, concessões, mesquinhas concessões. 3) A lógica dessa concepção o conduz ao mesmo raciocínio bernsteiniano de que se deve ir conquistando, paulatinamente, mais democracia no interior do Estado vigente, burguês. Deve-se, portanto, *transformá-lo*, não destruí-lo (p. 15). Nisso consiste a essência da nova versão do revisionismo, o eurocomunismo, que é a "via democrática para o socialismo", isto é, chegar ao socialismo sem revolução. O conceito de socialismo, porém, não é 'consubstancial' ao conceito de democracia, como alega esse autor (p. 115), pelo menos no sentido que ele interpreta a democracia, como "democracia em geral". Naturalmente, todas essas aberrações teóricas tratam de sustentar-se num vão esforço de deslindar o leninismo do marxismo, de apagar toda a contribuição de Lenin, em suma, de fazer um fogacho da teoria marxista-leninista da transição. Casos há em que as teorias encobrem, sem deixar transparecer, as vicissitudes e ressentimentos da vida política dos seus autores...

43. Op. cit., p. 58. (Grifo do autor).
44. Op. cit., p. 59.
45. Para uma análise mais profunda da concepção de política econômica de Bujarin e de sua interpretação particular do leninismo na situação da União Soviética na década de 1920, veja-se A. F. Lowy, *El comunismo de Bujarin*, Ediciones Grijalbo, Barcelona, México, DF, particularmente a partir da página 279 até 426. Também a obra de Stephen F. Cohen, *Bujarin y la revolución bolchevique*, Siglo XXI Ed. Madrid, 1976, traz uma interpretação muito sugestiva da concepção bujarinista do leninismo. Merecem especial atenção os capítulo 5, 6 e 7.
46. Isaac Deutscher, *Stalin*, Ed. Era, México,...
47. Veja-se, por exemplo, Alec Nove, *História econômica de la Unión Soviética*, Alianza Editorial, 1973, livro em que o autor, perplexo ante as conquistas insólitas da época stalinista, vê-se forçado a reconhecer que estas não foram alcançadas meramente pela coerção terrorista, mas por uma motivação popular em torno delas.
48. A melhor análise que conhecemos sobre os fatos que a condicionaram foi realizada pelo autor inglês E. H. Carr, *Historia de la Rusia soviética, el socialismo en un solo país (1924-1926)*, Alianza Editorial, 4 tomos, Madrid, 1974, 1975, 1976. Todas as conclusões que esse autor tira da análise da Rússia Soviética do período e que pretendem ser as mais objetivas, são no sentido de que a combinação de todos os fatores especiais daquela época conduziam ao acerto da tese da necessidade de consolidação "do socialismo num só país".
49. J. Stalin, Sobre los fundamentos del leninismo, *Cuestiones del leninismo*, Ediciones Sociales, México, 1941, p. 16.
50. Op. cit., p. 38.
51. Op. cit., pp. 38-39.
52. Op. cit., p. 42. (Grifos de Stalin).
53. Op. cit., p. 43.
54. J. Stalin, Em torno de los problemas de leninismo, *Cuestiones del leninismo*, op. cit.
55. Op. cit., p. 151.
56. Op. cit., p. 153.
57. Veja-se por exemplo o seu texto La economia y la política en la epoca de la dictadura del proletariado, *Obras completas*. Tomo XXXVI.
58. Analisamos a interpretação trotskysta da tese da revolução permanente em nossa pesquisa *La estrategia y la táctica socialista: de Marx y Engels a Lenin*, La diferencia

teórica entre Lenin y Trotsky, cap. V, op. cit. As teses de Trotsky sobre o tema estão contidas em duas obras fundamentais, *1905: balance y perspectivas*, várias edições, e *La revolución permanente*, idem.

59. A primeira tentativa de Trotsky de réplica mais sistemática das teses de Stalin encontra-se no seu livro *La Internacional Comunista desde la muerte de Lenin*, Ed. Materiales Sociales, Buenos Aires, 1973.
60. Sobre a posição de Lenin a respeito dessa questão e sua polêmica com Trotsky e outros bolcheviques na época das discussões sobre "a paz de Brest-Litovsky", veja-se, Acerca de la historia de uma paz deslichada, *Obras escogidas*. Tomo II, pp. 557-561; também, sobre o mesmo tema, La consigna de los Estado Unidos de Europa, *Obras escogidas*. Tomo I, p. 687. Ambos os textos, no mais, foram utilizados tanto por Trotsky como por Stalin, em sua polêmica sobre a questão do socialismo em um só país.
61. Veja-se Isaac Deutscher, op. cit., tomo II, e E. H. Carr, *Historia de la Rusia Soviética, el interregno (1923-1924)*, Alianza Ed., Madrid, 1974.
62. Veja-se *Terrorismo y comunismo (anti Kautsky)*, Juan Pablo Editor, México, DF, 1972; *Obras de Léon Trotsky*. Tomo I, Una escuela de estrategia revolucionaria, idem, tomo 17.
63. Veja-se a obra de Trotsky, *Entre el imperialismo y la revolución*, Ed. Roca Colección, R. n. 23, México, DF, 173. Especialmente a partir da página 116.
64. Veja-se por exemplo, Lecciones de octubre, Leon Trotsky, Nicolai Bujarin, Grigori Zinoviev, em *El gran debate (1924-1926) I. la revolución permanente*, Cuadernos de Pasado y Presente, n. 34, Córdoba, Argentina, 1972.
65. E. H. Carr, *Historia de la Rusia Soviética, el socialismo en un solo país (1924-1926)*. Tomo 2, Alianza Editorial, Madrid, 1975, p. 28.
66. Ibidem.
67. Cf. por exemplo, o seu livro *La situación en Rusia después de la revolución* (escrito em 1927), Distribuidora Baires S. R. L., Buenos Aires, 1973. Nessa obra, que pretende ser uma análise da situação objetiva da União Soviética, Trotsky expõe a "Plataforma da Oposição", na qual aparece um conjunto de medidas concretas que devem ser tomadas (veja-se pp. 85, 92, 93, especialmente). Para justificar a plataforma, em muitas ocasiões recorre a Lenin, tratando de demonstrar como o stalinismo é uma negação do leninismo (cf. p. 108). Nesse texto já aparecem nitidamente formuladas as suas advertências em relação ao 'perigo *kulak*', p. 90); os seus temores em relação à perda da capacidade política dos sovietes (p. 91); e sobre o perigo da 'degeneração efetiva' do partido bolchevique (p. 103).
68. Veja-se, por exemplo, os ensaios de Trotsky agrupados sob o título *De octubre rojo a mi destierro*, Distribuidora Baires, S. R. L., Buenos Aires, 1973, particularmente suas conferências pronunciadas na Sociedade de Ciências Militares de Moscou, em julho de 1924, sobre a guerra civil e a insurreição, onde ele incorre literalmente no erro de extrair da experiência russa regras estandarizadas de como fazer uma revolução.
69. L. Trotsky, *La revolución traicionada*, Juan Pablo Editor, México, DF, 1972.
70. Op. cit., pp. 47-48.
71. Ibidem, p. 48.
72. Ibid., pp. 48-49.
72. Analisamos As condições políticas e materiais do triunfo da revolução na Rússia, em nosso livro *La estrategia y la táctica socialista: de Marx y Engels a Lenin*, acima citado.
73. Ibidem, p. 49. (Grifos do autor).
74. V. I. Lenin, *Nuestra revolución, Obras completas*. Tomo XXXVI, pp. 506-507.

75. "... o que significa a palavra transição? Não significará, aplicada à economia, que no regime atual existem elementos, partículas, pedacinhos *tanto* de capitalismo como de socialismo? Todos reconhecemos que sim. Mas nem todos, ao reconhecer isso, param para pensar em quais são os elementos dos diversos tipos de economia social existentes na Rússia, e nisso está o cerne da questão. Enumeremos esses elementos: 1) economia camponesa, patriarcal, quer dizer, natural, em medida considerável; 2) pequena produção mercantil (nela figura a maioria dos camponeses que vendem cereais); 3) capitaismo privado; 4) capitalismo de Estado; 5) socialismo. El infantilismo *izquerdista* y el espíritu pequeño-burgués, *Obras escogidas*. Tomo II, p. 725. (Grifos do autor).
77. Los sindicatos, la situación actual y los errores del camarada Trotsky. *Obras completas*, tomo XXXIV, p. 292.
78. Op. cit., p. 51.
79. Veja-se E. H. Carr, *Historia de la Rusia soviética, el socialismo en uno solo pais (1924-1926)*. Tomo 2, IV Parte, El ejército hojo, op. cit.
80. Op. cit., p. 52.
81. Ibidem, p. 57.
82. Ibidem, p. 58.
83. L. Trotsky, *En defensa del marxismo*, Juan Pablos Ed. México, DF, 1973, p. 106.
84. Ibidem.
85. *La revolución traicionada*, op. cit., p. 89.
86. Ibidem, p. 208.
87. *En defensa del marxismo*, op. cit., p. 12.
88. L. Trotsky, *El programa de transición*, Ed. Presente, Buenos Aires, 1963.
89. Op. cit., p. 61. (Grifos do autor).
90. V. I. lenin, L. Trotsky, ... *Teoría económica y economía política en la construcción del socialismo*, Ed. Roca, Colección R, n. 48, México, DF, 1974, p. 34.
91. Rosa Luxemburgo, La Revolución Rusa – un examen crítico, sob o título de *Crítica de la Revolución Rusa*, Ediciones La Rosa Blindada, Buenos Aires, 1969.
92. Op. cit., pp. 75-76.
93. Ibidem, pp. 89-90. (Grifos nossos).
94. Op. cit., p. 95.
95. Ibidem, p. 98.
96. V. I. Lenin, Sobre el derecho de las naciones a la autodeterminación, *Obras escogidas*. Tomo I, p. 643.
97. Ibidem, p. 109.
98. V. I. Lenin, Tesis sobre la Assamblea Constituynte, *Obras escogidas*. Tomo II, p. 527.
99. Op. cit., p. 113. (Grifos nossos).
100. V. I. Lenin, *Obras completas*. Tomo XXX, pp. 79-169.
101. Rosa Luxemburgo, op. cit., p. 126.
102. Ibidem, pp. 115-116.
103. Ibidem, p. 130.
104. Veja-se Lelio Basso, *Rosa Luxemburgo*, Edición Nuestro Tiempo, México, DF, 1977. Fritz Sternberg, *El imperialismo*, Siglo XXI, Ed., 1979, 1ª parte, item 7.
105. Maria Antonieta Macciocchi, op. cit., p. 47.
106. Perry Anderson, Las antinomias de Antonio Gramsci, *Cuadernos Políticos*, México, DF, n. 13, julio–septiembre de 1977.
107. Esta carta se encontra em *Antonio Gramsci, antología*, (seleção, tradução e notas de Manuel Sacristan), Siglo XXI Ed. México, DF, 1970, p. 200.
108. Sobre o apoio do PCI a Bujarin, veja-se a obra de A. G. Lowy, *El comunismo de Bujarin*, Ediciones Grijalbo S. A., Barcelona, México, DF, 1973. Especialmente o capítulo entitulado La llamada fracción kulaka – 1926.

109. Ibidem, p. 161. A autora Cristiane Buci-Gluksman, na sua obra *Gramsci y el Estado – (hacia una teoría materialista de la filosofía)*, Siglo XXI, E. México, DF, 1978, defende ao contrário a tese de que a partir de 1926 Gramsci procura "ir mais além da alternativa política dos anos anteriores (Bujarin ou Trotsky). Trata-se agora de encontrar um caminho estreito e novo, que fará do bloco histórico gramsciano algo totalmente *diferente* em relação ao bloco operário-camponês de Bujarin, ou à revolução permanente de Trotsky, no que se refere ao Estado, à questão nacional e ao socialismo", p. 339.
110. Cit. por M. A. Macciocchi, op. cit., p. 49, nota 1.
111. Veja-se a obra, *Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y sobre el Estado moderno*, Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1972; especialmente a parte 1, El Estado, pp. 151-189, e Sobre la Burocracia, pp. 90-111. Nesse livro de Cristiane Buci-Gluksman, op. cit., a autora põe em destaque a influência da "tese leninista do desaparecimento do Estado" em Gramsci; na terceira parte, 3, VI. Ampliação do Estado, bloco histórico e desaparecimento do Estado, pp. 351-360.
112. Notas sobre la Revolución Rusa e Los maximalistas rusos, em *Revolución Rusa y Unión Soviética*, Colección n. 51, Ed. Roca, México, 1974, pp. 12-13, 18-19.
113. Veja-se La revolución contra el capital, op. cit., pp. 21-22.
114. Constituyente y soviet, op. cit., p. 27.
115. De Nuevo Utopía, op. cit., p. 50.
116. La Ioternacional Comunista, op. cit., p. 71; e La poda de la historia, idem, p. 74.
117. 'La poda de la história', op. cit., p. 75.
118. Op. cit., p. 6.
119. Ibidem, p. 76. (Grifos nossos).
120. El Estado y el socialismo, ibidem, p. 86.
121. Sua visão do Estado socialista oferece a base para a elaboração da sua teoria da revolução, como fica bem claro neste passo: "O Estado socialista já existe potencialmente nas instituições da vida social característica da classe trabalhadora explorada. Conjugar essas instituições, coordená-las e subordiná-las a uma hierarquia de competência e de poderes, centralizá-las, respeitando contudo a necessária autonomia, significa criar desde agora uma verdadeira democracia operária, eficiente e ativa, em contraposição ao Estado burguês em todas as sus funções essenciais de gestão e de domínio do patrimônio nacional". *Consejos de fábrica y Estado de la clase obrera*, Colección R, n. 16, Ed. Roca, México, 1973, pp. 20-21.
122. *Escritos políticos*, Ed. Era, México, DF, 1971, El leninismo en el pensamiento y en la acción de Antonio Gramsci, p. 64.
123. Para una justa comprensión del pensamiento de Antonio Labriola, *Escritos políticos*, Ed. Era, México, DF, 1971, p. 32.
124. En el XL aniversario del Partido Comunista Italiano, op. cit., p. 138. (1961).
125. Qué es el partido nuevo, op. cit., p. 83.
126. Nuestra lucha por la democracia y el socialismo, op. cit., p. 108.
127. Las tareas de um partido en la situación actual, op. cit., p. 103.
128. Nuestra lucha por..., op. cit., p. 105.
129. Por un gobierno democrático de las clases 'trabajadoras', op. cit., pp. 221-222.
130. Capitalismo y reformas de estructura, op. cit., p. 260.
131. Veja-se Fernando Claudin, *Eurocomunismo y socialismo*, op. cit., capítulos 1 e 2.
132. *Eurocomunismo y Estado*, Ed. Crítica, Barcelona, 1977.
133. Op. cit., p. 11. O livro de F. Claudin é um esforço mais sofisticado na procura de uma elaboração teórica para o eurocomunismo. Mas, apesar da ampla influência que teve essa obra, o autor, após todas as vicissitudes da sua vida política, hoje é um intelectual independente, e portanto os seus conceitos e proposições de ação política não se revestem da força dos de Carillo, exceto no terreno básico que lhes é comum: o revisionismo e anti-sovietismo.

134. Ibidem, p. 12.
135. Op. cit., p. 17.
136. Ibidem, p. 18. (Grifo nosso).
137. Ibidem, pp. 18-19.
138. Ibidem, p. 26. (Grifo do autor).
139. Ibidem, p. 99. (Grifo do autor).
140. Ibidem.
141. Ibidem, p. 179.
142. Ibidem, p. 208.
143. Das críticas que conhecemos ao eurocomunismo, a mais relevante é a de Étienne Balibar, *Sobre la dictadura del proletariado*, Siglo XXI, México, DF, 1977. O autor defende nesta obra um argumento de suma importância: negar a necessidade histórica da ditadura do proletariado significa negar ao mesmo tempo o papel histórico do mesmo.